



Análise do
Desempenho
2T25



 **BANCO DO BRASIL**



Apresentação

O relatório Análise do Desempenho tem periodicidade trimestral e apresenta a discussão e análise da situação econômico-financeira do Banco do Brasil (BB). Destinado aos acionistas, investidores e analistas de mercado, nele o leitor encontrará informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais, dados estruturais, dentre outras.

O relatório Análise do Desempenho e demais documentos podem ser acessados no [portal de Relações com Investidores](#), onde também estão disponíveis informações adicionais sobre o BB, como: estrutura organizacional, composição acionária, governança corporativa e sustentabilidade, fatos relevantes e comunicados ao mercado, apresentações, calendários de eventos, dentre outras. Todos os documentos referentes às divulgações do resultado podem ser consultados na [Central de Resultados](#), e estão disponíveis para download no kit investidor.

Banco do Brasil

bb.com.br

Relações com Investidores

bb.com.br/ri



Este relatório faz referências e declarações sobre expectativas, sinergias planejadas, estimativas de crescimento, projeções de resultado e estratégias futuras sobre o Conglomerado Banco do Brasil. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles, aqui, antecipados e discutidos. As expectativas e projeções da Administração são vinculadas às condições do mercado (mudanças tecnológicas, pressões competitivas sobre produtos, preços, entre outros), do desempenho econômico geral do país (taxa de juros e câmbio, mudanças políticas e econômicas, inflação, mudanças na legislação tributária, entre outras) e dos mercados internacionais.

Expectativas futuras decorrentes da leitura deste relatório devem considerar os riscos e incertezas que envolvem os negócios do Conglomerado. O Banco do Brasil não se responsabiliza em atualizar qualquer estimativa contida em relatório publicado em períodos anteriores.

As tabelas e gráficos deste relatório apresentam, além dos saldos e valores contábeis, números financeiros e gerenciais. As taxas de variação relativa são apuradas antes do procedimento de arredondamento em R\$ milhões. O arredondamento utilizado segue as regras estabelecidas pela Resolução 886/66 da Fundação IBGE: caso o algarismo decimal seja igual ou superior a 0,5, aumenta-se em uma unidade; caso o algarismo decimal seja inferior a 0,5, não há acréscimo de uma unidade.

Informamos em textos explicativos e notas de rodapé eventos que possam afetar a comparabilidade entre os períodos, sejam alterações nos padrões contábeis ou ajustes para melhor evidênciação e comparabilidade da informação.

Ao longo do documento podem ser encontradas três tipos de notas de rodapé que tratam do tema:

1) Alterações prospectivas promovidas pela entrada em vigor da Res. 4.966/21, sem ajuste de série histórica, com evidênciação a partir do 1T25 sob a nova regulação; 2) Reprocessamentos de informações promovidos pela entrada em vigor da Res. 4.966/21 em informações gerenciais onde foi possível ajustar períodos anteriores ao 1T25 e melhorar a comparabilidade e 3) Demais reprocessamentos, sem relação com Res. 4.966/21, realizados para melhor comparabilidade em funções de eventuais alterações realizadas no período corrente.



Índice

Sumário do Resultado	9
Desempenho	12
Projeções Corporativas	13
1. Informações Financeiras Consolidadas Resumidas	14
Balanço Patrimonial Consolidado	15
Demonstração do Resultado Consolidado	16
Abertura das Realocações.....	17
2. Margem Financeira Bruta	20
MFB Contábil	22
Receita Financeira de Operações de Crédito	23
Despesa Financeira de Captação Comercial	24
Despesa Financeira de Captação Institucional.....	25
Resultado de Tesouraria	26
Saldo da Liquidez	27
MFB Gerencial.....	28
Análise dos Ativos e Passivos	29
Ativos Rentáveis.....	29
Passivos Onerosos.....	30
Análise Volume e Taxa.....	31
Spreads	32
Spread Global.....	32
Spread com Clientes.....	33
Spread Gerencial de Crédito.....	33
Balanço em Moedas Estrangeiras	34
Balanço por Indexadores	35
3. Receitas de Prestação de Serviços	36
4. Despesas Administrativas	38
Canais de Atendimento.....	41
Terminais de Autoatendimento	42
Indicadores	43
5. Outros Componentes do Resultado	44
Outras Receitas e Despesas	45
Informações de Controladas e Coligadas	46
6. Gestão de Capital.....	47
7. Crédito.....	54
Carteira Expandida.....	55
Crédito Pessoa Física	64
Crédito Pessoa Jurídica	71
Crédito Agro	79
8. Captações	85



Volume e <i>Market Share</i>	86
Fontes e Usos	88
9. Soluções Financeiras	90
Meios de Pagamentos	91
Gestão de Recursos de Terceiros	93
Mercado de Capitais	96
Consórcios.....	97
Tesouraria Global.....	98
10. Outras Informações	99
Ativo e Passivo Atuarial	100
Negócios Internacionais.....	102
Cadernos Estratégicos	106
Caderno de Clientes.....	107
Estratégia Digital	111
Assessoria em Investimentos	115
Sustentabilidade	119
Glossário	123



Índice de Tabelas

Tabela 1. Destaques do Resultado ¹	12
Tabela 2. Balanço Patrimonial ¹ – Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido – R\$ milhões	15
Tabela 3. Demonstração do Resultado com Realocações ¹ – R\$ milhões	16
Tabela 4. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários – R\$ milhões	18
Tabela 5. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários – R\$ milhões	19
Tabela 6. Principais Indicadores	22
Tabela 7. Composição da Margem Financeira Bruta – R\$ milhões	22
Tabela 8. Receita Financeira de Operação de Crédito – R\$ milhões	23
Tabela 9. Despesa de Captação Comercial ¹ – R\$ milhões	24
Tabela 10. Captações vs. Taxa Selic ¹ – R\$ milhões	25
Tabela 11. Despesa de Captação Institucional ¹ – R\$ milhões	25
Tabela 12. Resultado de Tesouraria ¹ – R\$ milhões	26
Tabela 13. Resultado de TVM ¹ – R\$ milhões	26
Tabela 14. Carteira de Títulos por Categoria ¹ – Valor de Mercado – R\$ milhões	27
Tabela 15. Saldo da Liquidez ¹ – R\$ milhões	27
Tabela 16. Margem Financeira com Clientes e Mercado – R\$ milhões	28
Tabela 17. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (anual) ¹ – R\$ milhões	29
Tabela 18. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (trimestral) ¹ – R\$ milhões	29
Tabela 19. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (YTD) ¹ – R\$ milhões	29
Tabela 20. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (anual) ¹ – R\$ milhões	30
Tabela 21. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (trimestral) ¹ – R\$ milhões	30
Tabela 22. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (YTD) ¹ – R\$ milhões	31
Tabela 23. Variação de Volume/Taxa – R\$ milhões	31
Tabela 24. Spread Global e Margem Financeira Bruta – R\$ milhões	32
Tabela 25. Spread Global e Spread Ajustado pelo Risco – %	32
Tabela 26. Spread com Clientes Ajustado pelo Risco – R\$ milhões	33
Tabela 27. Balanço em Moedas Estrangeiras – R\$ milhões	34
Tabela 28. Descasamento por Vencimento (Banco Múltiplo) – R\$ milhões	35
Tabela 29. Receitas de Prestação de Serviços – R\$ milhões	37
Tabela 30. Despesas Administrativas – R\$ milhões	39
Tabela 31. Perfil dos Colaboradores	40
Tabela 32. Rede de Atendimento	41
Tabela 33. Atendimento Tradicional e Especializado	41
Tabela 34. Índices de Cobertura Ajustados – R\$ milhões	43
Tabela 35. Índices de Eficiência Ajustados – R\$ milhões	43
Tabela 36. Outras Receitas e Despesas ¹ – R\$ milhões	45
Tabela 37. Participações Societária no Brasil e no Exterior – R\$ mil	46
Tabela 38. Índice de Basileia – R\$ milhões	49
Tabela 39. PRMR Referente à Parcela do RWA _{CPAD} ¹ – R\$ milhões	51
Tabela 40. PRMR Referente à Parcela do RWA _{OPAD} ¹ – R\$ milhões	51



Tabela 41. PRMR Referente à Parcela do RWA _{MPAD} – R\$ milhões.....	52
Tabela 42. RWA _{CPAD} ¹ Segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR – R\$ milhões	53
Tabela 43. Carteira de Crédito e Carteira de Crédito Expandida – R\$ milhões.....	55
Tabela 44. 100 Maiores Clientes em Relação à Carteira de Crédito e PR – R\$ milhões	57
Tabela 45. Despesa de PCLD (2024) e Custo do Crédito (2025) da Carteira Expandida ¹ – R\$ milhões	58
Tabela 46. Carteira de Crédito e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões.....	60
Tabela 47. Carteira de Créditos Renegociado e Reestruturados – Banco Múltiplo ¹ – R\$ milhões	62
Tabela 48. Carteira de Crédito Pessoa Física ¹ – R\$ milhões	64
Tabela 49. Carteira de Crédito PF e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões	68
Tabela 50. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica – R\$ milhões.....	71
Tabela 51. Carteira de Crédito MPME ¹ – R\$ milhões	74
Tabela 52. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ – R\$ milhões	75
Tabela 53. Carteira de Crédito PJ e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões	76
Tabela 54. Carteira de Crédito de Agronegócios – R\$ milhões.....	79
Tabela 55. Carteira de Crédito de Agronegócios por Porte – R\$ milhões	79
Tabela 56. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado – R\$ milhões	80
Tabela 57. Desembolsos por Segmento do Crédito Rural – R\$ milhões	80
Tabela 58. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola – R\$ milhões.....	81
Tabela 59. Carteira de Crédito de Agronegócios por Região – %	81
Tabela 60. Composição da Carteira de Negócios Sustentáveis de Agronegócios – R\$ milhões	82
Tabela 61. Carteira de Crédito Agro e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões.....	83
Tabela 62. Captações Comerciais – R\$ milhões.....	86
Tabela 63. Captações Institucionais – R\$ milhões	87
Tabela 64. Captações Comerciais no Exterior – Modalidade – US\$ milhões.....	87
Tabela 65. Captações Comerciais no Exterior – Produto – US\$ milhões	87
Tabela 66. Fontes e Usos – R\$ milhões	88
Tabela 67. Letras Financeiras Subordinadas no País – R\$ milhões	89
Tabela 68. Emissões Vigentes no Exterior.....	89
Tabela 69. Base de Cartões – Uso Recorrente ¹ – milhões	91
Tabela 70. Resultado com Negócios de Cartões ¹ – R\$ milhões	92
Tabela 71. Fundos de Investimento por Segmento – R\$ milhões	94
Tabela 72. Fundos de Investimento por Classe ANBIMA ¹ – R\$ milhões.....	94
Tabela 73. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais – R\$ milhões	95
Tabela 74. Previ (Plano 1) – Composição dos Ativos – %.....	100
Tabela 75. Previ (Plano 1) – Principais Premissas Atuariais – %.....	100
Tabela 76. Previ (Plano 1) – Efeitos da Contabilização da Resolução CVM 110/2022– R\$ milhões	100
Tabela 77. Previ (Plano 1) – Fundos de Utilização ¹ – R\$ milhões.....	101
Tabela 78. Efeitos da Contabilização da Cassi – Resolução CVM 110/2022– R\$ milhões	101
Tabela 79. Rede de Atendimento no Exterior	102
Tabela 80. Consolidado no Exterior – Ativo – R\$ milhões.....	103
Tabela 81. Consolidado no Exterior – Passivo – R\$ milhões.....	103
Tabela 82. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado – R\$ milhões	103
Tabela 83. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais – R\$ milhões.....	104



Tabela 84. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado – R\$ milhões	105
Tabela 85. Banco Patagonia – Margem Financeira Bruta – R\$ milhões	105
Tabela 86. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito – %.....	105



Índice de Figuras

Figura 1. Projeções Corporativas 2025.....	13
Figura 2. Distribuição das Receitas de Crédito – %.....	23
Figura 3. Distribuição da Carteira de Crédito Expandida – %.....	24
Figura 4. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo) – %	27
Figura 5. Margem Financeira com Clientes ¹ e com Mercado ² – R\$ milhões	28
Figura 6. Spread com Clientes e Spread com Clientes Ajustado pelo Risco – %.....	33
Figura 7. Spread Gerencial de Crédito – % ¹	33
Figura 8. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida (Banco Múltiplo) – R\$ bilhões ¹	35
Figura 9. Terminais de Autoatendimento.....	42
Figura 10. Evolução do Índice de Basileia – %.....	48
Figura 11. Capital Principal – Composição (%)	49
Figura 12. Consumo de RWA – R\$ bilhões.....	50
Figura 13. Composição do RWA – %	50
Figura 14. Carteira Conforme Projeções Corporativas – R\$ bilhões.....	56
Figura 15. Carteira de Negócios Sustentáveis – R\$ bilhões	56
Figura 16. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) – %.....	57
Figura 17. Despesa com Perda Esperada da Carteira de Crédito Interna por Segmento – R\$ milhões.....	58
Figura 18. Despesa com Perda Esperada da Carteira de Crédito Interna por Estágio – R\$ milhões	59
Figura 19. INAD+30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito ¹ – %.....	59
Figura 20. New NPL – % da Carteira de Crédito ¹	60
Figura 21. Write-Off– % da Carteira de Crédito ¹	61
Figura 22. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista ¹ – %	63
Figura 23. Composição da Carteira de Crédito Interna Pessoa Física – R\$ milhões.....	64
Figura 24. Crédito Consignado – R\$ milhões	65
Figura 25. Crédito Não Consignado – R\$ milhões	65
Figura 26. Financiamento Imobiliário– R\$ milhões	66
Figura 27. Cartão de Crédito– R\$ milhões.....	66
Figura 28. Cartão de Crédito – Composição Carteira – %.....	67
Figura 29. INAD +30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito PF ¹ – %	68
Figura 30. INAD+90d Carteira de Crédito BB PF – em % por Linha de Crédito ¹	69
Figura 31. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Física ¹	69
Figura 32. Safra Anual – Crédito Pessoa Física.....	70
Figura 33. Carteira de Crédito Expandida Pessoa Jurídica – R\$ milhões.....	71
Figura 34. Segmentação da Carteira de Crédito Expandida Pessoa Jurídica ¹ – R\$ milhões	72
Figura 35. Carteira de Crédito Grandes Empresas Expandida– R\$ milhões	73
Figura 36. INAD +30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito PJ ¹ – %	76
Figura 37. INAD. +90d Carteira de Crédito BB PJ – em % por Linha de Crédito ¹	77
Figura 38. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica ¹	77
Figura 39. Safra Anual – Carteira MPME	78
Figura 40. INAD+30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito Agro – %	83



Figura 41. INAD. +90d Carteira de Crédito de Agronegócios – em % por Linha de Crédito ¹	84
Figura 42. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito de Agronegócios ¹	84
Figura 43. Participação de Mercado das Captações do BB – R\$ bilhões	86
Figura 44. Faturamento dos Cartões BB – R\$ bilhões.....	91
Figura 45. Gestão de Recursos e Participação de Mercado – R\$ bilhões	93
Figura 46. Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões	94
Figura 47. Consórcios – Receitas com Prestação de Serviços e Cotas Ativas	97
Figura 48. Banco Patagonia – Captações Comerciais e Interbancárias – US\$ milhões.....	104
Figura 49. Destaques da Estratégia Digital.....	113
Figura 50. Investimentos em Tecnologia ¹ – R\$ bilhões.....	114
Figura 51. LCA BB x Mercado.....	116
Figura 52. Renda Fixa (Títulos Públicos e Privados)	117
Figura 53. Volume Contratado pelo Robô Advisor e Simulador de Investimentos (acumulado) – R\$ bilhões	118
Figura 54. Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável	120
Figura 55. Adicionalidade/Contribuição da Carteira de Negócios Sustentáveis.....	121

Sumário do Resultado



Lucro Líquido Ajustado

R\$ 11,2 bilhões – 1S25

R\$ 3,8 bilhões – 2T25

RSPL

12,6 % – 1S25

8,4 % – 2T25

Capital Principal

10,97 %

Margem Financeira Bruta

R\$ 48,9 bilhões – 1S25

R\$ 25,1 bilhões – 2T25

Custo do Crédito

R\$ 26,1 bilhões – 1S25

R\$ 15,9 bilhões – 2T25

Receitas de Prestação de Serviços

R\$ 17,1 bilhões – 1S25

R\$ 8,8 bilhões – 2T25

Despesas Administrativas

R\$ 19,2 bilhões – 1S25

R\$ 9,7 bilhões – 2T25

Carteira de Crédito

R\$ 1.294,3 bilhões

Pessoas Físicas

R\$ 342,6 bilhões

Pessoas Jurídicas

R\$ 468,0 bilhões

Agro

R\$ 404,9 bilhões

Em janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN 4.966/2021, que introduziu mudanças estruturais na contabilização de ativos financeiros e na constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A adoção da norma se deu de maneira prospectiva, ou seja, seus efeitos não foram retroagidos a períodos anteriores. A Resolução gera mudanças principalmente na forma dos cálculos de perda esperada, no reconhecimento de juros das operações de crédito, seja pelo aumento do prazo de *accrual* das operações inadimplidas de 60 para 90 dias, seja pelo reconhecimento pelo regime de caixa das operações no estágio 3, e o diferimento de receitas e custos atrelados a uma operação de crédito a partir da taxa efetiva de juros. Dessa forma, a comparação com os períodos de anos anteriores não é linear, em especial na margem financeira bruta, nas receitas de prestação de serviços e nas despesas com perdas esperadas.

O **Lucro Líquido Ajustado** alcançou R\$ 11,2 bilhões no 1S25 e R\$ 3,8 bilhões no 2T25. O RSPL do semestre foi 12,6% contra 8,4% no trimestre. Os principais componentes desse resultado são:

Margem Financeira Bruta (MFB): Na comparação trimestral, foi influenciada pelo desempenho comercial positivo que favoreceu o crescimento das receitas financeiras (+7,6% em operações de crédito e 13,9% em tesouraria) que mais do que compensou a elevação de 11,9% nas despesas financeiras.

Na comparação entre os semestres, a MFB totalizou R\$ 48,9 bilhões, com retração de 4,6%, influenciada, por um lado, pelo aumento das despesas de captação comercial, especialmente a parte pós-fixada, que



reflete mais diretamente os efeitos da elevação da TMS (com aumento de 120 bps no período) e da TR (+57 bps). Além disso, destaca-se o crescimento de 12,0% do saldo médio das captações comerciais. Por outro lado, pode-se destacar o crescimento de 26,5% das receitas financeiras de operações de crédito, impulsionadas pelo crescimento da carteira de crédito.

Desde o 1T25 e por força da adoção da Resolução 4.966/2021, houve mudança nas regras de reconhecimento de juros (*accrual*), que traz um efeito combinado de (i) aumento do prazo de apropriação de juros das operações em inadimplência de 60 para 90 dias (que adicionou R\$ 168 milhões nas receitas de crédito no 2T25) e (ii) reconhecimento das receitas de juros das operações do estágio 3 por regime de caixa (que deixou de reconhecer R\$ 867 milhões em receitas de crédito no 2T25).

Por fim, destaca-se que as receitas com a tesouraria são afetadas pela sazonalidade de menor liquidez no início do ano e tiveram sua comparabilidade comprometida dada a reclassificação de linhas referentes à títulos privados que passam agora a ser contabilizados como receitas de crédito.

Custo do Crédito: formado pelas despesas de perda esperada (conforme a Resolução CMN nº 4.966/21), somada aos descontos concedidos e deduzidas das receitas com recuperação de crédito, alcançou R\$ 26,1 bilhões. A linha foi influenciada, principalmente, pela continuidade da dinâmica agravada da carteira de agronegócios cuja inadimplência alcançou 3,49%. Apesar do cenário positivo para a safra no Brasil em 2025, com uma colheita recorde, e do elevado percentual de garantias nessa carteira, há um estoque de operações que não foram pagos na safra 2024/2025, inclusive, por conta das recuperações judiciais no setor – que exigem maior provisionamento sob a nova regulação.

Receitas de Prestação de Serviços: totalizaram R\$ 17,1 bilhões no semestre, com performance positiva nas linhas de administração de recursos de terceiros,

nas taxas de administração de consórcios e seguros, previdência e capitalização.

Na comparação trimestral, desatacam-se operações de crédito e garantias, administração de fundos e taxas de administração de consórcios.

Despesas Administrativas: No 2T25, as despesas administrativas totalizaram R\$ 9,7 bilhões, elevação de 1,9% em relação ao trimestre anterior, reflexo dos aumentos de 1,9% em Despesas de Pessoal e 1,8% em Outras Despesas Administrativas.

As despesas administrativas cresceram 5,8% frente ao semestre anterior. O aumento reflete tanto o impacto do reajuste salarial de 4,6% em setembro/24, quanto o ingresso de novos funcionários, inclusive via concurso específico para tecnologia e cibersegurança além dos investimentos na agenda de tecnologia e inovação.

Carteira de Crédito Expandida

A carteira de crédito expandida apresentou crescimento de 11,2% em um ano e 1,3% no trimestre, com os seguintes destaques:

Pessoa Física: alcançou R\$ 342,6 bilhões, crescimento de 8,0% em um ano. Ressalta-se o crescimento nas linhas de crédito consignado e não consignado, fruto do amplo relacionamento com os clientes e de desembolso tanto com servidores públicos, como pensionistas e aposentados, e no final de junho/25, com profissionais da iniciativa privada no novo produto de “Crédito ao Trabalhador”, que alcançou R\$ 4,5 bilhões.

Pessoa Jurídica: atingiu R\$ 468,0 bilhões, crescimento de 14,7% em um ano e 1,8% no trimestre, sendo R\$148,4 bilhões para Grandes Empresas, R\$ 121,8 bilhões para clientes do segmento MPME e R\$ 75,0 bilhões para clientes Governo.

Agronegócios: alcançou R\$ 404,9 bilhões, crescimento de 8,0% em um ano, com destaque para as linhas de custeio e investimento. No Plano Safra 24/25, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 225 bilhões em crédito ao agronegócio.



Indicadores de Inadimplência

O indicador de inadimplência acima de 90 dias encerrou junho em 4,21%, elevação de 35 bps na comparação com março/25. A inadimplência da carteira agro atingiu 3,49%, enquanto a carteira de

peças físicas encerrou o período em 5,59% e a carteira de pessoas jurídicas foi de 4,18%.

O **Capital Principal** encerrou junho/25 em 10,97%, corroborando a solidez do balanço do Banco do Brasil.



Desempenho

Tabela 1. Destaques do Resultado¹

R\$ milhões, exceto porcentagens	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acm.
Resultado Gerencial								
Lucro Líquido Ajustado	9.502	7.374	3.784	(60,2)	(48,7)	18.802	11.158	(40,7)
Margem Financeira Bruta	25.549	23.881	25.061	(1,9)	4,9	51.283	48.943	(4,6)
Custo do Crédito	(7.807)	(10.152)	(15.908)	103,8	56,7	(16.348)	(26.059)	59,4
Receitas de Prestação de Serviços	8.845	8.361	8.754	(1,0)	4,7	17.189	17.115	(0,4)
Despesas Administrativas	(9.245)	(9.496)	(9.676)	4,7	1,9	(18.123)	(19.172)	5,8
Lucro Líquido Contábil	8.965	6.772	3.035	(66,1)	(55,2)	17.747	9.807	(44,7)
R\$ milhões, exceto porcentagens	Jun/24	Mar/25	Jun/25	Δ% A/A	Δ% T/T			
Balanço Patrimonial								
Total de Ativos	2.362.966	2.420.992	2.437.483	3,2	0,7			
Títulos e Valores Mobiliários	578.022	523.574	606.329	4,9	15,8			
Total de Passivos	2.181.136	2.236.803	2.253.934	3,3	0,8			
Recursos de Clientes	822.463	864.972	880.357	7,0	1,8			
Patrimônio Líquido	181.831	184.189	183.549	0,9	(0,3)			
Carteira de Crédito								
Carteira de Crédito Expandida	1.164.430	1.277.799	1.294.296	11,2	1,3			
Carteira PF	317.317	335.806	342.595	8,0	2,0			
Carteira PJ	408.096	459.885	467.986	14,7	1,8			
Carteira Agro	374.989	406.198	404.893	8,0	(0,3)			
INAD+90d Carteira de Crédito	3,00%	3,86%	4,21%	(296) bps	(382) bps			
Cobertura INAD+90d	191%	185%	179%	(12) bps	(6) bps			
Indicadores de Capital								
Índice de Capital Nível I	(Nível I/RWA)	13,01%	13,27%	13,27%	26 bps			
Índice de Capital Principal	(CP/RWA)	11,60%	10,97%	10,97%	(63) bps	0 bps		
Índice de Basileia	(PR/RWA)	14,19%	14,14%	14,14%	(5) bps	1 bps		
Unidades conforme indicado	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acm.
Indicadores e Múltiplos de Mercado								
Retorno sobre Ativos (ROA)	1,6%	1,2%	0,6%	(101) bps	(60) bps	1,7%	0,9%	(73,4) bps
Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE)	21,6%	16,7%	8,4%	(1.316) bps	(823) bps	21,7%	12,6%	(906,8) bps
Índice de Eficiência 12 meses	25,5%	26,5%	27,0%	155 bps	51 bps	25,4%	28,4%	301 bps
JCP/Dividendos – R\$ milhões	3.828	2.761	516	(86,5)	(81,3)	7.612	3.277	(56,9)
JCP/Dividendos por Ação – R\$	0,67	0,48	0,09	(86,5)	(81,3)	1,33	0,57	(57,0)
Lucro Líquido por Ação – R\$	1,56	1,19	0,54	(65,4)	(54,6)	3,10	1,73	(44,2)
Valor Patrimonial por Ação – R\$	30,11	30,59	30,61	1,6	0,1	30,11	30,61	1,6
Valor de Mercado por Ação – R\$	26,71	28,19	22,09	(17,3)	(21,6)	26,71	22,09	(17,3)
(P/LPA) Preço / Lucro por Ação 12 Meses	4,37	4,84	4,59	22,1	(24,3)	4,37	4,59	22 bps
(P/VPA) Preço / Valor Patrimonial da Ação	0,89	0,92	0,72	(17) bps	(20) bps	0,89	0,72	(17) bps

(1) Os valores a partir do 1T25 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.



Projeções Corporativas

As projeções corporativas (guidance) do Banco do Brasil são elaboradas e apresentadas para o ano de referência, com acompanhamento trimestral.

As estimativas baseiam-se nas atuais expectativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado BB e não são garantia de desempenho futuro, ademais, envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles apresentados. Maiores informações podem ser consultados no Formulário de Referência, seção 3, no [link](#).

Figura 1. Projeções Corporativas 2025

	Indicadores	Intervalo	Observado 1S25	Revisado
		entre		
Patrimonial	Carteira de Crédito ¹	5,5% e 9,5%	10,3 %	3,0% e 6,0%
	Pessoas Físicas	7% e 11%	8,0 %	7% e 10%
	Empresas	4% e 8%	15,2 %	0% e 3%
	Agronegócios	5% e 9%	8,0 %	3% e 6%
ASG	Carteira Sustentável	7% e 11%	10,6 %	7% e 10%
Resultado	Margem Financeira Bruta	Em revisão	48,9 R\$ bi	102,0 e 105,0 R\$ bi
	Custo do Crédito ²	Em revisão	26,1 R\$ bi	53,0 e 56,0 R\$ bi
	Receitas de Prestação de Serviços	34,5 e 36,5 R\$ bi	17,1 R\$ bi	Mantido
	Despesas Administrativas	38,5 e 40,0 R\$ bi	19,2 R\$ bi	Mantido
	Lucro Líquido Ajustado	Em revisão	11,2 R\$ bi	21,0 e 25,0 R\$ bi

(1) As projeções de crédito consideram a carteira classificada doméstica adicionada de TVM privados e garantias e não considera crédito ao segmento governo.

(2) Custo do Crédito: corresponde às provisões relacionadas ao risco de crédito de instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CMN 4.966/21.

1. Informações Financeiras Consolidadas Resumidas



Balanco Patrimonial Consolidado

Tabela 2. Balanço Patrimonial¹ – Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido – R\$ milhões

	Jun/24	Mar/25	Jun/25	Δ% A/A	Δ% T/T
 Total do Ativo	2.362.966	2.420.992	2.437.483	3,2	0,7
Disponibilidades	25.773	28.366	24.468	(5,1)	(13,7)
Ativos Financeiros	2.253.287	2.310.328	2.334.778	3,6	1,1
Depósitos Compulsórios no Bacen	120.745	114.515	123.095	1,9	7,5
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	413.464	363.561	290.996	(29,6)	(20,0)
Títulos e Valores Mobiliários	578.022	523.574	606.329	4,9	15,8
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.983	8.377	5.580	(6,7)	(33,4)
Carteira de Crédito	1.024.416	1.223.818	1.231.084	20,2	0,6
Outros Ativos Financeiros	110.657	76.484	77.693	(29,8)	1,6
(Provisões para Perdas Assoc. ao Risco de Crédito)	(62.880)	(88.866)	(94.702)	50,6	6,6
(Carteira de Crédito)	(58.786)	(83.393)	(89.248)	51,8	7,0
(Outros Ativos financeiros)	(4.094)	(5.473)	(5.454)	33,2	(0,3)
Ativos Fiscais	73.472	88.113	92.740	26,2	5,3
Correntes	12.744	11.739	12.282	(3,6)	4,6
Diferidos (Créditos Tributários)	60.728	76.374	80.457	32,5	5,3
Investimentos	22.764	18.478	19.658	(13,6)	6,4
Imobilizado de Uso	10.204	12.501	13.841	35,6	10,7
Intangível	10.423	11.571	11.960	14,8	3,4
Outros Ativos Não Financeiros	29.924	40.500	34.740	16,1	(14,2)
 Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.362.966	2.420.992	2.437.483	3,2	0,7
Total do Passivo	2.181.136	2.236.803	2.253.934	3,3	0,8
Passivos Financeiros	2.088.755	2.128.581	2.141.417	2,5	0,6
Recursos de Clientes	822.463	864.972	880.357	7,0	1,8
Recursos de Instituições Financeiras	767.939	819.339	797.016	3,8	(2,7)
Recursos de Emissões de Títulos e Valores Mobiliários	285.275	338.298	352.112	23,4	4,1
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.792	5.098	5.423	13,2	6,4
Outros Passivos Financeiros	208.285	100.873	106.509	(48,9)	5,6
Provisões	29.156	32.499	33.712	15,6	3,7
Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	20.824	25.681	26.957	29,5	5,0
Outras Provisões	8.333	6.818	6.755	(18,9)	(0,9)
Passivos Fiscais	16.428	16.258	15.835	(3,6)	(2,6)
Correntes	5.632	3.323	4.773	(15,2)	43,7
Diferidos	10.797	12.935	11.062	2,5	(14,5)
Outros Passivos Não Financeiros	46.796	59.465	62.970	34,6	5,9
Patrimônio Líquido	181.831	184.189	183.549	0,9	(0,3)
Capital	120.000	120.000	120.000	–	–
Instrumento Elegível ao Capital Principal	6.100	5.100	5.100	(16,4)	–
Reservas de Capital	1.412	1.416	1.417	0,3	0,0
Reservas de Lucros	71.161	78.325	76.225	7,1	(2,7)
Outros Resultados Abrangentes	(20.849)	(20.682)	(23.166)	11,1	12,0
(Ações em Tesouraria)	(264)	(259)	(258)	(2,1)	(0,2)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	–	(4.695)	–	–	–
Participação dos Não Controladores	4.270	4.983	4.231	(0,9)	(15,1)

(1) Os valores a partir do 1T25 seguem as regras da Resolução 4.966/21, enquanto períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.



Demonstração do Resultado Consolidado

Tabela 3. Demonstração do Resultado com Realocações¹ – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acm.
 Margem Financeira Bruta ^{2 4 5 13 14 15 16}	25.549	23.881	25.061	(1,9)	4,9	51.283	48.943	(4,6)
Custo do Crédito	(7.807)	(10.152)	(15.908)	103,8	56,7	(16.348)	(26.059)	59,4
Recuperação de Crédito ²	2.983	1.289	1.991	(33,3)	54,5	4.974	3.280	(34,1)
Despesa de Perda Esperada ¹	(9.610)	(11.067)	(17.374)	80,8	57,0	(19.610)	(28.441)	45,0
Descontos Concedidos ^{3 4}	(908)	(374)	(525)	(42,2)	40,4	(1.242)	(898)	(27,7)
Perdas por Imparidade ^{5 11}	(272)	–	–	–	–	(471)	–	–
 Margem Financeira Líquida	17.742	13.730	9.153	(48,4)	(33,3)	34.934	22.883	(34,5)
Receitas de Prestação de Serviços	8.845	8.361	8.754	(1,0)	4,7	17.189	17.115	(0,4)
Despesas Administrativas	(9.245)	(9.496)	(9.676)	4,7	1,9	(18.123)	(19.172)	5,8
Despesas de Pessoal ¹⁷	(6.075)	(6.322)	(6.444)	6,1	1,9	(11.955)	(12.767)	6,8
Outras Despesas Administrativas ⁸	(3.171)	(3.174)	(3.232)	1,9	1,8	(6.169)	(6.406)	3,8
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.422)	(1.306)	(1.231)	(13,4)	(5,8)	(2.741)	(2.537)	(7,4)
Participações em Controladas e Coligadas	1.945	1.759	2.124	9,2	20,7	3.787	3.883	2,5
PREVI – Plano de Benefícios I ⁶	616	978	978	58,9	–	1.231	1.957	58,9
PREVI – Atualização de Fundo Utilização ⁷	265	381	273	3,1	(28,3)	584	654	12,0
Despesas Tributárias ¹⁴	(2.176)	(2.104)	(2.186)	0,4	3,9	(4.299)	(4.290)	(0,2)
Outras Receitas/Despesas ^{1 3 6 7 8 10 15 16 18}	(2.071)	(2.320)	(2.421)	16,9	4,3	(4.044)	(4.741)	17,2
Provisões	(1.831)	(1.823)	(1.823)	(0,5)	(0,0)	(3.381)	(3.645)	7,8
Cíveis, Fiscais e Trabalhistas ^{9 10}	(1.804)	(1.811)	(1.821)	1,0	0,6	(3.327)	(3.633)	9,2
Outras Provisões	(27)	(11)	(1)	(95,5)	(89,3)	(53)	(13)	(76,2)
 Resultado Operacional	14.089	9.466	5.178	(63,2)	(45,3)	27.879	14.644	(47,5)
 Resultado Não Operacional	56	39	98	75,3	151,3	104	137	32,5
 Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	14.145	9.505	5.276	(62,7)	(44,5)	27.982	14.781	(47,2)
Imposto de Renda e Contr. Social ^{12 13 19}	(2.530)	(425)	(113)	(95,5)	(73,3)	(4.908)	(538)	(89,0)
Participações Estatutárias ²⁰	(1.208)	(937)	(489)	(59,5)	(47,8)	(2.391)	(1.426)	(40,3)
Participações Minoritárias	(905)	(770)	(889)	(1,8)	15,5	(1.881)	(1.659)	(11,8)
 Lucro Líquido Ajustado	9.502	7.374	3.784	(60,2)	(48,7)	18.802	11.158	(40,7)
Itens Extraordinários	(537)	(602)	(749)	39,6	24,4	(1.055)	(1.351)	28,1
Planos Econômicos ⁹	(1.036)	(1.162)	(1.307)	26,2	12,5	(2.045)	(2.469)	20,8
Adesão ao Programa de Transação ^{17 18}	–	–	(1.192)	–	–	–	(1.192)	–
Autorregularização Incentivada de Tributos ¹²	–	–	–	–	–	949	–	–
Imparidade de TVM ¹¹	–	–	–	–	–	(1.717)	–	–
Efeitos Fiscais e de PLR ^{19 20}	499	560	1.751	250,5	212,5	1.758	2.311	31,4
 Lucro Líquido	8.965	6.772	3.035	(66,1)	(55,2)	17.747	9.807	(44,7)

(1) Os valores a partir do 1T25 seguem as regras da Resolução 4.966/21, enquanto períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.



Abertura das Realocações

Na próxima tabela são demonstrados os ajustes realizados na Demonstração do Resultado na visão BB Consolidado, apresentada nas Demonstrações Contábeis do período, para a obtenção da DRE com Realocações. Tais ajustes têm como objetivo:

- a)** segregar os itens extraordinários e apresentar o lucro líquido ajustado do período;
- b)** realocar a disposição dos itens de receitas e despesas, para possibilitar um melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa;
- c)** permitir que a Margem Financeira Bruta (MFB) reflita, efetivamente, o ganho de todos os ativos rentáveis.
- d)** destacar os efeitos relacionados ao custo do crédito. Para tal, foi necessário integrar em itens específicos:
 - I.** as despesas referentes a Perdas Associadas ao Risco de Crédito;
 - II.** as receitas de recuperação de créditos baixados como prejuízo, originalmente contabilizadas em Resultado da Carteira de Crédito;
 - III.** as perdas permanentes de ativos financeiros, os ganhos (perdas) na alienação e/ou transferência de ativos financeiros e os ganhos (perdas) na alienação de bens arrendados, sendo o primeiro originalmente contabilizado em Resultado de Operações com TVM e os demais em Resultado da Carteira de Crédito; e
 - IV.** as despesas de descontos concedidos em renegociação, originalmente contabilizadas em Outras Despesas Operacionais.



Tabela 4. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários – R\$ milhões

#	De	Para	Evento	2T24	1T25	2T25	1S24	1S25
1	Despesa de Perda Esperada	Outras Receitas/Despesas	Provisão sem Característica de Intermediação Fin.	(198)	(420)	(181)	(348)	(601)
2	* Resultado da Carteira de Crédito	Recuperação de Crédito	Despesa de Perda Esperada Ampliada	2.983	1.289	1.991	4.974	3.280
3	Outras Receitas/Despesas	Descontos Concedidos	Despesa de Perda Esperada Ampliada	(405)	(261)	(330)	(741)	(591)
4	* Resultado da Carteira de Crédito	Descontos Concedidos	Despesa de Perda Esperada Ampliada	(504)	(112)	(195)	(501)	(307)
5	* Resultado de Operações com TVM	Perdas por Imparidade	Despesa de Perda Esperada Ampliada	(272)	–	–	(2.188)	–
6	Outras Receitas/Despesas	PREVI – Plano de Benefícios I	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	616	978	978	1.231	1.957
7	Outras Receitas/Despesas	PREVI – Atualização de Fundo Utilização	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	265	381	273	584	654
8	Outras Despesas Administrativas	Outras Receitas/Despesas	Verba de Relacionamento Negocial	(475)	(457)	(476)	(951)	(933)
9	Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(1.036)	(1.162)	(1.307)	(2.045)	(2.469)
10	Outras Receitas/Despesas	Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	Outras Despesas com Demandas Cíveis	(147)	(147)	(153)	(273)	(300)
11	Perdas por Imparidade	Imparidade de TVM	Imparidade de TVM	–	–	–	(1.717)	–
12	Imposto de Renda e Contr. Social	Autorregularização Incentivada de Tributos	Autorregularização Incentivada de Tributos	–	–	–	949	–
13	Imposto de Renda e Contr. Social	* Resultado de Operações com TVM	Rendimentos de Aplicações Financeiras	–	523	687	–	1.210
14	Despesas Tributárias	* Resultado do Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	85	(69)	(17)	106	(86)
15	Outras Receitas/Despesas	* Resultado de Operações com TVM	Rendimentos de Aplicações Financeiras	6	–	–	13	–
16	* Resultado de Operações com TVM	Outras Receitas/Despesas	Reversão de Provisões Operacionais	28	–	–	39	–
17	Despesas de Pessoal	Adesão ao Programa de Transação	Adesão ao Programa de Transação	–	–	(433)	–	(433)
18	Outras Receitas/Despesas	Adesão ao Programa de Transação	Adesão ao Programa de Transação	–	–	(759)	–	(759)
19	Imposto de Renda e Contr. Social	Efeitos Fiscais e de PLR	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	439	493	1.665	1.639	2.158
20	Participações Estatutárias	Efeitos Fiscais e de PLR	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	60	68	85	119	153

(*) Contas que compõem a Margem Financeira Bruta (MFB). Informações adicionais no Capítulo 2.



Glossário das Realocações

(01) Reversão (reforço) de provisão para créditos sem característica de intermediação financeira.

(02), (03), (04) e (05) Receitas (despesas) relacionadas ao custo do crédito contabilizadas em recuperação de créditos baixados como prejuízo, descontos concedidos em renegociação, perdas permanentes de ativos financeiros, alienação e/ou transferência de ativos financeiros e alienação de bens arrendados.

(06) Receitas (despesas) financeiras da revisão dos ativos e passivos atuariais da Previ.

(07) Receitas financeiras de atualização do Fundo Utilização da Previ.

(08) Amortização de aquisição de folha de pagamentos.

(09) Despesas com provisão oriundas de ações judiciais referentes aos planos econômicos.

(10) Outras despesas provenientes de demandas cíveis.

(11) Imparidade de títulos e valores mobiliários (TVM) por recuperação judicial prejudicada de exercícios anteriores.

(12) Efeitos da adesão voluntária do BB ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos Administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

(13) Realocação de resultado positivo de aplicações financeiras.

(14) Efeitos de impostos incidentes sobre hedge para investimentos no exterior.

(15) Receitas de aplicações financeiras de empresas não financeiras.

(16) Reversão de provisões operacionais.

(17) e (18) Efeitos da adesão ao Programa de Transição Tributária, elaborado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

(19) e (20) Segregação dos efeitos de itens extraordinários do período em relação ao imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e à apuração de participações nos lucros e resultados (PLR). A composição dos efeitos de itens extraordinários está disponível na tabela a seguir.

Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

A tabela a seguir demonstra os efeitos fiscais (IR e CSLL) e de participação nos lucros e resultados (PLR) relacionados a cada um dos itens extraordinários.

Tabela 5. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	1S24	1S25
Efeitos Fiscais e de PLR s/ Itens Extraordinários	499	560	1.751	1.758	2.311
Planos Econômicos	499	560	630	986	1.190
Autorregularização Incentivada de Tributos	–	–	–	(55)	–
Imparidade de TVM	–	–	–	828	–
Adesão ao Programa de Transação	–	–	1.121	–	1.121

2. Margem Financeira Bruta

No 2T25, a Margem Financeira Bruta (MFB) totalizou R\$ 25,1 bilhões, com crescimento trimestral de 4,9% e redução de 4,6% na comparação entre os semestres (1S25/1S24).

Na comparação trimestral, o desempenho comercial positivo favoreceu o crescimento das receitas financeiras (+7,6% em operações de crédito e +13,9% em tesouraria), que mais do que compensou a elevação de 11,9% nas despesas financeiras.

Na comparação entre os semestres, a retração de 4,6% na MFB, foi, principalmente, influenciada pelo aumento das despesas de captação comercial, que refletem mais diretamente os efeitos da elevação da TMS (que teve um aumento de 120 bps no período) e da TR (+57 bps). Além disso, destaca-se o crescimento de 12,0% do saldo médio das captações comerciais. No 1S25, destaque para o crescimento de 26,5% das receitas financeiras de operações de crédito, impulsionadas pelo crescimento de volume da carteira de crédito.



Este capítulo apresenta as informações relacionadas à Margem Financeira Bruta (MFB). A partir do 1T25, foram realizadas reclassificações entre linhas com o intuito de viabilizar uma análise mais coerente das informações aqui apresentadas e, consequentemente, do desempenho financeiro do Banco, os quais foram realizados de maneira retrospectiva para manter a comparabilidade com o ano de 2024. É importante ressaltar que estes ajustes não têm relação com a implementação da Resolução 4.966/2021.

Principais reclassificações da MFB:

1. Nas **Despesas de Captação Comercial**, as despesas com Outros Depósitos passam a fazer parte da linha de Depósitos a Prazo. Anteriormente, essas despesas eram contabilizadas em Captação Institucional, na linha de Obrigações de Empréstimos, Cessões e Repasses. Ainda no tema das Captações Comerciais, importante destacar que foi criada a linha Outros Recursos de Emissões.
2. Em relação às **Captações Institucionais**, informamos que as despesas com Dívidas Subordinadas no País foram segregadas das despesas com Letras Financeiras. Além disso, a linha chamada anteriormente Bônus Perpétuos no Exterior foi renomeada como Dívida Subordinada no Exterior.
3. No **Resultado de Tesouraria**, as despesas de Captação no Mercado Aberto – Carteira Própria, foram somadas às receitas de juros de TVM, com o objetivo de refletir as receitas com títulos livres. Além disso, foram criadas as linhas Resultado de Depósitos Interfinanceiros e Resultado de Operações Compromissadas.
4. Na tabela de **Ativos Rentáveis**, foram segregadas as receitas com a carteira de TVM e as receitas com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. Na tabela de **Passivos Onerosos**, as despesas com Fundos Financeiros e De Desenvolvimento foram incorporadas às despesas com Obrigações de Empréstimos, Cessões e Repasses.

Com relação ao disposto na Resolução nº 4.966/21, informamos as receitas de TVM Privados com característica de crédito, que anteriormente estavam no Resultado de Tesouraria (TMV – Receitas de Juros), foram migradas para as **Receitas Financeiras de Operações de Crédito**, nas linhas de Operações de Crédito – Agronegócio (CPR e CDCA) e Operações de Crédito – PJ (TVM Privados). O ajuste foi implementado de maneira prospectiva sensibiliza somente as informações a partir do 1T25.



MFB Contábil

Tabela 6. Principais Indicadores

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acum.
CDI / TMS – %	2,53	2,99	3,33	31,6	11,2	5,22	6,42	23,1
TJLP – %	1,68	2,01	2,18	29,9	8,6	3,35	4,23	26,4
TR – %	0,23	0,41	0,51	126,1	24,3	0,35	0,92	160,5
RDP – % ¹	1,73	1,93	2,00	16,0	3,8	3,43	3,97	15,6
Dias úteis	63	61	61	(3,2)	–	124	122	(1,6)
Dias corridos	91	90	91	–	1,1	182	181	(0,5)
Câmbio – US\$ ²	5,56	5,74	5,60	0,8	(2,4)			

(1) Remuneração dos Depósitos de Poupança; (2) Câmbio de fechamento (PTAX venda) do último dia útil do período de referência.

Tabela 7. Composição da Margem Financeira Bruta – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acum.
Margem Financeira Bruta	25.549	23.881	25.061	(1,9)	4,9	51.283	48.943	(4,6)
Receitas Financeiras	45.605	49.239	53.445	17,2	8,5	91.841	102.684	11,8
Operações de Crédito ¹	34.704	42.038	45.240	30,4	7,6	69.003	87.277	26,5
Tesouraria ^{1 2}	10.901	7.201	8.206	(24,7)	13,9	22.839	15.407	(32,5)
Despesas Financeiras	(20.056)	(25.357)	(28.384)	41,5	11,9	(40.559)	(53.741)	32,5
Captação Comercial	(16.933)	(21.089)	(23.650)	39,7	12,1	(34.442)	(44.739)	29,9
Captação Institucional ³	(3.123)	(4.268)	(4.734)	51,6	10,9	(6.117)	(9.003)	47,2

(1) Em função da Resolução nº 4.966/21, a partir do 1T25, houve a migração do resultado da carteira de TVMs Privados com característica de crédito da Tesouraria para as Receitas Financeiras de Crédito. O movimento impactou, na mesma medida, negativamente o resultado de tesouraria (TVM – Receitas de Juros) e positivamente as receitas com operações de crédito, em cerca R\$ 8,0 bilhões no 1S25. Desconsiderando este efeito, o Resultado de Tesouraria seria de R\$ 23,6 bilhões e as Receitas de Operações de Crédito seriam de R\$ 79,1 bilhões no 1S25, o que representaria um crescimento de 3,3% e de 14,6% na comparação semestral, respectivamente; (2) Inclui o resultado com juros, *hedge* fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado; (3) Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD (exceto instrumento elegível ao Capital Principal).



Receita Financeira de Operações de Crédito

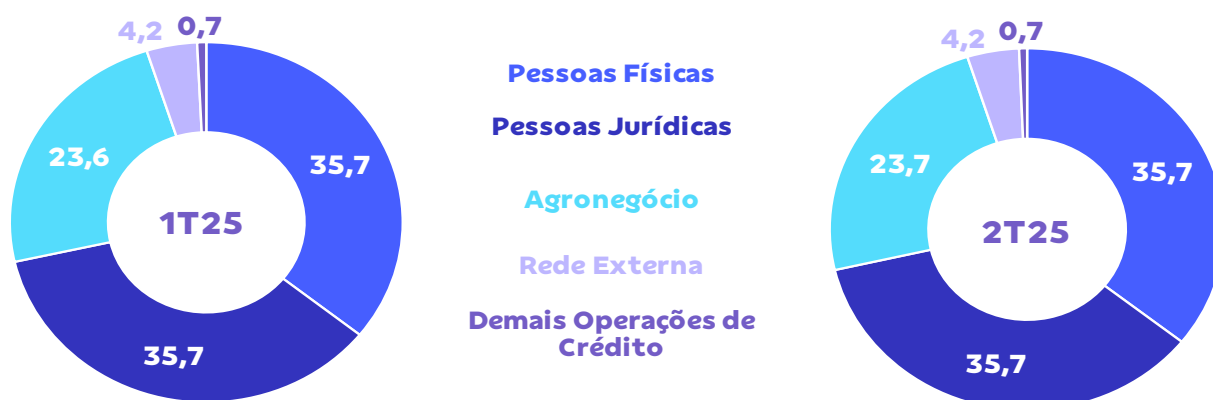
A receita financeira de operações de crédito totalizou R\$ 45,2 bilhões no 2T25. Destaca-se que a partir do 1T25, em virtude da adoção da Resolução nº 4.966/21, as receitas de TVM Privados com característica de crédito, que anteriormente estavam no Resultado de Tesouraria, foram incorporadas nas linhas de Operações de Crédito – Agro (CPR e CDCA) e PJ (TVM Privados). Essa reclassificação trouxe um incremento nas receitas de crédito de cerca de R\$ 8,0 bilhões no 1S25, em contrapartida da redução em mesmo volume do resultado de Tesouraria, o que prejudica a comparabilidade entre os semestres. Além disso, houve menor apropriação de juros das operações do estágio 3 por regime de caixa, em torno de R\$ 1,9 bilhão no 1S25 (R\$ 1 bilhão no 1T25 e R\$ 867 milhões no 2T25). Por outro lado, houve aumento do prazo de apropriação de juros das operações em inadimplência de 60 para 90 dias, com impacto positivo de R\$ 368 milhões no 1S25 (R\$ 200 milhões no 1T25 e R\$ 168 milhões no 2T25).

Tabela 8. Receita Financeira de Operação de Crédito – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acum.
Receita Financeira de Op. de Crédito	34.704	42.038	45.240	30,4	7,6	69.003	87.277	26,5
Operações de Crédito – PF	14.153	15.021	16.138	14,0	7,4	28.216	31.160	10,4
Operações de Crédito – PJ ¹	9.878	15.028	16.158	63,6	7,5	19.731	31.186	58,1
Operações de Crédito – Agronegócio ²	8.896	9.927	10.729	20,6	8,1	17.364	20.656	19,0
Operações de Crédito – Rede Externa	1.247	1.749	1.919	53,9	9,8	2.555	3.668	43,5
Op. de Venda ou de Transf. de Ativos Fin.	291	263	223	(23,3)	(15,0)	580	486	(16,2)
Operações de Arrendamento Mercantil	22	26	29	27,9	10,8	46	55	18,9
Demais Operações de Crédito	216	24	43	(80,3)	74,6	510	67	(86,9)

(1) A partir do 1T25, conforme a Resolução nº 4.966/21, contém as receitas com TVM Privados com características de crédito as quais até 2024 sensibilizavam as receitas de juros de TVM no resultado de Tesouraria; (2) A partir do 1T25, conforme a Resolução nº 4.966/21, contém as receitas com CPR e CDCA, as quais até 2024 sensibilizavam as receitas de juros de TVM no resultado de tesouraria.

Figura 2. Distribuição das Receitas de Crédito – %



**Figura 3.** Distribuição da Carteira de Crédito Expandida – %

Despesa Financeira de Captação Comercial

Tabela 9. Despesa de Captação Comercial ¹ – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acm.
Despesa de Captação Comercial	(16.933)	(21.089)	(23.650)	39,7	12,1	(34.442)	(44.739)	29,9
Despesas de Captação com Depósitos	(13.759)	(16.529)	(18.215)	32,4	10,2	(27.857)	(34.745)	24,7
Depósitos a Prazo ²	(4.714)	(6.368)	(7.483)	58,8	17,5	(10.030)	(13.851)	38,1
Depósitos de Poupança	(3.408)	(3.911)	(4.022)	18,0	2,8	(6.649)	(7.933)	19,3
Depósitos Judiciais	(5.637)	(6.251)	(6.710)	19,0	7,3	(11.179)	(12.960)	15,9
Despesas de Emissão de Títulos	(4.690)	(6.389)	(7.688)	63,9	20,3	(9.617)	(14.077)	46,4
Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	(4.379)	(5.993)	(7.247)	65,5	20,9	(8.979)	(13.240)	47,5
Letra de Crédito Imobiliário (LCI)	(304)	(390)	(433)	42,7	11,1	(624)	(824)	31,9
Outros Recursos de Emissões	(7)	(5)	(8)	12,5	46,5	(13)	(13)	(3,4)
Fundo Garantidor Créditos (FGC)	(209)	(233)	(242)	15,8	3,9	(414)	(474)	14,5
Res. de Depósitos no Banco Central	1.725	2.062	2.495	44,7	21,0	3.447	4.557	32,2

(1) Série reprocessada; (2) Inclui despesas com Outros Depósitos.

A despesa financeira de captação comercial totalizou R\$ 23,6 bilhões no 2T25, influenciada pelo crescimento da TMS (+34 bps), que impacta nas captações pós-fixadas, e da TR (+10 bps) e do RDP (+7 bps), que influenciam as despesas com depósitos de poupança e depósitos judiciais, além da expansão do saldo médio das captações comerciais (+3,6%), com destaque para LCA, com crescimento de 8,7%.

**Tabela 10.** Captações vs. Taxa Selic ¹ – R\$ milhões

	2T24			1T25			2T25		
	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic
Depósitos Totais	1.037.258	(18.798)	71,7	1.118.789	(23.285)	69,6	1.154.629	(26.286)	68,4
Depósitos a Prazo ²	498.579	(10.351)	82,1	544.072	(12.618)	77,5	562.291	(14.193)	75,8
Depósitos de Poupança	209.658	(3.408)	64,3	214.126	(3.911)	61,0	214.194	(4.022)	56,4
Letras de Créd. do Agronegócio	186.482	(4.379)	92,9	219.305	(5.993)	91,3	238.322	(7.247)	91,4
Depósitos à Vista	104.329	–	–	100.073	–	–	98.848	–	–
Depósitos Interfinanceiros	23.850	(356)	–	25.975	(372)	–	25.990	(390)	–
Letras de Crédito Imobiliário	14.360	(304)	83,6	15.239	(390)	85,6	14.984	(433)	86,9

(1) Série reprocessada; (2) Inclui depósitos judiciais e outros depósitos.

Despesa Financeira de Captação Institucional

A tabela a seguir apresenta a abertura da Despesa de Captação Institucional, que é referente aos títulos corporativos emitidos pelo Banco no mercado de capitais, no Brasil e no exterior, cujos subscritores são investidores qualificados. Vale ressaltar que o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) emitido no Brasil, fruto de contrato mútuo com a União e elegível a capital principal, é apresentado no Patrimônio Líquido em Instrumento Elegível ao Capital Principal e o pagamento de sua remuneração é realizado com recursos provenientes de lucros acumulados e reserva de lucros, ou seja, não está refletido na despesa financeira de captação institucional.

Tabela 11. Despesa de Captação Institucional ¹ – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A		Δ% T/T		1S24	1S25	Δ% Acum.
Despesa Financ. de Captação Institucional	(3.123)	(4.268)	(4.734)	51,6	10,9			(6.117)	(9.003)	47,2
Obrigações de Emp., Cessões e Repasses ²	(1.718)	(1.994)	(2.208)	28,5	10,7			(3.395)	(4.202)	23,8
Dívidas Subordinadas	(584)	(913)	(1.051)	80,0	15,1			(1.090)	(1.964)	80,2
no País ³	(259)	(692)	(837)	223,6	21,0			(476)	(1.529)	221,6
no Exterior	(325)	(221)	(214)	(34,3)	(3,2)			(614)	(435)	(29,3)
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	(607)	(573)	(519)	(14,5)	(9,4)			(1.186)	(1.092)	(8,0)
Letras Financeiras ⁴	(214)	(789)	(957)	346,9	21,3			(446)	(1.745)	291,8

(1) Série reprocessada; (2) As despesas com outros depósitos foram reclassificadas para captação comercial; (3) Correspondem às despesas com Letras Financeiras Perpétuas. (4) Representam as despesas com instrumentos sêniores.

A despesa financeira de captação institucional totalizou R\$ 4,7 bilhões no 2T25, influenciada pelas despesas com as Dívidas Subordinadas no País (Letras Financeiras Perpétuas) e Obrigações de Empréstimos, Cessões e Repasses, que refletem um ambiente de taxas mais elevadas.



Resultado de Tesouraria

O resultado de tesouraria é formado por: (i) resultado de títulos e valores mobiliários, onde estão as receitas/despesas de juros e negociação das carteiras de negociação e bancária, além da marcação à mercado dos títulos da carteira de negociação; (ii) resultado de operações compromissadas; (iii) resultado de operações interfinanceiras; e (iv) outros componentes, onde estão os resultados de derivativos, operações de câmbio, variação cambial dos instrumentos financeiros, ganho/perda cambial sobre os investimentos no exterior e resultado do hedge fiscal (*overhedge*).

Importante ressaltar que em função da Resolução nº 4.966, a partir do 1T25, houve a migração do resultado da carteira de TVMs Privados com característica de crédito para as Receitas Financeiras de Crédito, reduzindo o resultado de tesouraria em cerca de R\$ 8,0 bilhões no 1S25 (TVM - Receitas de Juros), o que prejudica a comparabilidade entre os semestres. Desconsiderando este efeito, o resultado de Tesouraria seria de R\$ 23,6 bilhões no 1S25, o que corresponderia a um crescimento de 3,3% na comparação semestral.

Tabela 12. Resultado de Tesouraria ¹ – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acum.
Resultado de Tesouraria	10.901	7.201	8.206	(24,7)	13,9	22.839	15.407	(32,5)
Títulos e Valores Mobiliários ²	8.532	6.321	8.238	(3,4)	30,3	17.638	14.559	(17,5)
Result. de Operações Compromissadas	637	146	170	(73,3)	16,5	1.930	316	(83,6)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.743	9.825	10.345	(3,7)	5,3	23.600	20.170	(14,5)
Captações no Mercado Aberto ³	(10.106)	(9.679)	(10.175)	0,7	5,1	(21.669)	(19.854)	(8,4)
Result. de Depósitos Interfinanceiros	575	457	391	(32,0)	(14,4)	1.211	848	(29,9)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	931	829	781	(16,1)	(5,8)	1.926	1.610	(16,4)
Captações em Depósitos Interfinanceiros	(356)	(372)	(390)	9,4	4,8	(715)	(762)	6,6
Outros Componentes de Tesouraria	1.157	277	(594)	-	-	2.059	(317)	-

(1) Série reprocessada; (2) Contém as despesas com captação no mercado aberto (carteira própria); (3) Refere-se às despesas com carteira de terceiros.

Resultado de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

O resultado de TVM totalizou R\$ 8,2 bilhões no 2T25. Em função da Resolução nº 4.966, a partir do 1T25, houve a migração do resultado da carteira de TVMs Privados com característica de crédito para as Receitas Financeiras de Crédito, reduzindo o resultado de tesouraria em cerca de R\$ 8,0 bilhões no 1S25 (TVM - Receitas de Juros), o que prejudica a comparabilidade entre os semestres. Desconsiderando este efeito, o resultado de TVM seria de R\$ 22,7 bilhões no 1S25, o que corresponderia a um crescimento de 28,9% na comparação semestral.

É válido ressaltar que o saldo médio da carteira de títulos é majoritariamente (83,8%) pós-fixada.

Tabela 13. Resultado de TVM ¹ – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acum.
Resultado de TVM	8.532	6.321	8.238	(3,4)	30,3	17.638	14.559	(17,5)
Receitas de Juros ^{2 3}	8.627	5.965	7.829	(9,2)	31,2	17.621	13.795	(21,7)
Resultado das Negociações	59	190	403	581,3	112,5	229	592	159,2
Resultado de Marcação a Mercado	(154)	166	6	-	(96,6)	(211)	172	-

(1) Série reprocessada; (2) As receitas com TVM Privados com característica de crédito foram reclassificadas para as receitas financeiras com operações de crédito; (3) Contém as despesas com captação no mercado aberto (carteira própria).

**Figura 4.** Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo) – %

A tabela a seguir demonstra a composição da carteira de TVM. A carteira é composta principalmente por títulos públicos federais.

Tabela 14. Carteira de Títulos por Categoria ¹ – Valor de Mercado – R\$ milhões

	Jun/24 ²	Part. %	Mar/25 ²	Part. %	Jun/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Títulos e Valores Mobiliários	–	–	523.574	100,0	606.329	100,0	–	15,8
Ao Valor Justo no Resultado	–	–	7.076	1,4	7.247	1,2	–	2,4
Ao Valor Justo em Outros Res. Abrangentes	–	–	474.963	90,7	553.081	91,2	–	16,4
Ao Custo Amortizado	–	–	41.534	7,9	46.001	7,6	–	10,8

(1) As categorias da carteira de TVM seguem o padrão estabelecido pela Resolução nº 4.966/21, vigente desde 01/01/2025, conforme as Notas Explicativas. (2) Informação indisponível para períodos anteriores ao 1T25.

Saldo da Liquidez

A tabela seguinte apresenta o saldo de liquidez, diferença entre os ativos e passivos de liquidez.

Tabela 15. Saldo da Liquidez ¹ – R\$ milhões

	Jun/24	Part. %	Mar/25	Part. %	Jun/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Ativos de Liquidez (a)	1.017.259	100,0	915.501	100,0	921.793	100,0	(9,4)	0,7
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	578.022	56,8	523.574	57,2	606.329	65,8	4,9	15,8
Aplicações Interfinanceiras	411.750	40,5	363.561	39,7	290.996	31,6	(29,3)	(20,0)
Disponibilidades	27.487	2,7	28.366	3,1	24.468	2,7	(11,0)	(13,7)
Passivos de Liquidez (b)	696.945	100,0	668.013	100,0	644.140	100,0	(7,6)	(3,6)
Captações no Mercado Aberto	673.939	96,7	642.377	96,2	617.731	95,9	(8,3)	(3,8)
Depósitos Interfinanceiros	23.006	3,3	25.636	3,8	26.408	4,1	14,8	3,0
Saldo da Liquidez (a-b)	320.314	100,0	247.488	100,0	277.654	100,0	(13,3)	12,2

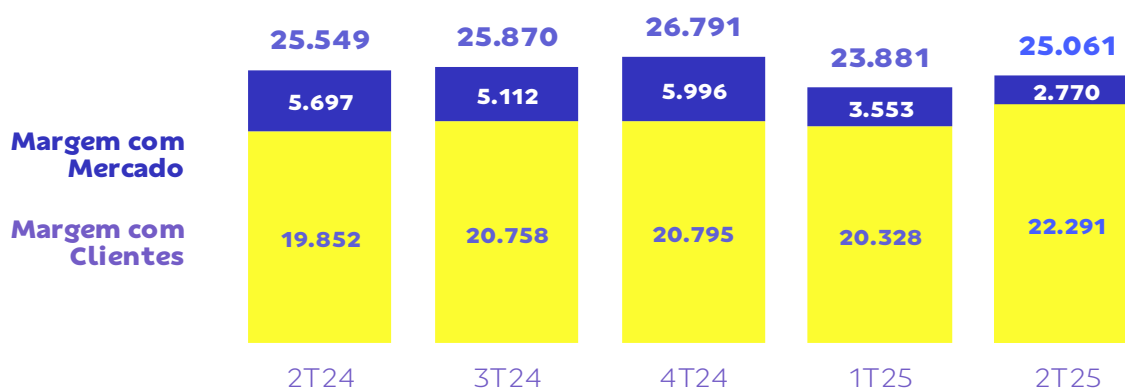
(1) A partir do 1T25, conforme a Resolução nº 4.966/21, a carteira de TVM não contempla os TVM Privados com características de crédito.



MFB Gerencial

A seguir é apresentada a MFB Gerencial, formada pela Margem com Clientes e Margem com Mercado.

Figura 5. Margem Financeira com Clientes¹ e com Mercado² – R\$ milhões



(1) A Margem com Clientes é formada pela receita de operações de crédito, acrescida de TVMs privados com característica de crédito, descontada de despesas de oportunidade para cada tipo de operação e pelas despesas de captação comercial (sem aplicações compulsórias), acrescidas de receitas de oportunidade para cada tipo de operação; (2) A Margem com Mercado é formada pelo resultado de tesouraria (sem TVMs privados), pelas despesas de captação institucional, pela margem financeira bruta do Banco Patagonia e pelo resultado líquido das oportunidades (receitas/despesas) acrescido do resultado das aplicações compulsórias.

Tabela 16. Margem Financeira com Clientes e Mercado – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acm.
Margem Financeira Bruta	25.549	23.881	25.061	(1,9)	4,9	51.283	48.943	(4,6)
Margem com Clientes	19.852	20.328	22.291	12,3	9,7	40.129	42.619	6,2
Saldo Médio	1.048.787	1.117.639	1.142.503	8,9	2,2	1.035.155	1.130.071	9,2
Spread com Clientes %	7,79	7,48	8,04	3,2	7,5	7,90	7,68	(2,8)
Margem com Mercado	5.697	3.553	2.770	(51,4)	(22,0)	11.153	6.323	(43,3)

A Margem com Clientes totalizou R\$ 22,3 bilhões no 2T25, influenciada, principalmente, pelo crescimento das receitas de crédito da carteira PF, além do crescimento da margem de passivos, favorecida pelo aumento da TMS na comparação trimestral (+34 bps). A Margem com Mercado registrou R\$ 2,8 bilhões no 2T25, queda trimestral de 22,0%, impactada, principalmente, por câmbio e pelo aumento nas despesas de captação institucional em virtude da estratégia de *mix de funding* com emissões de letras financeiras perpétuas no Brasil indexadas a TMS.



Análise dos Ativos e Passivos

Ativos Rentáveis

Tabela 17. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (anual) ¹ – R\$ milhões

	2T24			2T25		
	Saldo Médio ²	Receitas ³	Taxa Anual ⁴ (%)	Saldo Médio ²	Receitas ³	Taxa Anual ⁴ (%)
Ativos Rentáveis	2.093.336	63.622	12,7	2.228.039	77.943	14,7
Operações de Crédito ⁵	1.014.472	34.704	14,4	1.227.535	45.240	15,6
Títulos e Valores Mobiliários	552.069	15.519	11,7	576.183	19.083	13,9
Aplicações Interf. de Liquidez	440.376	11.675	11,0	329.237	11.126	14,2
Depósito Compulsório Rentável	86.418	1.725	8,2	95.083	2.495	10,9

(1) Série reprocessada; (2) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (3) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (4) Taxa anualizada (252 dias úteis ano/dias úteis do período); (5) Inclui Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas e a partir do 1T25, conforme a Resolução nº 4.966/21, também inclui a carteira de TVM Privados com característica de crédito. O ajuste foi implementado de maneira prospectiva e sensibiliza somente as informações a partir do 1T25.

Tabela 18. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (trimestral) ¹ – R\$ milhões

	1T25			2T25		
	Saldo Médio ²	Receitas ³	Taxa Anual ⁴ (%)	Saldo Médio ²	Receitas ³	Taxa Anual ⁴ (%)
Ativos Rentáveis	2.172.168	70.493	13,6	2.228.039	77.943	14,7
Operações de Crédito ⁵	1.218.495	42.038	14,5	1.227.535	45.240	15,6
Títulos e Valores Mobiliários	514.618	15.739	12,8	576.183	19.083	13,9
Aplicações Interf. de Liquidez	354.296	10.654	12,6	329.237	11.126	14,2
Depósito Compulsório Rentável	84.759	2.062	10,1	95.083	2.495	10,9

(1) Série reprocessada; (2) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (3) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (4) Taxa anualizada (252 dias úteis ano/dias úteis do período); (5) Inclui Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas e a partir do 1T25, conforme a Resolução nº 4.966/21, também inclui a carteira de TVM Privados com característica de crédito. O ajuste foi implementado de maneira prospectiva e sensibiliza somente as informações a partir do 1T25.

Tabela 19. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (YTD) ¹ – R\$ milhões

	1S24			1S25		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³
Ativos Rentáveis	2.073.370	128.374	12,8	2.200.103	148.436	13,9
Operações de Crédito ⁴	1.003.010	69.003	14,2	1.223.015	87.277	14,8
Títulos e Valores Mobiliários	522.137	30.400	12,0	545.401	34.822	13,2
Aplicações Interf. de Liquidez	463.243	25.525	11,3	341.767	21.780	13,2
Depósito Compulsório Rentável	84.979	3.447	8,3	89.921	4.557	10,4

(1) Série reprocessada; (2) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (3) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (4) Taxa anualizada (252 dias úteis ano/dias úteis do período); (5) Inclui Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas e a partir do 1T25, conforme a Resolução nº 4.966/21, também inclui a carteira de TVM Privados com característica de crédito. O ajuste foi implementado de maneira prospectiva e sensibiliza somente as informações a partir do 1T25.



Passivos Onerosos

Tabela 20. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (anual) ¹ – R\$ milhões

	2T24			2T25		
	Saldo Médio ²	Despesas ³	Taxa Anual (%) ⁴	Saldo Médio ²	Despesas ³	Taxa Anual (%) ⁴
Passivos Onerosos	1.811.913	(39.021)	8,3	1.934.382	(52.047)	10,3
Captações no Mercado Aberto	677.099	(17.093)	9,7	630.465	(21.019)	12,7
Depósitos a Prazo	498.579	(10.351)	8,0	562.291	(14.193)	9,7
Depósitos de Poupança	209.658	(3.408)	6,3	214.194	(4.022)	7,3
Letras de Crédito do Agronegócio	186.482	(4.379)	9,1	238.322	(7.247)	11,6
Obrig. por Emprést. e Repasses ⁵	130.935	(1.718)	5,1	152.679	(2.208)	5,7
Dívida Subordinada	22.863	(584)	9,8	32.805	(1.051)	12,2
Obrigações com TVM no Exterior	39.763	(607)	6,0	33.831	(519)	6,0
Depósitos Interfinanceiros	23.850	(356)	5,8	25.990	(390)	5,9
Letras de Crédito Imobiliário	14.360	(304)	8,2	14.984	(433)	11,1
Demais Letras Bancárias ⁶	8.324	(221)	10,2	28.821	(964)	12,7

(1) Série reprocessada; (2) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (3) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (4) Taxa anualizada (252 dias úteis ano/dias úteis do período); (5) Inclui Fundos Financeiros e de Desenvolvimento; (6) Inclui Letras Financeiras, Debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Tabela 21. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (trimestral) ¹ – R\$ milhões

	1T25			2T25		
	Saldo Médio ²	Despesas ³	Taxa Anual (%) ⁴	Saldo Médio ²	Despesas ³	Taxa Anual (%) ⁴
Passivos Onerosos	1.892.257	(46.656)	9,5	1.934.382	(52.047)	10,3
Captações no Mercado Aberto	623.137	(19.097)	11,7	630.465	(21.019)	12,7
Depósitos a Prazo	544.072	(12.618)	9,0	562.291	(14.193)	9,7
Depósitos de Poupança	214.126	(3.911)	7,1	214.194	(4.022)	7,3
Letras de Crédito do Agronegócio	219.305	(5.993)	10,5	238.322	(7.247)	11,6
Obrig. por Emprést. e Repasses ⁵	153.810	(1.994)	5,1	152.679	(2.208)	5,7
Dívida Subordinada	32.577	(913)	10,7	32.805	(1.051)	12,2
Obrigações com TVM no Exterior	36.742	(573)	6,1	33.831	(519)	6,0
Depósitos Interfinanceiros	25.975	(372)	5,6	25.990	(390)	5,9
Letras de Crédito Imobiliário	15.239	(390)	9,9	14.984	(433)	11,1
Demais Letras Bancárias ⁶	27.274	(794)	11,1	28.821	(964)	12,7

(1) Série reprocessada; (2) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (3) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (4) Taxa anualizada (252 dias úteis ano/dias úteis do período); (5) Inclui Fundos Financeiros e de Desenvolvimento; (6) Inclui Letras Financeiras, Debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários.

**Tabela 22.** Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (YTD) ¹ – R\$ milhões

	1S24			1S25		
	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual (%) ³
Passivos Onerosos	1.792.422	(78.736)	8,6	1.913.319	(98.703)	10,1
Captações no Mercado Aberto	668.006	(34.430)	10,0	626.801	(40.116)	12,4
Depósitos a Prazo	494.284	(21.209)	8,4	553.181	(26.811)	9,5
Depósitos de Poupança	207.265	(6.649)	6,3	214.160	(7.933)	7,3
Letras de Crédito do Agronegócio	187.138	(8.979)	9,4	228.813	(13.240)	11,2
Obrig. por Emprést. e Repasses	127.406	(3.395)	5,3	153.244	(4.202)	5,4
Dívida Subordinada	23.073	(1.090)	9,2	32.691	(1.964)	11,7
Obrigações com TVM no Exterior	38.931	(1.186)	6,0	35.287	(1.092)	6,1
Depósitos Interfinanceiros	23.292	(715)	6,0	25.982	(762)	5,8
Letras de Crédito Imobiliário	14.468	(624)	8,4	15.111	(824)	10,6
Demais Letras Bancárias ⁴	8.560	(459)	10,4	28.048	(1.758)	12,1

(1) Série reprocessada; (2) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (3) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (4) Taxa anualizada (252 dias úteis ano/dias úteis do período); (5) Inclui Fundos Financeiros e de Desenvolvimento; (6) Inclui Letras Financeiras, Debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários.

As tabelas a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas de juros em função do volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos.

Análise Volume e Taxa

Tabela 23. Variação de Volume/Taxa – R\$ milhões

	2T25 / 2T24			2T25 / 1T25			1S25 / 1S24		
	Volume Médio ¹	Taxa Média ²	Variação Líquida ³	Volume Médio ¹	Taxa Média ²	Variação Líquida ³	Volume Médio ¹	Taxa Média ²	Variação Líquida ³
Ativos Rentáveis	4.712	9.609	14.322	1.955	5.496	7.450	8.550	11.512	20.062
Operações de Crédito	7.852	2.683	10.536	333	2.869	3.202	15.700	2.575	18.275
Títulos e Valores Mobiliários	799	2.765	3.564	2.039	1.304	3.343	1.485	2.937	4.422
Aplicações Interf. de Liquidez	(3.756)	3.207	(549)	(847)	1.318	471	(7.742)	3.997	(3.745)
Depósito Compulsório Rentável	227	543	771	271	163	434	250	860	1.110
Passivos Onerosos	(3.295)	(9.731)	(13.026)	(1.133)	(4.258)	(5.391)	(6.237)	(13.730)	(19.967)
Captações no Mercado Aberto	1.555	(5.481)	(3.926)	(244)	(1.678)	(1.922)	2.637	(8.323)	(5.686)
Depósitos a Prazo	(1.497)	(2.345)	(3.842)	(441)	(1.134)	(1.575)	(2.599)	(3.004)	(5.602)
Depósitos de Poupança	(85)	(529)	(614)	(1)	(110)	(111)	(255)	(1.029)	(1.285)
Letras de Crédito do Agronegócio	(1.576)	(1.291)	(2.867)	(578)	(675)	(1.253)	(2.411)	(1.850)	(4.261)
Obrig. por Emprést. e Repasses	(314)	(176)	(490)	16	(230)	(213)	(709)	(98)	(807)
Dívida Subordinada	(318)	(148)	(467)	(7)	(131)	(138)	(578)	(296)	(874)
Obrigações com TVM no Exterior	91	(3)	88	45	9	54	113	(18)	95
Depósitos Interfinanceiros	(32)	(1)	(34)	(0)	(17)	(18)	(79)	32	(47)
Letras de Crédito Imobiliário	(18)	(112)	(130)	7	(51)	(43)	(35)	(164)	(199)
Demais Letras Bancárias	(686)	(58)	(743)	(52)	(119)	(171)	(1.222)	(78)	(1.299)

(1) Variação Líquida – Taxa Média; (2) (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior); (3) Juros Período Atual – Juros do Período Anterior.



Spreads

Spread Global

O spread global é a aplicação do conceito de spread específico ao segmento bancário que é calculado dividindo-se a margem financeira bruta pelos ativos rentáveis médios.

Tabela 24. Spread Global e Margem Financeira Bruta – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	1S24	1S25
(a) Saldo Médio dos Ativos Rentáveis	2.093.336	2.172.168	2.228.039	2.073.370	2.200.103
(b) Saldo Médio dos Passivos Onerosos	1.811.913	1.892.257	1.934.382	1.792.422	1.913.319
(c) Margem Financeira Bruta	25.549	23.881	25.061	51.283	48.943
(d) Receita Líquida de Juros	24.601	23.837	25.896	49.638	49.734
(d.I) Receitas de Juros	63.622	70.493	77.943	128.374	148.436
(d.II) Despesas de Juros	(39.021)	(46.656)	(52.047)	(78.736)	(98.703)
(e) Demais Componentes ¹	948	44	(835)	1.645	(791)
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis (b/a) – %	86,6	87,1	86,8	86,4	87,0
Rentabilidade Média dos Ativos ^{2 4} (d.I/a) – %	12,7	13,6	14,7	12,8	13,9
Custo Médio dos Passivos ^{2 4} (d.II/b) – %	8,9	10,2	11,2	9,0	10,6
Margem de Lucro Líquida ^{2 3} – %	3,8	3,4	3,5	3,8	3,4
Margem Líquida de Juros ² (d/a) – %	4,8	4,5	4,7	4,8	4,6
Spread Global ² (c/a) – %	5,0	4,5	4,6	5,0	4,5

(1) Contém resultado de derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de op. de câmbio, recuperação de créd. baixados como prejuízo, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira; (2) Taxas anualizadas; (3) Diferença entre a taxa média dos ativos rentáveis e a taxa média dos passivos onerosos; (4) Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 25. Spread Global e Spread Ajustado pelo Risco – %

	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25
Spread Global ¹	4,9	4,9	5,3	5,1	5,0	4,9	5,0	4,5	4,6
Spread Ajustado pelo Risco ²	3,4	3,3	3,2	3,4	3,4	2,9	3,2	2,6	1,7

(1) Margem Financeira Bruta dividida pelo Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado; (2) Margem Financeira Líquida (MFB menos Custo do Crédito) dividida pelo Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.



Spread com Clientes

Tabela 26. Spread com Clientes Ajustado pelo Risco – R\$ milhões

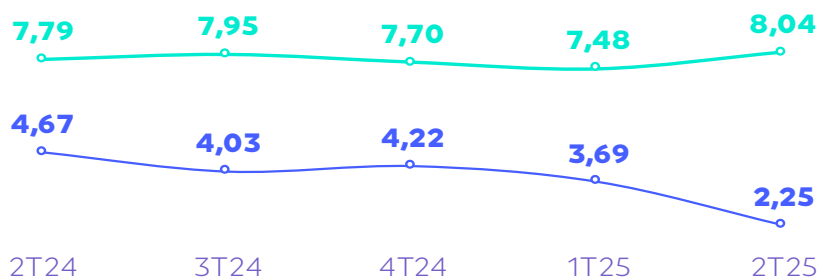
	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acm.
Margem com Clientes	19.852	20.328	22.291	12,3	9,7	40.129	42.619	6,2
Custo do Crédito ¹	7.807	10.152	15.908	103,8	56,7	16.348	26.059	59,4
Saldo Médio com Clientes	1.048.787	1.117.639	1.142.503	8,9	2,2	1.035.155	1.130.071	9,2
Spread com Clientes %	7,79	7,48	8,04	3,2	7,5	7,90	7,68	(2,8)
Spread c/ Clientes Ajust. pelo Risco % ²	4,67	3,69	2,25	(51,8)	(39,0)	4,65	2,95	(36,5)

(1) Margem com Clientes, líquida de Custo do Crédito, dividida pelo Saldo Médio com Clientes, anualizado.

Figura 6. Spread com Clientes e Spread com Clientes Ajustado pelo Risco – %

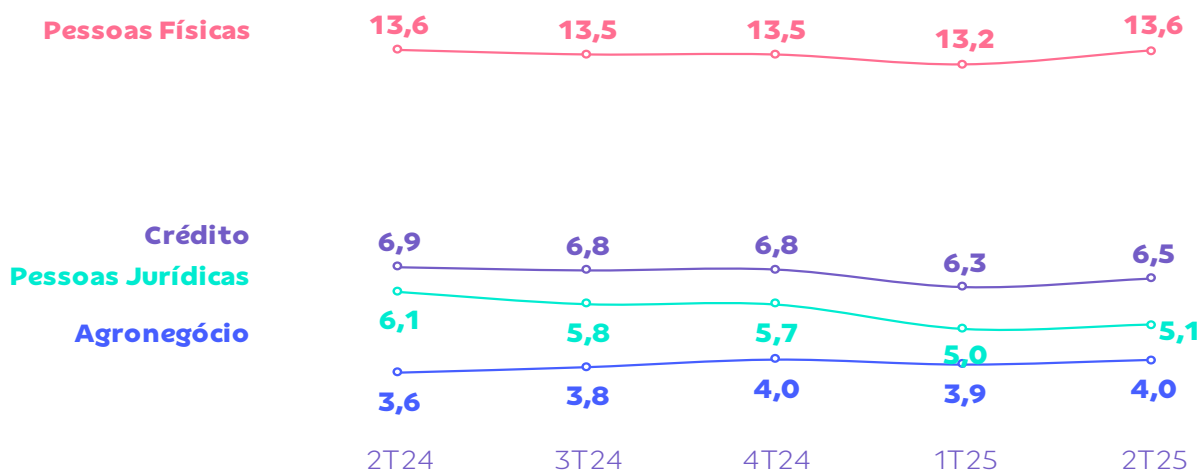
Spread com Clientes

Spread com Clientes Ajustado pelo Risco



Spread Gerencial de Crédito

Figura 7. Spread Gerencial de Crédito – %¹



(1) Resultado da margem gerencial de crédito dividido pelo respectivos saldos médios de cada carteira, posteriormente anualizado. Vale ressaltar que os spreads de crédito não consideram as operações de títulos privados, operações com governo e operações contratadas por unidades/subsidiárias do BB no exterior.



Balanço em Moedas Estrangeiras

O Banco do Brasil utiliza a estratégia de hedge fiscal que tem como objetivo reduzir a volatilidade do resultado, após os efeitos tributários sobre faturamento, haja vista que os ganhos com a variação cambial dos investimentos no exterior não são tributados e, similarmente, as perdas não geram dedução na base tributária.

A exposição cambial é gerenciada de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Consolidado. Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo dos ativos, passivos e derivativos do Consolidado referenciados em moedas estrangeiras. Em 30 de junho de 2025, a exposição cambial líquida era de US\$ 609 milhões em ativos.

Tabela 27. Balanço em Moedas Estrangeiras – R\$ milhões

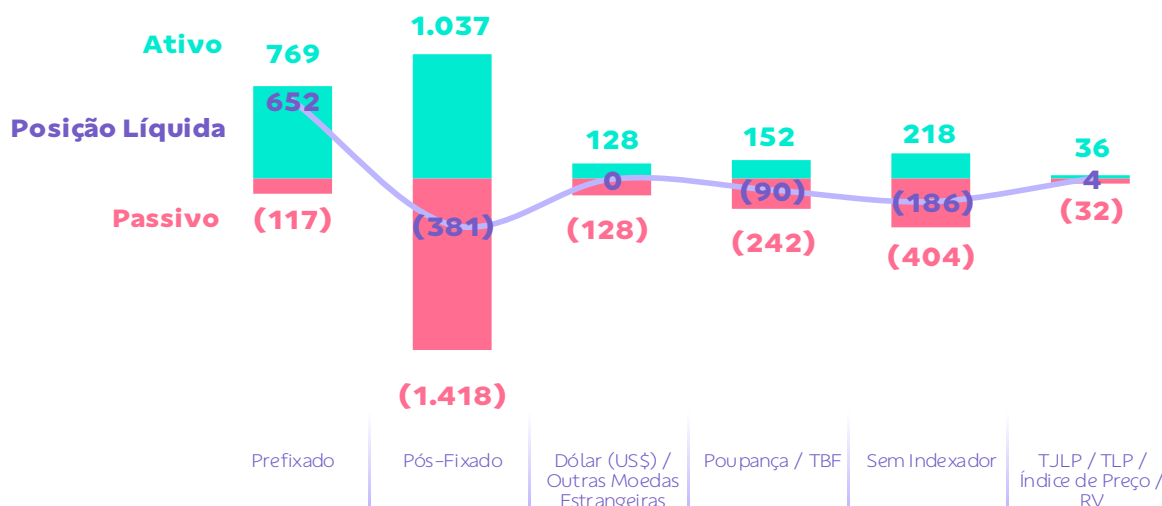
Moeda	Contas Patrimoniais		Derivativos		Total	
	Ativo	Passivo	Comprado	Vendido	Ativo + Comprado	Passivo + Vendido
Dólar dos EUA	225.606	239.165	82.385	70.342	307.991	309.507
Euro	19.021	10.072	9.117	18.690	28.138	28.762
Iene	3.152	3.318	437	388	3.589	3.706
Libra Esterlina	1.705	2.000	395	163	2.100	2.163
Franco Suíço	17	14	–	–	17	14
Ouro	260	–	–	–	260	–
Dólar Canadense	39	35	–	–	39	35
Demais	14.518	13.433	4.296	2	18.814	13.435
Total	264.318	268.037	96.630	89.585	360.948	357.622
Posição Total Líquida					3.326	
Posição Total Líquida - em US\$ milhões					609	



Balanço por Indexadores

O gráfico a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos, inclusive derivativos, do Banco Múltiplo, detalhada por indexador em 30 de junho de 2025 e a posição líquida.

Figura 8. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida (Banco Múltiplo) – R\$ bilhões¹



(1) Classificação gerencial de ativos e passivos.

Apresenta-se, a seguir, o estoque de operações sensíveis às variações nas taxas de juros, alocados por prazo de vencimento.

Tabela 28. Descasamento por Vencimento (Banco Múltiplo) – R\$ milhões

	< 1 Mês	1 > 3 Meses	3 > 6 Meses	6 > 12 Meses	1 > 3 Anos	> 3 Anos	Total
Ativos	998.742	82.275	113.028	187.970	410.689	548.177	2.340.882
Prefixado	107.073	57.901	73.880	99.246	238.453	192.569	769.121
Pós-Fixado	726.117	15.002	18.528	31.328	82.614	163.343	1.036.933
Poupança / TBF	10.522	5.835	3.024	10.146	30.789	92.120	152.435
Índice de Preço	2.131	408	596	4.862	12.769	7.528	28.294
TJLP / TLP	36	55	58	116	290	7.107	7.662
Dólar (US\$) / Outras Moedas Estrang.	42.106	7.309	8.357	26.536	9.085	34.453	127.847
Renda Variável	243	–	–	–	–	–	243
Sem Indexador	110.513	(4.236)	8.587	15.737	36.689	51.058	218.346
Passivos	(746.215)	(61.151)	(98.704)	(183.499)	(378.556)	(872.757)	(2.340.882)
Prefixado	30.273	(8.275)	(19.486)	(63.453)	(27.627)	(28.705)	(117.273)
Pós-Fixado	(643.277)	(34.003)	(57.008)	(65.457)	(253.524)	(364.283)	(1.417.551)
Poupança / TBF	(11.739)	(9.898)	(4.159)	(16.604)	(43.724)	(155.969)	(242.092)
Índice de Preço	(6.362)	(282)	(449)	(1.139)	(4.049)	(7.612)	(19.892)
TJLP / TLP	(78)	(96)	(167)	(175)	(300)	(11.320)	(12.136)
Dólar (US\$) / Outras Moedas Estrang.	(13.747)	(6.306)	(12.144)	(26.434)	(26.543)	(42.561)	(127.735)
Sem Indexador	(101.285)	(2.291)	(5.291)	(10.238)	(22.789)	(262.309)	(404.204)
Gap	252.527	21.124	14.324	4.471	32.133	(324.580)	(0)
Gap Acumulado	252.527	273.652	287.976	292.447	324.580	(0)	(0)
Gap Acum. como % Ativos	25,3	332,6	254,8	155,6	79,0	(0,0)	

3.

Receitas de Prestação de Serviços

As Receitas de Prestação de Serviços totalizaram R\$ 8,8 bilhões no trimestre, com performance positiva em operações de crédito e garantias (+82,3%), administração de fundos (+2,9%) e taxas de administração de consórcios (+5,5%).

Na comparação semestral, destacam-se as linhas de administração de fundos (+12,3%), taxas de administração de consórcios (+18,2%) e seguros, previdência e capitalização (+2,7%).



A tabela a seguir apresenta a composição das receitas de prestação de serviços. Na comparação com o ano anterior, deve-se levar em conta as alterações trazidas pela Resolução CMN nº 4.966 a partir do 1T25. Devido à implementação da Resolução nº CMN 4.966/21, as tarifas atreladas à originação de operações de crédito passaram a ser reconhecidas de maneira diferida pelo prazo das operações na linha de Receitas Financeiras de Operações de Crédito, que integram a Margem Financeira Bruta (MFB), o que ocasionou uma redução de cerca de R\$ 350 milhões em receitas com prestação de serviços no 2T25, com efeito na MFB de maneira diferida.

Tabela 29. Receitas de Prestação de Serviços – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acm.
Receitas de Prestação de Serviços	8.845	8.361	8.754	(1,0)	4,7	17.189	17.115	(0,4)
Administração de Fundos	2.335	2.497	2.568	10,0	2,9	4.510	5.065	12,3
Seguros, Previdência e Capitalização	1.437	1.489	1.483	3,2	(0,4)	2.894	2.972	2,7
Conta Corrente ¹	1.639	1.342	1.342	(18,1)	0,0	3.191	2.684	(15,9)
Taxas de Administração de Consórcios	731	818	863	17,9	5,5	1.421	1.680	18,2
Renda de Cartões	528	505	509	(3,5)	0,8	1.053	1.014	(3,7)
Operações de Crédito e Garantias ¹	669	257	469	(30,0)	82,3	1.248	726	(41,9)
Cobrança	301	298	292	(2,8)	(2,0)	606	591	(2,6)
Arrecadações	250	241	246	(1,6)	2,4	502	487	(3,0)
Rendas do Mercado de Capitais	213	167	200	(5,9)	20,1	344	367	6,5
Tes. Nac. e Adm. de Fundos Oficiais	82	74	79	(4,4)	6,5	159	153	(4,2)
Demais ¹	601	675	702	16,9	4,1	1.259	1.377	9,4
Dias Úteis	63	61	61	(3,2)	0,0	124	122	(1,6)

(1) Linhas revisadas a partir do 1T25.

4. Despesas Administrativas

No 2T25, as despesas administrativas totalizaram R\$ 9,7 bilhões, elevação de 1,9% em relação ao trimestre anterior, reflexo dos aumentos de 1,9% em Despesas de Pessoal e 1,8% em Outras Despesas Administrativas.

No semestre, as despesas administrativas cresceram 5,8%. O aumento reflete tanto o impacto do reajuste salarial de 4,64% em setembro/24, quanto o ingresso de novos funcionários, inclusive via concurso específico para tecnologia e cibersegurança além dos investimentos na agenda de tecnologia e inovação.

Nesta seção também será apresentada a plataforma de canais do BB.

**Tabela 30.** Despesas Administrativas – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acum.
Despesas Administrativas	(9.245)	(9.496)	(9.676)	4,7	1,9	(18.123)	(19.172)	5,8
Despesas de Pessoal	(6.075)	(6.322)	(6.444)	6,1	1,9	(11.955)	(12.767)	6,8
Proventos	(3.351)	(2.966)	(3.557)	6,1	19,9	(6.129)	(6.523)	6,4
Benefícios	(992)	(1.031)	(1.050)	5,8	1,8	(1.965)	(2.081)	5,9
Encargos Sociais	(462)	(985)	(1.049)	127,1	6,6	(1.424)	(2.034)	42,8
Provisões Administrativas de Pessoal	(985)	(1.063)	(494)	(49,8)	(53,5)	(1.894)	(1.557)	(17,8)
Previdência Complementar	(253)	(251)	(258)	1,9	2,8	(487)	(508)	4,3
Honorários de Diret. e Conselheiros	(17)	(15)	(20)	16,2	27,7	(32)	(35)	8,3
Treinamento	(14)	(11)	(17)	18,5	49,4	(23)	(28)	22,0
Outras Despesas Administrativas	(3.171)	(3.174)	(3.232)	1,9	1,8	(6.169)	(6.406)	3,8
Amortização e Depreciação	(564)	(615)	(690)	22,4	12,3	(1.118)	(1.305)	16,8
Imóveis e Bens de Uso	(710)	(681)	(609)	(14,2)	(10,5)	(1.393)	(1.290)	(7,4)
Comunicação e Proc. de Dados	(347)	(537)	(516)	48,6	(3,9)	(778)	(1.054)	35,4
Serv. de Vigilância, Segur. e Transp.	(390)	(397)	(396)	1,6	(0,3)	(758)	(793)	4,7
Serviços de Terceiros	(393)	(294)	(296)	(24,8)	0,7	(738)	(589)	(20,2)
Publicidade e Relações Públicas	(198)	(166)	(207)	4,4	24,6	(384)	(374)	(2,7)
Prog. de Desemp. Gratificado – PDG	(159)	(160)	(158)	(0,5)	(1,6)	(304)	(318)	4,5
Demais	(409)	(324)	(359)	(12,2)	11,0	(696)	(683)	(1,8)

As despesas de pessoal totalizaram R\$ 6,4 bilhões no 2T25, aumento de 1,9% na comparação com o trimestre anterior. Na comparação semestral, houve aumento de 6,8%, justificado, principalmente, pelo reajuste salarial de 4,64%, em setembro/24 concedido aos bancários em razão da convenção coletiva (ACT 24/26).

As outras despesas administrativas totalizaram R\$ 3,2 bilhões no 2T25, elevação de 1,8% na comparação com o trimestre anterior. No comparativo com o 1S24, as outras despesas administrativas cresceram 3,8%, justificado, sobretudo pelo aumento nas despesas com Comunicação e Processamento de Dados (+35,4%), em linha com os investimentos anunciados em tecnologia e com Amortização e Depreciação (+16,8%).



Tabela 31. Perfil dos Colaboradores

	Jun/24	Set/24	Dez/24	Mar/25	Jun/25
Funcionários	87.130	87.101	86.574	86.117	85.959
Gênero					
Feminino	35.660	35.571	35.388	35.242	35.082
Masculino	51.470	51.530	51.186	50.875	50.877
Escolaridade					
Ensino Médio	10.820	10.628	10.070	9.562	9.478
Graduação	25.062	24.913	24.646	24.353	23.951
Especialização, Mestrado e Doutorado	51.172	51.484	51.784	52.129	52.458
Demais	76	76	74	73	72
Cargo					
Gerencial	31.602	31.678	31.486	30.457	30.510
Técnico	1.222	1.237	1.248	1.302	1.321
Assessoria	11.732	12.125	12.450	12.420	12.313
Operacional	42.426	41.907	41.227	40.183	40.027
Especialista	148	154	163	1.755	1.788
Estagiários	485	479	407	475	444
 Índice de Rotatividade Trimestral (%)	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5

A variação no quantitativo de funcionários em 12 meses ocorreu devido aos desligamentos naturais ao passo em que avançaram as contratações dos candidatos aprovados na última seleção externa para as funções de Agente Comercial e Agente de Tecnologia.



Canais de Atendimento

A rede de atendimento do Banco do Brasil é segmentada entre rede própria, compartilhada e correspondentes.

Tabela 32. Rede de Atendimento

	Jun/24	Mar/25	Jun/25	Δ% A/A	Δ% T/T
Rede de Atendimento	52.865	51.315	51.322	(2,9)	0,0
Rede Própria	10.706	10.651	10.643	(0,6)	(0,1)
Agências	3.998	3.997	3.997	(0,0)	–
Postos de Atendimento	1.530	1.499	1.492	(2,5)	(0,5)
Postos de Atendimento Eletrônico	5.178	5.155	5.154	(0,5)	(0,0)
Rede MaisBB	18.206	16.300	15.749	(13,5)	(3,4)
Rede Compartilhada	23.953	24.364	24.930	4,1	2,3
Banco24Horas	23.953	24.364	24.930	4,1	2,3

Tabela 33. Atendimento Tradicional e Especializado

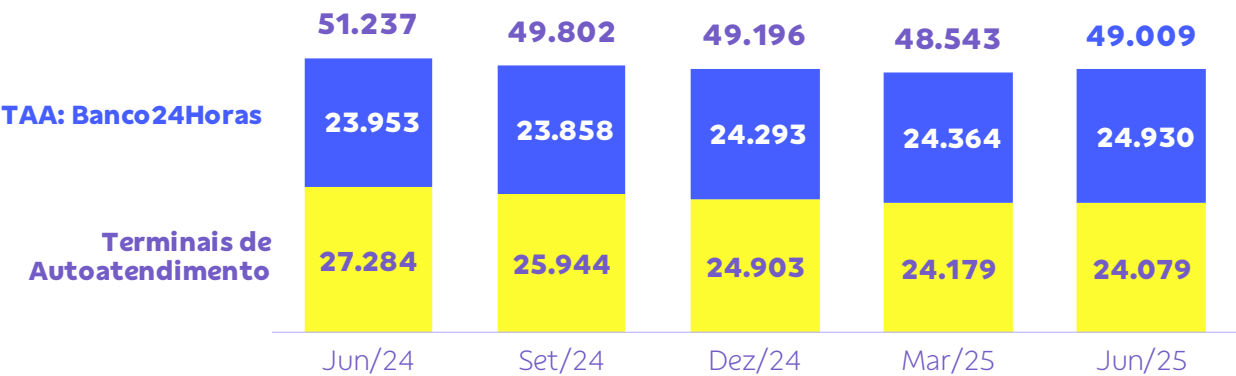
	Jun/24	Mar/25	Jun/25	Δ% A/A	Δ% T/T
Rede Própria	10.706	10.651	10.643	(0,6)	(0,1)
Atendimento Tradicional	9.880	9.825	9.817	(0,6)	(0,1)
Agências Tradicionais	3.172	3.171	3.171	(0,0)	–
Postos de Atendimento	1.530	1.499	1.492	(2,5)	(0,5)
Postos de Atendimento Eletrônico	5.178	5.155	5.154	(0,5)	(0,0)
Atendimento Especializado	826	826	826	–	–
Agências Digitais e Especializadas	826	826	826	–	–
Escritórios Leve Digital	16	16	15	(6,3)	(6,3)



Terminais de Autoatendimento

O Banco do Brasil disponibiliza aos seus clientes uma ampla rede de terminais de autoatendimento (TAA) no País. A figura a seguir apresenta a quantidade de terminais da rede própria, das parcerias com outros bancos e da rede Banco24Horas.

Figura 9. Terminais de Autoatendimento





Indicadores

Tabela 34. Índices de Cobertura Ajustados – R\$ milhões

	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25
Receitas de Prestação de Serviços (A)	8.845	9.096	9.192	8.361	8.754
Desp. Administrativas (B) = (C) + (D)	9.245	9.373	9.502	9.496	9.676
Despesas de Pessoal (C)	6.075	6.081	6.285	6.322	6.444
Outras Despesas Administrativas (D)	3.171	3.292	3.216	3.174	3.232
 Cobertura Desp. de Pessoal (A/C) ¹ - %	145,6	149,6	146,2	132,3	135,8
 Cobertura Desp. de Pessoal 12 m ¹ - %	146,1	145,5	145,9	143,3	140,9
 Cobertura Desp. Adm. (A/B) ¹ - %	95,7	97,0	96,7	88,0	90,5
 Cobertura Desp. Adm. 12 m ¹ - %	95,3	95,3	95,9	94,4	93,1

(1) Indicador impactado pela da Resolução CMN nº 4.966/21.

Tabela 35. Índices de Eficiência Ajustados – R\$ milhões

	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25
Despesas Administrativas (A)	9.245	9.373	9.502	9.496	9.676
Despesas de Pessoal	6.075	6.081	6.285	6.322	6.444
Outras Despesas Administrativas	3.171	3.292	3.216	3.174	3.232
Receitas Operacionais (B)	36.070	36.363	36.849	32.597	34.984
Margem Financeira Bruta	25.549	25.870	26.791	23.881	25.061
Recuperação de Crédito	2.983	2.597	1.927	1.289	1.991
Descontos Concedidos	(908)	(393)	(386)	(374)	(525)
Perdas por Imparidade	(272)	(663)	(620)	-	-
Receitas de Prestação de Serviços	8.845	9.096	9.192	8.361	8.754
Part. em Controladas, Coligadas e JV	1.945	1.942	2.059	1.759	2.124
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.071)	(2.086)	(2.115)	(2.320)	(2.421)
 Índice de Eficiência (A/B) - % ¹	25,6	25,8	25,8	29,1	27,7
 Índice de Eficiência 12 meses - % ¹	25,5	25,4	25,6	26,5	27,0

(1) Indicador impactado pela da Resolução CMN nº 4.966/21.

5. Outros Componentes do Resultado

Nesta seção são apresentadas as principais linhas que formam o resultado de Outros Componentes do Resultado do Exercício, sendo elas: Outras Receitas, Outras Despesas e Resultado da Participação, este último, parte destacado em Resultado de Participações em Controladas, Coligadas e *Joint Ventures* e parte consolidado nas demais linhas da Demonstração do Resultado do Exercício.



Outras Receitas e Despesas

A tabela a seguir apresenta as principais linhas nas outras receitas e despesas:

Tabela 36. Outras Receitas e Despesas¹ – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acum.
Outras Receitas/Despesas	(2.071)	(2.320)	(2.421)	16,9	4,3	(4.044)	(4.741)	17,2
Outras Receitas (ORO)	1.811	1.983	1.974	9,0	(0,5)	3.673	3.957	7,7
Atualização De Depósitos Em Garantia	584	658	715	22,6	8,8	1.130	1.373	21,6
Recuperação de Encargos e Despesas	477	473	481	0,9	1,7	971	954	(1,7)
Operações com Cartões	234	310	344	46,8	10,9	559	654	16,9
Clube de Benefícios BB	111	128	124	11,7	(3,4)	222	252	13,1
Empresas Controladas Não Financeiras	66	69	34	(49,3)	(51,2)	142	102	(28,0)
Atualização de impostos a compensar	83	59	66	(20,2)	11,4	130	125	(3,9)
Reversão de Provisões – Outras	46	26	45	(1,7)	78,1	136	71	(47,7)
Demais ORO	210	261	165	(21,5)	(36,7)	384	426	11,0
Outras Despesas (ODO)	(3.882)	(4.303)	(4.395)	13,2	2,1	(7.717)	(8.698)	12,7
Operações com Cartões	(499)	(598)	(650)	30,4	8,7	(1.036)	(1.249)	20,5
Verba de Relacionamento Negocial	(475)	(457)	(476)	0,2	4,1	(951)	(933)	(1,8)
Serviços de terceiros	(499)	(417)	(459)	(8,1)	9,9	(881)	(876)	(0,6)
Bônus de Relacionamento Negocial	(323)	(409)	(415)	28,6	1,4	(656)	(825)	25,7
Atualização das Obrigações Atuariais	(335)	(335)	(335)	(0,0)	0,0	(670)	(670)	(0,0)
Empresas Controladas Não Financeiras	(181)	(205)	(153)	(15,6)	(25,5)	(381)	(358)	(5,9)
Transporte de valores	(149)	(154)	(159)	7,3	3,5	(280)	(313)	12,0
Convênio INSS	(139)	(152)	(155)	11,5	2,2	(302)	(307)	1,7
Prêmio de Seguro de Vida – CDC	(113)	(131)	(138)	22,0	5,4	(233)	(269)	15,7
Autoatendimento	(108)	(93)	(173)	60,7	86,6	(257)	(266)	3,5
Falhas/Fraudes e Outras Perdas	(74)	(46)	(72)	(2,5)	57,0	(112)	(118)	5,9
Demais ODO	(987)	(1.305)	(1.208)	22,5	(7,4)	(1.959)	(2.513)	28,3

(1) Tabela impactada pela Resolução CMN 4.966/21.



Informações de Controladas e Coligadas

Tabela 37. Participações Societária no Brasil e no Exterior – R\$ mil

Participações Societárias no Brasil	Atividade	Part.	Saldo de Investimento		Resultado da Participação	
			Jun/24	Jun/25	1S24	1S25
Banco Votorantim S.A. ⁴	Banco Múltiplo	(ii) 50,00%	6.806.656	6.374.284	339.428	466.841
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(i) 100,00%	40.647	40.542	16.314	16.209
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(i) 100,00%	1.093.220	1.142.448	692.125	807.953
BB Banco de Investimento S.A. – BBBI	Banco de Invest.	(i) 100,00%	858.082	811.633	464.114	356.317
▶ Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créd.	(i) 100,00%	1.095.752	1.101.820	125.582	121.878
▶ UBS BB Serv. de Assessoria Fin. e Participações S.A.	Banco de Invest.	(ii) 49,99%	768.483	772.336	19.328	14.619
BB Asset	Adm. de Ativos	(i) 100,00%	1.429.652	1.429.629	994.695	1.119.633
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	(i) 100,00%	10.510.567	10.645.515	924.117	892.138
▶ Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁵	Serviços	(ii) 64,49%	2.711.004	2.741.163	149.971	141.181
▶ Cielo S.A. ⁶	Serviços	(ii) 49,28%	3.558.627	2.886.014	255.655	195.785
▶ Elo Participações S.A. ⁸	Holding	(ii) 49,99%	2.076.319	613.825	433.869	386.103
Alelo S.A.	Serviços	(ii) 49,99%	375.477	562.705	102.081	128.185
Elo Serviços S.A.	Serviços	(ii) 28,53%	239.381	217.706	151.890	71.561
BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(i) 100,00%	4.823.194	4.838.655	142.845	176.598
BB Seguridade Participações S.A. ^{1 2}	Holding	(i) 68,25%	6.464.751	6.771.023	2.807.559	2.995.578
▶ BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.	Corretora	(i) 68,25%	6.174	6.175	1.587.736	1.733.026
▶ BB Seguros Participações S.A.	Holding	(i) 68,25%	8.820.205	9.650.046	2.583.108	2.656.477
BB Mapfre Participações S.A. ⁷	Holding	(ii) 51,18%	2.395.226	2.279.696	1.514.109	1.855.442
Brasilcap Capitalização S.A. ⁷	Capitalização	(ii) 45,57%	483.850	621.962	94.216	85.249
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ^{4 7}	Seg./Previd.	(ii) 51,18%	6.384.545	5.489.882	948.592	640.008
BB Tecnologia e Serviços S.A. – BBTS ²	Informática	(i) 100,00%	486.399	605.475	93.183	80.079

Participações Societárias no Exterior ³	Atividade	Part.	Saldo de Investimento		Resultado da Participação	
			Jun/24	Jun/25	1S24	1S25
Banco do Brasil Aktiengesellschaft – BBAG	Holding	(i) 100,00%	826.037	889.381	(5.737)	10.874
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(i) 80,39%	4.188.417	4.367.738	2.207.549	1.093.736
BB Americas	Banco Múltiplo	(i) 100,00%	1.451.511	1.662.051	134.204	108.837
BB Cayman Islands Holding – BBICI	Holding	(i) 100,00%	1.300.231	1.441.283	74.970	150.261
▶ BB Securities LTD	Corretora	(i) 100,00%	369.305	339.904	(144)	(7.172)
BB Securities LLC	Corretora	(i) 100,00%	416.129	411.810	2.936	546
BB USA Holding Company INC	Holding	(i) 100,00%	827	744	–	(14)

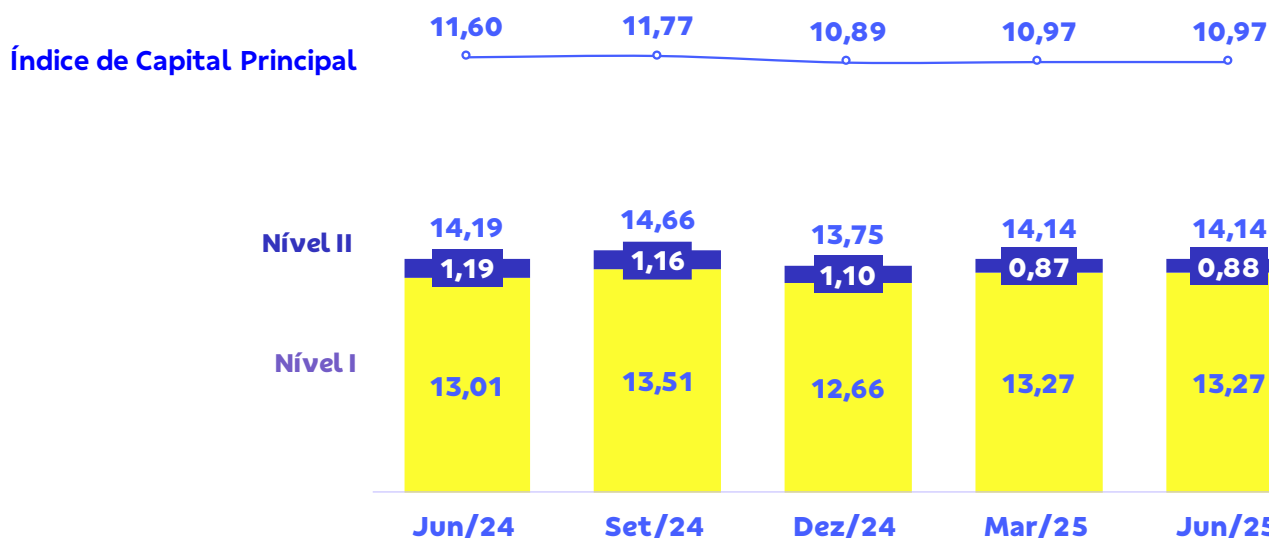
(i) Empresas consolidadas integralmente; (ii) Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; (1) O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$53.397.500 mil (2) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria; (3) O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras; (4) O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais; (5) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49%, em virtude da Cielo S.A. deter 70,00% de participação direta na Cateno; (6) Participação indireta do Banco na Cielo, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A., considerando ainda as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria, bem como as participações indiretas detidas pela Livel e pela Elo Participações Ltda.; (7) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis; (8) A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

6. Gestão de Capital

A gestão de riscos e de capital é fundamental para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte à geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

O Índice de Basileia foi de 14,14% em junho de 2025. O índice de capital nível I foi de 13,27%, sendo 10,97% de capital principal. O Patrimônio de Referência, que considera os requisitos de apuração do capital regulamentar de Basileia, atingiu o montante de R\$ 189,2 bilhões, evolução de 7,9% em 12 meses.

O gerenciamento de riscos no Banco do Brasil contempla todos os riscos relevantes declarados no inventário de riscos do BB. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

**Figura 10.** Evolução do Índice de Basileia – %

O Índice de Basileia é apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência – PR e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR em relação ao Ativo Ponderado pelo Risco – RWA, respectivamente. Os termos técnicos utilizados para regulação de capital estão disponíveis no glossário.

O BB promove a gestão do Capital com visão prospectiva de três anos e considera a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, a Estratégia Corporativa, o Plano Diretor e Orçamento Corporativo.

O foco está na geração orgânica de capital e no crescimento sustentável do crédito em linhas com retorno ajustado ao risco adequado.

No 1T25, entraram em vigor as adequações regulatórias advindas da Resolução CMN nº 4.966/2021, bem como a nova metodologia de

cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (Resolução BCB nº 356/2023).

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais é o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.950/2021.

Nos termos do Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o Conglomerado Prudencial abrange não só as instituições financeiras, como também administradoras de consórcios, instituições de pagamento, sociedades que realizem aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito, sobre as quais tenham controle direto e indireto e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios.



Figura 11. Capital Principal – Composição (%)



Tabela 38. Índice de Basileia – R\$ milhões

	Saldo				
	Jun/24	Set/24	Dez/24	Mar/25	Jun/25
 Patrimônio de Referência - PR	175.348	185.841	184.158	190.119	189.167
Nível I	160.680	171.173	169.490	178.385	177.432
Capital Principal	143.271	149.178	145.822	147.484	146.717
Patrimônio Líquido	172.481	178.366	181.826	175.342	175.291
Instrumentos elegíveis a capital	6.100	5.100	5.100	5.100	5.100
Ajuste decorrente da aplicação da Res. CMN 5.199/24 ¹	–	–	–	8.018	8.018
Ajustes prudenciais	(35.310)	(34.288)	(41.104)	(40.977)	(41.692)
Capital Complementar	17.409	21.995	23.668	30.901	30.716
Nível II	14.668	14.668	14.668	11.735	11.735
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	14.668	14.668	14.668	11.735	11.735
Recursos captados no FCO ²	14.668	14.668	14.668	11.735	11.735
 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.235.313	1.267.438	1.338.854	1.344.673	1.337.457
Risco de Crédito (RWACPAD) ³	1.008.383	1.027.515	1.087.483	1.094.138	1.076.266
Risco de Mercado (RWAMPAD)	47.429	41.284	52.732	32.945	43.601
Risco Operacional (RWAOPAD)	179.500	198.638	198.638	217.590	217.590
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) - (%)⁴	13,01	13,51	12,66	13,27	13,27
Índice de Capital Principal (CP/RWA) - (%)⁴	11,60	11,77	10,89	10,97	10,97
Índice de Basileia (PR/RWA) - (%)⁴	14,19	14,66	13,75	14,14	14,14

(1) Conforme Nota Explicativa 30-c; (2) Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021, em 2025, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 40% (50% em 2024) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018; (3) Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%; (4) Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Ativo Ponderado pelo Risco – RWA

Figura 12. Consumo de RWA – R\$ bilhões

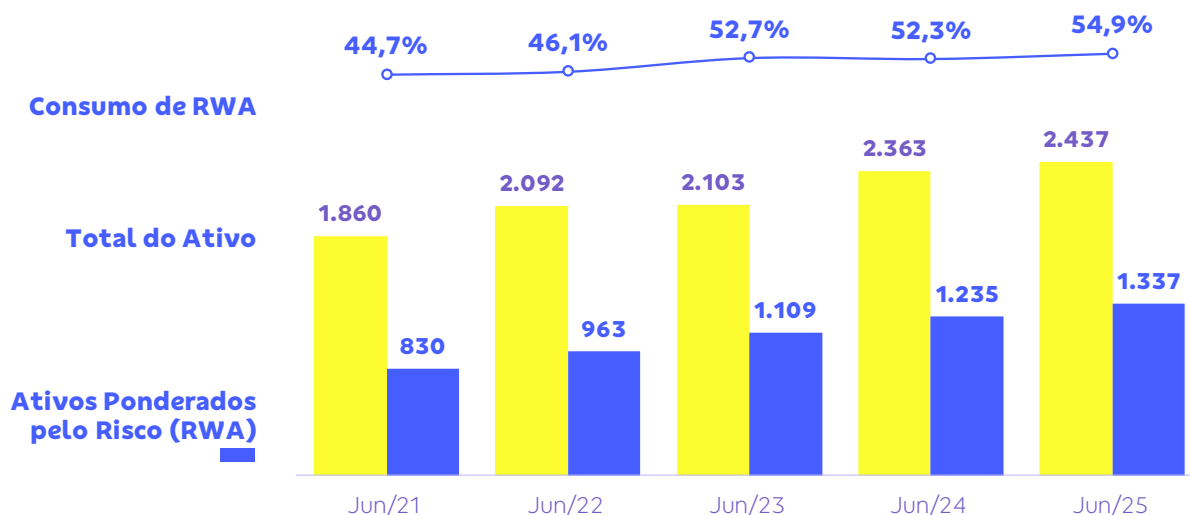


Figura 13. Composição do RWA – %



A seguir, é apresentado o PRMR referente às parcelas de RWA sujeitas aos riscos de crédito, operacional e de mercado, mediante abordagem padronizada. O fator “F” vigente é de 8,0%. Para o RWACPAD, considera-se a ponderação relativa ao cálculo do capital requerido para o risco de crédito mediante abordagem padronizada.

**Tabela 39.** PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD}^1 – R\$ milhões

	Jun/24			Mar/25			Jun/25		
	RWA_{CPAD}	PRMR	%	RWA_{CPAD}	PRMR	%	RWA_{CPAD}	PRMR	%
Total	1.008.383	80.671	100,0	1.094.138	87.531	100,0	1.076.266	86.101	100,0
Operações de Crédito	624.072	49.926	61,9	663.230	53.058	60,6	663.404	53.072	61,6
TVM e Derivativos	100.265	8.021	9,9	34.680	2.774	3,2	28.477	2.278	2,6
Créditos Tributários	70.899	5.672	7,0	85.742	6.859	7,8	88.250	7.060	8,2
Outros Direitos	59.719	4.777	5,9	171.951	13.756	15,7	159.927	12.794	14,9
Permanente	48.005	3.840	4,8	53.384	4.271	4,9	52.975	4.238	4,9
Lim. de Crédito e Créd.a Liberar	29.141	2.331	2,9	30.981	2.478	2,8	31.709	2.537	2,9
Garantias Prestadas	14.171	1.134	1,4	12.963	1.037	1,2	12.473	998	1,2
Part. Fundos de Gar. de Clearings	231	19	0,0	26	2	0,0	49	4	0,0
Demais	61.882	4.951	6,1	41.182	3.295	3,8	39.001	3.120	3,6

(1) A partir de 01.07.2023, o RWA_{CPAD} passou a ser apurado em conformidade com os procedimentos de apuração da parcela definidos por meio da Resolução BCB nº 229/22, em substituição à Circular nº 3.644/13, a qual foi revogada pelo Banco Central.

Tabela 40. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD}^1 – R\$ milhões

	Jun/24	Mar/25	Jun/25
	RWA_{OPAD}	RWA_{OPAD}	RWA_{OPAD}
Total	179.500	217.590	217.590
Componente Juros	–	50.409	50.409
Componente Serviços	–	53.940	53.940
Componente Financeira	–	5.011	5.011
Indicador de Negócios (BI)	–	109.361	109.361
BIC	–	16.254	16.254
Fator ILM (Multiplicador Interno de Perdas)	–	1,1530%	1,1530%
Capital Requerido (PRMR)	–	18.740	18.740
RWAOpad (SAOR)	–	234.257	234.257
RWAOpad (ASA)	–	212.034	212.034
Transition percentage rule (Central Bank Resolution No. 356)	–	25%	25%

(1) A partir de 01.01.2025, entrou em vigor a Resolução Bacen nº 356 que estabelece os novos procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa ao cálculo requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAOpad). Para as IFs cuja aplicação do novo formato resulte em um valor superior ao RWAOpad apurado na data-base de 31.12.2024, a parcela considerada para o ano de 2025 será composta pelo RWAOpad apurado em 31.12.2024, acrescido de 25% da diferença entre o novo cálculo do RWAOpad e o valor originalmente apurado na referida data-base.

**Tabela 41.** PRMR Referente à Parcela do RWA_{MPAD} – R\$ milhões

	Jun/24			Mar/25			Jun/25		
	RWA_{MPAD}	PRMR	%	RWA_{MPAD}	PRMR	%	RWA_{MPAD}	PRMR	%
Total	47.429	3.794	100,0	32.945	2.636	100,0	43.601	3.488	100,0
Câmbio	23.694	1.896	50,0	9.794	784	29,7	20.159	1.613	46,2
Taxa de Juros	11.161	893	23,5	9.660	773	29,3	12.318	985	28,3
CVA	9.226	738	19,5	6.127	490	18,6	5.546	444	12,7
DRC ¹	–	–	–	2.494	199	7,6	1.978	158	4,5
Commodities	3.303	264	7,0	4.860	389	14,8	3.547	284	8,1
Ações	44	4	0,1	9	1	0,0	52	4	0,1

(1) A partir de 01.07.2024, o RWADRC passou a ser apurado em conformidade com a Resolução BCB nº 313/23.

**Tabela 42.** RWA_{CPAD}¹ Segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR – R\$ milhões

	Operações de Crédito		Créditos Tributários		TVM e Instr. Financeiros Derivativos		Outros Direitos		Permanente		Demais		Total	
	RWA _{CPAD} ²	PRMR ³	RWA _{CPAD} ²	PRMR ³	RWA _{CPAD} ²	PRMR ³	RWA _{CPAD} ²	PRMR ³	RWA _{CPAD} ²	PRMR ³	RWA _{CPAD} ²	PRMR ³	RWA _{CPAD} ²	PRMR ³
Total	663.404	53.072	88.250	7.060	28.477	2.278	159.927	12.794	52.975	4.238	83.232	6.659	1.076.266	86.101
FPR 0%	–	–	–	–	379	30	–	–	–	–	–	–	379	30
FPR 2%	–	–	–	–	85	7	–	–	–	–	49	4	134	11
FPR 20%	2.207	177	–	–	264	21	0	0	–	–	1.975	158	4.447	356
FPR 25%	1.570	126	–	–	–	–	–	–	–	–	4	0	1.574	126
FPR 30%	9.181	735	–	–	–	–	–	–	–	–	218	17	9.399	752
FPR 40%	1.093	87	–	–	9.253	740	7.145	572	–	–	7.168	573	24.659	1.973
FPR 45%	3	0	–	–	–	–	21.894	1.752	–	–	7.348	588	29.245	2.340
FPR 50%	1.594	127	–	–	23	2	37	3	–	–	896	72	2.550	204
FPR 60%	268	21	–	–	–	–	–	–	–	–	2	0	270	22
FPR 65%	45.580	3.646	–	–	2.130	170	51.064	4.085	–	–	19.056	1.525	117.830	9.426
FPR 70%	45.011	3.601	–	–	–	–	3	0	–	–	607	49	45.620	3.650
FPR 75%	269.252	21.540	–	–	–	–	6.892	551	–	–	3.784	303	279.928	22.394
FPR 85%	25.024	2.002	–	–	397	32	4.894	392	–	–	5.050	404	35.366	2.829
FPR 90%	14.806	1.185	–	–	–	–	3	0	–	–	161	13	14.970	1.198
FPR 100%	171.545	13.724	60.741	4.859	13.799	1.104	67.388	5.391	13.497	1.080	23.839	1.907	350.810	28.065
FPR 105%	70	6	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	70	6
FPR 110%	42.346	3.388	–	–	–	–	44	4	–	–	1.046	84	43.435	3.475
FPR 112,5%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	161	13	161	13
FPR 113%	2.297	184	–	–	–	–	551	44	–	–	382	31	3.230	258
FPR 130%	10.311	825	–	–	–	–	0	0	–	–	3.593	287	13.904	1.112
FPR 150%	21.246	1.700	–	–	329	26	12	1	–	–	7.893	631	29.480	2.358
FPR 160%	–	–	–	–	–	–	–	–	11.869	950	–	–	11.869	950
FPR 220%	–	–	–	–	–	–	–	–	99	8	–	–	99	8
FPR 250%	–	–	27.509	2.201	–	–	–	–	27.509	2.201	–	–	55.019	4.402
FPR 1.250%	–	–	–	–	1.817	145	–	–	–	–	–	–	1.817	145

(1) A partir de 01.07.2023, o RWA_{CPAD} passou a ser apurado em conformidade com os procedimentos de apuração da parcela definidos por meio da Resolução BCB nº 229/22, em substituição à Circular nº 3.644/13, a qual foi revogada pelo Bacen;
 (2) Somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco, ajustados pelo Fator de Conversão; (3) Exposição ponderada por Fator de Risco multiplicada por 8,0%.

7. Crédito

A carteira de crédito expandida que inclui, além da carteira de crédito, TVMs privados e garantias prestadas, totalizou R\$ 1,29 trilhão em junho/25, alta de 1,3% no trimestre e de 11,2% em 12 meses.

A carteira expandida PF cresceu 2,0% no trimestre e 8,0% em 12 meses, influenciada, principalmente, pelo desempenho do crédito consignado (+2,5% t/t e +8,6% a/a), crédito não consignado (+3,8% t/t e +11,2% a/a) e cartão de crédito (+2,9% t/t e +13,0% a/a).

A carteira expandida PJ cresceu 1,8% no trimestre e 14,7% em 12 meses, com destaque para ACC/ACE (+21,3% t/t) e Investimento (+8,8% a/a).

A carteira expandida Agro alcançou o volume de R\$ 404,9 bilhões em jun/25. Na comparação anual, a carteira cresceu 8,0%, ficando relativamente estável no trimestre (-0,3%), com destaque para o custeio agropecuário +13,9% a.a. e para o investimento agropecuário 13,1% a.a.



Carteira Expandida

A partir do 1T25, o Banco do Brasil alterou a nomenclatura das suas carteiras. A previamente denominada Carteira de Crédito Classificada passou a ser denominada apenas Carteira de Crédito, enquanto a Carteira de Crédito Ampliada foi alterada para Carteira de Crédito Expandida. Além disso, a carteira de TVM Privados e Garantias foi reprocessada para adequação aos critérios da Resolução CMN nº 4.966/21.

Ademais, os novos conceitos sobre a Carteira Renegociada, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, estão descritos na seção Créditos Renegociados e Reestruturados (2Rs) deste capítulo.

Tabela 43. Carteira de Crédito e Carteira de Crédito Expandida – R\$ milhões

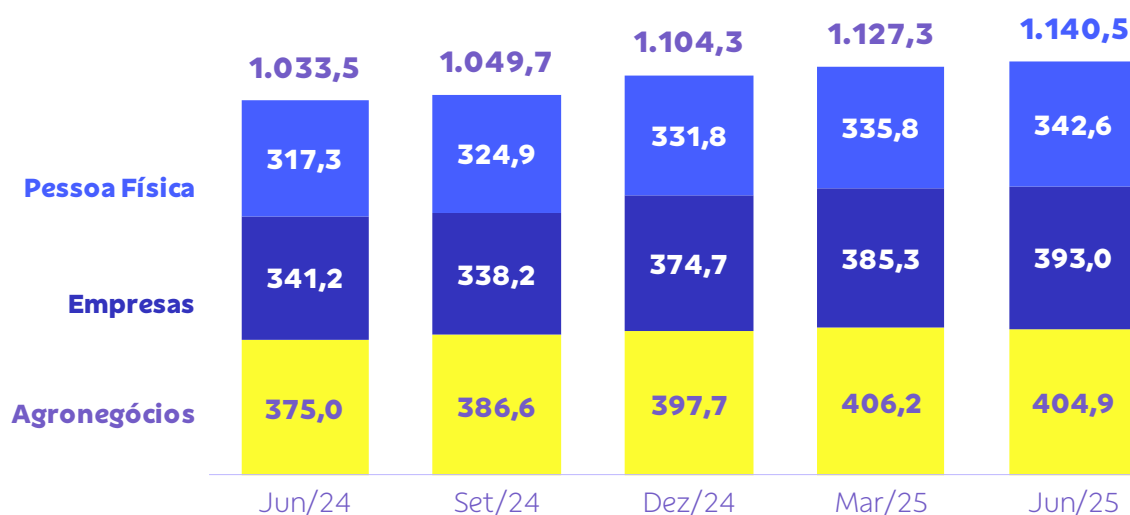
	Jun/24	Part. %	Mar/25	Part. %	Jun/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
 Carteira de Crédito (a)	1.024.416	100,0	1.103.534	100,0	1.115.212	100,0	8,9	1,1
Interna	976.496	95,3	1.040.955	94,3	1.052.618	94,4	7,8	1,1
Pessoa Física	317.235	31,0	335.734	30,4	342.512	30,7	8,0	2,0
Pessoa Jurídica	323.812	31,6	339.705	30,8	345.203	31,0	6,6	1,6
Grandes Empresas	135.132	13,2	141.305	12,8	148.430	13,3	9,8	5,0
MPME	121.814	11,9	123.784	11,2	121.772	10,9	(0,0)	(1,6)
Governo	66.866	6,5	74.615	6,8	75.001	6,7	12,2	0,5
Agronegócio	335.448	32,7	365.516	33,1	364.903	32,7	8,8	(0,2)
Pessoa Física	322.748	31,5	351.621	31,9	349.972	31,4	8,4	(0,5)
Pessoa Jurídica	12.700	1,2	13.895	1,3	14.930	1,3	17,6	7,4
Exterior	47.920	4,7	62.579	5,7	62.594	5,6	30,6	0,0
 TVM Privados e Garantias (b)¹	140.014	100,0	174.265	100,0	179.085	100,0	27,9	2,8
 Carteira de Crédito Expandida (a + b)¹	1.164.430	100,0	1.277.799	100,0	1.294.296	100,0	11,2	1,3
Interna	1.100.402	94,5	1.201.889	94,1	1.215.475	93,9	10,5	1,1
Pessoa Física	317.317	27,3	335.806	26,3	342.595	26,5	8,0	2,0
Pessoa Jurídica	408.096	35,0	459.885	36,0	467.986	36,2	14,7	1,8
Agronegócio	374.989	32,2	406.198	31,8	404.893	31,3	8,0	(0,3)
Externa	64.027	5,5	75.911	5,9	78.822	6,1	23,1	3,8
 Participação de Mercado BB - %	16,2		16,1		15,7			

(1) Série reprocessada para adequação aos critérios da Resolução CMN nº 4.966/21.



A próxima figura apresenta a visão da carteira expandida de Pessoa Física, Empresas e de Agronegócios, conforme as projeções corporativas para o ano de 2025.

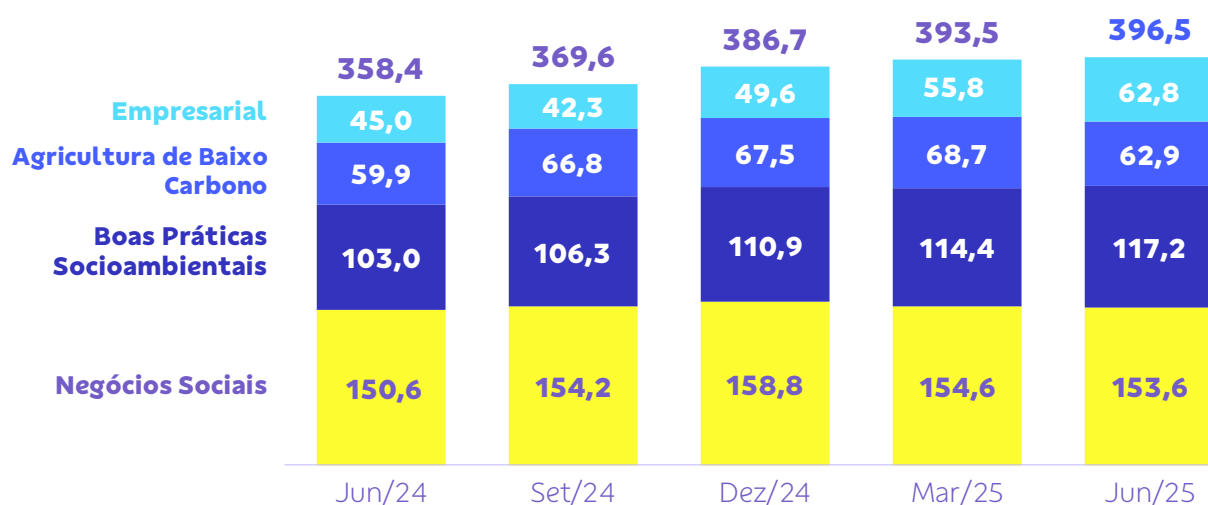
Figura 14. Carteira Conforme Projeções Corporativas – R\$ bilhões



Reforçando o compromisso do BB para um futuro mais sustentável, o Banco realiza o acompanhamento das projeções para a carteira sustentável, que abrange linhas de crédito com enfoque ambiental, social e financiamentos de atividades ou segmentos que tragam impactos socioambientais positivos.

O Banco do Brasil apresentou um saldo de R\$ 396,5 bilhões na carteira de negócios sustentáveis, crescimento de 10,6% em 12 meses, e corresponde por 35,6% da carteira de crédito.

Figura 15. Carteira de Negócios Sustentáveis – R\$ bilhões

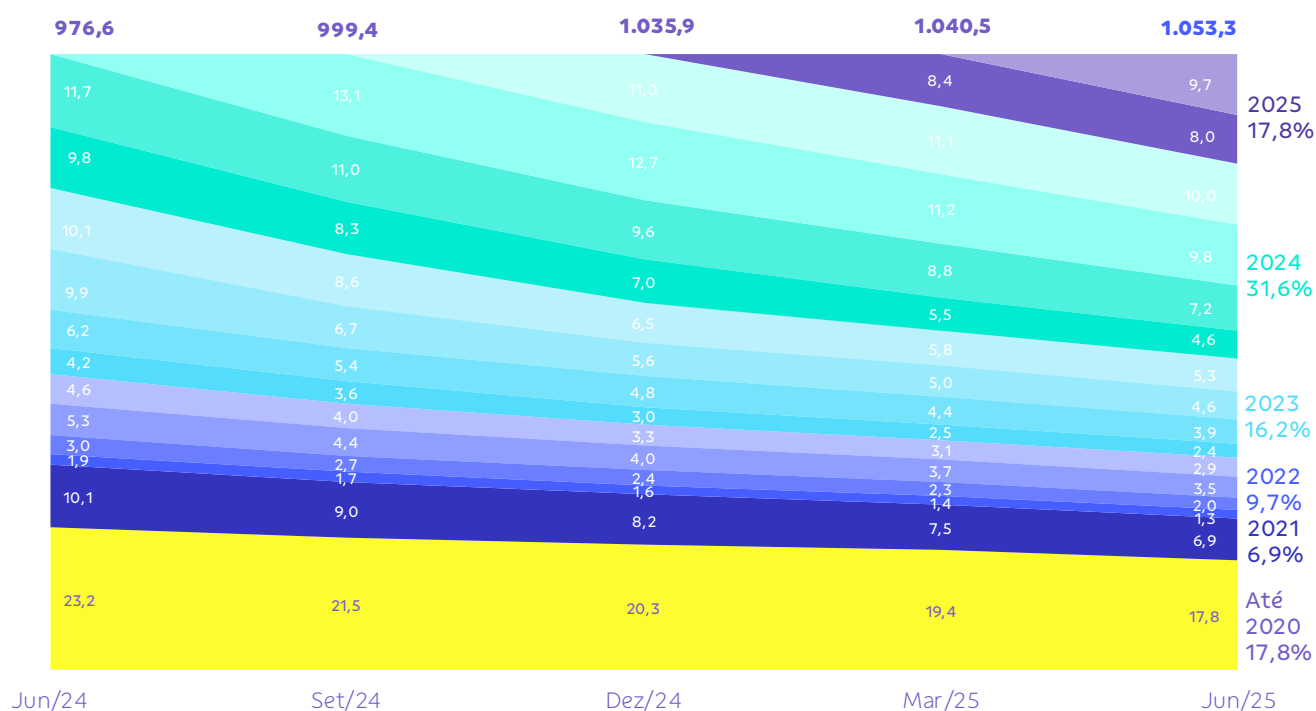




A próxima figura apresenta a carteira de crédito interna considerando o período de contratação. Em alguns casos, existe a possibilidade de o desembolso ocorrer de forma parcelada. Nesses casos todas as parcelas são consideradas no período em que foram contratadas.

Avaliando a carteira de junho/25, 81,9% dos ativos foram contratados entre 2021 e 2025.

Figura 16. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) – %



A tabela a seguir apresenta o nível de concentração dos clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona.

Tabela 44. 100 Maiores Clientes em Relação à Carteira de Crédito e PR – R\$ milhões

	Jun/24	Mar/25	Jun/25	Carteira ¹	PR ²
1º Cliente	9.193	15.473	19.429	1,7%	10,3%
2º ao 20º	69.356	76.892	76.588	6,9%	40,5%
21º ao 100º	59.823	59.052	62.275	5,6%	32,9%
100 maiores	138.372	151.417	158.292	14,2%	83,7%

(1) Carteira de Crédito; (2) Patrimônio de Referência.



Qualidade do Crédito

Custo do Crédito

O Custo do Crédito, que corresponde às despesas de perda esperada (conforme a Resolução CMN nº 4.966/21), somada aos descontos concedidos e deduzidas das receitas com recuperação de crédito, totalizou R\$ 15,9 bilhões no 2T25 e R\$ 26,1 bilhões no semestre. Destaca-se que para atendimento a Resolução 4.966/21 as contabilizações das perdas para títulos, antes contabilizados como perdas por imparidade, passaram a compor a linha de perda esperada.

Tabela 45. Despesa de PCLD (2024) e Custo do Crédito (2025) da Carteira Expandida¹ – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acm.
Custo do Crédito	(7.807)	(10.152)	(15.908)	103,8	56,7	(16.348)	(26.059)	59,4
Despesa de PCLD 2024 e Perda Esperada 2025	(9.610)	(11.067)	(17.374)	80,8	57,0	(19.610)	(28.441)	45,0
Recuperação de Crédito	2.983	1.289	1.991	(33,3)	54,5	4.974	3.280	(34,1)
Descontos Concedidos	(908)	(374)	(525)	(42,2)	40,4	(1.242)	(898)	(27,7)
Perdas por Imparidade	(272)	–	–	–	–	(471)	–	–

(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

Figura 17. Despesa com Perda Esperada da Carteira de Crédito Interna por Segmento – R\$ milhões

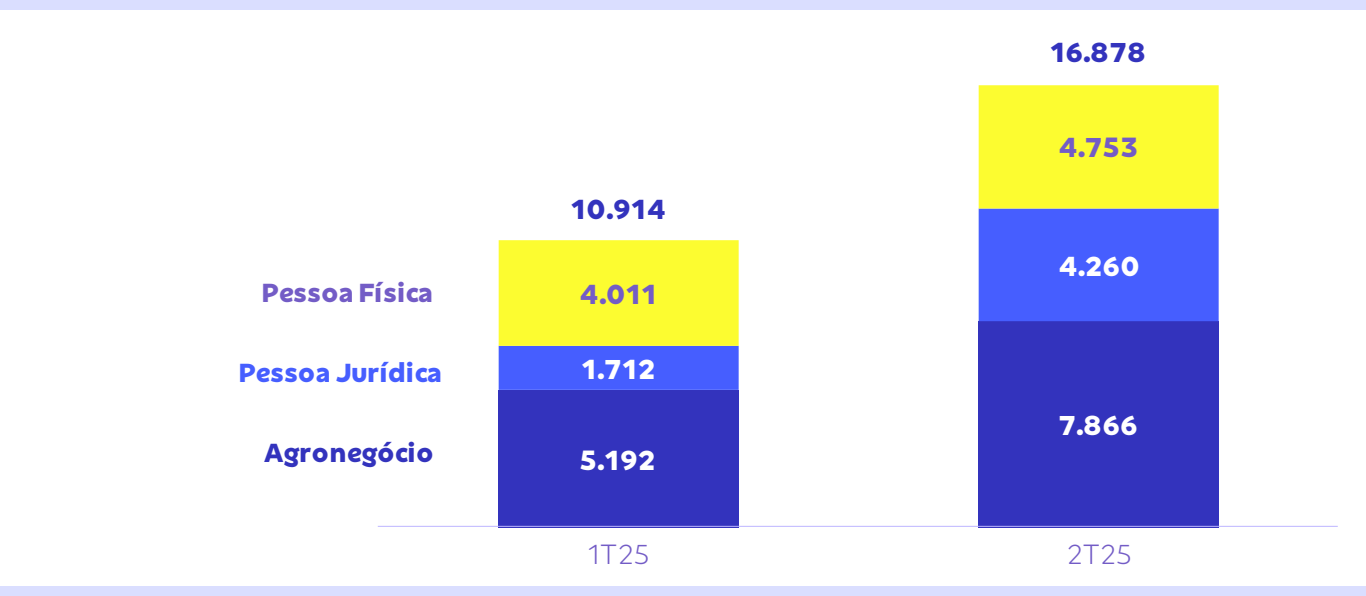
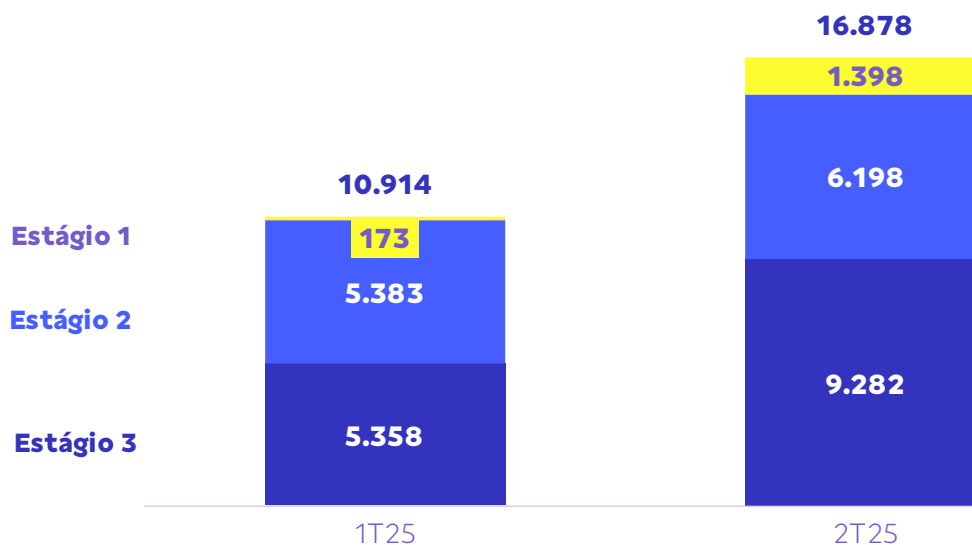
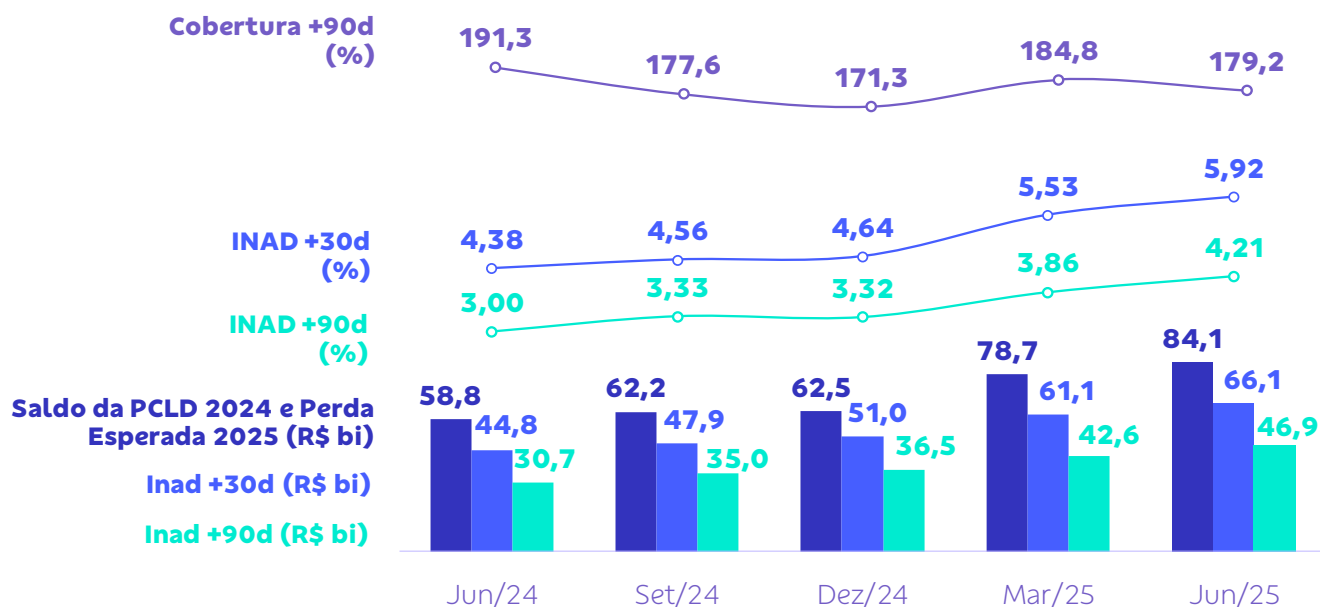



Figura 18. Despesa com Perda Esperada da Carteira de Crédito Interna por Estágio – R\$ milhões


Inadimplência e Cobertura

O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito) finalizou junho/25 em 4,21%. O índice de cobertura encerrou junho/25 em 179,2%.

Figura 19. INAD+30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito¹ – %


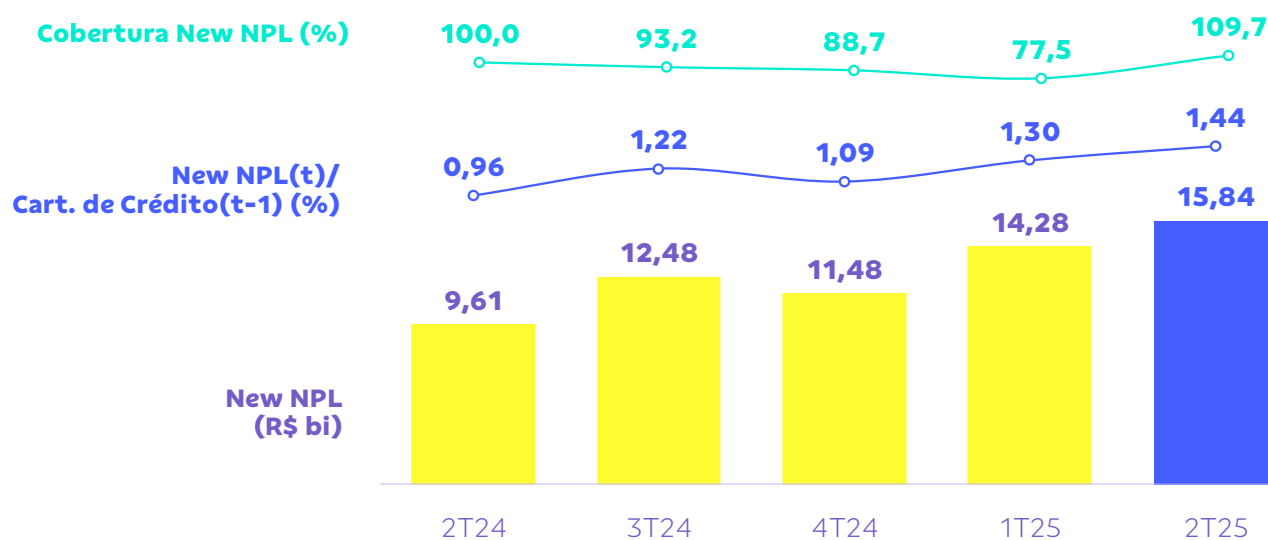
(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

A partir do 1T25 o Banco do Brasil passou a apresentar a abertura da sua carteira de crédito e o saldo de perdas esperadas por estágios. Em junho/25, 91,6% da carteira de crédito estava classificada nos estágios 1 e 2. Destaca-se que 34,6 % do saldo das operações da carteira em estágio 3 estão adimplentes.

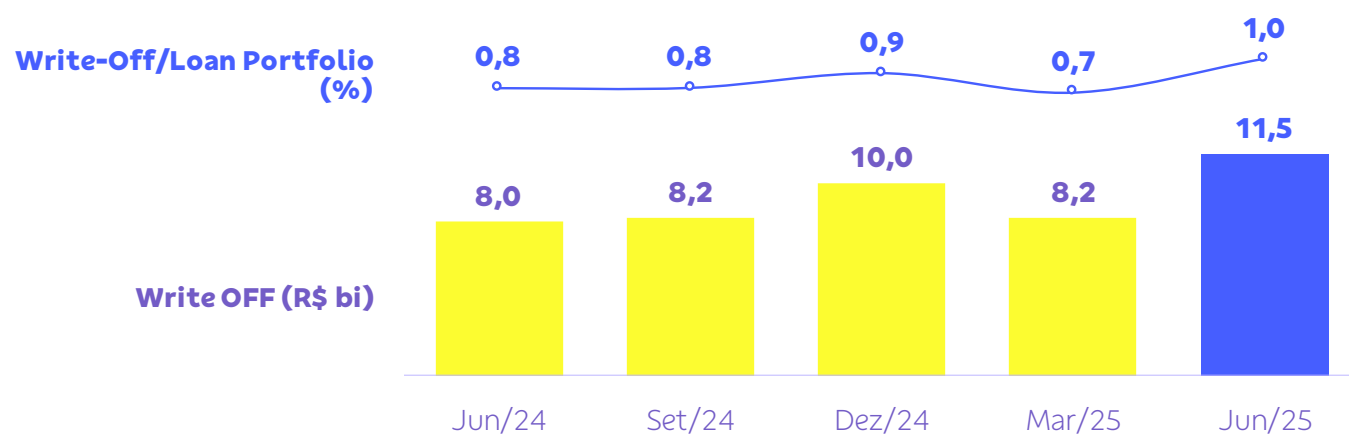
**Tabela 46.** Carteira de Crédito e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões

	Mar/25			Jun/25				
	Carteira de Crédito	Perda Esperada	Cobertura	Carteira de Crédito		Perda Esperada		Cobertura
	Saldo (a)	Saldo (b)	(b)/(a) - %	Saldo (a)	$\Delta\% \text{ s/ Mar/25}$	Saldo (b)	$\Delta\% \text{ s/ Mar/25}$	(b)/(a) - %
Estágio 1	976.060	6.558	0,7	980.581	0,5	8.429	28,5	0,9
Estágio 2	41.334	9.628	23,3	41.437	0,2	9.868	2,5	23,8
Estágio 3	86.140	62.550	72,6	93.194	8,2	65.790	5,2	70,6
Total	1.103.534	78.735	7,1	1.115.212	1,1	84.088	6,8	7,5

O indicador New NPL/Carteira de Crédito é apurado pela relação entre: (i) a variação trimestral do saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, acrescida das baixas para prejuízo efetuadas no trimestre; e (ii) o saldo da carteira de crédito do trimestre imediatamente anterior.

Figura 20. New NPL – % da Carteira de Crédito¹

(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

**Figura 21.** Write-Off – % da Carteira de Crédito¹

(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.



Créditos Renegociados e Reestruturados (2Rs)

A Resolução CMN nº 4.966/21 trouxe mudanças no tratamento de renegociações e reestruturações de dívidas, com objetivo de alinhar as práticas das instituições financeiras brasileiras aos padrões internacionais. O total de 2Rs do Banco Brasil alcançou R\$ 74,3 bilhões em junho/25, em um critério mais abrangente do que tratado pela resolução anterior, com índice de inadimplência +90d de 22,3% e o índice de cobertura em 212,2% da carteira 2Rs.

Créditos Renegociados

Os créditos renegociados contemplam operações com alterações nas condições originalmente pactuadas ou a substituição da linha, mediante liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da obrigação original. Destaca-se que essa repactuação não implica, automaticamente, em fragilidade da qualidade do crédito.

Créditos Reestruturados

Os créditos reestruturados são créditos renegociados que tiveram concessões significativas de vantagens ao cliente em razão da deterioração de sua qualidade creditícia, que não seriam concedidas em outra situação, com o objetivo de adequar as condições do crédito à situação do cliente.

Tabela 47. Carteira de Créditos Renegociado e Reestruturados – Banco Múltiplo¹ – R\$ milhões

	1T25	2T25	Δ% T/T
Créditos Renegociados e Reestruturados	71.963	74.284	3,2
Saldo Inicial	70.540	71.963	2,0
Renegociações	4.731	4.798	1,4
Reestruturações	4.758	6.325	32,9
Recebimentos menos Juros Líquidos ²	(4.137)	(5.956)	44,0
Baixas para Prejuízo	(3.930)	(2.845)	(27,6)
Saldo Final	71.963	74.284	3,2
 Índice de Inadimplência 90 dias – %	20,0	22,3	223 bps
 Índice de Cobertura – %	230,6	212,2	(1.839) bps
 Índice de Reestruturação – %	47,2	48,7	158 bps

(1) Conforme Nota Explicativa 12 – Créditos Renegociados e Reestruturados; (2) Recebimentos de principal e juros menos juros capitalizados, incluindo operações alongadas no período e liquidações com recebimento integral de seu capital principal.



Regularização de Créditos

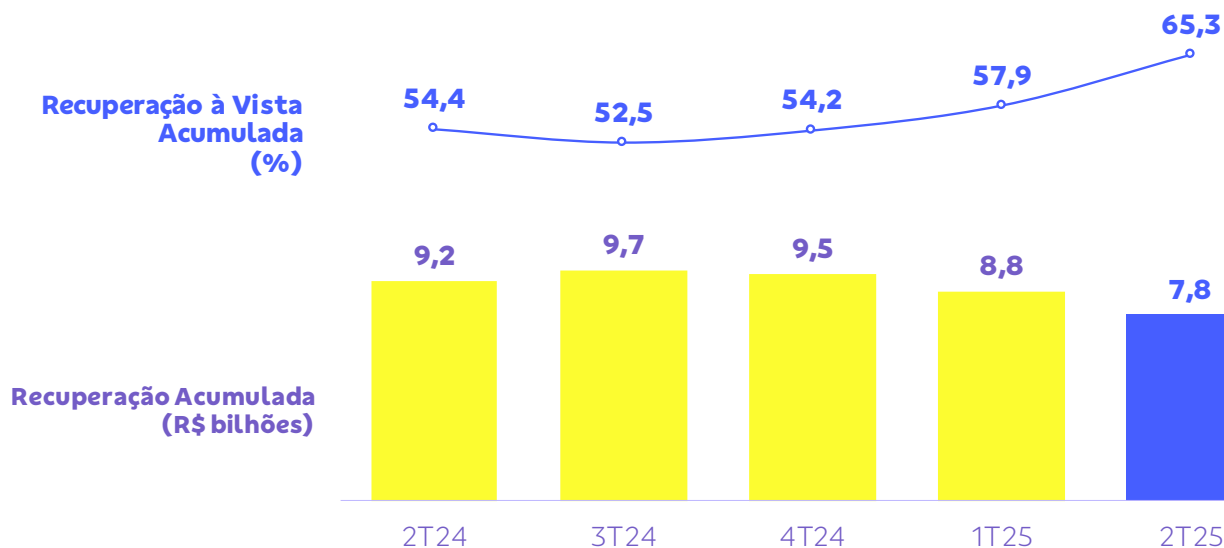
Cobrança e Recuperação de Crédito

O Banco adota estratégias para a regularização dos créditos em atraso no menor tempo possível, atuando preventivamente, de modo a evitar o agravamento dos estágios de risco. A prioridade na regularização é através do recebimento à vista, contribuindo para a redução de valores provisionados e para a qualidade dos ativos renegociados a prazo.

Recuperação de Perdas

Nos últimos doze meses, a recuperação de perdas acumulada foi de R\$ 7,8 bilhões, sendo R\$ 5,1 bilhões (65,3%) de créditos à vista. A partir deste ano, a abordagem de recuperação à vista foi impulsionada, evitando o incremento da perda esperada nas operações a prazo e aprimorando ainda mais a qualidade destas recuperações. Esta estratégia resultou em um índice de recuperação à vista no 2T25 de 71,8%.

Figura 22. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista¹ – %



(1) Acumulado 12 meses.



Crédito Pessoa Física

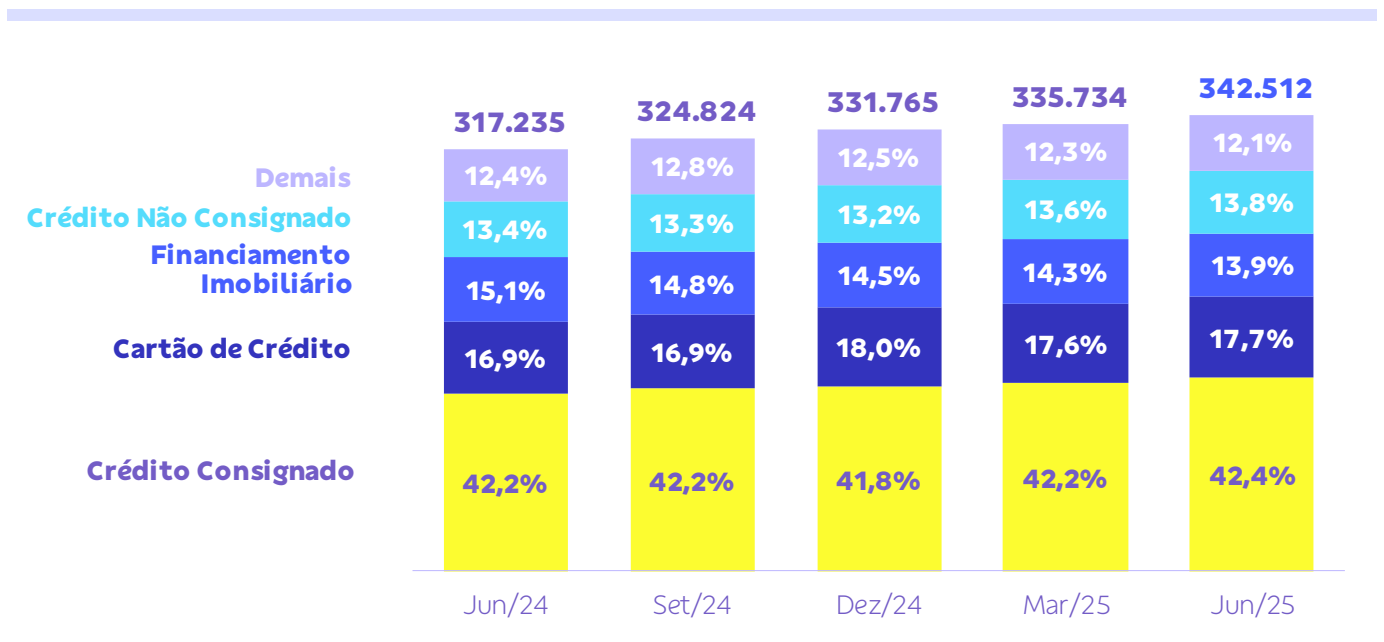
A carteira expandida PF cresceu 2,0% no trimestre e 8,0% em 12 meses, influenciada, principalmente, pelo desempenho do crédito consignado (+2,5% t/t e +8,6% a/a), crédito não consignado (+3,8% t/t e +11,2% a/a) e cartão de crédito (+2,9% t/t e +13,0% a/a).

Tabela 48. Carteira de Crédito Pessoa Física¹ – R\$ milhões

	Jun/24	Part. %	Mar/25	Part. %	Jun/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
 Carteira de Crédito (a)	317.235	100,0	335.734	100,0	342.512	100,0	8,0	2,0
Crédito Direto ao Consumidor	176.334	55,6	187.236	55,8	192.563	56,2	9,2	2,8
Crédito Consignado	133.742	42,1	141.624	42,2	145.219	42,4	8,6	2,5
Crédito Não Consignado	42.591	13,4	45.612	13,6	47.344	13,8	11,2	3,8
Cartão de Crédito	53.770	16,9	59.066	17,6	60.758	17,7	13,0	2,9
Financiamento Imobiliário	47.842	15,1	48.105	14,3	47.742	13,9	(0,2)	(0,8)
Composição de Dívidas ¹	21.237	6,7	24.165	7,2	26.133	7,6	23,1	8,1
Pessoa Física	16.325	5,1	17.042	5,1	17.812	5,2	9,1	4,5
Produtor Rural	4.912	1,5	7.123	2,1	8.321	2,4	69,4	16,8
Financiamento de Veículos	14.043	4,4	12.756	3,8	11.028	3,2	(21,5)	(13,5)
Carteira Orgânica	4.903	1,5	4.643	1,4	4.267	1,2	(13,0)	(8,1)
Carteira Adquirida	9.140	2,9	8.113	2,4	6.762	2,0	(26,0)	(16,7)
Cheque Especial	2.642	0,8	3.055	0,9	2.993	0,9	13,3	(2,0)
Microcrédito	259	0,1	231	0,1	235	0,1	(9,5)	1,5
Demais	1.109	0,3	1.119	0,3	1.061	0,3	(4,3)	(5,2)
 TVM Privados e Garantias (b)²	82	0,0	72	0,0	83	0,0	1,1	14,1
 Carteira de Crédito Expandida (a + b)²	317.317	100,0	335.806	100,0	342.595	100,0	8,0	2,0

(1) Composta por créditos reestruturados e créditos renegociados, de acordo com os critérios da Res. nº 4.966/21; (2) Série reprocessada para adequação aos critérios da Resolução CMN nº 4.966/21.

Figura 23. Composição da Carteira de Crédito Interna Pessoa Física – R\$ milhões





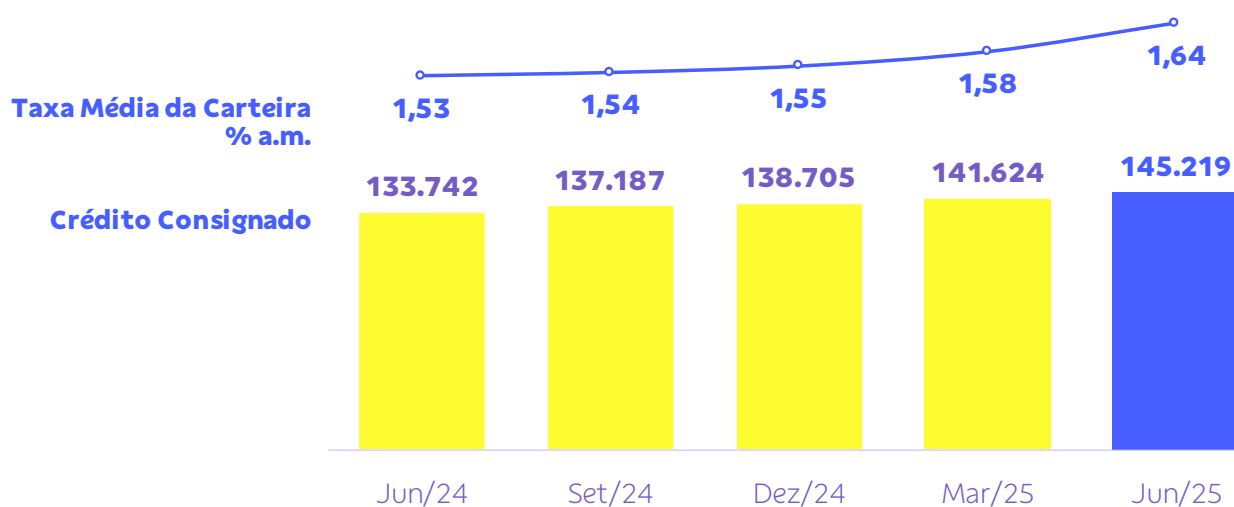
Crédito Consignado

O saldo da carteira de crédito consignado alcançou R\$ 145,2 bilhões em junho/25, aumento de 8,6% em 12 meses e conta com 94,9% das operações realizadas com clientes servidores públicos e aposentados/pensionistas.

A taxa média das operações de crédito consignado contratadas é de 1,64% a.m., com o prazo médio de 72 meses.

No Crédito do Trabalhador, modalidade de crédito consignado privado, o BB encerrou o 2T25 com mais de R\$ 4,53 bilhões desembolsados, beneficiando quase 385 mil trabalhadores. São mais de 433 mil operações contratadas, com taxa média de 2,83% a.m. e prazo médio de 29 meses.

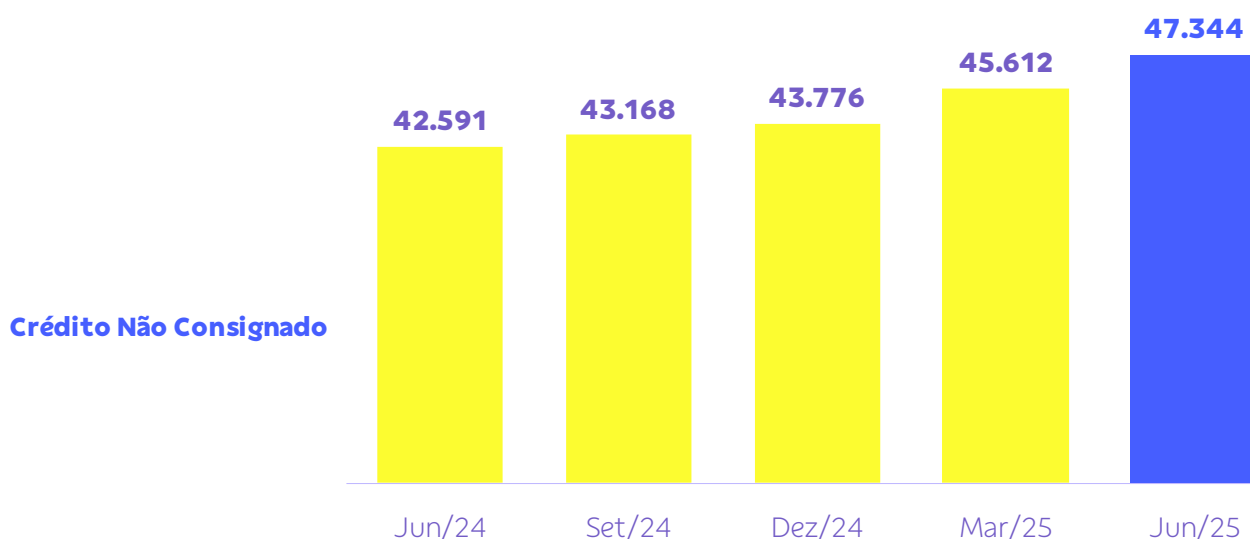
Figura 24. Crédito Consignado – R\$ milhões



Crédito Não Consignado

A carteira de crédito não consignado atingiu R\$ 47,3 bilhões em junho/25, crescimento de 11,2% em 12 meses e de 3,8% em relação a março/25.

Figura 25. Crédito Não Consignado – R\$ milhões

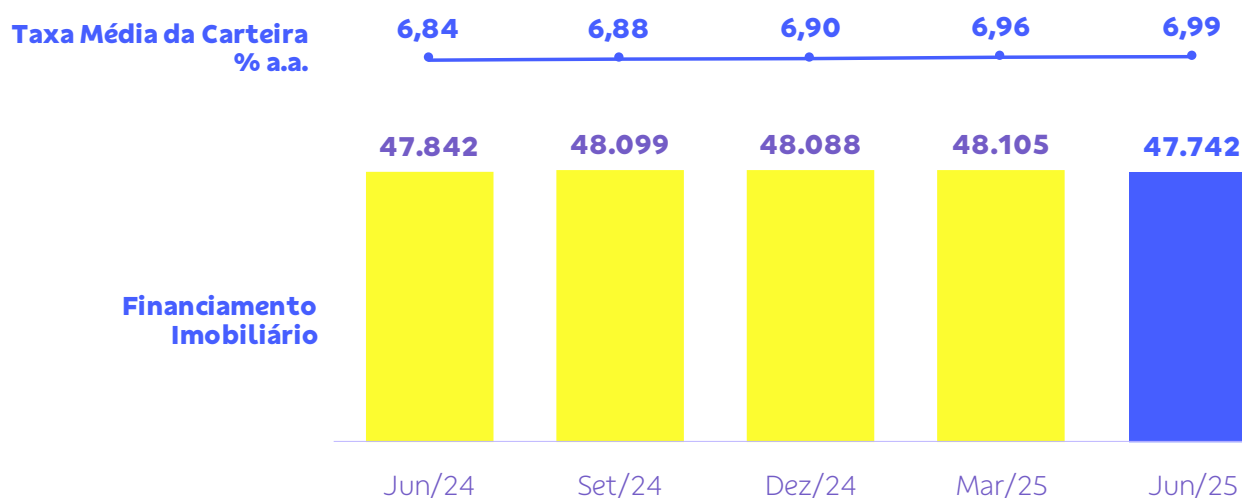




Financiamento Imobiliário

A carteira de financiamento imobiliário encerrou junho/25 em R\$ 47,7 bilhões, queda de 0,2% em 12 meses, e percentual financiado de 61,9% (*loan-to-value* – LTV). No mesmo período, a carteira apresentou taxa média de 6,99% a.a, com o prazo médio de 269 meses.

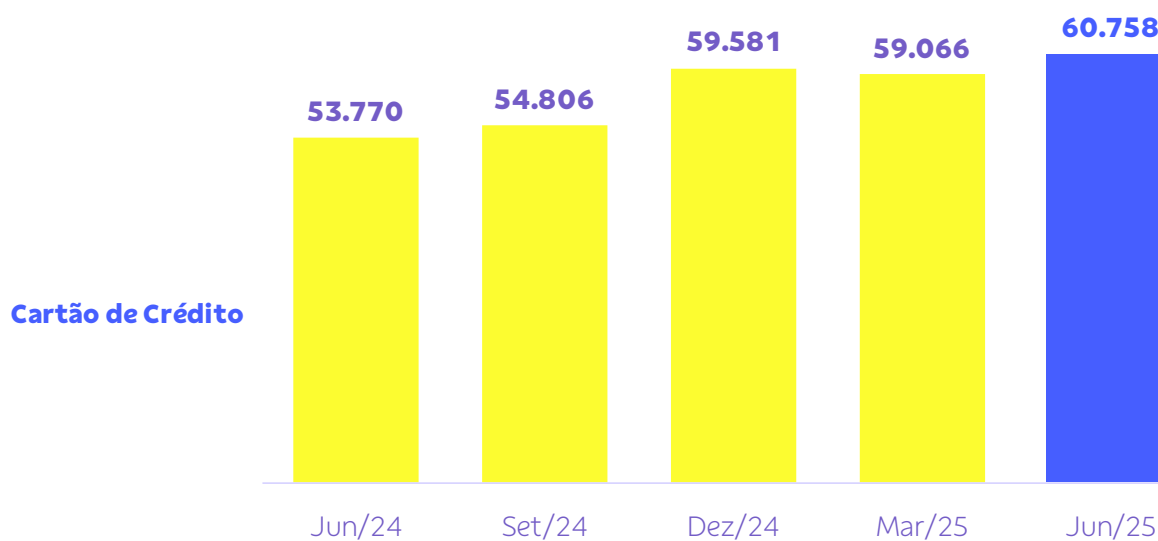
Figura 26. Financiamento Imobiliário– R\$ milhões



Cartão de Crédito

O saldo da carteira de cartão de crédito apresentou crescimento de 13,0% em 12 meses.

Figura 27. Cartão de Crédito– R\$ milhões





A figura a seguir apresenta o perfil da carteira de cartão de crédito pessoa física por modalidade e segregada de acordo com a sensibilidade a juros.

Vale destacar que 82,3% do volume financeiro da carteira de cartão de crédito PF está concentrado nas modalidades "à vista" e "parcelado sem juros".

Esse cenário reflete uma atuação do BB focada na construção de relacionamentos de longo prazo e *suitability* de produtos e serviços, pautada pela oferta das linhas de crédito mais adequadas às necessidades dos clientes.

Figura 28. Cartão de Crédito – Composição Carteira – %





Qualidade do Crédito PF

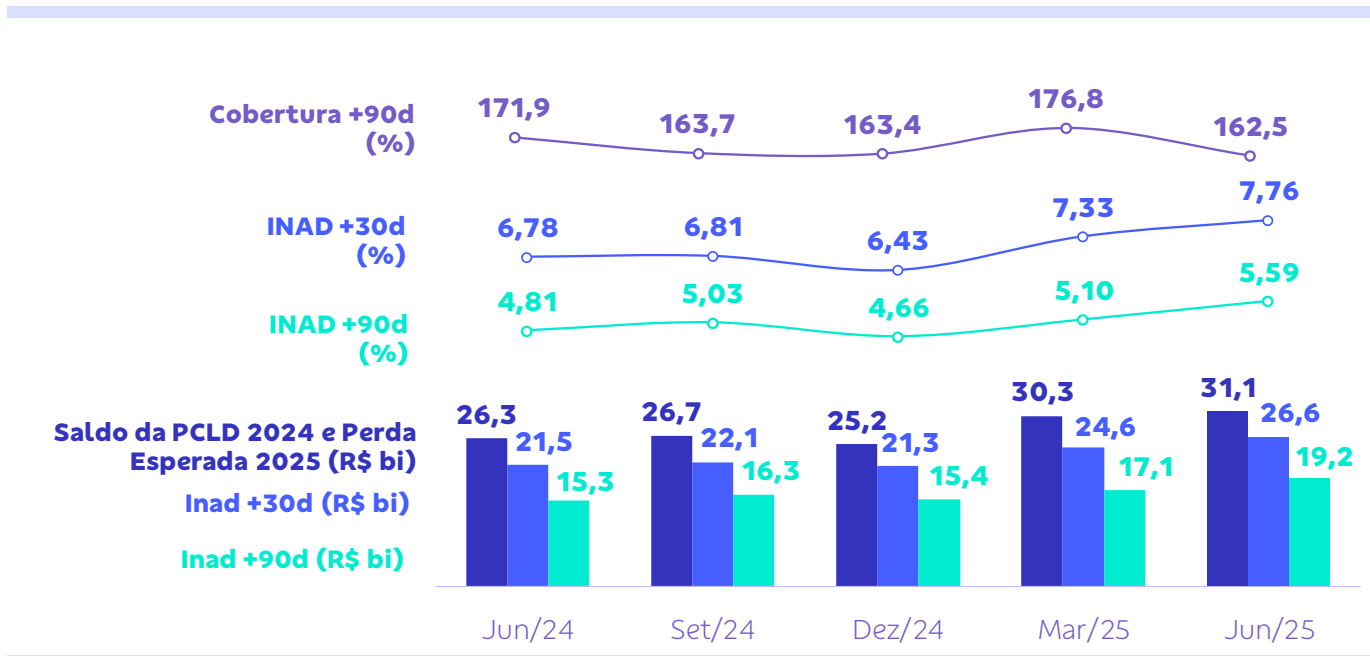
A tabela a seguir detalha o saldo da carteira de crédito PF e da perda esperada por estágio.

Tabela 49. Carteira de Crédito PF e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões

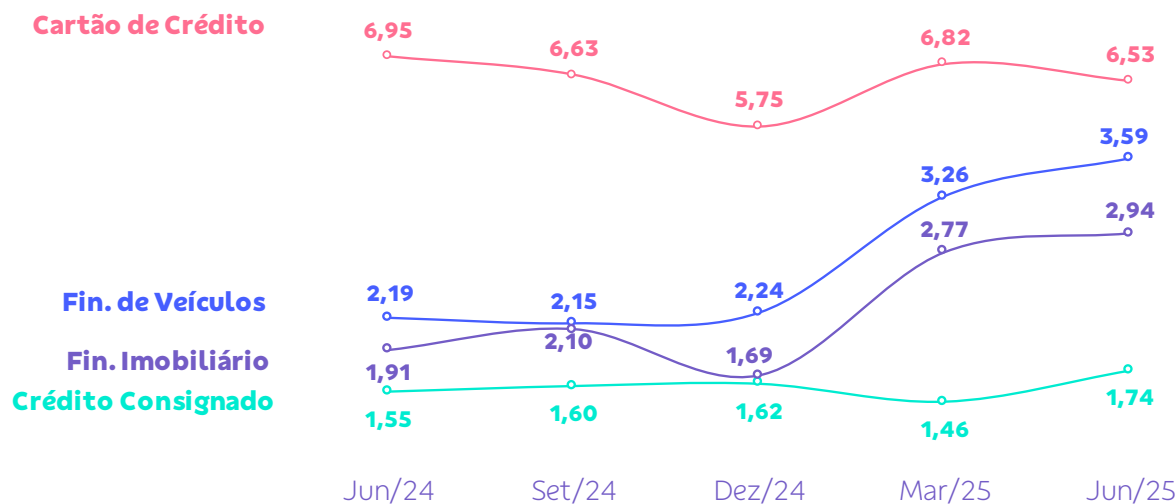
	Mar/25			Jun/25				
	Carteira de Crédito	Perda Esperada	Cobertura	Carteira de Crédito	Perda Esperada	Cobertura		
	Saldo (a)	Saldo (b)	(b)/(a) - %	Saldo (a)	$\Delta\%$ s/ Mar/25	Saldo (b)	$\Delta\%$ s/ Mar/25	(b)/(a) - %
Estágio 1	285.204	2.800	1,0	289.011	1,3	2.930	4,6	1,0
Estágio 2	15.328	3.368	22,0	14.724	(3,9)	3.132	(7,0)	21,3
Estágio 3	35.202	24.097	68,5	38.778	10,2	25.063	4,0	64,6
Total	335.734	30.265	9,0	342.512	2,0	31.125	2,8	9,1

O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito) finalizou junho/25 em 5,59%. Desconsiderando a linha de composição de dívidas da carteira de crédito PF, a INAD+90d seria de 4,44%.

Figura 29. INAD +30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito PF¹ – %

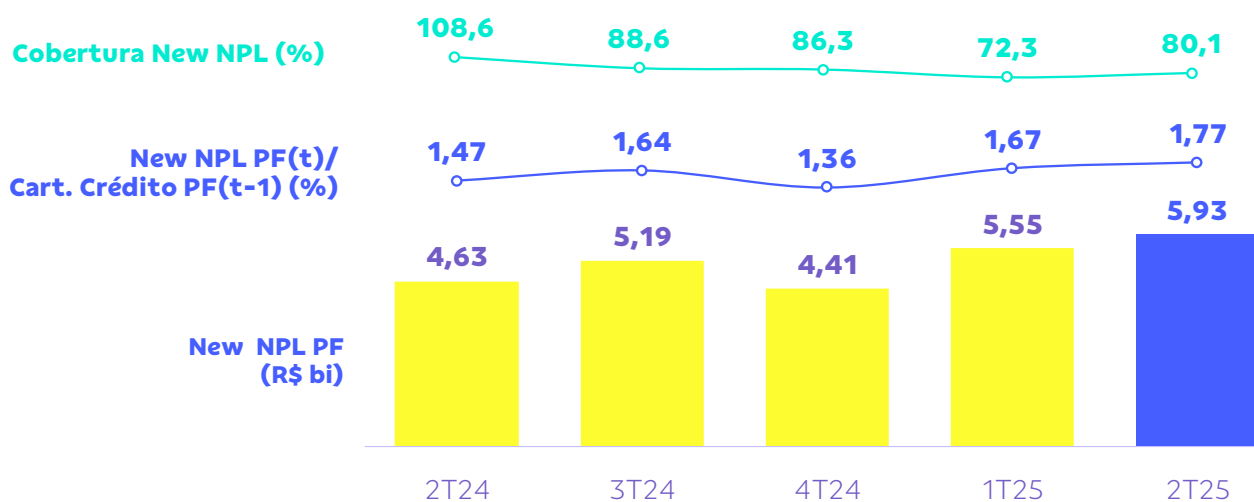


(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

**Figura 30.** INAD+90d Carteira de Crédito BB PF – em % por Linha de Crédito¹

(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

A próxima figura detalha a formação da inadimplência da Carteira PF. O índice encerrou junho/25 em 1,77%. A cobertura do New NPL foi de 80,1%.

Figura 31. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Física¹

(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

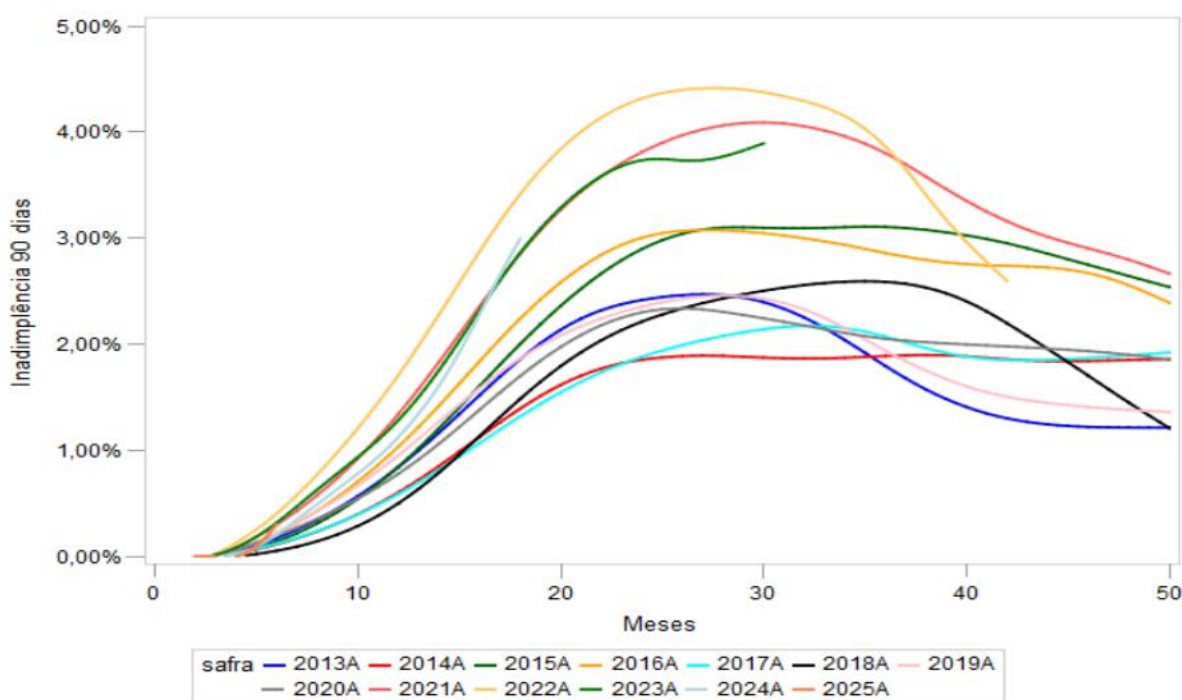
Acompanhamento por Safras

No gráfico seguinte é apresentado o acompanhamento da inadimplência da Carteira de Crédito de Pessoas Físicas por safras. Essa metodologia proporciona um detalhamento maior e mais próximo da carteira do que os indicadores tradicionais, o que permite avaliar, ao longo do tempo, como se comporta a inadimplência do conjunto de operações contratadas em determinado período.

Para o cálculo da inadimplência são consideradas as operações vencidas há mais de 90 dias. Em relação ao saldo da carteira de crédito pessoa física, ressalta-se que as operações de cheque especial e cartão de crédito não estão incluídas.

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras na periodicidade anual, o que facilita a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 32. Safra Anual – Crédito Pessoa Física





Crédito Pessoa Jurídica

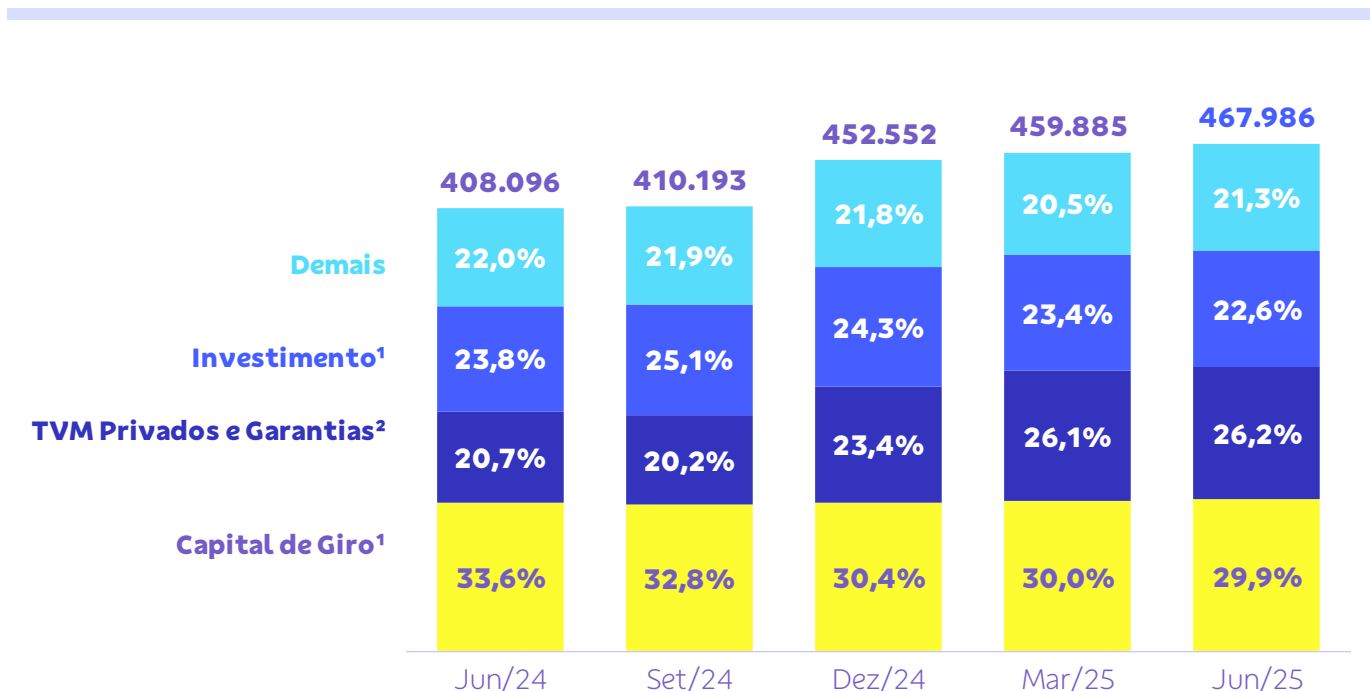
A carteira expandida PJ cresceu 1,8% no trimestre e 14,7% em 12 meses, com destaque para ACC/ACE (+21,3% t/t) e Investimento (+8,8% a/a).

Tabela 50. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica – R\$ milhões

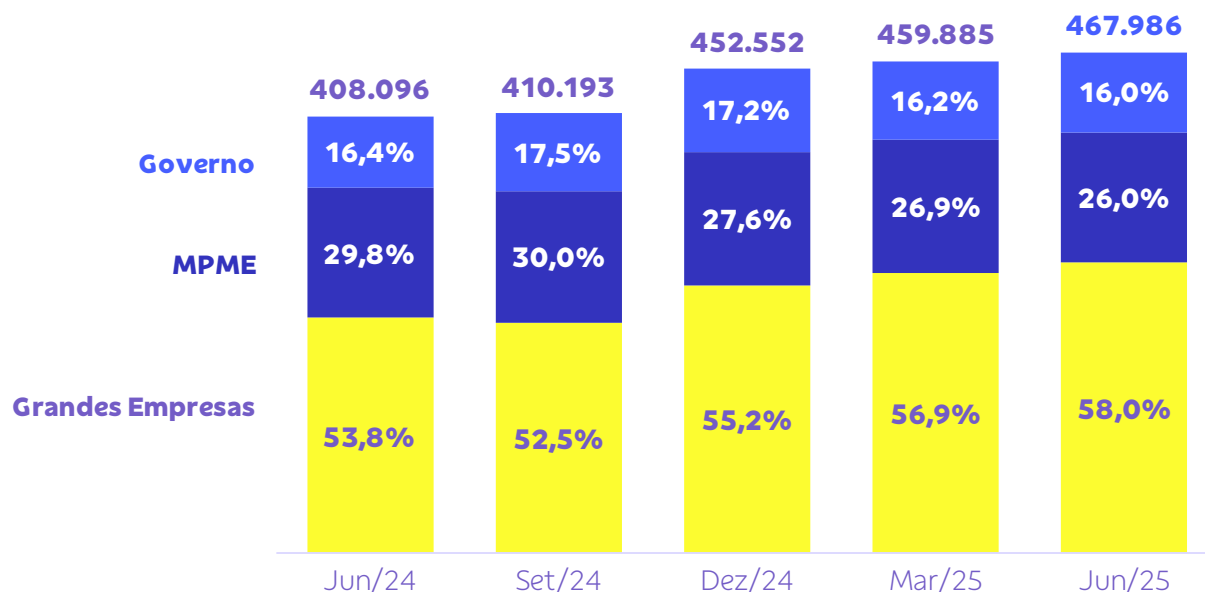
	Jun/24	Part. %	Mar/25	Part. %	Jun/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
 Carteira de Crédito (a)	323.812	79,3	339.705	73,9	345.203	73,8	6,6	1,6
Capital de Giro Ampla ¹	157.522	38,6	165.124	35,9	164.014	35,0	4,1	(0,7)
Capital de Giro ¹	137.072	33,6	138.086	30,0	139.907	29,9	2,1	1,3
Recebíveis	16.538	4,1	21.798	4,7	18.562	4,0	12,2	(14,8)
Conta Garantida	3.420	0,8	4.736	1,0	5.048	1,1	47,6	6,6
Cheque Especial	491	0,1	504	0,1	497	0,1	1,2	(1,4)
Investimento ¹	97.075	23,8	107.509	23,4	105.606	22,6	8,8	(1,8)
ACC/ACE	30.644	7,5	23.691	5,2	28.747	6,1	(6,2)	21,3
Composição de Dívidas ²	21.508	5,3	22.996	5,0	23.915	5,1	11,2	4,0
Grandes Empresas	8.044	2,0	8.667	1,9	8.997	1,9	11,9	3,8
MPME	13.464	3,3	14.329	3,1	14.917	3,2	10,8	4,1
Cartão de Crédito	7.352	1,8	6.723	1,5	8.178	1,7	11,2	21,6
Crédito Imobiliário	2.659	0,7	3.867	0,8	4.088	0,9	53,8	5,7
Demais	7.053	1,7	9.795	2,1	10.656	2,3	51,1	8,8
 TVM Privados e Garantias (b)³	84.284	20,7	120.181	26,1	122.783	26,2	45,7	2,2
 Carteira de Crédito Expandida (a+b)³	408.096	100,0	459.885	100,0	467.986	100,0	14,7	1,8

(1) Série reprocessada, entre capital de giro e investimentos; (2) Composta por créditos reestruturados e créditos renegociados, de acordo com os critérios da Res. 4.966/21; (3) Série reprocessada para adequação aos critérios da Resolução CMN nº 4.966/21.

Figura 33. Carteira de Crédito Expandida Pessoa Jurídica – R\$ milhões



(1) Série reprocessada, entre capital de giro e investimentos; (2) Série reprocessada para adequação aos critérios da Resolução CMN nº 4.966/21.

**Figura 34.** Segmentação da Carteira de Crédito Expandida Pessoa Jurídica¹ – R\$ milhões

(1) Série reprocessada para adequação aos critérios da Resolução CMN nº 4.966/21.

Crédito para Grandes Empresas

Enquadram-se no segmento grandes empresas aquelas com faturamento bruto anual superior a R\$ 200 milhões.

A carteira de Grandes Empresas encerrou junho/25 com saldo de R\$ 271,2 bilhões, com crescimento de 3,7% no trimestre e 23,6% em 12 meses.

TVM Privados e Garantias

Os principais instrumentos de TVM Privados utilizados pelas Grandes Empresas para financiamento dos seus negócios são debêntures, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Debêntures

As debêntures são títulos privados representativos de dívida das Sociedades Anônimas de capital aberto ou fechado ("S.A.") e o principal instrumento de captação de recursos no mercado de capitais.

Para as Grandes Empresas, as emissões de debêntures são fontes competitivas de captação de recursos quando comparado com as linhas de créditos tradicionais, por apresentarem muitas vezes menor custo de captação.

Para os investidores das debêntures, estas costumam oferecer bons rendimentos, em geral indexado ao CDI ou à Índices de Preços.

Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)

Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios representam uma comunhão de recursos que destinam uma parcela do seu patrimônio líquido para aplicação em direitos creditórios provenientes de operações comerciais, industriais, imobiliárias, financeiras ou de prestação de serviços que as empresas têm a receber, como duplicatas, contratos, cheques, entre outros.

O direito desses créditos é negociável, ou seja, a Grande Empresa cede ao fundo, antecipando o



recebimento do recurso, cuja antecipação é descontada por uma taxa variável com o risco de crédito desses recebíveis, otimizando a gestão de caixa sem a necessidade de elevar seu grau de endividamento.

Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são títulos lastreados em créditos imobiliários, representativos de parcelas de um direito creditório pertencente a uma Grande Empresa.

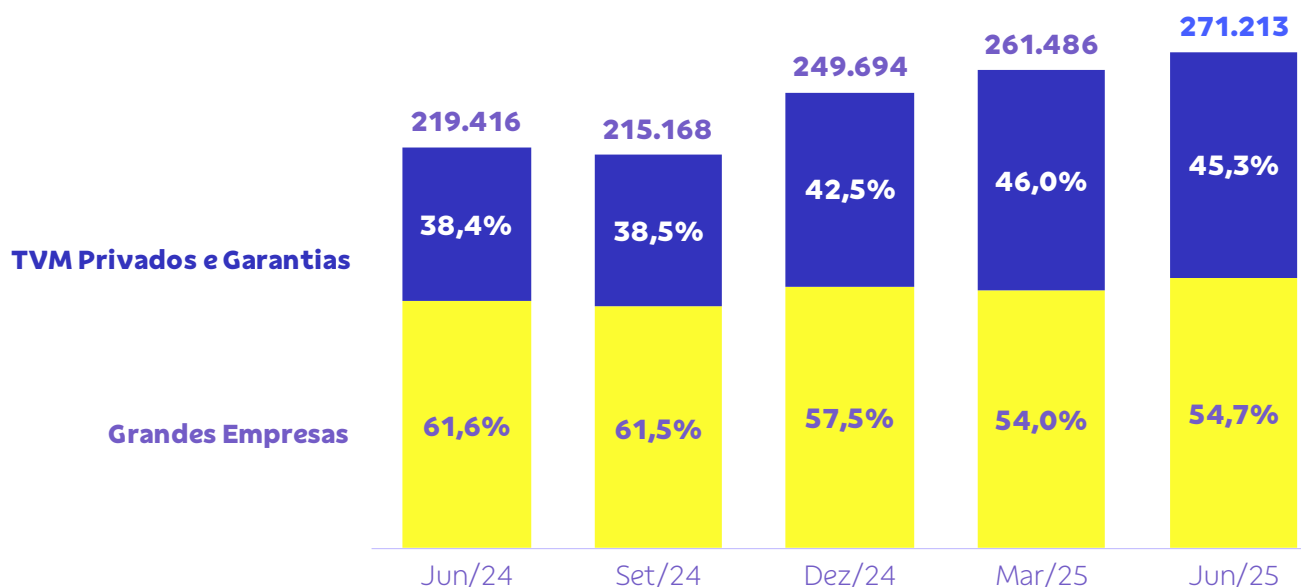
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio são títulos lastreados em direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, relacionados ao financiamento das atividades do agronegócio.

Prestação de Garantias

Dentre os negócios voltados à prestação de garantias, uma importante frente de atuação é a de fianças *completion* no âmbito de *Project Finance*. Trata-se de prestação de fiança destinada a garantir os credores de projetos de investimento durante a fase de implantação dos empreendimentos. Destaca-se nessa frente o apoio do BB a projetos de infraestrutura, sobretudo os de geração de energia renovável (eólica e solar, principalmente).

Figura 35. Carteira de Crédito Grandes Empresas Expandida – R\$ milhões





Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME)

Enquadram-se no segmento micro, pequenas e médias empresas aquelas com faturamento bruto anual inferior a R\$ 200 milhões.

A carteira de crédito MPME encerrou junho/25 com saldo de R\$ 121,8 bilhões (-1,6% t/t e estável a/a). Na comparação anual, destaque para conta garantida (+36,1%). Do saldo dessa carteira, 98,6% estão aplicados junto aos correntistas com tempo de relacionamento superior a dois anos.

Tabela 51. Carteira de Crédito MPME ¹ – R\$ milhões

	Jun/24	Part. %	Mar/25	Part. %	Jun/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Carteira de Crédito	121.814	100,0	123.784	100,0	121.772	100,0	(0,0)	(1,6)
Capital de Giro Amplo	84.202	69,1	82.733	66,8	80.416	66,0	(4,5)	(2,8)
Capital de Giro	74.351	61,0	73.035	59,0	70.730	58,1	(4,9)	(3,2)
Recebíveis	6.366	5,2	5.313	4,3	5.113	4,2	(19,7)	(3,8)
Conta Garantida	3.000	2,5	3.887	3,1	4.082	3,4	36,1	5,0
Cheque Especial	485	0,4	498	0,4	491	0,4	1,2	(1,5)
Investimento	11.646	9,6	11.790	9,5	11.704	9,6	0,5	(0,7)
Composição de Dívidas ¹	13.464	11,1	14.329	11,6	14.917	12,3	10,8	4,1
ACC/ACE	4.945	4,1	4.883	3,9	4.583	3,8	(7,3)	(6,1)
Cartão de Crédito	4.173	3,4	4.224	3,4	4.160	3,4	(0,3)	(1,5)
Crédito Imobiliário	888	0,7	1.138	0,9	1.061	0,9	19,5	(6,8)
Demais	2.495	2,0	4.687	3,8	4.930	4,0	97,6	5,2

(1) Composta por créditos reestruturados e créditos renegociados, de acordo com os critérios da Res. N.º 4.966/21.

Crédito para Governo

O Banco do Brasil apoia os estados, o Distrito Federal e os municípios em suas demandas, no financiamento de programas de investimento voltados à melhoria da qualidade e transparência da gestão pública, mobilidade urbana, saúde, educação e segurança pública, gerando benefícios efetivos para a população e contribuindo para o desenvolvimento do país.

Em junho/25 a carteira Governo totalizou R\$ 75,0 bilhões, crescimento de 12,2% em 12 meses. Foram desembolsados R\$ 3,9 bilhões no trimestre em operações de crédito com estados e municípios para viabilizar a execução de programas de investimentos

constantes do plano plurianual. A maior parte das operações com o Setor Público contam com garantia do Tesouro.

De acordo com a Resolução Bacen nº 229/2022, artigo 23, deve ser aplicado o Fator de Ponderação de Risco (FPR) de 0% à parcela de exposição coberta por operações de crédito com garantias prestadas pelo Tesouro Nacional, não havendo assim, comprometimento de capital.

A carteira de governo tem uma participação importante de créditos repassados em moeda estrangeira, o que implica em variações de saldo em função do comportamento do câmbio.



Concentração PJ por Macrossetor

A próxima tabela apresenta a concentração por macrossetores econômicos da carteira PJ e Agro PJ, considerando o Banco Múltiplo, as operações com TVM e garantia e a carteira externa. A carteira é constituída a partir das exposições com clientes conforme sua respectiva atividade econômica principal, sendo agregados conforme a estrutura macrossetorial adotada pelo BB.

Tabela 52. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ – R\$ milhões

	Jun/24	Part. %	Mar/25	Part. %	Jun/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Total	507.796	100,0	547.549	100,0	559.584	100,0	10,2	2,2
Administração Pública	66.913	13,2	74.853	13,7	75.249	13,4	12,5	0,5
Agronegócio de Origem Vegetal	59.062	11,6	54.880	10,0	58.186	10,4	(1,5)	6,0
Serviços	52.153	10,3	54.868	10,0	51.622	9,2	(1,0)	(5,9)
Instituições e Serviços Financeiros	15.595	3,1	43.441	7,9	49.937	8,9	220,2	15,0
Petroleiro	30.844	6,1	37.281	6,8	41.094	7,3	33,2	10,2
Energia Elétrica	29.552	5,8	35.021	6,4	33.821	6,0	14,4	(3,4)
Transportes	25.287	5,0	26.951	4,9	24.441	4,4	(3,3)	(9,3)
Mineração e Metalurgia	28.667	5,6	24.365	4,4	25.918	4,6	(9,6)	6,4
Automotivo	21.628	4,3	23.594	4,3	23.193	4,1	7,2	(1,7)
Agronegócio de Origem Animal	20.600	4,1	20.756	3,8	20.372	3,6	(1,1)	(1,9)
Comércio Varejista	19.526	3,8	19.032	3,5	18.310	3,3	(6,2)	(3,8)
Insumos Agrícolas	20.339	4,0	17.140	3,1	17.235	3,1	(15,3)	0,6
Químico	16.544	3,3	17.104	3,1	17.261	3,1	4,3	0,9
Fornecedores da Construção Civil	15.882	3,1	15.662	2,9	15.722	2,8	(1,0)	0,4
Eletroeletrônico	15.748	3,1	15.431	2,8	15.788	2,8	0,3	2,3
Imobiliário	11.369	2,2	11.681	2,1	11.827	2,1	4,0	1,2
Comércio Atacadista e Ind. Diversas	12.264	2,4	10.164	1,9	10.534	1,9	(14,1)	3,6
Têxtil e Confecções	9.686	1,9	9.694	1,8	9.685	1,7	(0,0)	(0,1)
Papel e Celulose	6.768	1,3	6.890	1,3	11.131	2,0	64,5	61,6
Madeireiro e Moveleiro	6.945	1,4	6.704	1,2	6.690	1,2	(3,7)	(0,2)
Telecomunicações	5.497	1,1	6.064	1,1	5.811	1,0	5,7	(4,2)
Construção Pesada	5.319	1,0	5.867	1,1	5.855	1,0	10,1	(0,2)
Couro e Calçados	2.736	0,5	2.418	0,4	2.384	0,4	(12,8)	(1,4)
Bebidas	1.571	0,3	1.484	0,3	1.501	0,3	(4,5)	1,1
Demais Atividades	7.301	1,4	6.204	1,1	6.016	1,1	(17,6)	(3,0)
Total	507.796	100,0	547.549	100,0	559.584	100,0	10,2	2,2
Carteira de Crédito Interna	336.595	66,3	353.129	64,5	360.775	64,5	7,2	2,2
Carteira de Crédito Externa	31.740	6,3	37.269	6,8	36.690	6,6	15,6	(1,6)
Garantias + TVM	139.461	27,5	157.151	28,7	162.120	29,0	16,2	3,2



Qualidade do Crédito PJ

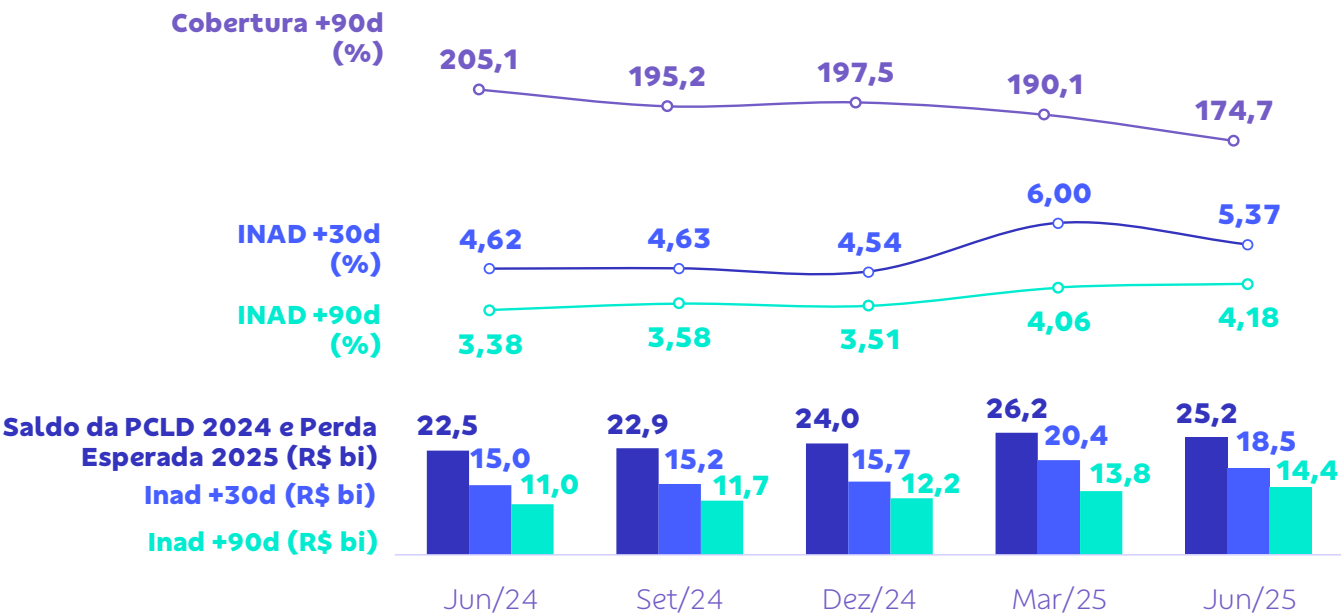
A tabela a seguir detalha a o saldo da carteira de crédito PJ por estágio e da perda esperada por estágio.

Tabela 53. Carteira de Crédito PJ e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões

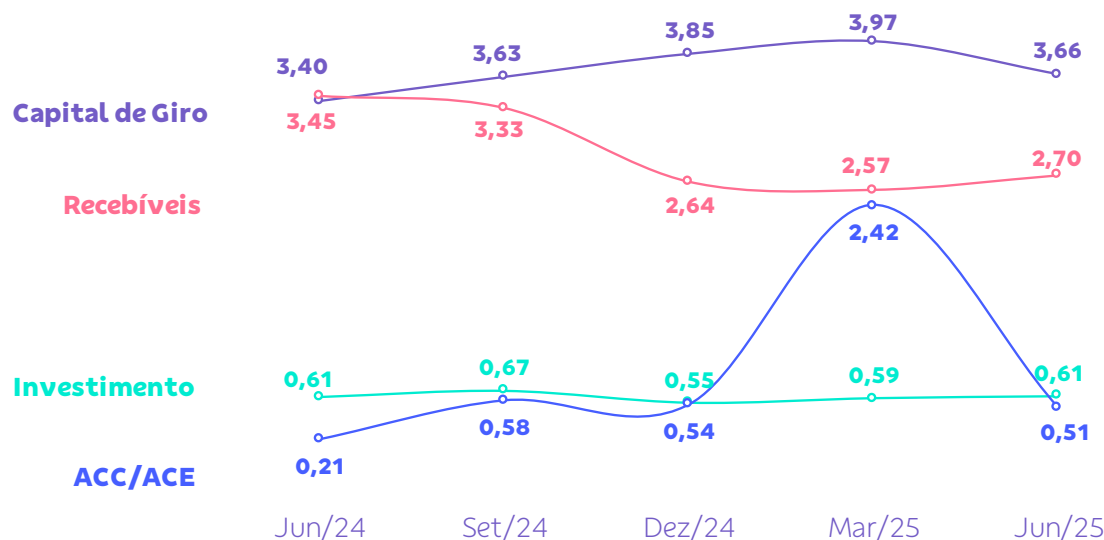
	Mar/25			Jun/25				
	Carteira de Crédito	Perda Esperada	Cobertura	Carteira de Crédito	Perda Esperada		Cobertura	
	Saldo (a)	Saldo (b)	(b)/(a) - %	Saldo (a)	Δ% s/ Mar/25	Saldo (b)	Δ% s/ Mar/25	(b)/(a) - %
Estágio 1	301.971	1.144	0,4	309.291	2,4	1.431	25,1	0,5
Estágio 2	8.795	2.089	23,8	8.441	(4,0)	2.283	9,3	27,0
Estágio 3	28.938	22.977	79,4	27.471	(5,1)	21.508	(6,4)	78,3
Total	339.705	26.210	7,7	345.203	1,6	25.223	(3,8)	7,3

O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito) finalizou junho/25 em 4,18%. Desconsiderando a linha de composição de dívidas da carteira de crédito PJ, a INAD+90d seria de 2,47%. Quando se considera apenas o segmento MPME, a inadimplência das operações vencidas há mais de 90 dias foi de 10,57% e apartando a linha de composição de dívidas desta carteira, a inadimplência seria de 6,10%.

Figura 36. INAD +30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito PJ¹ – %

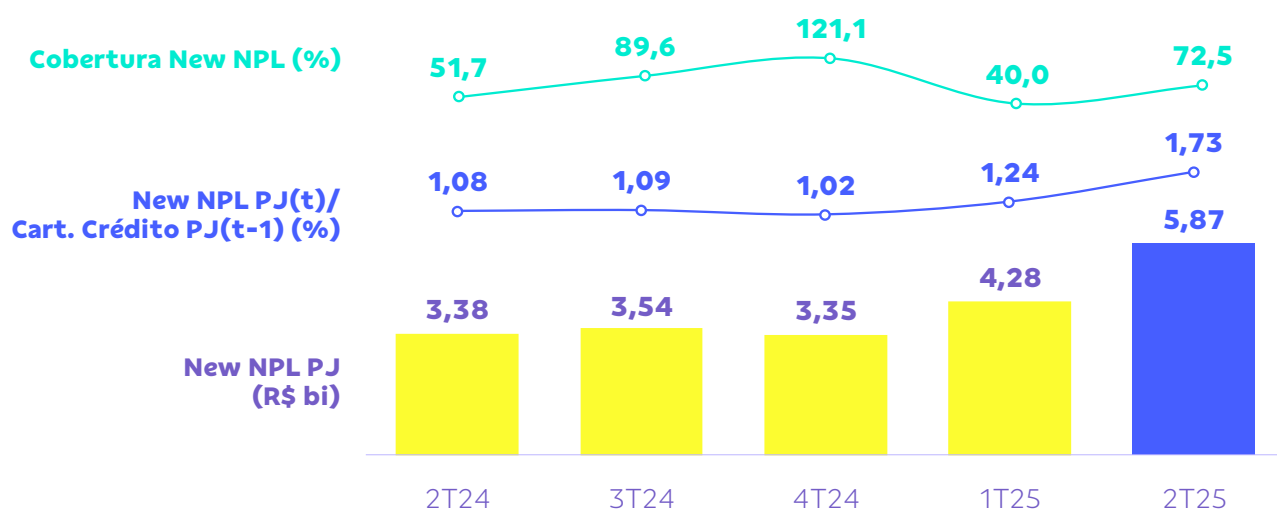


(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.


Figura 37. INAD. +90d Carteira de Crédito BB PJ – em % por Linha de Crédito¹


(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

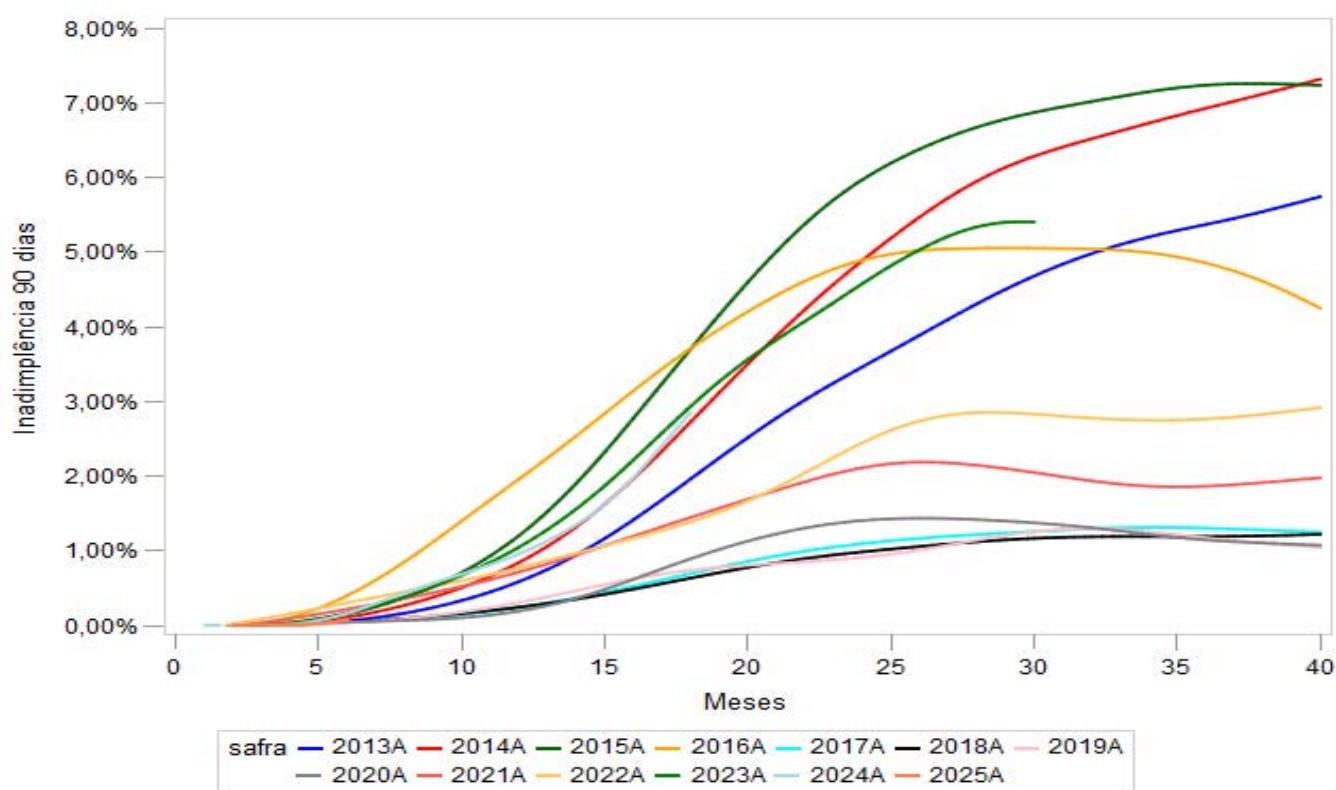
O índice de formação da inadimplência da Carteira PJ encerrou em 1,73.

Figura 38. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica¹


(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

O gráfico a seguir traz o acompanhamento das safras de crédito MPME na periodicidade anual.

Figura 39. Safra Anual – Carteira MPME





Crédito Agro

A carteira expandida Agro alcançou o volume de R\$ 404,9 bilhões em junho/25. Na comparação anual, a carteira cresceu 8,0% com destaque para o custeio agropecuário (+13,9%) e para o investimento agropecuário (+13,1%).

Tabela 54. Carteira de Crédito de Agronegócios – R\$ milhões

	Jun/24	Part. %	Mar/25	Part. %	Jun/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Carteira de Crédito (a)	335.448	89,5	365.516	90,0	364.903	90,1	8,8	(0,2)
Crédito Rural	331.977	88,5	363.076	89,4	361.490	89,3	8,9	(0,4)
Custeio Agropecuário	113.456	30,3	132.789	32,7	129.183	31,9	13,9	(2,7)
Investimento Agropecuário	79.487	21,2	87.220	21,5	89.861	22,2	13,1	3,0
Pronaf	62.457	16,7	67.395	16,6	67.222	16,6	7,6	(0,3)
FCO Rural	32.004	8,5	34.910	8,6	35.778	8,8	11,8	2,5
Comercialização Agropecuária	18.957	5,1	12.718	3,1	11.423	2,8	(39,7)	(10,2)
Pronamp	10.410	2,8	7.659	1,9	7.236	1,8	(30,5)	(5,5)
BNDES/Finame Rural	4.924	1,3	8.448	2,1	8.528	2,1	73,2	1,0
Industrialização	2.870	0,8	4.396	1,1	4.426	1,1	54,2	0,7
Baixo Carbono	3.795	1,0	3.018	0,7	2.852	0,7	(24,8)	(5,5)
Demais	3.619	1,0	4.524	1,1	4.981	1,2	37,7	10,1
Crédito Agroindustrial	3.471	0,9	2.441	0,6	3.412	0,8	(1,7)	39,8
CPR e Garantias (b)	29.312	7,8	33.455	8,2	33.320	8,2	13,7	(0,4)
CDCA (c)	10.229	2,7	7.227	1,8	6.671	1,6	(34,8)	(7,7)
 Carteira de Crédito Expandida (a+b+c)	374.989	100,0	406.198	100,0	404.893	100,0	8,0	(0,3)

A tabela a seguir demonstra o saldo da carteira do agronegócio segregado conforme o porte do cliente.

Tabela 55. Carteira de Crédito de Agronegócios por Porte – R\$ milhões

	Jun/24	Part. %	Mar/25	Part. %	Jun/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Carteira de Crédito (a)	335.448	89,5	365.516	90,0	364.903	90,1	8,8	(0,2)
Médio e Grande Produtor	253.294	67,5	275.843	67,9	273.705	67,6	8,1	(0,8)
Pequeno Produtor	69.454	18,5	75.778	18,7	76.267	18,8	9,8	0,6
Empresas	6.812	1,8	6.368	1,6	9.151	2,3	34,3	43,7
Cooperativas Agropecuárias	5.888	1,6	7.527	1,9	5.780	1,4	(1,8)	(23,2)
CPR (b)	29.312	7,8	33.455	8,2	33.320	8,2	13,7	(0,4)
CDCA (c)	10.229	2,7	7.227	1,8	6.671	1,6	(34,8)	(7,7)
 Carteira de Crédito Expandida (a + b + c)	374.989	100,0	406.198	100,0	404.893	100,0	8,0	(0,3)



A tabela a seguir detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por tipo de item financiado.

Tabela 56. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado – R\$ milhões

	Jun/24	Part. %	Mar/25	Part. %	Jun/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Carteira de Crédito	335.448	89,5	365.516	90,0	364.903	90,1	8,8	(0,2)
Crédito Rural	331.977	88,5	363.076	89,4	361.490	89,3	8,9	(0,4)
Bovinocultura	83.557	22,3	91.596	22,5	92.654	22,9	10,9	1,2
Carne	62.110	16,6	69.028	17,0	69.774	17,2	12,3	1,1
Leite	21.447	5,7	22.568	5,6	22.880	5,7	6,7	1,4
Máquinas e Implementos	57.767	15,4	59.299	14,6	58.566	14,5	1,4	(1,2)
Soja	47.635	12,7	49.272	12,1	43.252	10,7	(9,2)	(12,2)
Milho	19.512	5,2	19.765	4,9	18.925	4,7	(3,0)	(4,2)
Armazenagem	14.797	3,9	16.585	4,1	17.205	4,2	16,3	3,7
Melhoramento do Solo	13.982	3,7	15.738	3,9	16.138	4,0	15,4	2,5
Café	11.355	3,0	11.619	2,9	12.167	3,0	7,2	4,7
Pastagem	9.497	2,5	10.299	2,5	10.608	2,6	11,7	3,0
Avicultura	4.600	1,2	5.632	1,4	5.834	1,4	26,8	3,6
Cana-de-açúcar	4.462	1,2	4.727	1,2	4.942	1,2	10,8	4,5
Arroz	3.116	0,8	2.976	0,7	2.889	0,7	(7,3)	(2,9)
Suinocultura	2.800	0,7	2.758	0,7	2.801	0,7	0,0	1,6
Caminhões/Veículos	2.397	0,6	2.473	0,6	2.431	0,6	1,4	(1,7)
Algodão	2.086	0,6	2.172	0,5	2.191	0,5	5,0	0,9
Trigo	2.272	0,6	1.362	0,3	1.479	0,4	(34,9)	8,6
Eucalipto/Pinus/Florestas	904	0,2	1.089	0,3	1.139	0,3	26,0	4,6
Demais	51.238	13,7	65.714	16,2	68.269	16,9	33,2	3,9
Crédito Agroindustrial	3.471	0,9	2.440	0,6	3.412	0,8	(1,7)	39,8
CPR	29.312	7,8	33.455	8,2	33.320	8,2	13,7	(0,4)
CDCA	10.229	2,7	7.227	1,8	6.671	1,6	(34,8)	(7,7)
Carteira de Crédito Expandida	374.989	100,0	406.198	100,0	404.893	100,0	8,0	(0,3)

Durante o período do Plano Safra 24/25 (julho/24 a junho/25), o Banco do Brasil desembolsou R\$ 192,9 bilhões em crédito ao agronegócio. Ainda, há outros R\$ 32,9 bilhões desembolsados na cadeia de valor do agro. Dessa maneira, em uma visão global, entre crédito e cadeia de valor, o BB desembolsou R\$ 225,8 bilhões nos doze meses do Plano Safra 2024/2025 ante R\$ 229,7 da safra imediatamente anterior (redução de 1,7%).

Foram mais de 605 mil operações contratadas no período em mais de cinco mil municípios em todo o País, sendo 62,0% destinadas a agricultura familiar (Pronaf) e médios produtores (Pronamp).

Tabela 57. Desembolsos por Segmento do Crédito Rural – R\$ milhões

	Safra 23/24	Safra 24/25	Δ% Safra 23/24
Total	201.892	192.886	(4,5)
Agricultura Empresarial	133.643	112.111	(16,1)
Agricultura Familiar – Pronaf	23.270	23.930	2,8
Médios Produtores – Pronamp	12.061	20.262	68,0
Títulos Agro	32.918	36.584	11,1



Mitigadores de Risco

O Banco do Brasil estimula o uso de mecanismos mitigadores de risco na contratação das operações de custeio agrícola. A estratégia é aperfeiçoada a cada nova safra, ampliando os mecanismos de proteção para que os produtores possam investir com segurança.

A estratégia de mitigação considera diversas informações, tais como o risco da atividade, a cultura

a ser financiada e o local do financiamento. Essas informações permitem direcionar o mecanismo de proteção mais adequado ao perfil de risco de cada operação e empreendimento agropecuário.

A tabela a seguir apresenta o histórico recente de utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola, para as respectivas safras.

Tabela 58. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola – R\$ milhões

	Safra 22/23	Part. %	Safra 23/24	Part. %	Safra 24/25	Part. %
Custeio Agrícola	73.523	100,0	69.479	100,0	55.313	100,0
Total com Mitigador	44.803	60,9	37.592	54,1	27.065	48,9
Seguro Agrícola	35.749	48,6	29.997	43,2	21.358	38,6
Proagro	8.886	12,1	7.416	10,7	5.622	10,2
Proteção de Preço	168	0,2	179	0,3	86	0,2
Sem Mitigador	28.721	39,1	31.887	45,9	28.248	51,1

Os riscos assumidos, em decorrência da contratação de seguro agrícola da safra, foram distribuídos da seguinte forma no 2T25: Brasilseg 23,5%; IRB Brasil Resseguros 19,1%; Hannover Ruck SE 16,5%; Arch Re 13,0%; Mapfre Re 11,5%, dentre outros.

Participação no Agronegócio

O Banco mantém-se historicamente como o principal agente financeiro do agronegócio no país, contribuindo de forma expressiva para o atendimento da demanda de crédito do segmento. Conforme dados do Banco Central do Brasil, em junho/25, o BB detinha 49,4% de participação nos financiamentos destinados ao setor. No crédito direto ao produtor rural (participação de mercado no crédito agro pessoa física), a participação de mercado é de 56,5%.

A distribuição das operações de agronegócios por região do País mostra a participação de cada uma delas no desempenho do crédito.

Tabela 59. Carteira de Crédito de Agronegócios por Região – %

Região	Jun/22	Jun/23	Jun/24	Jun/25
Centro-Oeste	34,2	34,1	35,0	33,8
Sul	24,3	23,0	22,3	22,4
Sudeste	23,5	24,1	22,9	23,8
Norte	8,8	9,3	9,9	9,8
Nordeste	9,2	9,5	9,9	10,2



Em junho/25 as operações caracterizadas como sustentáveis agro correspondiam a 46,9% do total da carteira de crédito agro.

Tabela 60. Composição da Carteira de Negócios Sustentáveis de Agronegócios – R\$ milhões

	Jun/24	Part. %	Mar/25	Part. %	Jun/25	Part. %
Carteira de Negócios Sustentáveis - Agro	155.022	100,0	174.083	100,0	171.186	100,0
Boas Práticas Socioambientais	95.086	61,3	105.418	60,6	108.334	63,3
Pronaf Mais Alimentos	42.983	27,7	47.701	27,4	47.961	28,0
Investimentos	36.953	23,8	42.888	24,6	45.401	26,5
Pronaf Custeio	15.150	9,8	14.828	8,5	14.972	8,7
Agricultura de Baixo Carbono	59.936	38,7	68.665	39,4	62.851	36,7
Custeio Plantio Direto	50.543	32,6	58.326	33,5	52.106	30,4
Programa ABC	9.393	6,1	10.339	5,9	10.745	6,3



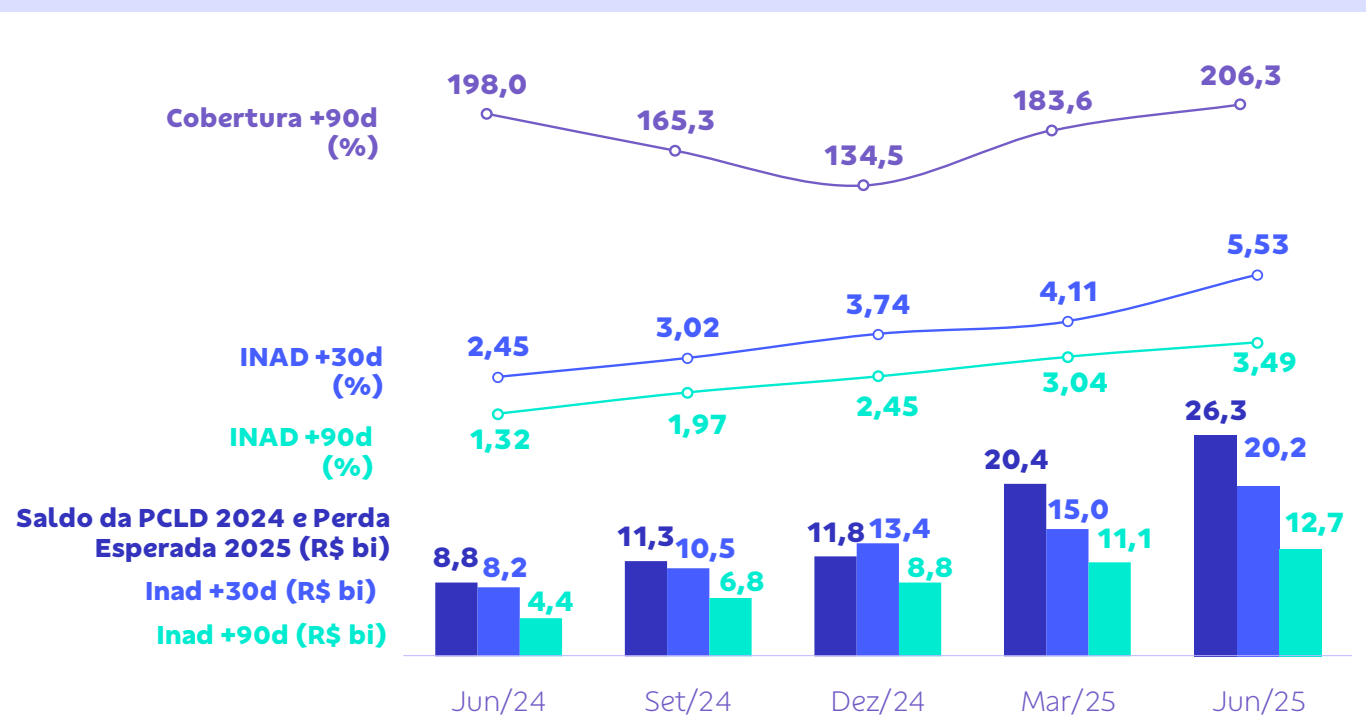
Qualidade do Crédito Agro

A tabela a seguir detalha a o saldo da carteira de crédito Agro por estágio e da perda esperada por estágio.

Tabela 61. Carteira de Crédito Agro e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões

	Mar/25			Jun/25				
	Carteira de Crédito	Perda Esperada	Cobertura	Carteira de Crédito		Perda Esperada		Cobertura
	Saldo (a)	Saldo (b)	(b)/(a) - %	Saldo (a)	Δ% s/ Mar/25	Saldo (b)	Δ% s/ Mar/25	(b)/(a) - %
Estágio 1	329.001	2.395	0,7	321.966	(2,1)	3.840	60,4	1,2
Estágio 2	16.632	4.132	24,8	17.693	6,4	4.401	6,5	24,9
Estágio 3	19.884	13.907	69,9	25.244	27,0	18.009	29,5	71,3
Total	365.516	20.434	5,6	364.903	(0,2)	26.250	28,5	7,2

Figura 40. INAD+30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito Agro – %

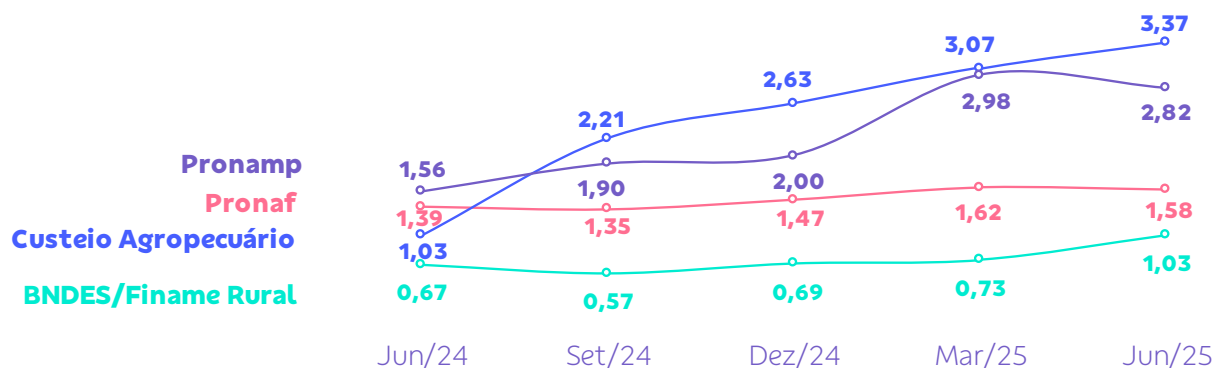


(1) Os valores referentes 2025 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.



O gráfico a seguir detalha a inadimplência da Carteira Agro por linha de crédito.

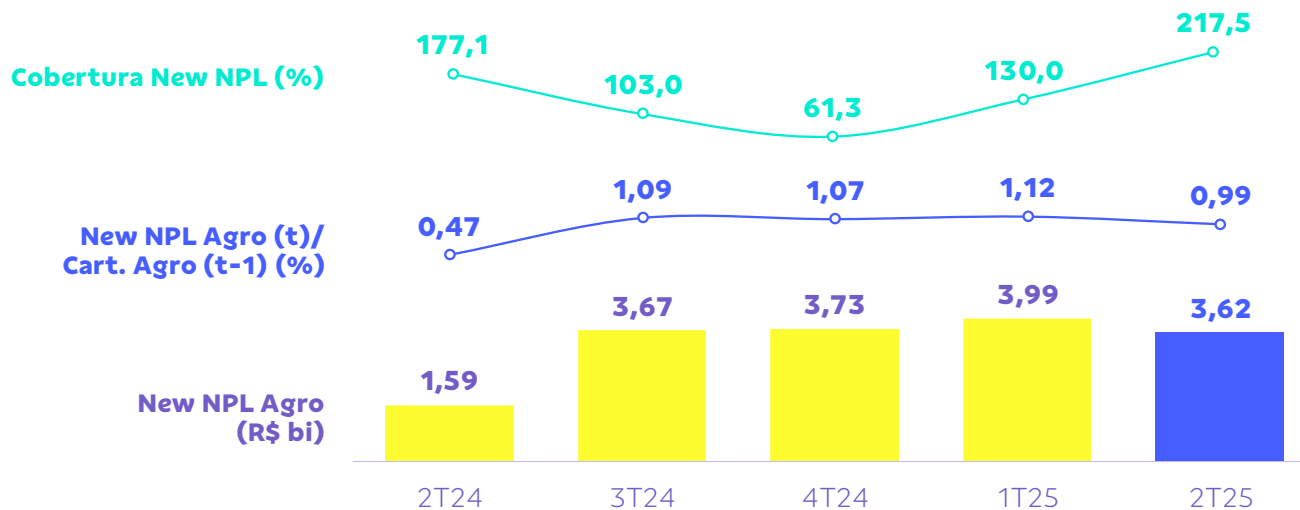
Figura 41. INAD. +90d Carteira de Crédito de Agronegócios – em % por Linha de Crédito¹



(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

A próxima figura detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito Agro. O índice encerrou o trimestre em 0,99%. A cobertura do New NPL foi de 217,5%.

Figura 42. New NPL – Carteira de Crédito de Agronegócios¹



(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

8. Captações

O montante de captações comerciais foi de R\$ 1,1 trilhão em junho/25, acréscimo trimestral de 3,0% e crescimento de 11,1% em 12 meses. Na comparação em 12 meses, destaque para o desempenho dos depósitos a prazo, com crescimento de 28,8%, e das letras de crédito ao agronegócio, com expansão de 28,9%.



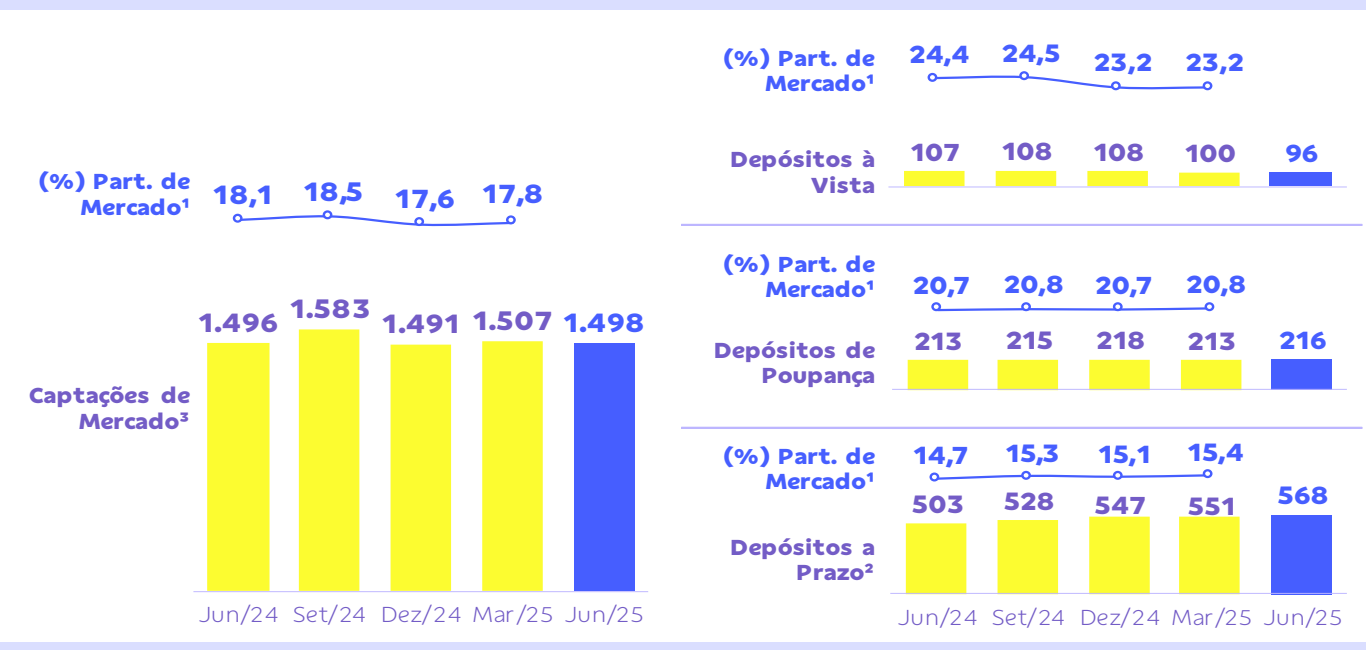
Volume e Market Share

Tabela 62. Captações Comerciais – R\$ milhões

	Jun/24	%	Mar/25	%	Jun/25	%	Δ% A/A	Δ% T/T
Captações Comerciais	1.025.326	100,0	1.105.710	100,0	1.138.673	100,0	11,1	3,0
Depósitos a Prazo ¹	246.001	24,0	301.827	27,3	316.955	27,8	28,8	5,0
Depósitos Judiciais	256.758	25,0	249.312	22,5	250.979	22,0	(2,3)	0,7
Depósitos de Poupança	212.664	20,7	213.379	19,3	216.143	19,0	1,6	1,3
Letras de Crédito do Agronegócio	188.587	18,4	225.379	20,4	243.064	21,3	28,9	7,8
Depósitos à Vista	106.834	10,4	100.454	9,1	96.281	8,5	(9,9)	(4,2)
Letras de Crédito Imobiliário	14.239	1,4	15.184	1,4	14.942	1,3	4,9	(1,6)
Outros Recursos de Emissões	242	0,0	174	0,0	310	0,0	28,1	78,4

(1) Inclui o saldo de Outros Depósitos constante das Notas Explicativas.

Figura 43. Participação de Mercado das Captações do BB – R\$ bilhões



(1) As informações sobre participação de mercado no Sistema Financeiro Nacional (SFN) são provenientes de relatórios do Bacen "Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas", disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/efdta>>. Posição: março de 2025, última disponível; (2) Inclui os depósitos judiciais; (3) Considera depósitos totais e captações no mercado aberto.



A tabela a seguir mostra o saldo das captações institucionais do BB, que consistem, em sua maioria, nas emissões de títulos adquiridos por investidores qualificados.

Tabela 63. Captações Institucionais – R\$ milhões

	Jun/24	%	Mar/25	%	Jun/25	%	Δ% A/A	Δ% T/T
Captações Institucionais	201.816	100,0	248.887	100,0	246.673	100,0	22,2	(0,9)
Obrig. de Emp., Cessões e Repasses	134.277	66,5	151.326	60,8	152.877	62,0	13,9	1,0
TVM no Exterior	40.892	20,3	36.404	14,6	32.078	13,0	(21,6)	(11,9)
Letras Financeiras	8.136	4,0	28.646	11,5	28.882	11,7	255,0	0,8
Dívidas Subordinadas no País	8.753	4,3	22.214	8,9	23.257	9,4	165,7	4,7
Dívidas Subordinadas no Exterior	9.758	4,8	10.296	4,1	9.580	3,9	(1,8)	(7,0)

As tabelas a seguir apresentam os saldos das captações no exterior (por modalidade e produto).

Tabela 64. Captações Comerciais no Exterior – Modalidade – US\$ milhões

	Jun/24	%	Mar/25	%	Jun/25	%	Δ% A/A	Δ% T/T
Captações no Exterior	24.959	100,0	27.541	100,0	27.389	100,0	9,7	(0,6)
Depósitos e Emprést. Interbancários	7.626	30,6	9.167	33,3	9.548	34,9	25,2	4,2
Pessoa Jurídica	6.540	26,2	7.877	28,6	7.572	27,6	15,8	(3,9)
Tít. de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	7.247	29,0	6.289	22,8	5.894	21,5	(18,7)	(6,3)
Pessoa Física	2.778	11,1	3.232	11,7	3.327	12,1	19,8	2,9
Compromissadas	768	3,1	975	3,5	1.048	3,8	36,4	7,5

Tabela 65. Captações Comerciais no Exterior – Produto – US\$ milhões

	Jun/24	%	Mar/25	%	Jun/25	%	Δ% A/A	Δ% T/T
Captações no Exterior	24.959	100,0	27.541	100,0	27.389	100,0	9,7	(0,6)
Depósitos a Prazo	7.380	29,6	9.047	32,8	8.863	32,4	20,1	(2,0)
Empréstimos	4.748	19,0	5.712	20,7	5.924	21,6	24,8	3,7
Tít. de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	7.247	29,0	6.289	22,8	5.894	21,5	(18,7)	(6,3)
Depósitos à Vista	2.053	8,2	2.014	7,3	2.012	7,3	(2,0)	(0,1)
Compromissadas	768	3,1	975	3,5	1.048	3,8	36,4	7,5
Depósitos de Poupança	888	3,6	1.114	4,0	1.185	4,3	33,5	6,4
Call Account	668	2,7	1.143	4,1	1.010	3,7	51,1	(11,6)
Pledge	812	3,3	911	3,3	996	3,6	22,7	9,3
Over	395	1,6	336	1,2	458	1,7	15,9	36,2



Fontes e Usos

Os indicadores apresentados na tabela a seguir demonstram a relação entre as fontes de captação e as aplicações dos recursos no Banco do Brasil. O BB busca diversificar suas fontes de captação, oferecendo alternativas atrativas aos clientes e que representem redução dos custos de captação para o Banco.

A carteira de crédito permanece sendo o principal destino dos recursos captados com participação de

88,4% do total de usos. A tabela também apresenta o indicador carteira de crédito ajustada sobre captações comerciais, que desconsidera o crédito com natureza de repasse.

Mais informações sobre a liquidez do Banco podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos do BB (RGR), disponível no site de [Relações com Investidores](#) do Banco do Brasil.

Tabela 66. Fontes e Usos – R\$ milhões

	Jun/24	%	Mar/25	%	Jun/25	%	Δ% A/A	Δ% T/T
Fontes	1.106.397	100,0	1.240.081	100,0	1.262.250	100,0	14,1	1,8
Captações Comerciais	1.025.326	92,7	1.105.710	89,2	1.138.673	90,2	11,1	3,0
Depósitos a Prazo	502.759	45,4	551.139	44,4	567.933	45,0	13,0	3,0
Depósitos de Poupança	212.664	19,2	213.379	17,2	216.143	17,1	1,6	1,3
Letras de Crédito do Agronegócio	188.587	17,0	225.379	18,2	243.064	19,3	28,9	7,8
Depósitos à Vista	106.834	9,7	100.454	8,1	96.281	7,6	(9,9)	(4,2)
Letras de Crédito Imobiliário	14.239	1,3	15.184	1,2	14.942	1,2	4,9	(1,6)
Outros Recursos de Emissões	242	0,0	174	0,0	310	0,0	28,1	78,4
Captações Institucionais	201.816	18,2	248.887	20,1	246.673	19,5	22,2	(0,9)
Obrigações de Emp., Cessões e Repasses	134.277	12,1	151.326	12,2	152.877	12,1	13,9	1,0
Dívidas Subordinadas no País ¹	8.753	0,8	22.214	1,8	23.257	1,8	165,7	4,7
Dívidas Subordinadas no Exterior	9.758	0,9	10.296	0,8	9.580	0,8	(1,8)	(7,0)
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	40.892	3,7	36.404	2,9	32.078	2,5	(21,6)	(11,9)
Letras Financeiras	8.136	0,7	28.646	2,3	28.882	2,3	255,0	0,8
Depósitos no Banco Central	(120.745)	(10,9)	(114.515)	(9,2)	(123.095)	(9,8)	1,9	7,5
Usos	1.106.397	100,0	1.240.081	100,0	1.262.250	100,0	14,1	1,8
Carteira de Crédito Classificada	1.024.416	92,6	1.103.534	89,0	1.115.212	88,4	8,9	1,1
Recursos Disponíveis	81.981	7,4	136.547	11,0	147.038	11,6	79,4	7,7
Carteira de Crédito/Depósitos Totais	124,6		127,6		126,7		2,1 p.p.	(0,9) p.p.
Carteira de Crédito/Captações Comerciais	99,9		99,8		97,9		(2,0) p.p.	(1,9) p.p.
Carteira de Crédito/Usos	92,6		89,0		88,4		(4,2) p.p.	(0,6) p.p.

(1) Inclui o saldo da atualização e juros incidentes sobre o IHCD no País, no valor de R\$ 5.100 milhões em Jun/25.



A próxima tabela apresenta as letras financeiras no país, alinhadas com a estratégia de substituição de parte dos instrumentos de capital nível I no exterior por emissões no mercado local.

Tabela 67. Letras Financeiras Subordinadas no País – R\$ milhões

	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	Jun/25
Letras Financeiras Subordinadas					23.224
	20	100% do CDI + 2,75%	2021	Perpétuo	21
	2.329	100% do CDI + 2,60%	2022	Perpétuo	2.603
	200	100% do CDI + 2,50%	2023	Perpétuo	200
	1.983	100% do CDI + 2,25%	2023	Perpétuo	2.942
	4.775	100% do CDI + 1,20%	2024	Perpétuo	5.721
	2.751	100% do CDI + 1,90%	2024	Perpétuo	2.904
	8.000	100% do CDI + 1,30%	2025	Perpétuo	8.524
	300	100% do CDI + 1,25%	2025	Perpétuo	310

A próxima tabela apresenta os títulos de renda fixa vigentes emitidos pelo Banco do Brasil, individualmente ou através de Sociedades de Propósito Específico (SPE), no mercado de capitais internacional.

Tabela 68. Emissões Vigentes no Exterior

Emissões do Banco do Brasil									
Data de Emissão	Data de Vencimento	Volume Emitido (US\$ mil)	Saldo Atual (US\$ mil)	Cupom e Frequência ¹ (% a.a.)	Preço de Emissão	Retorno para o Investidor (% a.a.)	Spread s/ US Treasury (bps)	Moeda Emissão	Rating S&P/Moody's/Fitch
31/01/2013	Perpétuo	2.000.000	1.723.600	8,748 S	100,000	8,748	439,8	USD	B- / SR / SR
30/09/2021	30/09/2026	750.000	750.000	3,250 S	100,000	3,250	244,5	USD	SR/ Ba2 / BB
11/01/2022	11/01/2029	500.000	500.000	4,875 S	99,561	4,950	328,7	USD	SR/ Ba2 / BB
18/04/2023	18/04/2030	750.000	750.000	6,25 S	98,612	6,500	301,8	USD	SR/ Ba2 / BB
18/03/2024	18/03/2031	750.000	750.000	6,00 S	98,323	6,300	220,0	USD	SR/ Ba2 / BB
Emissões em Sociedades de Propósito Específico									
Data de Emissão	Data de Vencimento	Volume Emitido (US\$ mil)	Saldo Atual (US\$ mil)	Cupom e Frequência ¹ (% a.a.)	Preço de Emissão	Retorno para o Investidor (% a.a.)	Spread s/ US Treasury (bps)	Moeda Emissão	Rating S&P/Moody's/Fitch
02/07/2019	15/06/2026	200.000	40.000	3,70 T	100,000	3,700	N/A	USD	BBB
06/12/2022	15/12/2029	750.000	675.000	2,75 + 3mSfr T	100,000	2,75 + 3mSfr T	N/A	USD	BBB
06/12/2022	15/12/2032	150.000	144.000	6,65 T	100,000	6,65 T	N/A	USD	BBB
09/12/2014	01/11/2034	500.000	500.000	2,92826 + 6mSfr T	100,000	2,92826 + 6mSfr T	N/A	USD	AA-
23/12/2015	16/12/2030	320.000	320.000	3,62826 + 6mSfr T	100,000	3,62826 + 6mSfr T	N/A	USD	AA-

(1) A: anual; S: semestral; T: trimestral.

9. Soluções Financeiras

O Banco do Brasil oferece aos seus clientes uma grande variedade de soluções financeiras, as quais atendem diferentes necessidades de pessoas e organizações. Assim, o BB busca entregar a melhor experiência, de maneira rápida, segura e ágil, por meio da sua rede de escritórios ou de forma digital.

As soluções do BB estão alinhadas com o momento de vida e as demandas do seu público. Abrangem, portanto, desde os serviços de meios de pagamentos, que contam com um amplo portfólio de soluções para pessoa física, jurídica, agronegócio e governo; passando pela gestão de recursos de terceiros, por meio de uma variedade de produtos de investimento; mercado de capitais, como uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva no país e da oferta de diferentes instrumentos de captação; até a flexibilidade oferecida pelos consórcios.



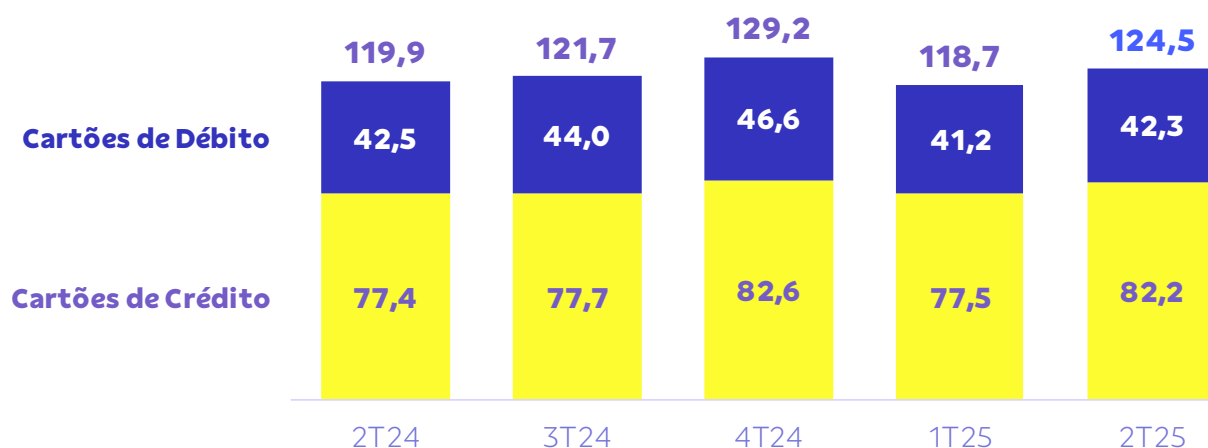
Meios de Pagamentos

O Banco do Brasil tem papel relevante no mercado de Meios de Pagamentos no país e busca manter essa posição ampliando seu portfólio de soluções, aprimorando processos e investindo em pessoas, inovação, tecnologia e desenvolvimento sustentável, sempre com o objetivo central de garantir a satisfação e a segurança dos seus milhões de clientes, que têm, à disposição, canais digitais e físicos para atendê-los de acordo com suas necessidades.

Cartão

O cartão é não só uma fonte de receita, mas um canal para alavancar outros produtos e estreitar relacionamento. Ele promove a bancarização e inclusão financeira, além de engajar e fidelizar clientes.

Figura 44. Faturamento dos Cartões BB – R\$ bilhões



Como parte da estratégia em cartões, o Banco trabalha para ampliar a base de clientes e melhorar a experiência com soluções inovadoras no contexto de soluções de pagamento e financiamento, aprimoramento do digital e integração com outros produtos do portfólio BB.

Tabela 69. Base de Cartões – Uso Recorrente¹ – milhões

	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T
Crédito	11,1	11,1	11,1	11,1	11,3	1,9	2,3
Débito	14,8	14,7	14,7	14,3	14,4	(2,4)	0,7

(1) Pelo menos uma utilização no trimestre.



Resultados com Negócios de Cartão

Para trazer uma melhor evidenciação dos resultados gerados pelos negócios de cartões, apresenta-se, tal como no trimestre anterior, o resultado do BB e das ELBBs ponderadas pela porcentagem de participação societária em cada investida, sendo de 64,49% em Cateno, 49,99% em Livel, 49,99% em Alelo, 28,53% em Elo Serviços e 49,28% na Cielo, no 2T25.

Tabela 70. Resultado com Negócios de Cartões¹ – R\$ milhões

	2T24	3T24	4T24	1T25 ²	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T
Receitas de Prestação de Serviços	2.769	3.211	3.346	3.267	3.415	23,3	4,5
Receita Financeira	1.871	1.834	1.830	2.062	2.212	18,2	7,3
Despesa Financeira ³	(1.614)	(1.485)	(1.149)	(1.391)	(1.931)	19,7	38,8
Outras Receitas e Despesas ⁴	(1.398)	(1.740)	(1.260)	(1.657)	(1.750)	25,2	5,6
Tributos	(850)	(822)	(1.460)	(1.075)	(942)	10,8	(12,4)
Resultado Gerencial⁵	778	999	1.307	1.205	1.003	28,9	(16,8)

(1) Alterada a partir do 3T24 a participação societária do BB na Cielo de 28,8% para 49,28% em decorrência do fechamento de Capital da Companhia. (2) Série revisada a partir do 1T25. (3) Inclui a Perda Esperada. (4) Receita com Spread Cambial, Despesas com Programa de Relacionamento, com Bandeiras, de Processamento, Atendimento e do Serviço Prestado. (5) Consolidação do resultado líquido com emissão BB com as linhas de resultado das ELBBs de Meios de Pagamento.

Pix

No segundo trimestre de 2025, o Pix manteve sua posição como protagonista na modernização dos pagamentos no Brasil. O crescimento contínuo das chaves Pix ativas mostra a ampla aceitação do sistema, que é o principal meio de pagamento no país desde 2023. A principal novidade do período foi o lançamento do Pix Automático, em 16 de junho, permitindo agendar pagamentos recorrentes de forma prática e sem intervenção manual.

Outro destaque foi o avanço do Pix por Aproximação, que permite pagamentos rápidos com o celular em terminais compatíveis. Lançado em fevereiro, sua adoção cresceu significativamente neste trimestre. Também foi relevante o Pix no Cartão, que ultrapassou R\$ 952 milhões de créditos liberados no 2T25, 39% a mais do que o trimestre anterior. O Pix parcelado se mantém relevante, demonstrando robustez e com boa perspectiva de crescimento sustentado.

A agenda evolutiva do Pix segue inovando no desenvolvimento de novas funcionalidades, como o Pix Garantido (para parcelamentos) e o Pix Internacional (para transações entre países), ampliando o potencial do sistema. Esses avanços consolidam o Pix como um dos sistemas de pagamento mais completos do mundo, com potencial crescente de transformação digital. O BB segue na vanguarda, fortalecendo seu caráter inovador e presença na vida das pessoas.

BB Pay

O BB Pay e ITP (Iniciador de Transações de Pagamento) são parte de uma plataforma do BB que simplifica os recebimentos, oferecendo diversas soluções como links de pagamento, *Tap on Phone* e integração com APIs para *e-commerces*. Com essas soluções, empresas podem operar pagamentos digitais de forma segura e prática pelo App BB.

No 2T25, o BB Pay movimentou R\$4,2 bilhões em 4,6 milhões de transações efetivadas, nas diversas formas de utilização dessa plataforma. No semestre, foram R\$7,8 bilhões em pagamentos, por meio de 8,9 milhões de transações. O volume de transações efetivadas no 2T25 foi 117,2% superior ao observado no 2T24. Na visão



quantidade de pagamentos efetivados, houve um aumento de 85,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O BB se destaca como um dos principais operadores no modelo ITP dentro do ecossistema de Open Finance. Essa atuação permite ao BB oferecer aos seus clientes uma experiência mais fluida e integrada na iniciação de pagamentos, sem a necessidade de intermediação tradicional, reforçando seu papel como agente de inovação no sistema financeiro.

Serviços de Cash Management

O BB oferece soluções de recebimento que permitem às empresas gerenciar seus recursos financeiros de forma eficiente. Ao fim do trimestre foram registrados mais de 42 mil clientes integrados via APIs de Cash, aumento de 9,1% em relação ao trimestre anterior, com mais de 147 parceiros estratégicos integrados via parcerias BaaS. Na frente de recebimentos, o BB integrou os recursos do Pix Automático à API Pix, sendo o primeiro Provedor de Serviço de Pagamento (PSP) aprovado em todos os testes do produto junto ao Bacen. E com o Pix Automático via API, os clientes poderão trabalhar com alta volumetria de recebimentos recorrentes, de forma segura e eficiente.

Gestão de Recursos de Terceiros

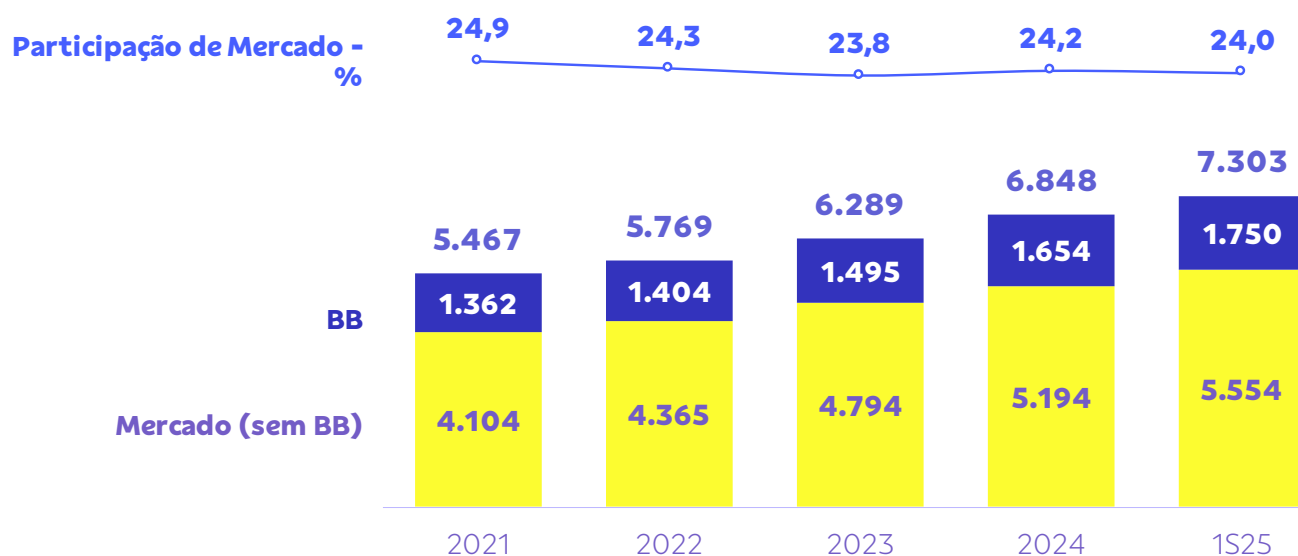
A BB Asset tem como principais atividades a gestão e a administração de fundos e carteiras administradas.

Os gráficos a seguir apresentam o saldo em recursos de terceiros geridos e administrados e a participação da BB Asset no Ranking de Gestão de Fundos de Investimento e no Ranking Global de Administração de Recursos da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA.

Figura 45. Gestão de Recursos e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: ANBIMA.

**Figura 46.** Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões

Fonte: ANBIMA.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o Ranking de Gestão da ANBIMA, a BB Asset permaneceu como líder nos segmentos: Investidores Institucionais, Poder Público, Varejo Tradicional e RPPS.

As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos recursos sob gestão por segmento e classe ANBIMA.

Tabela 71. Fundos de Investimento por Segmento – R\$ milhões

	Jun/24	Part. %	Mar/25	Part. %	Jun/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Total	1.610.067	100,0	1.736.268	100,0	1.754.001	100,0	8,9	1,0
Investidor Institucional	578.509	35,9	620.637	35,7	641.924	36,6	11,0	3,4
Poder Público	526.271	32,7	560.512	32,3	544.215	31,0	3,4	(2,9)
Corporate	112.098	7,0	155.245	8,9	164.754	9,4	47,0	6,1
Alta Renda	117.781	7,3	118.729	6,8	119.386	6,8	1,4	0,6
Varejo	96.046	6,0	98.428	5,7	96.585	5,5	0,6	(1,9)
RPPS	91.518	5,7	91.661	5,3	94.324	5,4	3,1	2,9
Demais	87.844	5,5	91.054	5,2	92.813	5,3	5,7	1,9

Fonte: ANBIMA.

Tabela 72. Fundos de Investimento por Classe ANBIMA¹ – R\$ milhões

	Jun/24	Part. %	Mar/25	Part. %	Jun/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Fundos de Investimentos	1.610.067	100,0	1.736.268	100,0	1.754.001	100,0	8,9	1,0
Renda Fixa	1.133.418	70,4	1.196.211	68,9	1.206.724	68,8	6,5	0,9
Previdência	375.717	23,3	405.593	23,4	416.624	23,8	10,9	2,7
Multimercado	32.158	2,0	26.220	1,5	23.336	1,3	(27,4)	(11,0)
Ações	26.688	1,7	23.833	1,4	22.579	1,3	(15,4)	(5,3)
Outros ²	42.086	2,6	84.411	4,9	84.738	4,8	101,3	0,4

(1) Os dados acerca da distribuição por Classe ANBIMA são obtidos pelo Ranking de Gestão ANBIMA; (2) Inclui Cambial, FIP, FIDC, ETF, Fundo Imobiliário e Off Shore.
Fonte: ANBIMA.



Portfólio com características socioambientais

A BB Asset reafirma o compromisso com as boas práticas sociais, ambientais e de governança (ASG) e continua avançando na geração de negócios sustentáveis.

Atualmente, a BB Asset administra e gere vinte e cinco fundos de investimento sustentáveis (IS) e doze fundos que integram questões ASG, de acordo com a Resolução CVM nº 175. A tabela a seguir contempla de maneira resumida o saldo dos recursos administrados nos 25 fundos IS alinhados à Agenda 30 BB, bem como do fundo IS de distribuição ex-BB, fruto de parceria com a Régia Capital.

Tabela 73. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais – R\$ milhões

	Jun/24	Mar/25	Jun/25	Δ% A/A	Δ% T/T
Total	2.408	7.616	10.065	318,0	32,1
BB Espelho JGP Equilíbrio	721	2.683	2.678	271,2	(0,2)
Brasilprev TOP Estratégia JGP Equilíbrio PREV	–	2.064	2.247	–	8,9
Fundos IS Parceira Régia Capital – Distribuição ex-BB	–	728	895	–	22,9
BB Espelho JGP Institucional Equilíbrio	41	694	2.283	–	228,8
BB Ações Governança	649	588	624	(3,8)	6,1
BB Nordea Global Climate and Environment ¹	404	275	241	(40,3)	(12,3)
BB Espelho SulAmérica Crédito ASG	322	263	671	108,5	155,1
Brasilprev Top ASG Brasil FI Ações	70	103	160	130,1	55,9
ETF Índice Diversidade	71	63	68	(4,6)	8,0
Demais	129	155	198	52,9	27,8

Fonte: Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Adicionalmente aos fundos com estratégia de investimento ASG listados acima, a BB Asset transfere 50% da taxa de administração do BB Renda Fixa Referenciado DI 50 FIC FI, 20% da taxa de administração do Fundo BB Ações Sustentabilidade IS, 10% da taxa de administração dos Fundos BB Multimercado Balanceado e BB Multimercado Balanceado Longo Prazo Private e 10% da taxa de administração do Fundo BB Ações Diversidade IS FIC FIA para a Fundação Banco do Brasil, onde são aplicados em projetos que visam contribuir com a transformação social e o desenvolvimento sustentável do país.



Mercado de Capitais

O mercado de capitais é uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva nas economias de todo o mundo. Os instrumentos de captação, além de viabilizarem o crescimento das empresas também contribuem para a geração e diluição do risco de novos investimentos.

O Banco do Brasil está presente com destaque no mercado de capitais brasileiro por meio de sua subsidiária integral, o BB – Banco de Investimento S.A. (BB-BI) e da Joint Venture UBS BB Investment Bank (UBS BB).

Nos portfólios do BB-BI e do UBS BB estão serviços de excelência que envolvem a pesquisa de mercado, estruturação e distribuição de operações, liquidação e custódia de ativos, bem como produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas.

No 2T25, as empresas do conglomerado atuaram em 50 operações de mercado de capitais, 28% a mais que no trimestre anterior, sendo 47 de renda fixa, duas fusões e aquisições e uma operação de renda variável.

Essas operações totalizaram R\$ 49,3 bilhões, valor 82,4% superior ao trimestre anterior, distribuídas em 25 debêntures, oito notas comerciais, quatro CRAs, quatro letras financeiras, dentre outras operações, como bonds, M&As, FIDCs, *follow-on* e CRI. Ao todo, houve uma operação ESG.

Os principais produtos e serviços são destacados a seguir:

Renda Fixa Mercado Doméstico e Securitização:

Serviços de coordenação, estruturação e distribuição de debêntures, notas promissórias comerciais, letras financeiras, fundos de investimento em direitos creditórios, certificados de recebíveis imobiliários e certificados de recebíveis do agronegócio.

Renda Fixa Mercado Internacional:

Atuação na coordenação, estruturação e distribuição de novos papéis e processos de gestão de dívida de empresas, bancos e governos por meio das corretoras do UBS, conferindo uma atuação global em mercado de capitais.

Renda Variável:

Assessoria em todas as etapas de ofertas públicas de ações. Atua também na estruturação e distribuição de Fundos de Investimento Imobiliários (FII). Para os investidores individuais, o portfólio em renda variável abrange os serviços de compra e venda de ações, e para os investidores do segmento *private* abrange também o serviço de aluguel de ações.

Assessoria em fusões, aquisições e financiamentos

de projetos: Assessoria financeira em operações de alienações, reorganizações societárias (fusões, cisões e incorporações), colocações privadas para empresas e *project finance*.



Consórcios

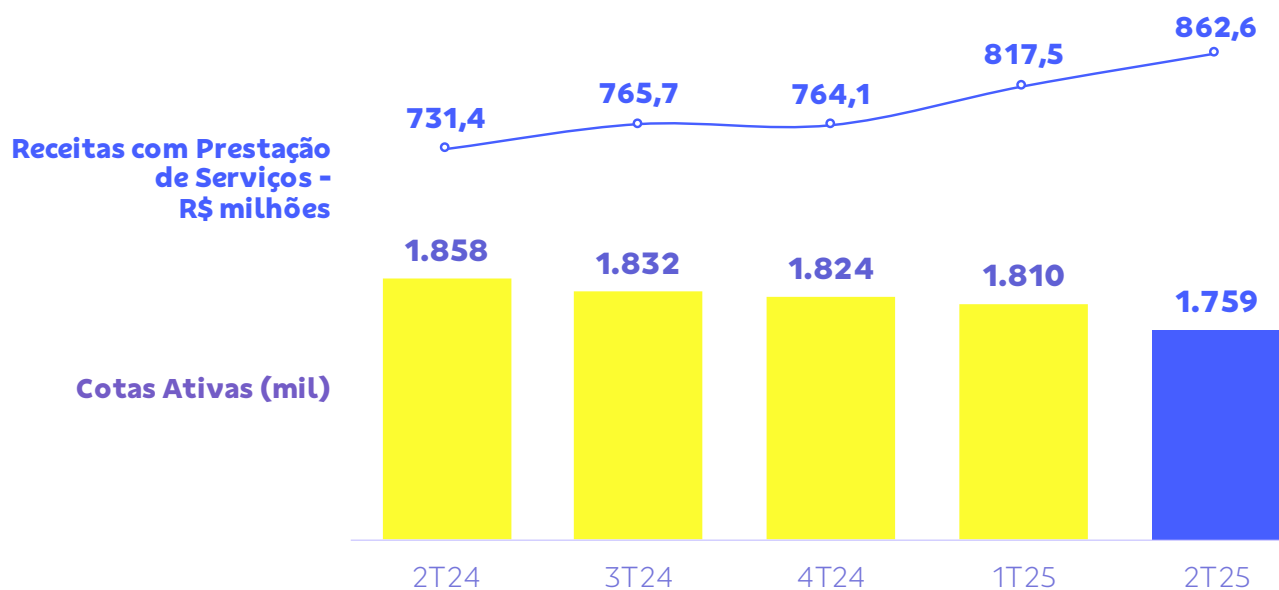
De acordo com os últimos dados divulgados pela Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios – ABAC, o mercado de consórcios atingiu R\$ 222,4 bilhões em créditos comercializados no semestre, volume 30,5% maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Banco do Brasil atua no mercado de consórcios por meio de sua subsidiária, a BB Administradora de Consórcios S.A., a qual apresentou carteira de 1,8 milhão de cotas ativas no 2T25. Conforme informação divulgada pelo Banco Central (maio de 2025), a BB

Consórcios apresenta participação de mercado, em quantidade de cotas, de 15%, consolidando-se como a maior administradora de consórcios entre as ligadas a instituições financeiras, bem como a líder de mercado em volume de carteira.

No 2T25, a BB Consórcios registrou venda de mais de 100 mil novas cotas de consórcio, com volume de negócios de R\$ 9,3 bilhões. Destaque para as vendas nos segmentos de veículos leves, imóveis e veículos pesados, que responderam por 98% do volume de negócios no período.

Figura 47. Consórcios – Receitas com Prestação de Serviços e Cotas Ativas





Tesouraria Global

A Tesouraria do Banco, além da gestão dos livros e carteiras proprietárias, atende aos clientes corporativos e de alta renda com foco na realização de negócios que tornem o Banco o principal provedor de soluções para os clientes.

Nos últimos anos, a gama de produtos e de canais de atendimento do BB expandiu significativamente, incluindo plataformas eletrônicas, *internet banking*, aplicativo, agências, telefone e WhatsApp, aumentando também o volume de operações negociadas. Alinhada com a estratégia Data e AI Driven do BB, foi aprimorado e intensificado o uso de modelos analíticos e a utilização de dados. Isso abrange desde a gestão das posições de carteiras administradas e personalização de taxas, até processos de compliance e gestão do fluxo de caixa da Reserva Bancária, a conta PI, e das contas externas do BB e de suas Controladas.

No 2T25, o banco manteve sua trajetória de crescimento, mesmo diante de um cenário macroeconômico desafiador. Em sua atuação com derivativos, o resultado consolidado com clientes foi de R\$ 84,3 milhões, um aumento de 37% em relação ao mesmo período de 2024, resultado de ações focando na experiência do cliente, ganhos de eficiência e precisão na precificação. A rentabilidade das operações de Opções Cambiais foi de R\$ 9,7 milhões, com estoque 70% superior ao segundo colocado, e os Swaps apresentaram crescimento de 125% na rentabilidade.

Ainda em relação aos derivativos, o segmento Corporate & Investment Banking também se destacou, representando 37% do resultado total, refletindo o fortalecimento da atuação junto a grandes clientes corporativos e a consolidação de soluções estruturadas. Esses resultados reafirmam a liderança do BB no mercado de derivativos, com foco em inovação, eficiência e relacionamento com os clientes.

No câmbio, o Banco do Brasil continua a se destacar como líder nas exportações, consolidando sua participação e reputação no comércio internacional e ampliando ainda mais a distância em relação ao segundo colocado. O Banco tem trabalhado para preservar essa liderança, mobilizando todas as áreas envolvidas. Buscando o aprimoramento contínuo no atendimento aos nossos clientes, ampliamos o modelo de hiperpersonalização, obtendo um aumento de 92% no volume de operações fechadas com os grupos participantes.

O BB também atua na intermediação de Títulos Privados, onde observou-se um aumento de 31% no volume financeiro negociado no 2T25 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Houve também um incremento de, aproximadamente, 23% na quantidade de clientes que efetivaram negócios.

10.

Outras Informações

Neste capítulo são apresentadas informações sobre os planos de benefícios dos funcionários do Banco do Brasil, bem como informações adicionais sobre a presença do BB no exterior.

Na primeira parte, são apresentadas informações sobre o ativo atuarial do Plano 1 da Previ e o passivo atuarial do plano de assistência administrado pela Cassi. Os valores são apurados semestralmente, com fundamento em laudo de avaliação atuarial e sua disponibilidade é condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em legislação e por autoridades reguladoras.

Na segunda parte, encontram-se as principais informações da rede BB no exterior e informações adicionais sobre o Banco Patagonia. A presença do BB no exterior tem por objetivo manter sua posição de referência para empresas e indivíduos brasileiros nos mercados internacionais.



Ativo e Passivo Atuarial

Previ

A mensuração do saldo atuarial do Plano é realizada semestralmente pelo Banco do Brasil (junho e dezembro) e contempla: (i) o montante do superávit/déficit para o final do semestre corrente; e (ii) a estimativa do resultado financeiro para o final do semestre subsequente, consideradas as projeções do custo do serviço corrente, contribuições, custos dos juros do passivo e rentabilidade dos ativos.

O BB efetua o reconhecimento antecipado mensal com base na estimativa de resultado financeiro do Plano para o final do semestre subsequente.

As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

Tabela 74. Previ (Plano 1) – Composição dos Ativos – %

	Jun/24	Set/24	Dez/24	Mar/25	Jun/25
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Renda Fixa	61,7	61,7	64,0	64,0	66,6
Renda Variável	28,6	28,6	26,3	26,3	24,1
Investimentos Imobiliários	5,8	5,8	5,8	5,8	5,7
Empréstimos e Financiamentos	3,0	3,0	2,8	2,8	2,8
Outros	0,9	0,9	1,1	1,1	0,8
 Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano					
Em Instrumentos Financeiros Próprios da Entidade	5,5	5,5	4,8	4,8	4,7
Em Propried. ou Outros Ativos Utiliz. pela Entidade	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6

Tabela 75. Previ (Plano 1) – Principais Premissas Atuariais – %

	Jun/24	Set/24	Dez/24	Mar/25	Jun/25
Taxa Real de Desconto (a.a.)	8,4	8,4	10,7	10,7	9,5
Taxa Nominal de Retorno dos Investimentos (a.a.)	12,2	12,2	14,9	14,9	13,8

Tabela 76. Previ (Plano 1) – Efeitos da Contabilização da Resolução CVM 110/2022– R\$ milhões

	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	197.015	197.015	182.839	182.839	191.481
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(150.646)	(150.646)	(129.071)	(129.071)	(142.875)
(c) Superávit/(Déficit) BB (a+b) x 0,5	23.185	23.185	26.884	26.884	24.303
(d) Saldo Inicial do Ativo Atuarial	24.289	23.185	24.040	26.884	28.023
(e) Resultado Financeiro Antecipado	611	697	697	977	977
(f) Contribuição de Fundos	157	158	204	162	162
(g) Remensuração Atuarial	(1.873)	–	1.943	–	(4.858)
(h) Saldo do Ativo/(Passivo) Atuarial¹	23.185	24.040	26.884	28.023	24.303

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit). Mais informações, NE 28 – Benefícios a Empregados.



Fundos de Destinação do Superávit Previ (Plano 1)

Tabela 77. Previ (Plano 1) – Fundos de Utilização¹ – R\$ milhões

	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25
Saldo Inicial	11.770	11.874	11.928	12.026	12.245
Contribuições ao Plano 1	(161)	(154)	(212)	(162)	(167)
Atualização	265	209	309	381	273
Saldo Final	11.874	11.928	12.026	12.245	12.351

(1) Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75 % a.a.).

Cassi

O BB é patrocinador do plano de assistência administrado pela Cassi, cujo principal objetivo é conceder auxílio para cobertura de despesas com a saúde dos associados e seus beneficiários inscritos.

A próxima tabela demonstra a evolução do passivo atuarial relacionado à Cassi, de acordo com a Resolução CVM 110/2022.

Tabela 78. Efeitos da Contabilização da Cassi – Resolução CVM 110/2022 – R\$ milhões

	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	–	–	–	–	–
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(9.870)	(9.870)	(8.459)	(8.459)	(9.333)
(c) Déficit¹ BB (a+b)	(9.870)	(9.870)	(8.459)	(8.459)	(9.333)
(d) Saldo Inicial do Passivo Atuarial	(10.983)	(9.870)	(9.952)	(8.459)	(8.535)
(e) Valores Reconhecidos no Resultado	(295)	(299)	(299)	(308)	738
(f) Contribuição BB	239	217	272	232	(802)
(g) Remensuração Atuarial	1.169	–	1.520	–	(734)
(h) Saldo do Passivo Atuarial¹ (d+e+f+g)	(9.870)	(9.952)	(8.459)	(8.535)	(9.333)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit). Mais informações, NE 28 – Benefícios a Empregados.



Negócios Internacionais

Há 84 anos atuando no exterior, presente em pontos estratégicos de diversos países para a realização de serviços bancários, a rede externa do Banco conta com ampla experiência em mercados financeiros internacionais. O BB garante a todos os seus clientes, sejam eles instituições do setor público, empresas de todos os portes ou pessoas físicas, a solidez e a segurança de sempre mesmo fora do Brasil.

Em complemento a essa estrutura, o Banco do Brasil mantém acordo com outras instituições financeiras no exterior para atendimento aos seus clientes, contando com 523 bancos atuando como correspondentes do BB em 89 países.

Tabela 79. Rede de Atendimento no Exterior

Agências	Subagências	Unidades De Serviços Compartilhados
<ul style="list-style-type: none"> Assunção – Paraguai Frankfurt – Alemanha Grand Cayman – Ilhas Cayman Londres – Inglaterra Miami – Estados Unidos Nova Iorque – Estados Unidos Tóquio – Japão Xangai – China 	<ul style="list-style-type: none"> Hamamatsu – Japão Nagoia – Japão 	<ul style="list-style-type: none"> BB USA Servicing Center / Orlando – Estados Unidos BB Europa Servicing Center / Lisboa – Portugal
	Subsidiárias	Securities
	<ul style="list-style-type: none"> BB Americas, Inc. / Miami – Estados Unidos ¹ Banco Patagonia / Buenos Aires – Argentina ² BB AG (Aktiengesellschaft) / Viena – Áustria ³ 	<ul style="list-style-type: none"> Banco do Brasil Securities LLC – Estados Unidos BB Securities Ltd – Inglaterra

(1) O Banco do Brasil Americas, Inc. possui agências em Miami, Lighthouse Point, Orlando e Aventura; (2) O Banco Patagonia possui rede de distribuição física com 196 pontos de atendimentos e presença em todas as províncias da Argentina; (3) A BB AG possui sucursal em Lisboa.

Destaques estratégicos

O Banco inaugurou a nova sede do BB Nova Iorque, na Park Avenue, em Manhattan. O novo espaço representa uma etapa estratégica da presença do BB nos Estados Unidos. Ao redor de instituições financeiras de destaque no mercado internacional, a escolha facilita o acesso de clientes e estreita laços com os principais agentes do mercado global. Além disso, clientes da agência tiveram sua experiência digital aprimorada e podem realizar a partir de agora transferências dentro dos EUA em Euro, Libra Esterlina e Dólar Canadense, além de terem sua jornada de aplicações em Time Deposit mais fluida e com novas funcionalidades.

Os clientes Private e Estilo correntistas do BB Lisboa já podem acessar sua conta diretamente pelo app BB – *single sign-on* – e acessar transações como: consulta de saldo e extrato de conta, extrato consolidado, comprovante de IBAN e tabela de preços, além do gerenciamento do número de telefone. Com essa integração, a experiência dos clientes BB Lisboa fica mais integrada e fluida, com a comodidade, simplicidade e excelência do app BB.

O Banco do Brasil e o China Development Bank (CDB) assinaram um Termo de Compromisso no valor de US\$ 1 bilhão, com o objetivo de ampliar a cooperação financeira entre as instituições e fortalecer os laços econômicos entre Brasil e China. O acordo foi firmado durante a missão institucional do BB ao país asiático, reforçando a parceria estratégica entre as duas economias. A linha de crédito, com prazo de até cinco anos, permitirá ao Banco do Brasil expandir suas operações de financiamento nas áreas de infraestrutura, agronegócio, exportação e importação. A iniciativa beneficiará empresas brasileiras e chinesas com atuação no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento econômico bilateral.

Foi firmado em Londres acordo de até US\$ 700 milhões com garantia da MIGA (Multilateral Investment Guarantee Agency), braço do Banco Mundial responsável por incentivar investimentos, com a finalidade de apoiar micro, pequenas e médias empresas (MPME) exportadoras e projetos sustentáveis no Brasil. A operação foi estruturada



por meio do programa Trade Finance Guarantee (TFG) da MIGA, que tem como objetivo promover o comércio internacional. O programa oferece garantias contra risco de inadimplência, permitindo que instituições financeiras globais concedam crédito ao Banco do Brasil com menor risco e custo reduzido.

A agência do Banco Mundial compromete-se com uma exposição de até US\$ 700 milhões ao longo de três anos, com prazos de até um ano para cada desembolso. O primeiro desembolso no programa será imediato de US\$ 350 milhões, com participação de instituições como o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) e HSBC Bank. Com garantia de até 95% fornecida pela MIGA, a transação recebe classificação de risco muito baixa (AAA), possibilitando ao BB ampliar a oferta de linhas de crédito em moeda estrangeira além de diversificar suas fontes de captação de recursos no mercado.

Tabela 80. Consolidado no Exterior – Ativo – R\$ milhões

	Jun/24	Mar/25	Jun/25	Δ% A/A	Δ% T/T
 Ativo	231.814	243.254	234.122	1,0	(3,8)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	61.861	46.462	46.220	(25,3)	(0,5)
Titulos e Valores Mobiliários	43.845	43.724	43.925	0,2	0,5
Operações de Crédito	47.920	60.753	61.105	27,5	0,6
Outros Ativos	6.854	11.668	9.343	36,3	(19,9)
Grupo BB	71.334	80.647	73.529	3,1	(8,8)

Tabela 81. Consolidado no Exterior – Passivo – R\$ milhões

	Jun/24	Mar/25	Jun/25	Δ% A/A	Δ% T/T
 Passivo	231.814	243.254	234.122	1,0	(3,8)
Depósitos	64.005	78.694	74.934	17,1	(4,8)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	30.846	26.347	22.882	(25,8)	(13,2)
Obrigações por Empréstimos	26.884	32.591	32.082	19,3	(1,6)
Dívidas Subordinadas e Bônus Perpétuos	9.758	10.296	9.580	(1,8)	(7,0)
Demais Passivos	16.426	26.252	27.186	65,5	3,6
Grupo BB	60.761	41.900	46.856	(22,9)	11,8
 Patrimônio Líquido	23.134	27.174	20.602	(10,9)	(24,2)
Controlador	22.112	25.940	19.537	(11,6)	(24,7)
Participações Minoritárias	1.022	1.234	1.065	4,2	(13,7)

(1) Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

Tabela 82. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acum.
Lucro Após Impostos e Participações Estatutárias ¹	2.028	1.317	1.131	(44,2)	(14,1)	3.078	2.448	(20,5)
Participações Minoritárias ²	13	143	124	821,8	(13,3)	320	267	(16,5)
Lucro Líquido	2.042	1.460	1.255	(38,5)	(14,0)	3.397	2.715	(20,1)

(1) Refere-se ao lucro líquido operacional, conforme Nota Explicativa 34-b. (2) Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.



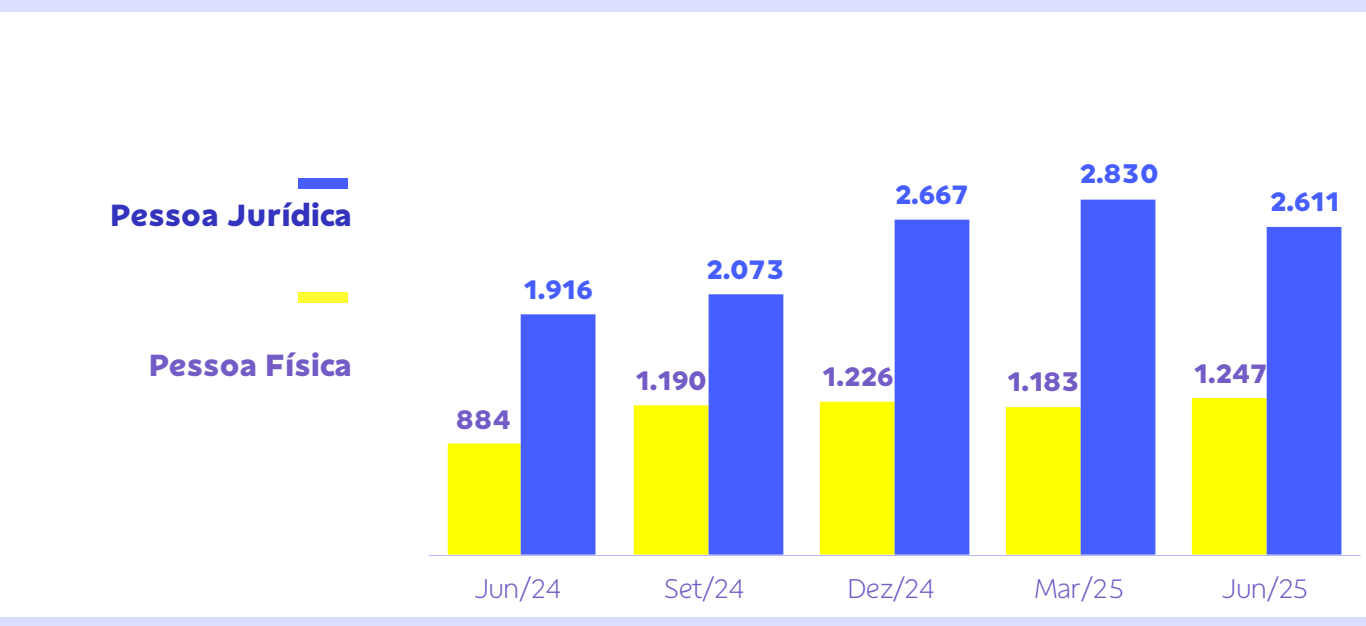
Banco Patagonia

Todos os números apresentados neste capítulo refletem a integralidade dos saldos, contas patrimoniais e de resultado. Informações adicionais estão disponíveis no [site oficial](#) do Banco Patagonia.

Tabela 83. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais – R\$ milhões

	Jun/24	Mar/25	Jun/25	Δ% A/A	Δ% T/T
Ativos	23.578	33.482	30.732	30,3	(8,2)
Operações de Crédito	5.534	11.718	11.951	116,0	2,0
Depósitos	16.192	23.573	21.653	33,7	(8,1)
Patrimônio Líquido	5.210	6.294	5.440	4,4	(13,6)

Figura 48. Banco Patagonia – Captações Comerciais e Interbancárias – US\$ milhões



**Tabela 84.** Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acm.
Resultado da Intermediação Financeira	1.863	1.163	1.167	(37,4)	0,3	3.873	2.330	(39,8)
Perda Esperada ¹	(19)	(135)	(28)	49,6	(79,3)	(28)	(163)	486,4
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.845	1.028	1.139	(38,3)	10,8	3.845	2.167	(43,6)
Receitas com Prestação de Serviços	238	330	310	30,1	(6,1)	459	640	39,5
Despesas Administrativas	(404)	(430)	(476)	17,8	10,7	(721)	(906)	25,6
Outros	(172)	(119)	(165)	(3,8)	38,7	(384)	(284)	(26,0)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro	1.507	809	808	(46,4)	(0,1)	3.199	1.617	(49,5)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(322)	(81)	(175)	(45,7)	116,0	(453)	(256)	(43,5)
Lucro Líquido	1.185	728	633	(46,6)	(13,0)	2.746	1.361	(50,4)

(1) Provisão para créditos de liquidação duvidosa nos trimestres anteriores ao 1T25.

Para gestão e controle, o Banco Patagonia possui ferramentas de mensuração, que permitem um gerenciamento integrado do risco de taxa de juros junto ao risco de liquidez (estratégia de ALM).

Tabela 85. Banco Patagonia – Margem Financeira Bruta – R\$ milhões

	2T24	1T25	2T25	Δ% A/A	Δ% T/T	1S24	1S25	Δ% Acm.
Margem Financeira Bruta - Banco Patagonia	1.871	1.199	1.181	(36,9)	(1,5)	3.928	2.380	(39,4)
Receita Financeira de Operações de Crédito	588	928	1.094	85,9	17,8	1.280	2.022	57,9
Resultado de Tesouraria	2.369	1.308	1.192	(49,7)	(8,8)	5.437	2.500	(54,0)
Despesa Financeira de Captação Comercial	(1.007)	(993)	(1.041)	3,3	4,8	(2.514)	(2.034)	(19,1)
Despesa Financeira de Captação Institucional	(80)	(44)	(64)	(19,7)	45,8	(275)	(108)	(60,8)

Tabela 86. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito – %

	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25
Retorno sobre o Patrimônio Líquido ¹	19,2	16,0	13,6	(1,4)	4,0
Índice de Basileia	35,6	35,6	31,2	29,4	26,2
Índice de Cobertura (+90 dias)	193,9	210,2	199,4	165,8	115,8
Inad+90	0,5	0,5	0,5	0,7	1,2

(1) O cálculo é anualizado (multiplicação do resultado trimestral por quatro). Considera o padrão IFRS e o lucro líquido abrangente.

Cadernos Estratégicos

Caderno de Clientes



Um banco para cada cliente

O Banco do Brasil tem o cliente no centro da sua estratégia, construindo relacionamentos duradouros em linha com seu propósito de ser relevante em todos os momentos. Este movimento é guiado pelo comportamento e necessidades dos clientes nas diferentes fases de suas vidas, promovendo relevância, engajamento, satisfação e fortalecimento do relacionamento.

CRM ágil

- Por meio de inteligência analítica, automação e agilidade, o CRM conecta as necessidades dos clientes às soluções adequadas em todos os canais.
- Apenas no 2T25, mais de 1.100 novas ações personalizadas de oferta foram realizadas, resultando em 1,6 bilhão de abordagens dirigidas e 145 milhões de contatos efetivos com clientes.
- Destaca-se a atuação no Crédito do Trabalhador, que impactou mais de 1,2 milhão de clientes no 2T25 em uma estratégia digital, integrada de ponta a ponta e com uso intensivo de inteligência analítica na identificação de oportunidades, automação e hiperpersonalização em escala.
- O processo de cobrança digital foi aprimorado para maior eficiência nas abordagens com o objetivo de regularização de dívidas. No 2T25, foram 3,1 milhões de clientes únicos incluídos nas jornadas com mais de 420 novas comunicações hiperpersonalizadas.

- As ações automatizadas por contexto, aquelas realizadas a partir de comportamentos dos clientes, cresceram 7,5% em relação ao trimestre anterior, totalizando R\$ 25,5 bilhões em negócios.

Hiperpersonalização contínua e inteligência de clientes

- A expansão da nova arquitetura de CRM, que integra atendimento telefônico, vídeo-atendimento, e-mail, chat e Whatsapp de linhas corporativas em uma única plataforma, segue em curso, totalizando 52 Escritórios (Private, Estilo, Exclusivo, Leve e Varejo), tendo alcançado 100% dos Escritórios do Modelo Leve.
- A solução de WhatsApp corporativo via Plataforma BB representou 72% das interações por texto no primeiro semestre de 2025.
- A modernização das URAs (Unidade de Resposta Audível) segue em curso, com destaque para a URA (4004-0001), tendo evoluído de 215 mil acionamentos em dez/24 para 970 mil em jun/25. Com a migração há melhoria na gestão e curadoria de dados, além de funcionalidades com uso de IA.
- No que se refere à realização de negócios, durante o 2T25 foram disponibilizados cerca de 600 mil *leads* (clientes em potencial) na nova ferramenta integrada de CRM e inteligência de negócios. A partir das ofertas em potencial e considerando as interações ativas e reativas, foram cadastradas quase 15 mil oportunidades de negócios, com taxa de conversão próxima a 30%.
- O BB tem feito avanços no sentido de capturar os interesses do público clientes em diversos canais,

tendo identificado mais de 90 milhões de usuários que acessam os canais do Banco sem realizar *Login*.

- Essas ações têm demonstrado um elevado potencial, mesmo em sua fase inicial, a exemplo da ação Nike Day, que ofereceu um *cashback* de 27%, tendo alcançado, só com uma das soluções de CRM, mais de 650 mil impressões, e gerado ao BB receitas relevantes em um dia.

Engajamento e Rentabilização

Públicos estratégicos

- No 2T25, o Banco do Brasil implementou uma série de ações comerciais voltadas aos públicos estratégicos, especialmente os profissionais liberais. Essas ações incluíram a divulgação de condições especiais, como taxas de crédito diferenciadas, a partir de garantias em investimentos e outros colaterais, e benefícios exclusivos para cartões de crédito, com o objetivo de estreitar o relacionamento com esse público.

Rejuvenescimento, Inovação e Onboarding em evolução

- O BB segue consolidando sua estratégia voltada às gerações mais jovens, a qual se sustenta em três pilares: atração, rentabilização e engajamento.
- Em decorrência desse movimento de rejuvenescimento do resultado, 701 mil clientes entre 18 e 40 anos foram rentabilizados, de janeiro a junho de 2025, representando um crescimento de 211% em relação ao mesmo período de 2024.
- O nicho universitário do BB já conta com dois milhões de clientes e vem apresentando forte crescimento após a simplificação da abertura de conta digital universitária. Esse público, investidor e tomador de crédito, teve aumento do NPS (*Net Promoter Score*) em 15% em relação ao mesmo período de 2024.

- Também houve melhorias na conta BB Cash relacionadas à visualização das informações pelo responsável legal, ampliação do portfólio de investimentos e integração do Rende Fácil à jornada de abertura de contas.
- A conta digital para o cliente PF aberta diretamente pelo empregador foi inteiramente remodelada, trazendo maior segurança, eficiência operacional e comodidade aos clientes.
- No 2T25, o BB conquistou aproximadamente 1,4 milhão de correntistas PF, atingindo novo recorde. Esse número representa um incremento de quase 8% em relação ao trimestre anterior.
- A participação dos canais digitais representou 62% do total de aberturas de contas no período.

Benefícios aos Clientes

- O BB tem buscado a ampliação e personalização das ofertas, com foco na satisfação dos clientes e na eficiência financeira do Programa de Relacionamento PF.
- São mais de 6 milhões de clientes engajados no ecossistema de pontos do Programa de Benefícios BB, crescimento de 16,1% em um ano.
- Mais de R\$ 29 milhões movimentados pela Conversão Automática de Benefícios, solução em que os benefícios do cartão são automaticamente convertidos em saldo em conta ou aplicados em fundos de investimento. Houve aumento de 88,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, e 10,5% em relação ao 1T25.
- O Clube de Benefícios BB apresentou um crescimento de 12% na receita bruta em comparação ao 2T24, com reforço nas parcerias e melhorias na personalização de recompensas.

Satisfação dos Clientes

- Fruto da qualidade do atendimento e das melhorias implementadas no trimestre, houve aumento de 9% no NPS e de 4% na satisfação geral com a empresa no mercado varejo PF, na comparação com o 2T24.
- No Ranking Bacen de Reclamações, o BB completou 12 trimestres consecutivos na melhor

posição entre os cinco principais bancos dos conglomerados financeiros.

Ponto BB

- O espaço .BB Recife consolidou-se como um polo estratégico de relacionamento, inovação e educação financeira.
- Desde a sua inauguração em mar/24 já foram atendidos mais de 88 mil visitantes, entre clientes e parceiros, e foram realizadas 74 palestras sobre educação financeira, tecnologia, inovação e cultura.
- No mesmo período também se observou 16% de aumento na prospecção de novos clientes.

Alta Renda

- O BB possui a maior rede Alta Renda do mercado, com agências físicas em todas as capitais e escritórios especializados espalhados pelo país.
- No segundo trimestre de 2025, o Banco deu continuidade à implementação de iniciativas voltadas ao aprimoramento da experiência dos clientes Alta Renda, com estratégias de fidelização, personalização, integração de serviços e escuta ativa de clientes, promovendo um relacionamento sofisticado, conectado e voltado para o futuro.

Private

- Contempla os perfis de clientes: Investidores e Megaprodutores, subsegmentados conforme o volume de investimentos (pelas diretrizes da ANBIMA, clientes com investimentos a partir de R\$ 5 milhões são elegíveis) e/ou a Renda Bruta Agropecuária (RBA).
- Trata-se da maior rede de Escritórios Private no Brasil, distribuída em todo o país e no exterior, incluindo atendimento pelo BB Securities Miami e BB Americas, além da estrutura de *banking* em Lisboa.
- Os ativos domésticos sob gestão do BB Private cresceram 17% no 2T25 em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto o mercado,

sem BB Private, evoluiu 10% no mesmo período, representando evolução da participação de mercado do BB em 6% (ANBIMA, de janeiro a junho de 2025).

- No 2T25, se observou +34% no saldo de LCA, +11% em fundos totais, +5% em operações de crédito, +12% no faturamento dos cartões, +32% em operações de câmbio e +78% em volume de vendas de consórcios em relação ao 2T24, considerando o público Private.
- A estratégia de ser próximo e relevante na vida das pessoas permitiu alcançar alto índice de satisfação, como foi evidenciado pelo NPS acumulado trimestral em jun/25, que posiciona o BB Private na zona de excelência (acima de 75 pontos).

Relacionamento Empresarial

Clientes MPE

- Estratégia para clientes Micro e Pequenas Empresas (MPE) conta com mais de 7 mil profissionais exclusivos e 4,4 mil pontos de atendimento no país, incluindo 215 agências especializadas e um centro de apoio de *middle office*. Possui uma base de mais de três milhões de clientes, com 1,3 milhão acessando regularmente os canais digitais.
- Diante de um cenário de mercado desafiador para as MPE, foram implementadas ações visando fornecer assessoria e apoio aos clientes na gestão de fluxo de caixa. Ao centralizar os recebimentos e pagamentos dessas empresas, o Banco amplia sua participação no dia a dia financeiro do cliente, gerando maior previsibilidade de receitas e fortalecendo o relacionamento com os clientes.
- O BB segue promovendo ações de estímulo ao crédito sustentável e à geração de empregos pelo Programa Acredita, com destaque às linhas BB Capital de Giro Pronampe e PEAC FGI que somam R\$ 4,5 bilhões desembolsados no 2T25.

- No âmbito do Comércio Exterior - Comex, o Banco do Brasil intensificou sua estratégia para apoiar as MPE com crescimento da carteira em 14% em junho de 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior.
- O Painei PJ, solução do BB para apoiar a gestão financeira das MPE, chegou à marca de 221 mil usuários no 2T25, gerenciando um faturamento bruto anual superior a R\$ 870 bilhões.
- A Área de Recomendações Inteligentes (ARI), solução que utiliza inteligência artificial generativa e analytics para criar recomendações personalizadas para cada empresa cliente do BB, a qual fez do BB pioneiro no uso de IA generativa em canais voltados diretamente ao cliente, já impactou mais de 72 mil empresas, superando as 60 milhões recomendações disponibilizadas no App e no Painei PJ.
- O Programa Benefícios BB Empresas, que cresceu 14% comparado ao 2T24, possui cerca de um milhão de clientes, sendo um dos programas de relacionamento mais completos para pessoas jurídicas.
- Foi lançado no 2T25 o Dinheiro na Conta, modalidade de benefício que permite a conversão dos pontos BB Empresas em dinheiro na conta corrente BB da empresa participante.
- A conta PJ Digital, solução voltada às empresas unipessoais, registrou um crescimento de 36% no número de contas abertas em comparação com o mesmo período de 2024.
- O BB reafirma seu compromisso com a promoção da equidade, tendo firmado parceria estratégica com o projeto Mulheres no Topo com o LinkedIn. O Banco possui mais de 1,3 milhão de empresas dirigidas por mulheres, representando 41% da carteira de clientes, tendo desembolsado R\$ 294 milhões em linhas exclusivas para elas no 2T25.

Atacado Corporate

- Estratégia focada em clientes com Faturamento Bruto Anual (FBA) entre R\$ 50 milhões e R\$ 1,3 bilhão, presente em mais de 100 cidades do país, com assessoria financeira qualificada por mais de 400 Gerentes de Relacionamento apoiada por equipes de especialistas.
- O BB segue com foco na potencialização da Cadeia de Valor dos clientes: no 1S25 apresentou crescimento de 30,4% na quantidade de convênios contratados em relação ao período do ano anterior e aumento do valor transacionado no trimestre na linha de Antecipação de Fornecimento em 6,4% frente ao 2T24.
- A satisfação dos clientes é prioridade. O Programa Estágio no Cliente é uma das iniciativas que aproxima o BB aos clientes e ajuda a entender melhor suas necessidades e a potencializar os negócios. Como resultado, em jun/25 o Segmento registrou NPS e CSAT dentro da zona de excelência.

Corporate & Investment Banking

- Estratégia focada em clientes com Faturamento Bruto Anual (FBA) superior a R\$ 1,3 bilhão, segmentada em Ultra e Large, contando com especialização por setor econômico, a qual se demonstrou mais eficiente do que a segmentação por faturamento, para cerca de 1,4 mil clientes corporativos.
- Portfólio completo de soluções em Corporate & Investment Banking, com suporte às operações de mercado de capitais por meio da Joint-venture UBS BB e desenvolvimento da Cadeia de Valor promovendo sinergias com clientes do Varejo, Private e da Rede Externa.
- O NPS permanece na zona de excelência.

Estratégia Digital



Fundação do Banco do Brasil	1808
Primeiro banco a usar computadores no país	1969
Primeiro banco a disponibilizar caixas eletrônicos	1984
Lançamento do Ourocard	1987
Início do Internet Banking	1996
Primeiro banco com atendimento via Mobile	2000
Big Data Atendimento por IA	2013
App BB: principal canal de atendimento	2015
Minhas Finanças Metodologia Ágil na TI	2016
Abertura de conta 100% digital Blockchain	2017
Chatbot Google Assistant Lançamento Pix e API Pix	2019 e 2020
Open Finance Shopping BB BB Ventures	2021
Minhas Finanças Multibanco. Agilidade Organizacional: Mov. Aceleração Digital Empréstimo via Whatsapp	2022
IA generativa; 1º Ponto BB Piloto Drex Acessibilidade no Whatsapp Diretrizes Éticas IA e Academia BB	2023 e 2024
Escalada da IA Generativa	2025

Desde 1808: inovação

Ao longo do segundo trimestre de 2025, o Banco do Brasil fortaleceu sua presença como um dos principais agentes de inovação e digitização no setor financeiro, impulsionando sua Estratégia Digital com investimentos consistentes em tecnologia.

Tecnologia que Transforma

O BB possui uma tecnologia que transforma a experiência de clientes e funcionários em negócios sustentáveis. Sua estratégia preconiza a otimização e transformação digital e cultural, com foco em resultados sustentáveis, eficiência e centralidade no cliente.

Os canais digitais, responsáveis por 94% das transações realizadas, seguiram como protagonistas dessa jornada e têm se consolidado como alavancas estratégicas para os resultados do Banco, impulsionando a geração de negócios e a eficiência operacional. No 2T25, diversas iniciativas reforçaram esse papel, dentre elas: (i) o engajamento no crédito por meio do WhatsApp, que combina inteligência de dados, automação e interações humanas para ofertar crédito de forma contextualizada e assertiva, (ii) a abordagem ativa pós-*onboarding* (subsequente à abertura da conta), que potencializa a rentabilização da base recém-adquirida e (iii) a confirmação de pendências via “duplo sim”, que reduz fricções e perdas de oportunidade.

Inteligência Artificial e inovação no DNA dos negócios

O BB, há mais de uma década, tem viabilizado negócios e inovações por meio de soluções de Inteligência Artificial contribuindo de forma relevante para o atendimento ao público PJ. Essas ferramentas analisam critérios e variáveis para definir prioridades e recomendar as melhores alternativas de crédito. Além disso, vêm fortalecendo as decisões estratégicas ao apoiar a mitigação de riscos e a identificação de oportunidades no mercado agro.

O **Faturamento Inteligente**, por sua vez, aprimora o cadastro de clientes MPE com dados mais precisos e confiáveis. Em apenas 30 segundos, a solução calcula score, confiabilidade e compatibilidade do faturamento informado pelos clientes PJ, permitindo análise contínua em tempo real e reduzindo em 90% o tempo de cadastramento e atualização cadastral.

A funcionalidade **Dicas Personalizadas**, novidade dentro do Minhas Finanças, é a primeira solução de IA Generativa para clientes pessoa física BB. Disponibilizada sem custo adicional, oferece insights personalizados para promover a educação financeira e assessorar os clientes no gerenciamento das finanças pessoais de forma simples e eficiente.

Entre as soluções de IA desenvolvidas para potencializar negócios ASG, o **Potencial Crédito Carbono – Agricultura Baixo Carbono**, aplica IA e análise geoespacial para identificar propriedades com maior potencial de retenção de Gases de Efeito Estufa (GEE), com base em dados do MapBiomass e INPE. Após a implementação da solução, houve um aumento de 33% na assinatura de contratos, com maior assertividade na análise de clientes.

No que tange ao Open Finance, no 2T25, a inovação também é constante. A nova funcionalidade **Negócios Open Finance** no app BB proporciona ao cliente uma visão clara sobre os benefícios obtidos com o compartilhamento de dados, fortalecendo a percepção de valor e impulsionando o engajamento.

O BB, atento ao futuro e ao que acontece no mercado tem um Radar de Tendências Tecnológicas, disponível em bb.com.br/tendencias por meio do qual monitora tendências e tecnologias, experimentando e adotando as que forem pertinentes.

No que diz respeito à experimentação, ainda no 2T25, foi concluído o desenvolvimento dos dois casos de uso da Fase 2 do Piloto Drex, o Crédito colateralizado em CDB e as Transações com imóveis. Os contratos inteligentes e códigos foram integrados aos ambientes de homologação do Drex no Banco Central.

A expansão e diversificação dos negócios do BB, por sua vez, passa por iniciativas como o Shopping BB, o BB Pay e Iniciador de Transações de Pagamento (ITP), o Pix, cujas APIs tiveram 5,5 bilhões de acessos no 1S25, e o BB Ventures, que investe em startups com sinergias estratégicas com o BB, contando com cinco fundos de investimentos em participações para um total de 51 startups investidas. O Shopping BB posiciona o Banco como Plataforma de Negócios e as soluções BB Pay e ITP simplificam o processo de recebimentos de empresas ao agregarem diversos meios de pagamentos e funcionalidades.

Figura 49. Destaques da Estratégia Digital

Cloud

Cerca de **8 mil aplicações e serviços** realizam milhões de operações diariamente, **+30%** no 2T25 comparado ao mesmo período do ano anterior.

Open Finance

Portabilidade de crédito via Open Finance alcança **R\$ 2 bilhões**. **3,16 milhões** de clientes aderentes, **+17%** frente ao trimestre anterior.

BB Pay

O **BB Pay**, solução de pagamentos e recebimentos, movimentou **R\$ 4,2 bilhões** em **4,6 milhões** de transações no 2T25, **+117,2%** frente ao 2T24.

BaaS (Banco como Serviço)

Ganhou marca própria, o BB com Serviço, BBaaS, com desenvolvimento contínuo do Portal Developers BB. Atualmente, oferece **+30 soluções BaaS**, para meios de pagamento, consultas diversas, crédito, seguros, entre outras.

Segurança Digital

Mais de **920 mil** atendimentos na central Minha Privacidade no 1S25, sendo aproximadamente **95%** delas **pelo do App BB**. Cerca de **70% das alterações de senhas** e de **75% das liberações de dispositivo** feitas diretamente pelo App, ambas com crescimento de **cerca de 20% no 1S25** em relação ao 2S24.

Minhas Finanças

7,2 milhões de usuários auxiliados mensalmente no planejamento de suas finanças, **crescimento de 16%** em comparação ao 2T24. Foram propostos planos de economia de mais de **R\$ 591 milhões** nas finanças familiares no 2T25. **+172%** **novos planejamentos** em relação ao 2T24.

Shopping BB

+ 15 milhões de transações no semestre movimentando **volume superior a R\$ 590 milhões** com vendas de produtos e serviços não financeiros para aproximadamente **3,7 milhões de clientes únicos**.

Canais digitais

31,3 milhões de usuários nas plataformas digitais. Os canais digitais totalizaram **94% das transações** realizadas no 2T25. Ampliação da base do Whatsapp BB para **20 milhões de usuários**, **+22,6%** em relação ao 1T25.

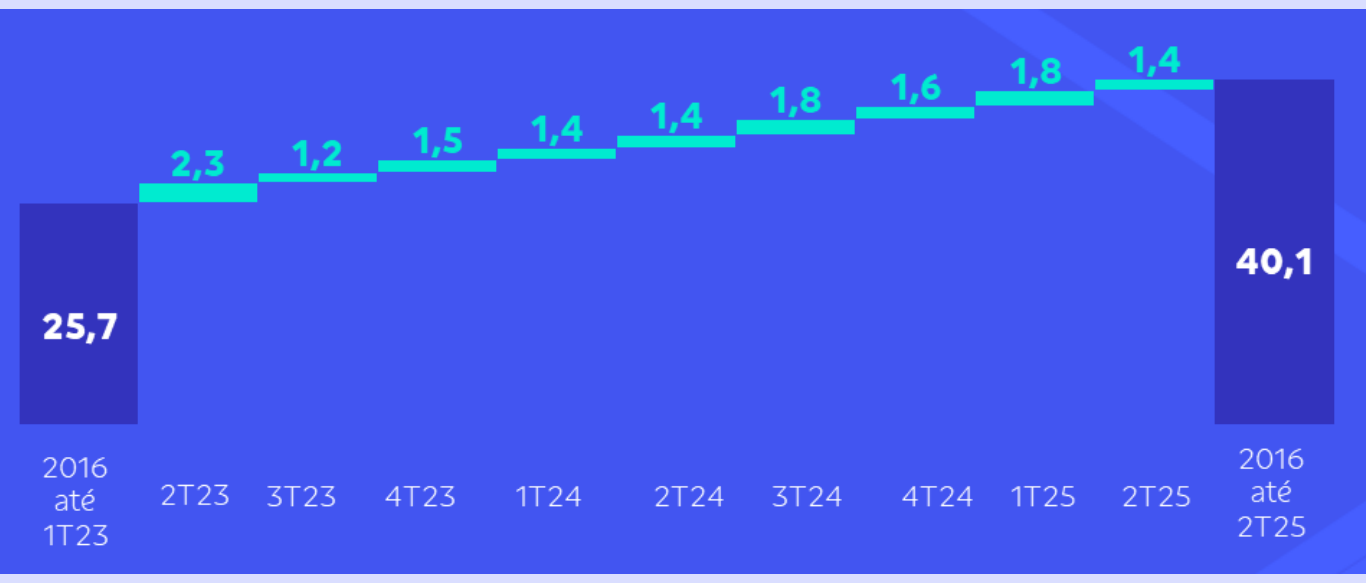
APP BB

Permaneceu como um dos mais bem avaliados da indústria financeira, com avaliação de **4,7 no Google** e **4,8 na Apple Store**. No 2T25, o BB chegou a **27,2 milhões de usuários do APP BB**.

Investimentos em Tecnologia

O BB continua investindo fortemente em tecnologia proporcionando uma experiência digital de alta qualidade onde, quando e como o cliente quiser. No 2T25, foram investidos R\$ 1,4 bilhão para garantir o crescimento orgânico e a continuidade dos serviços, mantendo-se as premissas de inovação, agilidade, flexibilidade e confiabilidade das soluções TI.

Figura 50. Investimentos em Tecnologia¹ – R\$ bilhões



(1) Série revista a partir do 1T23.

Assessoria em Investimentos



Estratégia em Investimentos

A estratégia do BB é fundamentada em pilares que sustentam o crescimento sustentável do Banco no mercado de investimentos, com foco na oferta da melhor assessoria disponível, no fortalecimento da percepção do BB como referência em expertise financeira e na ampliação da base de investidores. Busca-se incrementar as receitas, diversificar as fontes de *funding* do conglomerado e aprimorar continuamente a experiência e satisfação dos clientes.

Assessoria humana

O BB acredita que o atendimento personalizado é essencial para construir relações de confiança e fortalecer a experiência dos clientes. Com uma ampla rede de mais de 46,5 mil profissionais certificados pela ANBIMA e pela Planejar (CFP®), o BB oferece assessoria especializada para atender diferentes perfis e necessidades, garantindo suporte qualificado e próximo.

A atuação do Banco abrange clientes com mais de R\$ 150 mil investidos, além da expansão da assessoria para diversos segmentos, incluindo Pessoa Física Alta Renda, Agro, RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social), Atacado PJ e Micro e Pequenas Empresas. Neste trimestre, a rede de assessoria especializada foi expandida em 55%, com um aumento de 45% na abrangência de clientes atendidos, refletindo o compromisso do BB com uma assessoria em investimentos de excelência.

Portfólio

A gestão de portfólio do BB segue como um dos pilares estratégicos, refletindo o compromisso com a diversificação, a inovação e a geração de valor sustentável. No 2T25, os Fundos de Investimentos Sustentáveis alcançaram R\$ 9,1 bilhões em patrimônio líquido, crescimento de 33,1% em relação ao 1T25.

A estratégia de alocação do BB busca equilibrar segurança e performance, priorizando produtos diversificados que maximizem o desempenho dos investimentos em diferentes ciclos econômicos, sempre alinhados ao perfil de cada investidor.

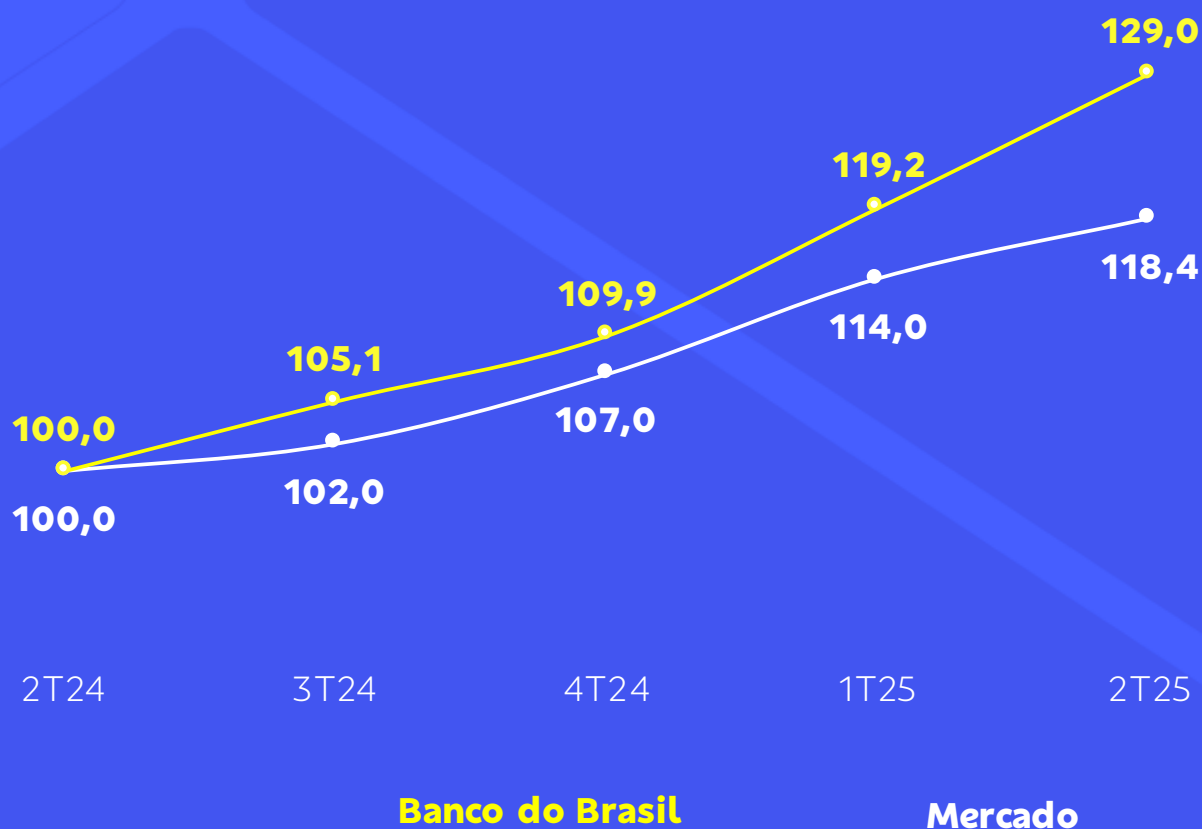
Neste trimestre, os produtos pós-fixados atrelados ao CDI ganharam destaque, especialmente a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). As LCAs dos segmentos Varejo e Estilo apresentaram crescimento de 5,7% em relação ao trimestre anterior e de 22,1% na comparação com o 2T24.

Figura 51. LCA BB x Mercado



Complementando esse movimento, os Títulos de Renda Fixa, públicos e privados, consolidaram-se como importantes alavancas de crescimento do portfólio, com evolução de 8,2% frente ao 1T25 e de 29,0% em relação ao 2T24, refletindo a confiança dos investidores na solidez das soluções oferecidas pelo BB.

Figura 52. Renda Fixa (Títulos Públicos e Privados)



Lançamentos e parcerias

Por meio de soluções inovadoras e parcerias estratégicas, o BB amplia sua oferta de produtos, proporcionando cada vez mais oportunidades para diferentes perfis de investidores.

Um dos destaques recentes é o cashback em investimentos, que transforma o ato de investir em uma experiência ainda mais vantajosa. A iniciativa já conta com 150 mil adesões, sendo 42% do público formado por jovens, o que reforça o incentivo à formação de reservas desde cedo.

Na assessoria para o público jovem, a BB Cash também evoluiu, agora com 22 fundos disponíveis, acessíveis para investimentos a partir de apenas R\$ 0,01. A seleção contempla desde fundos de renda fixa até multimercados, incluindo fundos espelho de gestores renomados, oferecendo diversificação, inovação e potencial de retorno em um só lugar.

Soluções Digitais

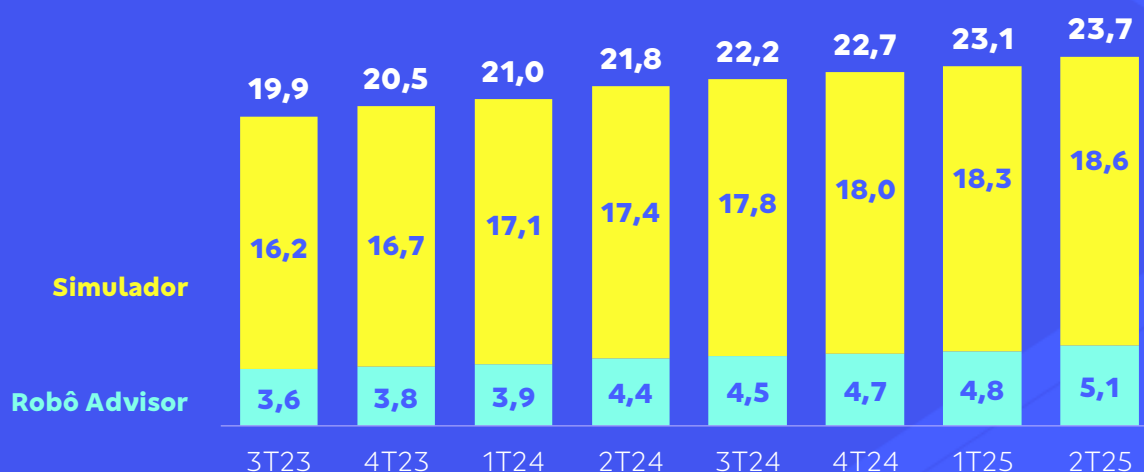
O BB vem transformando a experiência do investidor por meio de uma assessoria digital cada vez mais inteligente, acessível e personalizada. Combinando metodologias ágeis e inteligência artificial aplicada ao perfil de cada cliente, a instituição conecta o investidor à estratégia certa, no momento certo, de forma eficiente e intuitiva.

Um exemplo dessa evolução é o Cofrinho BB, iniciativa voltada à educação financeira, que estimula o hábito de poupar desde cedo. Já são mais de 90 mil clientes, sendo 65% jovens investidores, com um volume superior a R\$ 145 milhões investidos.

Outra funcionalidade de destaque é o “Para Investir Hoje”, integrada à home do App Investimentos BB. Com sugestões personalizadas e navegação simplificada, a ferramenta já captou mais de R\$ 300 milhões desde o lançamento.

Para tornar a jornada ainda mais completa, o Robô Advisor automatiza recomendações com agilidade e precisão, enquanto o Simulador de Investimentos permite explorar diferentes estratégias em um ambiente seguro e educativo. Juntas, essas soluções refletem o compromisso do BB com a inovação contínua e a democratização do acesso a investimentos.

Figura 53. Volume Contratado pelo Robô Advisor e Simulador de Investimentos (acumulado) – R\$ bilhões



Os resultados refletem mais do que desempenho: revelam uma trajetória sólida, guiada por inteligência, proximidade e inovação. O Banco do Brasil segue ampliando suas soluções para conectar pessoas, perfis e objetivos, promovendo uma experiência de investimento completa, segura e com foco no longo prazo. Preparando para entregar excelência em cada etapa da jornada financeira de quem escolhe investir com o BB.

Sustentabilidade

Sustentabilidade Empresarial

O BB adota as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança que estabelecem ações de identificação e gerenciamento de riscos e oportunidades. As premissas em ASG do BB estão materializadas no Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB, que desde 2005 é o principal instrumento fomentador de práticas sociais, ambientais e climáticas do BB, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e ao Acordo de Paris. O Plano foi revisado em agosto de 2023 e inclui 47 ações e 100 indicadores para o período 2023–2025.

O compromisso de desenvolver soluções negociais com aspectos sociais, ambientais e climáticos é orientado e declarado na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

Com destaque nacional no desenvolvimento de soluções financeiras e modelos de negócios que promovam a transição para uma economia sustentável e inclusiva, o BB considera as mudanças climáticas no planejamento e investe nas oportunidades de negócios para uma economia de baixo carbono. O cumprimento dos indicadores e metas de sustentabilidade são refletidos na remuneração de todo o corpo funcional, incluindo a alta administração, o que garante o alinhamento entre negócios, pessoas e questões sociais, ambientais e climáticas.

Os Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável estabelecem metas em quatro áreas estratégicas, com destaque para o crédito sustentável e o investimento responsável. Dentre os objetivos, está a constituição de uma carteira com R\$ 500

bilhões em crédito sustentável, incluindo R\$ 200 bilhões direcionados à agricultura sustentável e R\$ 30 bilhões para financiamento de energias renováveis.

O BB segue comprometido na captação para investimentos sustentáveis, alinhados à nova regulação da Anbima para fundos IS, bem como com seus objetivos de diversidade e de preservação florestal e reflorestamento.

Captações Sustentáveis

O BB captou R\$ 39,8 bilhões destinados a investimentos em iniciativas ASG. Os recursos foram obtidos por meio da emissão de Bonds com perfil ASG, além de captações junto a instituições multilaterais, bancos de investimento e bancos comerciais internacionais.

Como destaque para o 2T25, o BB realizou uma nova captação denominada “SmartClimate-Smart Agriculture Repurchase Agreement com o Banco Natixis, no valor de US\$ 100 milhões, cujo objetivo é impulsionar a agricultura sustentável, assegurando suporte à produção responsável.

Destaca-se as primeiras liberações realizadas de recursos referentes ao primeiro leilão da sublinha de *blended finance*, uma iniciativa que combina capital público e privado para fomentar projetos sustentáveis no país. A iniciativa deverá gerar R\$ 4,8 bilhões em novas operações sustentáveis, alavancando os recursos captados, gerando alto impacto no mundo real com as temáticas sustentáveis direcionadas pelo programa.

O Banco do Brasil é um dos principais atores na execução da aplicação dos investimentos sustentáveis no Brasil, com a aplicação da sustentabilidade na forma dos seus Frameworks divulgados à mercado.

Figura 54. Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável



Negócios Sustentáveis

Em linha com os compromissos de longo prazo do BB e visando auxiliar os clientes na transição para uma economia mais sustentável, no 2T25 atingiu R\$ 396,5 bilhões em operações de crédito sustentáveis, um crescimento de 10,6% em 12 meses. Este montante foi contratado em linhas de crédito com grande enfoque ambiental e/ou social ou para financiar atividades e/ou segmentos que tragam impactos socioambientais positivos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, gestão de resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional, para assim reforçar o papel transformador no desenvolvimento do país e na construção de um futuro cada vez mais sustentável para a sociedade.

A Carteira de Crédito Sustentável é submetida a uma avaliação independente, que considera as principais taxonomias ASG nacionais e internacionais na

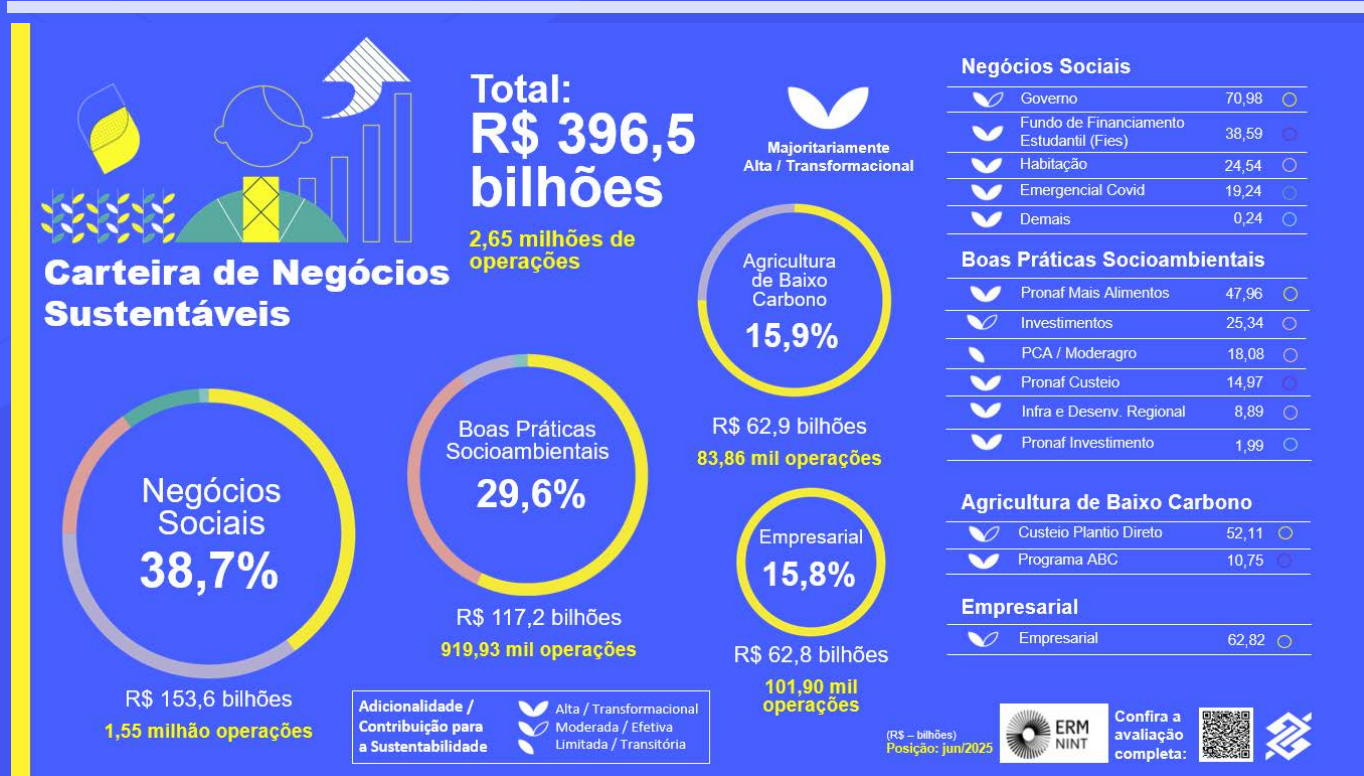
classificação dos clientes e das linhas de crédito que compõem a carteira. A metodologia é revisada continuamente para incorporar as melhores práticas e referências pioneiras dos últimos anos e de agregar os novos produtos com atributos ASG.

Bioeconomia e Cadeia de Valor

O BB tem contribuído com o desenvolvimento da biodiversidade no país, disponibilizando recursos financeiros, atendimento especializado, linhas de crédito com condições atrativas e serviços de consultoria financeira para auxiliar produtores familiares, associações e cooperativas que atuam com Bioeconomia.

Atualmente, o Banco é um dos principais financiadores de produtos florestais e biodiversidade, com R\$ 1,9 bilhão em projetos de bioeconomia na Amazônia legal, representando um crescimento de 39% nos últimos 12 meses.

Figura 55. Adicionalidade/Contribuição da Carteira de Negócios Sustentáveis



Mercado de Carbono

O BB reforçou sua atuação no mercado voluntário de carbono, apoiando clientes na criação de projetos com alta adicionalidade ambiental, inventários de emissões de GEE, planos de descarbonização e oferta de créditos de carbono para compensação de emissões não mitigadas. Também promove a intermediação entre compradores e vendedores de créditos e oferece linhas específicas para projetos de energia renovável e eficiência energética.

Até junho de 2025, o Banco apoiou a preservação ou reflorestamento de mais de 850 mil hectares por meio de projetos de carbono e operações de crédito.

Os projetos de conservação florestal (REDD+) aliam preservação ambiental à geração de renda.

Para diversificar a geração de créditos, o BB lançou, em junho de 2024, o Programa de Biogás, voltado à produção de biogás e biometano na agropecuária.

Rumo à COP30, o BB também fortalece a descarbonização com a emissão de mais de R\$ 729 milhões em CPRs lastreadas em Créditos de Descarbonização (CBIOS), incentivando a produção de biocombustíveis e a adesão ao programa RenovaBio, que contribui para a segurança energética e os compromissos climáticos do Brasil.

Diversidade, Equidade & Inclusão

O BB continua engajados com a Diversidade. Atualmente, as mulheres representam 44% do Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros se autodeclararam negros tanto no CD quanto no CA. Dois membros do CD e um do CA se autodeclararam pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. Por fim, o CA também inclui um membro autodeclarado como pessoa com deficiência (PCD).

O BB possui um dos quadros de funcionários mais diversos do mercado, chancelado pela B3, por meio do iDiversa.

Em abril, o BB realizou diálogos com lideranças indígenas sobre a preservação dos territórios e da cultura, resultando em propostas de parcerias e ações conjuntas. Foram discutidas iniciativas com o povo Kayapó nas áreas de crédito de carbono, agricultura familiar, recuperação de áreas degradadas, crédito, tecnologias sociais e projetos sustentáveis.

Em maio, o Banco do Brasil anunciou a parceria com o LinkedIn com o objetivo de fortalecer o programa Mulheres no Topo, ampliando o alcance e promovendo cada vez mais o empoderamento feminino. A Showcase Mulheres no Topo no LinkedIn foi desenvolvida como um centro de conteúdos exclusivos, podcasts inspiradores, posts de mulheres Top Voice, dicas de carreira, trilha de treinamentos, artigos e dados sobre economia e mercado, histórias reais e oportunidades.

oportunidades.

Em junho, a presidenta Tarciana Medeiros participou como palestrante do Tempo de Mulher, primeira rede brasileira que apoia e conecta as principais executivas e lideranças C-Level e do empreendedorismo no país. Em sua 5ª edição, o evento busca promover um ambiente de troca e inspiração, onde mulheres possam compartilhar suas trajetórias profissionais, estratégias de gestão e caminhos seguros para o crescimento dentro do mercado corporativo.

Também em junho, o BB apoiou o Inovahack MBM São Paulo, evento idealizado pelo Movimento Black Money, com foco em soluções tecnológicas de impacto social para comunidades periféricas. O evento promoveu o diálogo entre líderes e empreendedores, com o tema “Periferias em Foco: Inovação para Transformação”, visando o empoderamento econômico das comunidades negras.

No mesmo período, o Banco participou de mais uma edição da Feira Cultural da Diversidade LGBTQ+, realizada no Memorial da América Latina, em São Paulo. A ação reafirmou o compromisso do BB com a equidade, inclusão e desenvolvimento sustentável, promovendo iniciativas voltadas ao empreendedorismo e desenvolvimento profissional da comunidade LGBTQIAPN+.

A Fundação BB e o Distrito Drag lançaram oficialmente a plataforma Empregando Orgulho (empregandoorgulho.com.br), uma iniciativa voltada para a empregabilidade, ao empreendedorismo e à inclusão econômica da população LGBTQIA+ no DF.

Glossário

Ativos Rentáveis: refletem a soma de todos os ativos que geram retorno financeiro para a instituição.

Captações Comerciais: inclui Depósitos a Prazo, Depósitos Judiciais, Depósitos de Poupança, Depósitos à Vista, Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI) e Outros Recursos de Emissões.

Captações Institucionais: inclui captações direcionadas a investidores institucionais, são elas: Obrigações de Empréstimos, Cessões e Repasses, Dívidas Subordinadas no País e no Exterior, TVM no exterior e Letras Financeiras.

Carteira de Crédito: total das operações de empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

Carteira de Crédito Expandida: corresponde à carteira de crédito acrescida das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas.

Carteira de Crédito Interna: corresponde à carteira de crédito ou à carteira de crédito expandida, considerando apenas as operações realizadas no país.

Carteira de Crédito Orgânica: corresponde à carteira de crédito desconsiderando-se as carteiras adquiridas.

Correspondentes Bancários: são empresas contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições.

Créditos renegociados: são operações de crédito com alteração das condições originalmente pactuadas ou com a substituição do instrumento financeiro original por outro instrumento, seja pela

liquidação da respectiva obrigação seja pelo seu refinanciamento parcial ou integral.

Créditos reestruturados: são operações de crédito renegociadas com concessões significativas à contraparte em decorrência de deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

Custo do Crédito: corresponde às despesas de perda esperada somadas aos descontos concedidos e deduzidas das receitas com recuperação de crédito.

Despesas/Receitas de Oportunidade: a despesa de oportunidade é definida, no caso de operações prefixadas, considerando o custo de captação no momento da contratação, não sendo impactado pelas variações da taxa Selic e/ou da ETTJ (Estrutura a Termo de Taxa de Juros). Em relação ao crédito destinado para pessoas físicas e jurídicas, com recursos livres, a despesa de oportunidade pode ser lastreada à TMS (Taxa Média Selic) e/ou à ETTJ. No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, a despesa de oportunidade é calculada de acordo com a origem dos recursos captados e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso. A receita de oportunidade, de modo análogo, é predominantemente pós-fixada e baseada na TMS do período.

Garantias: são operações em normalidade às quais o BB assegura a liquidação financeira dos contratos (aval e fiança).

Hedge Estrutural: operações realizadas para anular os efeitos de variações em moedas estrangeiras sobre os ativos no exterior.



Hedge Fiscal: operações realizadas para minimizar o efeito da tributação sobre resultados positivos decorrentes do *hedge* estrutural.

INAD +90d: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso acima de 90 dias e o saldo da carteira.

Índice de Cobertura da Carteira de Crédito: relação entre o saldo de provisões e o saldo de operações vencidas há mais de 90 dias da carteira de crédito (total, PF, PJ, Agro ou Renegociada).

Índice de Cobertura das Despesas Administrativas: relação entre as receitas de prestação de serviços e as despesas administrativas.

Índice de Cobertura das Despesas de Pessoal: relação as receitas de prestação de serviços e as despesas de pessoal.

Índice de Eficiência: indicador de produtividade que expressa a relação entre as despesas administrativas e as receitas operacionais.

Itens Extraordinários: receitas ou despesas relevantes identificadas no resultado do período e que não se referem aos negócios normais do Banco e/ou se referem a eventos que ocorreram em exercícios anteriores.

Lucro Líquido Ajustado: lucro líquido sem itens extraordinários.

Margem com Clientes: é formada essencialmente pela receita de operações de crédito, acrescida de TVMs privados com característica de crédito, descontada de despesas de oportunidade para cada tipo de operação e pelas despesas de captação comercial (sem aplicações compulsórias), acrescidas de receitas de oportunidade para cada tipo de operação.

Margem com Mercado: essentially formed by the treasury result (without private TVMs), institutional funding expenses, Banco Patagonia's total gross financial margin and the net result of opportunities (revenues/expenses) plus the result of compulsory investments.

Margem de Lucro Líquida: diferença entre a taxa média de retorno dos ativos rentáveis e a taxa média de custo dos passivos onerosos.

Margem Financeira Bruta: é calculada pela diferença entre as receitas e despesas de intermediação financeira considerando as realocações. Representa o resultado das operações de intermediação financeira, antes da provisão para risco de crédito.

Margem Financeira Gerencial: é calculada pelo somatório da Margem com Clientes e da Margem com Mercado.

Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME): clientes pessoas jurídicas com faturamento bruto anual de até R\$ 200 milhões.

MSD: Média de Saldos Diários.

Passivos Onerosos: refletem a soma de todos os passivos que acarretam despesa financeira para a instituição.

PCLD Ampliada: conforme a Resolução BCB nº 2.682/99, revogada pela Resolução CMN nº 4.966/21 em 01/01/2025, corresponde às despesas com o risco de crédito somadas aos valores recuperados de perdas, além de descontos concedidos e perdas por imparidade.

Perda Esperada: expectativa de perdas associadas ao risco de crédito de instrumentos financeiros.

Perdas por Imparidade: registra as perdas permanentes em títulos e valores mobiliários, as despesas com provisão por imparidade em títulos e valores mobiliários e o resultado negativo apurado em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que foram baixados pela instituição vendedora ou cedente.

Realocações: ajustes realizados na Demonstração do Resultado com o objetivo de possibilitar melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa.

Retorno sobre Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL): razão entre o lucro líquido ajustado e a média



do patrimônio líquido, deduzida das participações de minoritários. Os valores são anualizados.

Risco de Crédito: despesa com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) da Carteira de Crédito, conforme a Resolução BCB nº 2.682/99.

Risco Médio: relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira de crédito.

Spread com Clientes: é o resultado da margem financeira gerencial com clientes ("margem com clientes") dividida pelos respectivos saldos médios das operações ativas (crédito, TVMs privados e similares).

Regulação do Capital no Banco do Brasil

Ajustes Prudenciais: são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais cuja qualidade pode ser comprometida em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados.

Capital Complementar: são os IHCD que atendam aos requisitos definidos pela Resolução CMN nº 4.955/21 para compor o Capital Complementar, desde que autorizados pelo Banco Central.

Capital Nível I: somatório do Capital Principal e Capital Complementar.

Capital Nível II: são os Instrumentos de Dívidas Subordinadas (IDS) que atendam aos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.955/21 para compor o Nível II, desde que autorizados pelo Banco Central.

Capital Principal: composto pelo Patrimônio Líquido e contas de resultado, sendo deduzidos os Ajustes Prudenciais.

Spread de Crédito: é o resultado da margem financeira gerencial de crédito (total, PF, PJ e Agro) dividida pelos respectivos saldos médios. Os *spreads* de crédito não consideram as operações de TVM Privados, adquiridas e/ou contratadas por unidades/subsidiárias do BB no exterior. O *spread* de crédito da carteira Pessoa Jurídica (PJ), diferente do *spread* de crédito total, não considera operações da carteira Governo.

Spread Global: relação entre a margem financeira bruta e os ativos rentáveis médios.

TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

Patrimônio de Referência (PR): é o somatório do Capital Nível I e II.

Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR): é o patrimônio exigido (volume de capital necessário) das instituições e dos conglomerados autorizados a funcionar pelo Banco Central, para fazer face aos riscos a que estão expostos, em função das atividades por eles desenvolvidas, e é definido pela Resolução CMN nº 4.958/21.

Risk Weighted Assets (RWA): ativos ponderados pelo risco.

RWACPAD: ponderação dos ativos relativa às exposições ao risco de crédito.

RWAMPAD: ponderação dos ativos relativa às exposições ao risco de mercado.

RWAOPAD: ponderação dos ativos relativa às exposições ao risco operacional.



Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Vice-Presidente

Marco Geovanne Tobias da Silva

Gerente Geral de RI

Janaína Storti

Gerente Executivo

Felipe de Mello Pimentel

Especialista

Marcelo Oliveira Alexandre

Gerentes

Daniela Priscila da Silva

Fabíola Lopes Ribeiro

Hilzenar Souza Alves da Cunha

Relações com Investidores

bb.com.br/ri

Assessores

Adriano Gonçalves de Souza

Bruno Santos Garcia

Caroline Rosa

Clodoaldo Oliveira de Melo Neto

Diogo Simas Machado

Fernanda Vasconcelos de Meneses

Fernando Cassimiro de Macedo

Filipe Cardoso Duda

Gabriel Mirabile Pinheiro

Gustavo Correia de Brito

Laura Daianna Fernandes Cunha

Luiz Felipe Alves Abreu

Luiz Fernando de Almeida

Márcia Lima Rodrigues

Marco Antonio Datolo Fernandes

Nathalia Barbieri

Pedro Tavares Pegorer

Regina Knysak

Tais Pereira Martins

Vitor Lopes Rodrigues

Viviane Hilpert Rego

William Vladimir Rosales Merida da Silva



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório de Asseguração Limitada dos auditores independentes sobre as informações contábeis consolidadas suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho

Aos
Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução

Fomos contratados pelo Banco do Brasil S.A. ("Banco") para a elaboração de um relatório sobre a apresentação das informações contábeis consolidadas suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho do Banco do Brasil S.A. para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025, na forma de uma conclusão de asseguração limitada independente que, com base no trabalho realizado e nas evidências obtidas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a afirmação do Banco de que as informações contábeis consolidadas suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho não estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, referentes ao período seis meses findo em 30 de junho de 2025, registros contábeis do Banco, e com as informações referidas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco ("informações contábeis suplementares") preparadas pela e sob a responsabilidade da Administração do Banco, e com as informações referidas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas, no item "Abertura das Realocações", do Relatório de Análise do Desempenho do Banco.

As informações contábeis suplementares foram compiladas e apresentadas partindo das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 e registros contábeis do Banco, auditadas por nós de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sobre as quais emitimos relatório de auditoria em 13 de agosto de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.



As informações contábeis suplementares compiladas incluem realocações de acordo com as interpretações e os julgamentos da Administração do Banco, conforme critérios para elaboração descritos na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas, no item Abertura das Realocações do Relatório de Análise do Desempenho.

Responsabilidades da Administração do Banco

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Banco, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como pela apresentação das informações contábeis consolidadas suplementares, incluídas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco, cujos valores são obtidos das demonstrações contábeis consolidadas do Banco auditadas por nós, ou dos registros contábeis do Banco. A Administração do Banco é responsável pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir que tais informações estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre se a apresentação das informações contábeis consolidadas suplementares incluídas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025, elaboradas pelo Banco, não estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, registros contábeis do Banco, e com as informações referidas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco (“informações contábeis suplementares”) e com as informações referidas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas, no item “Abertura das Realocações”, do Relatório de Análise do Desempenho do Banco, e elaborar um relatório na forma de uma conclusão de asseguuração limitada independente com base nas evidências obtidas.

Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguuração Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000, Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e International Auditing and Assurance Standards Board, respectivamente. Essas normas requerem o planejamento dos trabalhos e a execução dos procedimentos de forma a obter um nível significativo de segurança sobre se as informações contábeis consolidadas suplementares incluídas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco, estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 e com as informações referidas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco, como base para a nossa conclusão de asseguuração limitada.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) aplica a Norma Brasileira de Gestão de Qualidade (NBC PA 01), que requer que a firma planeje, implemente e opere um sistema de gestão de qualidade, incluindo políticas ou procedimentos relacionados ao cumprimento de requerimentos éticos, normas profissionais e exigências legais e

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.



regulatórias aplicáveis. Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de Ética Profissional do Contador e das Normas Profissionais (incluindo as Normas de Independência), baseados nos princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e devido zelo, confidencialidade e comportamento profissional.

Os procedimentos selecionados dependem do nosso entendimento, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante na apresentação das informações contábeis consolidadas suplementares, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os procedimentos realizados em um trabalho de asseguração limitada variam em termos da natureza e época, e sua extensão é menor do que um trabalho de asseguração razoável. Assim, o nível de segurança obtido em um trabalho de asseguração limitada é significativamente menor do que a segurança que teria sido obtida caso um trabalho de asseguração razoável tivesse sido realizado, conseqüentemente, não expressamos opinião de auditoria ou asseguração razoável sobre a apresentação das informações contábeis consolidadas suplementares incluídas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco, referente aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025.

Nossa conclusão não contempla aspectos relacionados com as informações prospectivas contidas no Relatório de Análise de Desempenho, nem fornece qualquer garantia se as premissas utilizadas pela Administração proporcionam uma base razoável para as projeções apresentadas. Portanto, nosso relatório não proporciona qualquer tipo de asseguração sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo, metas, expectativas e planos futuros) e informações descritivas e/ou gerenciais que são sujeitas à avaliação subjetiva.

Conclusão

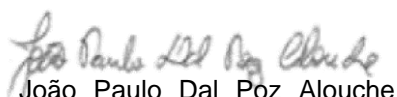
Nossa conclusão foi baseada e está limitada aos assuntos descritos neste relatório.

Acreditamos que as evidências que obtivemos são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa conclusão.

Com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a apresentação das informações contábeis consolidadas suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho não foi elaborada adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, registros contábeis do Banco, e com as informações referidas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas, no item "Abertura das Realocações", do Relatório de Análise do Desempenho do Banco.

Brasília, 13 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0


João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2



Relatório da
Administração

1S25



Relatório da Administração | 1S25



1º Semestre de 2025

Lucro Líquido

R\$ 9,8 bilhões

Resultado da Intermediação Financeira

R\$ 21,7 bilhões

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

R\$ 29,0 bilhões

Receita de Prestação de Serviços

R\$ 17,1 bilhões

Despesas Administrativas e de Pessoal

R\$ 20,5 bilhões

Índice de Basileia

14,14%

Índice de Capital Principal

10,97%

Em junho/25, nossos ativos alcançaram R\$ 2,4 trilhões, a carteira de crédito superou R\$ 1,2 trilhão, com crescimento em todos os segmentos, enquanto os recursos de clientes totalizaram R\$ 880,4 bilhões.

O resultado da intermediação financeira foi impactado pelo aumento das despesas de captação dado o maior volume de depósitos e pelo aumento da Taxa Média Selic e da Taxa Referência, parcialmente compensado pelo crescimento da carteira de crédito que beneficiou as receitas.

Influenciadas pela nova dinâmica de constituição a partir da adoção da Resolução 4.966/21, as perdas esperadas refletiram, principalmente, o aumento da inadimplência na carteira de agronegócios e de Micro, Pequenas e Médias Empresas, em menor escala. Diante disso, tomamos ações imediatas que incluem a revisão dos fluxos de cobrança, priorização de desembolsos no contexto da matriz de resiliência, maior concessão em linhas que possuem mitigadores ou fundos garantidores e o reforço do relacionamento cada vez mais próximo e resolutivo junto aos clientes.

Nas Receitas de Prestação de Serviços, os destaques foram as linhas de administração de fundos, consórcios e comissões de seguros, previdência e capitalização, que já representam 56,8% do total, demonstrando a complementariedade do portfólio junto à BB Asset, BB Consórcios e BB Seguridade.

As Despesas Administrativas, por sua vez, apresentaram crescimento coerente com a operação, alinhado a elevação dos salários dos funcionários e com os investimentos em tecnologia.

Com isso, o lucro líquido do primeiro semestre foi de R\$ 9,8 bilhões e o banco entregou R\$ 28,4 bilhões em valor adicionado, considerando impostos, salários, dividendos e demais componentes.

O BB é um banco sólido e resiliente, com mais de 200 anos de história. Sabemos que o ano de 2025 será um ano de ajuste. Mais do que respostas de curto prazo, estamos reforçando as bases para um futuro sustentável e geração de valor consistente para todos os nossos stakeholders.



Principais destaques do período

Crédito do trabalhador

Em junho, superamos a marca de R\$ 4,5 bilhões de contratações no Crédito do Trabalhador, com mais de 433 mil operações em 5.094 municípios brasileiros desde seu lançamento em março deste ano. Com uma plataforma de análise que integra um amplo conjunto de dados e informações de relacionamento com empresas e trabalhadores, o BB oferece propostas personalizadas, seguras e eficientes, reforçando seu compromisso com uma atuação cada vez mais inclusiva e centrada no cliente.

Plano Safra 2025/2026

Anunciamos a destinação de R\$ 230 bilhões para o segmento. Desse total, R\$ 54 bilhões serão voltados a pequenos e médios produtores, enquanto R\$ 106 bilhões atenderão a agricultura empresarial, incluindo grandes produtores, cooperativas e agroindústrias. As premissas para os desembolsos do novo Plano Safra foram alicerçadas observando-se os cenários externos, como clima, produtividade, endividamento e margens dos produtores, e internos, como exigibilidades, análise de risco de crédito e exigências de garantias com maiores efetividades no retorno dos financiamentos.

Desembolsos com PEAC FGI e Pronampe superam R\$ 30 bilhões

Considerando a melhor condição de risco-retorno, os desembolsos de crédito para as micro, pequenas e médias empresas com a utilização de fundos garantidores (PEAC FGI e Pronampe) alcançaram mais de R\$ 30 bilhões em junho/25. Além disso,

temos atuado no contexto da matriz de resiliência e ampliado as operações com recebíveis e garantias.

Alterações nas estruturas e práticas de cobrança e recuperação

Buscando capturar melhores resultados nos processos de cobrança e recuperação de créditos, especialmente nas operações rurais e com empresas, realizamos melhorias em nossas estruturas e procedimentos, visando um atendimento mais próximo, tempestivo e resolutivo, seja para a solução das dívidas por meio de renegociações, ou para execução das garantias contratuais.

BB no Ranking Bacen de Reclamações

Completamos 12 trimestres consecutivos na melhor posição entre os cinco principais bancos dos conglomerados financeiros, reforçando o compromisso com a excelência no relacionamento com os clientes.

O banco mais sustentável do planeta pela 6ª vez

Novamente fomos reconhecidos como o Banco mais sustentável do planeta no ranking das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2025 – Global 100, da Corporate Knights. Fatores como o resultado financeiro, o volume da carteira de crédito sustentável, a compensação de emissões de carbono, o uso de energia limpa, as práticas de governança e a diversidade do corpo funcional contribuíram para alcançarmos a posição 17 no ranking geral e nos mantermos como líder entre os bancos por seis vezes na última década.



Solução com IA para a PJ gera mais de 60 milhões de recomendações

Lançamos há um ano a ARI – Área de Recomendações Inteligentes que utiliza IA Generativa para apoiar a gestão de micro e pequenas empresas. Já foram geradas mais de 60 milhões de recomendações personalizadas, beneficiando 2,6 milhões de negócios em todo o país. Os insights traduzem dados complexos em orientações práticas e acessíveis, com curadoria humana para garantir segurança e relevância.

A ferramenta está disponível no Painel PJ (web), BB Digital PJ e app BB PJ. No 2T25, registrou 23 mil acessos únicos via mobile, e o NPS do Painel PJ atingiu 83,66, um dos maiores da categoria.

IA generativa no gerenciador financeiro pessoal

O Minhas Finanças Multibanco, nossa ferramenta de gestão financeira, agora utiliza IA generativa para criar dicas personalizadas, auxiliando mensalmente mais de sete milhões de clientes pessoas físicas. Essas dicas passam por um processo de curadoria humana, garantindo a qualidade das mensagens e a mitigação de vieses indesejados. As dicas são apresentadas de acordo com diferentes contextos e perfis financeiros dos clientes, abordando, por exemplo, a melhor condição de utilização de crédito ou até mesmo sugerindo o compartilhamento de dados via Open Finance para proporcionar condições negociais ainda mais vantajosas.

CRM com inteligência analítica

Avançamos na atuação em CRM com inteligência analítica, automação e agilidade, conectando as necessidades dos clientes às soluções mais adequadas em todos os canais. No 1S25, realizamos mais de mil novas ações personalizadas de oferta, gerando 1,6 bilhão de abordagens dirigidas e 145 milhões de contatos efetivos com clientes.

Empreendedorismo feminino

Reafirmamos nosso compromisso com a equidade de gênero e o empreendedorismo feminino. No 2T25, desembolsamos R\$ 294,6 milhões em linhas exclusivas para mulheres, como o GIRO e o FCO Mulher Empreendedora, beneficiando mais de 1,3 milhão de empresas lideradas por mulheres.

No Comércio Exterior, promovemos a inserção internacional de MPEs femininas. O programa Primeira Exportação – Edição Mulheres no Mundo capacitou, até junho/25, 550 empreendedoras que já exportam para mais de 50 países.

Cofrinho BB

Somando-se às soluções com foco em educação financeira, em maio/25, disponibilizamos o Cofrinho BB, nossa ferramenta de formação de reserva financeira, para todos os clientes pessoa física. Pelo app do BB, é possível criar metas, acompanhar a evolução financeira e personalizar cada objetivo de forma simples, intuitiva e segura. A solução, lançada em 2024 inicialmente para uso exclusivo do público jovem, fechou o semestre com mais de 90 mil clientes, sendo que 65% dos clientes tem até 40 anos, e o volume de investimentos supera R\$ 145 milhões.



Acionistas

Contamos com uma base de 1,6 milhão de acionistas, sendo 99,0% de pessoas físicas locais. Ao final de junho, nossa composição acionária estava distribuída entre 50% de ações em poder da União Federal, 49,6% em *free float* e 0,4% em tesouraria. Do total de ações, 77,6% são detidas por investidores locais e 22,4% por investidores residentes no exterior. Nossas ações (BBAS3) representaram 2,55% do Ibovespa no último trimestre. No último pregão do mês de junho, as BBAS3 estavam cotadas a R\$ 22,09.

Estratégia e Governança Corporativa

A Estratégia Corporativa (ECBB) é o documento que traduz a essência da nossa empresa, nossa visão de futuro e onde queremos chegar. Ela é resultado das escolhas e renúncias que fazemos para posicionar estrategicamente o BB frente aos cenários e desafios do mercado. A partir desse posicionamento, avaliamos nossas capacidades e necessidades e definimos nossa atuação por meio de um processo estruturado, participativo e com uso de metodologias consolidadas.

Apesar do horizonte temporal da ECBB ser de cinco anos, ela é revisada anualmente. Na última revisão, para o ciclo de 2025-2029, ratificamos nosso propósito e nossos valores e reforçamos nosso compromisso de gerar valor para nossos clientes, acionistas e para a sociedade, com foco na responsabilidade socioambiental, na transformação digital e na inovação.

O nosso Jeito BB é único, é o que nos move e orienta, e está presente em cada um dos nossos funcionários e colaboradores, que possibilitam atingirmos nossos objetivos. Por isso, promover o aprendizado contínuo e um ambiente cada vez mais seguro e inclusivo faz parte de nossa cultura.

Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação

(Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva; e pelo CF.

O CA, possui, no mínimo 30% de membros independentes, observado o disposto no Estatuto Social, na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

No dia 30 de abril, foram realizadas as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que aprovaram as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2024, bem como a destinação do lucro líquido e a respectiva distribuição dos dividendos; elegeu administradores e fixou o montante global anual para a remuneração dos Administradores, dos Conselhos e Comitês. Além disso, aprovou revisão do Estatuto Social.

Ainda no 2T25, elaboramos uma ampla atualização dos Regimentos Internos dos órgãos da administração (CA, CD e Diretoria Executiva) e dos comitês de assessoramento ao CA, objetivando o contínuo alinhamento às melhores práticas de governança corporativa e às normas aplicáveis.

Por fim, no 2T25, o CA aprovou a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, unificada para o Conglomerado Prudencial (CPBB), contemplando as Entidades Ligadas sediadas no Brasil, que compõem o CPBB, e que manifestaram a adesão à Carta Anual unificada. Os documentos acima referenciados estão disponíveis no site <https://ri.bb.com.br/> > aba Governança e Sustentabilidade.



Tecnologia que Transforma

A nossa Estratégia Digital é focada na transformação digital e cultural, com inovações constantes, tecnologia de ponta, novos modelos de negócio e maior agilidade para encantar os clientes.

A aplicação estratégica de inteligência analítica de dados e Inteligência Artificial (IA) tem gerado resultados expressivos: aumento da eficiência operacional, impulsão de negócios e experiências personalizadas. Um exemplo é a solução “Potencial Crédito Carbono – Agricultura Baixo Carbono”, que identifica propriedades com maior retenção de Gases de Efeito Estufa. Reconhecida pelo Prêmio MapBiomass em julho/25, a solução gera cinco índices estatísticos que otimizam a prospecção de clientes.

A IA também está presente nas ofertas de investimentos personalizadas, alinhadas ao perfil suitability do cliente, com mais de R\$ 260 milhões contratados.

No campo dos pagamentos, o BB Pay permite receber por aproximação diretamente no App BB, com a função Tap on Phone, transformando o celular em uma maquininha. No acumulado do semestre, a solução movimentou R\$ 7,8 bilhões em 8,9 milhões de pagamentos, evidenciando a crescente adesão.

Inovamos também lançando a nossa marca própria de Banco como Serviço (BBaaS), o BB como Serviço, com mais de 30 soluções em pagamentos, crédito, seguros e consultas.

Viabilizamos negócios e promovemos a educação financeira. No Open Finance, por exemplo,

atingimos três milhões de clientes com consentimento ativo, crescimento de 17% comparando com o 1S24 e ultrapassamos R\$ 2 bilhões em portabilidade de crédito, com 57 mil clientes transferindo suas operações ao BB.

No 1S25, realizamos mais de 920 mil atendimentos na central Minha Privacidade, canal de serviços sobre dados pessoais, sendo 95% deles via App BB. As melhorias aplicadas elevaram à qualidade da experiência digital, com interações mais ágeis e seguras.

Além disso, mantivemos excelente avaliação do App BB (4,7 na Google Play e 4,8 na Apple Store) e chegamos a 27,2 milhões de usuários no 2T25. E no App BB Investimentos, dedicado aos clientes investidores, obtivemos nota de 4,6, tanto na Apple Store quanto na Google Play.

Hoje, 94% das transações são realizadas por canais digitais.

Estamos atentos ao futuro e ao que acontece no mercado. Temos um Radar de Tendências Tecnológicas, disponível em bb.com.br/tendencias por meio do qual monitoramos tendências e tecnologias, experimentando e adotando as que forem pertinentes.

Para garantir crescimento orgânico e continuidade dos negócios, seguimos investindo em tecnologia: foram R\$ 3,2 bilhões no 1S25, reforçando nosso compromisso com uma experiência digital de excelência — onde, quando e como o cliente quiser.

Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Somos referência em práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), com ações de gerenciamento de riscos e oportunidades. Nosso Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB, alinhado aos ODS da ONU e ao Acordo de Paris, é nosso principal instrumento, incluindo 47 ações e 100 indicadores para 2023-2025. Além disso, os Compromissos BB 2030 para um Mundo +Sustentável estabelecem objetivos em quatro frentes de atuação: crédito sustentável, investimento responsável, gestão ASG e climática, visando gerar impactos positivos na cadeia de valor.

Captações Sustentáveis

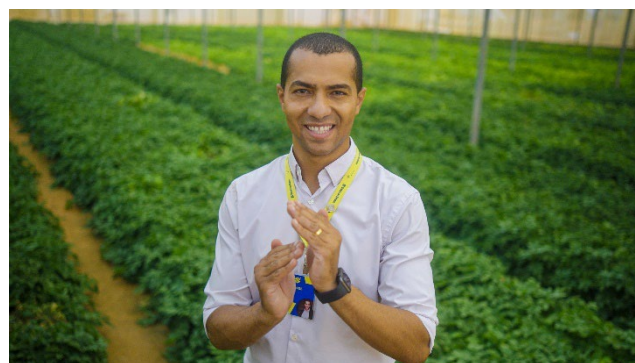
Captamos R\$ 39,8 bilhões destinados a investimentos em iniciativas ASG. Os recursos foram obtidos por meio da emissão de Bonds com perfil ASG, além de captações junto a instituições multilaterais, bancos de investimento e bancos comerciais internacionais.

Como destaque para junho/25, realizamos uma nova captação denominada SmartClimate-Smart Agriculture Repurchase Agreement com o Banco Natixis, no valor de US\$ 100 milhões, cujo objetivo é impulsionar a agricultura sustentável, assegurando suporte à produção responsável.

Destacamos as primeiras liberações de recursos referentes ao primeiro leilão da sublinha de blended finance, do programa ecoinvest, uma iniciativa que combina capital público e privado para fomentar projetos sustentáveis no país. A iniciativa deverá gerar R\$ 4,8 bilhões em novas

operações sustentáveis, alavancando os recursos captados, gerando alto impacto no mundo real com as temáticas sustentáveis direcionadas pelo programa.

Somos um dos principais atores na execução dos investimentos sustentáveis no Brasil, com a aplicação da sustentabilidade na forma dos nossos Frameworks divulgados ao mercado.



Bioeconomia e Cadeia de Valor

Temos contribuído com o desenvolvimento da biodiversidade no país, disponibilizando recursos financeiros, atendimento especializado, linhas de crédito com condições atrativas e serviços de consultoria financeira para auxiliar produtores familiares quilombolas e povos indígenas que atuam com bioeconomia. Atualmente, somos um dos principais financiadores de produtos compatíveis com a floresta, com R\$ 1,9 bilhão em projetos de bioeconomia e cadeia de valor na Amazônia legal, representando um crescimento de 39% nos últimos 12 meses.



Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável



Crédito Sustentável	Investimento Responsável	Gestão ASG e Climática	Impactos Positivos na Cadeia de Valor
Carteira de Crédito Sustentável R\$ 500 bilhões até 2030. Saldo em jun/25: R\$ 396,5 bilhões	Produtos de Investimento Sustentável R\$ 22 bilhões em fundos de investimentos sustentáveis ² até 2030. PL em jun/25: R\$ 9,2 bilhões	Emissões Diretas de GEE Compensar 100% dos escopos 1 e 2. jun/25 : 100% 100% de utilização de energia renovável ³ a partir de 2023. jun/25 : 100% Reduzir em 42% as emissões diretas (escopo 1) até 2030 ⁴ . jun/25 : redução de 29%	Inclusão Financeira Renegociar dívidas de 2,5 milhões de clientes até 2025. jun/25 : 3,6 Milhões Alcançar 1 milhão de empreendedores com crédito até 2025. jun/25 : 909,3 mil
Energia Renovável R\$ 30 bilhões até 2030. Saldo em jun/25 : R\$ 20,9 bilhões	Recursos Sustentáveis R\$ 100 bilhões em recursos sustentáveis para o BB e seus clientes. jun/25 : R\$ 54,3 bilhões	Diversidade 30% de mulheres em cargo de liderança até 2025. 28,3 % em jun/25. 30% de pretos, pardos, indígenas e outras etnias sub-representadas em cargos de liderança até 2025. 29,9 % em jun/25.	Investimento Social Privado Investir 1 bilhão em educação, cuidado com meio ambiente, inclusão, ajuda humanitária, incentivo ao voluntariado e tecnologias sociais por meio da Fundação BB até 2030. jun/25 : R\$ 621,5 milhões
Agricultura Sustentável R\$ 200 bilhões até 2030. Saldo em jun/25 : R\$ 171,2 bilhões		Maturidade Digital Alcançar 17 milhões de clientes até 2025. jun/25 : 13,2 milhões	Reflorestamento e Conservação Florestal 1 milhão de hectares conservados e/ou de reflorestamento até 2025. jun/25 : 850 mil hectares Reforçar práticas que promovam a recuperação de pastagens e áreas degradadas e assegurem o desmatamento ilegal zero nos financiamentos BB.

(1) Agricultura, cultura, defesa civil, educação, eficiência energética e iluminação pública, esporte e lazer, infraestrutura viária, limpeza pública, meio ambiente, mobilidade urbana, saúde, segurança e vigilância sanitária; (2) Em alinhamento à alteração regulatória dos fundos de investimento sustentáveis; (3) Usinas próprias, mercado livre e RECs; (4) Em relação ao ano-base 2022.

Negócios Sustentáveis

No 2T25, o saldo da carteira de crédito sustentável atingiu R\$ 396,5 bilhões, com crescimento de 10,6% em 12 meses, refletindo nosso compromisso com a transição para uma economia mais sustentável. Os recursos foram destinados a setores com impacto socioambiental positivo, como energias renováveis, agricultura sustentável, saúde e educação.

A Carteira de Crédito Sustentável passa por avaliação independente, baseada em taxonomias ASG nacionais e internacionais. A metodologia é continuamente atualizada para incorporar boas práticas e incluir novos produtos com atributos ASG.

Mercado de Carbono

Reforçamos a nossa atuação no mercado voluntário de carbono, apoiando clientes na criação de projetos com alta adicionalidade ambiental, inventários de emissões de GEE, planos de descarbonização e oferta de créditos de carbono

para compensação de emissões não mitigadas. Também promove a intermediação entre compradores e vendedores de créditos e oferece linhas específicas para projetos de energia renovável e eficiência energética.

Até junho de 2025, o Banco apoiou a preservação ou reflorestamento de mais de 850 mil hectares por meio de projetos de carbono e operações de crédito. Os projetos de conservação florestal (REDD+) aliam preservação ambiental à geração de renda.

Para diversificar a geração de créditos, o BB lançou, em junho de 2024, o Programa de Biogás, voltado à produção de biogás e biometano na agropecuária.

Rumo à COP30, o BB também fortalece a descarbonização com a emissão de mais de R\$ 729 milhões em CPRs lastreadas em Créditos de Descarbonização (CBIOs), incentivando a produção de biocombustíveis e a adesão ao programa RenovaBio, que contribui para a segurança energética e os compromissos climáticos do Brasil.



Diversidade, Equidade e Inclusão

Continuamos engajados com a Diversidade. Atualmente, as mulheres representam 44% do Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros se autodeclararam negros tanto no CD quanto no CA. Dois membros do CD e um do CA se autodeclararam pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. Por fim, o CA também inclui um membro autodeclarado como pessoa com deficiência (PCD).

Possuímos um dos quadros de funcionários mais diversos do mercado, chancelado pela B3, por meio do iDiversa.

Em abril, realizamos diálogos com lideranças indígenas sobre a preservação dos territórios e da cultura, resultando em propostas de parcerias e ações conjuntas. Foram discutidas iniciativas com o povo Kayapó nas áreas de crédito de carbono, agricultura familiar, recuperação de áreas degradadas, crédito, tecnologias sociais e projetos sustentáveis.

Em maio, anunciamos a parceria com o LinkedIn com o objetivo de fortalecer o programa Mulheres no Topo, ampliando o alcance e promovendo cada vez mais o empoderamento feminino. A Showcase Mulheres no Topo no LinkedIn foi desenvolvida como um centro de conteúdos exclusivos, podcasts inspiradores, posts de mulheres Top Voice, dicas de carreira, trilha de treinamentos, artigos e dados sobre economia e mercado, histórias reais e oportunidades.

Em junho, a nossa presidenta Tarciana Medeiros participou como palestrante do Tempo de Mulher,

primeira rede brasileira que apoia e conecta as principais executivas e lideranças C-Level e do empreendedorismo no país. Em sua 5ª edição, o evento busca promover um ambiente de troca e inspiração, onde mulheres possam compartilhar suas trajetórias profissionais, estratégias de gestão e caminhos seguros para o crescimento dentro do mercado corporativo.

Também em junho, apoiamos o Inovahack MBM São Paulo, evento idealizado pelo Movimento Black Money, com foco em soluções tecnológicas de impacto social para comunidades periféricas. O evento promoveu o diálogo entre líderes e empreendedores, com o tema “Periferias em Foco: Inovação para Transformação”, visando o empoderamento econômico das comunidades negras.

No mesmo período, participamos de mais uma edição da Feira Cultural da Diversidade LGBTQ+, realizada no Memorial da América Latina, em São Paulo. A ação reafirmou nosso compromisso com a equidade, inclusão e desenvolvimento sustentável, promovendo iniciativas voltadas ao empreendedorismo e desenvolvimento profissional da comunidade LGBTQIAPN+.

A Fundação BB e o Distrito Drag lançaram oficialmente a plataforma Empregando Orgulho (empregandoorgulho.com.br), uma iniciativa voltada para a empregabilidade, ao empreendedorismo e à inclusão econômica da população LGBTQIA+ no DF.



Principais Prêmios e Reconhecimentos

Março

Fomos duplamente premiados no **Agile Trends 2025**, um dos maiores eventos de agilidade e inovação do país. Os dois cases reconhecidos demonstram avanços significativos em automação, cultura ágil e transformação digital: Agiliza – Portal de automação e Self-Healing; Movimento Aceleração Digital – Criação e implementação de Framework ágil em um banco de 216 anos.

Fomos reconhecidos em três categorias no **Prêmio IA em Finanças 2025**, promovido pela revista Global Finance, que destaca as instituições financeiras mais inovadoras no uso de inteligência artificial, as categorias:

- CONSUMER BANKING: Best Banks By Country – Brazil;
- CORPORATE BANKING: Best Banks By Country – Brazil;
- CORPORATE BANKING: Best Banks By Region – Latin America.

Fomos reconhecidos na categoria **Inovação do prêmio 100+ Inovadoras no Uso de TI 2025**, promovido pelo IT Forum, com o case Pix por Aproximação

Fomos um dos vencedores do **Celent Model Bank Award 2025**, recebendo destaque na categoria "AI Innovation for Small Business" pelo uso de Inteligência Artificial Generativa para oferecer insights personalizados de conta a micro e pequenas empresas, por meio da ARI – Área de Recomendações Inteligentes. A premiação se soma a outras duas: Global Finance – The Innovators (América Latina) e AI in Finance Awards nas categorias Enhanced Customer Experience e Personalized Financial Advice.

O BB Private foi reconhecido como o **melhor private bank do País para sustentabilidade**, na premiação **Euromoney Private Banking Awards 2025**, organizado pelo conceituado veículo especializado Euromoney. Trata-se de mais um reconhecimento inédito para o BB Private, materializando nosso compromisso com ações que fortaleçam a sustentabilidade em nossos negócios.

Abril

Recebemos o prêmio de **Melhor Instituição Pública** do ano, durante o II Fórum de PPPs Sociais, pelo Centro de pesquisa PSP Hub – Infrastructure and Urbanism Studies e Hiria Nurnbergmesse Business. A premiação consagra o protagonismo do BB no fortalecimento do ecossistema de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões.

Maio

No **Prêmio Reconhecimento BNDES 2025**, fomos reconhecidos nas categorias "Finame 60 anos" e "Destaque Empresarial" pelo desempenho no desembolso de linhas de crédito com recursos do banco de desenvolvimento. O evento reuniu os principais agentes financeiros do país.

Pelo segundo ano consecutivo, tivemos reconhecimento pela atuação da diretora jurídica Lucinéia Possar, vencedora do The Latin American Lawyer Women Awards, na categoria In House Counsel of the Year Banking & Finance (Advogada Interna do Ano em Bancos & Finanças).

Junho

Recebemos a 11ª conquista no **Prêmio Broadcast Analistas**, reafirmando sua posição de destaque no mercado financeiro.



Auditoria Independente

O BB segue rigorosamente todas as legislações e regulamentações aplicáveis à auditoria independente, assegurando transparência e conformidade nos processos. A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a empresa contratada para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras.

Com relação aos serviços de não auditoria prestados por ela no âmbito do BB, não representam conflito de interesse tampouco, comprometem sua independência na execução dos trabalhos. As informações sobre os honorários dos serviços de não auditoria são divulgadas anualmente em nosso Formulário de Referência, em conformidade com a Resolução CVM 162/2022.

Esclarecimentos Adicionais

Possuímos R\$ 1,1 bilhão (consolidado) de créditos tributários não ativados, apresentados na nota explicativa 22 - Tributos (subitem "f"). Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 - Investimentos.

Publicamos anualmente os investimentos realizados em políticas públicas em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível no site ri.bb.com.br.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Esse Relatório da Administração foi preparado com base nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). Para mais informações, o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional estão disponíveis no site ri.bb.com.br.

Agradecimentos

Agradecemos profundamente a todos os nossos colaboradores que demonstram todos os dias comprometimento, dedicação e capacidade de inovar. Seu empenho em se adaptar, criar e aprimorar soluções e manter o foco no relacionamento de excelência com nossos clientes é essencial para o atingimento do nosso propósito. Estendemos também nosso agradecimento aos clientes e acionistas, cuja confiança é fundamental. Reforçamos nosso compromisso com a geração de valor de forma sustentável, equilibrando resultados consistentes com responsabilidade social, ambiental e ética em todas as nossas ações.

**Demonstrações
Contábeis**
30 de junho de 2025



BANCO DO BRASIL



Índice

Índice	2
Demonstrações Contábeis.....	3
Balanco patrimonial.....	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas Explicativas às demonstrações Contábeis.....	10
1 – O Banco e suas operações.....	10
2 – Apresentação das demonstrações contábeis.....	11
3 – Resumo das principais práticas contábeis	18
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis	31
5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias.....	34
6 – Informações por segmento	35
7 – Caixa e equivalentes de caixa	38
8 – Depósitos no Banco Central do Brasil	39
9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	40
10 – Títulos e valores mobiliários.....	42
11 – Instrumentos financeiros derivativos.....	48
12 – Carteira de crédito	55
13 – Outros ativos.....	70
14 – Investimentos	71
15 – Imobilizado de uso	75
16 – Intangível.....	76
17 – Recursos de clientes	78
18 – Recursos de instituições financeiras	81
19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	83
20 – Outros passivos	86
21 – Provisões e passivos contingentes.....	88
22 – Tributos.....	92
23 – Patrimônio líquido	95
24 – Receitas de prestação de serviços	100
25 – Despesas Administrativas	101
26 – Outras receitas e outras despesas	102
27 – Partes relacionadas.....	103
28 – Benefícios a empregados	106
29 – Valor justo dos instrumentos financeiros.....	114
30 – Gerenciamento de riscos e de capital.....	118
31 – Transferência de ativos financeiros.....	132
32 – Resultado recorrente e não recorrente	133
33 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes.....	134
34 – Outras informações	135
35 – Eventos subsequentes	137
Relatório do Auditores Independentes	138
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	145
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	147
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	148
Membros da Administração	149



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanco patrimonial

	Nota	Banco Múltiplo 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Ativo			
Disponibilidades	7	22.076.151	24.468.455
Ativos financeiros		2.283.722.374	2.334.777.997
Depósitos no Banco Central do Brasil	8	123.095.245	123.095.245
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	288.010.063	290.996.079
Títulos e valores mobiliários	10.a	583.683.727	606.328.724
Instrumentos financeiros derivativos	11	5.588.436	5.580.432
Carteira de crédito	12	1.208.495.056	1.231.084.195
Outros ativos financeiros	13	74.849.847	77.693.322
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(93.349.096)	(94.702.351)
Carteira de crédito	12	(88.843.363)	(89.248.016)
Demais ativos financeiros	9, 10, 13	(4.505.733)	(5.454.335)
Ativos fiscais		88.696.525	92.739.714
Correntes		10.446.834	12.282.363
Diferidos (créditos tributários)	22	78.249.691	80.457.351
Investimentos		41.972.372	19.658.456
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	41.861.416	19.517.930
Outros investimentos		145.699	145.699
Perdas por redução ao valor recuperável		(34.743)	(5.173)
Imobilizado	15	13.354.754	13.841.140
Imobilizações de uso		26.154.672	26.704.764
Direito de uso		1.667.201	1.954.601
Depreciação acumulada		(14.452.447)	(14.787.838)
Perdas por redução ao valor recuperável		(14.672)	(30.387)
Intangível	16	11.868.136	11.960.352
Ativos intangíveis		21.308.587	21.895.914
Amortização acumulada		(9.402.187)	(9.867.407)
Perdas por redução ao valor recuperável		(38.264)	(68.155)
Outros ativos não financeiros	13	32.275.547	34.739.584
Total do ativo		2.400.616.763	2.437.483.347
Passivo			
Passivos financeiros		2.129.717.501	2.141.417.052
Recursos de clientes	17	843.689.523	880.357.205
Recursos de instituições financeiras	18	751.882.461	725.470.672
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	359.745.061	363.846.302
Instrumentos financeiros derivativos	11	5.419.955	5.423.202
Outros passivos financeiros	20	168.980.501	166.319.671
Provisões		32.299.871	33.711.881
Cíveis, fiscais e trabalhistas	21	26.553.471	26.957.212
Outras provisões		5.746.400	6.754.669
Passivos fiscais		12.321.557	15.835.369
Correntes		1.566.527	4.773.470
Diferidos	22	10.755.030	11.061.899
Outros passivos não financeiros	20	51.543.498	62.970.046
Total do passivo		2.225.882.427	2.253.934.348
Patrimônio líquido			
Capital	23.b	120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	5.100.000
Reservas de capital	23.d	1.416.070	1.417.065
Reservas de lucros	23.d	76.741.182	76.225.175
Outros resultados abrangentes	23.h	(23.165.656)	(23.165.656)
Ações em tesouraria	23.l	(257.260)	(258.255)
Participação dos não controladores	23.i	--	4.230.670
Total do patrimônio líquido	23	174.734.336	183.548.999
Total do passivo e patrimônio líquido		2.400.616.763	2.437.483.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado

	Nota	Banco Múltiplo	Consolidado
		1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Receitas da intermediação financeira		130.438.612	136.150.750
Carteira de crédito	12.b	74.973.760	77.530.851
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	17.434.118	17.444.184
Títulos e valores mobiliários	10.f	30.610.354	33.733.943
Instrumentos financeiros derivativos	11.e	(2.366.045)	(2.430.743)
Aplicações compulsórias	8.b	4.499.632	4.499.632
Outros ativos financeiros		5.286.793	5.372.883
Despesas da intermediação financeira		(84.018.195)	(85.359.785)
Recursos de instituições financeiras	18.d	(31.268.157)	(30.046.249)
Recursos de clientes	17.c	(32.713.865)	(34.939.940)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.d	(18.418.821)	(18.788.344)
Outras despesas de captação	20.b	(1.617.352)	(1.585.252)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(28.726.350)	(29.041.610)
Carteira de crédito	12.h	(28.733.360)	(28.880.147)
Garantias financeiras prestadas e outros compromissos		120.206	119.880
Demais ativos financeiros	9.b, 10.f, 13.c	(113.196)	(281.343)
Resultado da intermediação financeira		17.694.067	21.749.355
Outras receitas/despesas operacionais		(6.407.653)	(6.162.486)
Receitas de prestação de serviços	24	9.595.160	17.115.221
Despesas de pessoal	25.a	(12.010.673)	(13.199.667)
Outras despesas administrativas	25.b	(7.613.185)	(7.339.278)
Despesas tributárias	22.c	(3.071.816)	(4.375.560)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	8.134.642	3.882.645
Outras receitas/despesas	26	(1.441.781)	(2.245.847)
Provisões	21.b	(5.771.889)	(5.814.805)
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(5.759.223)	(5.802.139)
Outras		(12.666)	(12.666)
Resultado operacional		5.514.525	9.772.064
Resultado não operacional		4.734	137.334
Resultado antes dos tributos e participações		5.519.259	9.909.398
Imposto de renda e contribuição Social	22	5.629.624	2.829.878
Participação de empregados e administradores no lucro		(1.264.634)	(1.273.315)
Participação dos não controladores	23.i	--	(1.658.612)
Lucro líquido		9.884.249	9.807.349
Lucro líquido atribuível aos acionistas			
Controladores		9.884.249	9.807.349
Não controladores		--	1.658.612
Lucro por ação	23.e		
Número médio ponderado de ações – básico e diluído		5.708.696.148	
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		1,73	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado abrangente

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	9.884.249	9.807.349
Participação dos acionistas não controladores	--	1.658.612
Lucro líquido atribuível aos acionistas	9.884.249	11.465.961
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado		
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	2.452.368	2.304.400
Ganhos/(perdas) não realizados	4.401.528	4.409.841
(Ganhos)/perdas realizados – reclassificados para o resultado	(92.585)	(328.543)
Efeito tributário	(1.856.575)	(1.776.898)
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	74.823	233.722
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	201.401	407.650
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	(58.542)	(58.542)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	66.623	105.533
Efeito tributário	(134.659)	(220.919)
Hedge de investimento líquido no exterior	120.461	120.461
Ganhos/(perdas) não realizados	219.018	219.018
Efeito tributário	(98.557)	(98.557)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(1.348.034)	(1.661.828)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado		
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	148.324	150.828
Ganhos/(perdas) não realizados	260.252	270.915
Efeito tributário	(111.928)	(120.087)
Planos de benefício definido	(3.298.421)	(3.298.421)
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	(6.225.875)	(6.225.875)
Efeito tributário	2.927.454	2.927.454
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	(1.850.479)	(2.150.838)
Resultado abrangente do período	8.033.770	9.315.123
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	8.033.770	7.956.869
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	1.358.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas estatutárias				
Saldo em 31/12/2024		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.892.443)	(262.046)	--	180.878.517
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		--	--	--	--	577.266	--	(11.530.338)	(10.953.072)
Saldo em 01/01/2025		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.315.177)	(262.046)	(11.530.338)	169.925.445
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	2.640.953	--	--	2.640.953
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(3.298.421)	--	--	(3.298.421)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(1.348.034)	--	--	(1.348.034)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(32.198)	--	--	(32.198)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	120.461	--	--	120.461
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(4.000)	--	--	(4.000)
Outros		--	--	--	--	70.760	--	41.734	112.494
Transações com pagamento baseado em ações		--	5.476	--	--	--	4.786	--	10.262
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	9.884.249	9.884.249
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	494.213	(2.098.568)	--	--	1.604.355	--
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(3.276.875)	--	--	--	(3.276.875)
Saldo em 30/06/2025		120.000.000	1.416.070	15.715.601	61.025.581	(23.165.656)	(257.260)	--	174.734.336
Mutações do período		--	5.476	494.213	(5.375.443)	(1.850.479)	4.786	11.530.338	4.808.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Nota	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total
					Reserva legal	Reservas estatutárias					
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.892.443)	(263.523)	--	4.501.238	190.072.748
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		--	--	--	--	--	577.266	--	(11.530.338)	(87.858)	(11.040.930)
Saldos em 01/01/2025		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.315.177)	(263.523)	(11.530.338)	4.413.380	179.031.818
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	--	2.640.953	--	--	(25.339)	2.615.614
Ajuste de avaliação patrimonial – plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(3.298.421)	--	--	--	(3.298.421)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(1.348.034)	--	--	(313.794)	(1.661.828)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(32.198)	--	--	--	(32.198)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	120.461	--	--	--	120.461
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(4.000)	--	--	104	(3.896)
Outros		--	--	--	--	--	70.760	--	41.734	38.670	151.164
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	4.994	--	--	--	5.268	--	--	10.262
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	(228.309)	(228.309)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	9.807.349	1.658.612	11.465.961
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(32.100)	--	(32.100)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(109.000)	--	--	109.000	--	--
Destinações: – Reservas	23.d	--	--	--	494.213	(2.098.568)	--	--	1.604.355	--	--
– Dividendos	23.f	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.312.654)	(1.312.654)
– Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(3.276.875)	--	--	--	--	(3.276.875)
Saldos em 30/06/2025		120.000.000	5.100.000	1.417.065	15.715.601	60.509.574	(23.165.656)	(258.255)	--	4.230.670	183.548.999
Mutações do período		--	--	4.994	494.213	(5.484.443)	(1.850.479)	5.268	11.530.338	(182.710)	4.517.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Banco Múltiplo	Consolidado
		1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Lucro líquido		9.884.249	9.807.349
Ajustes ao lucro líquido		19.846.319	26.757.991
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		28.726.350	29.041.610
Depreciações e amortizações		2.165.258	2.238.211
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		(9.588.012)	(10.528.716)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		(86.608)	(86.608)
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	(8.134.642)	(3.882.645)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(61.766)	(60.495)
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e outras provisões	21	5.771.889	5.814.805
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	28.d.4/f	(1.918.834)	(1.918.834)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		6.854.106	7.659.861
Resultado dos não controladores		--	1.658.612
Imposto de Renda e Contribuição Social		(5.629.624)	(2.829.878)
Outros ajustes		1.748.202	(347.932)
Lucro líquido ajustado		29.730.568	36.565.340
Variações Patrimoniais		38.937.886	35.718.616
(Aumento) Redução em depósitos no Banco Central do Brasil		(4.397.657)	(4.397.657)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		83.659.994	83.180.767
(Aumento) Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(4.259.937)	(7.211.116)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		4.245.778	4.268.364
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de provisões		(40.975.256)	(41.457.657)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		(9.118.881)	(12.011.808)
(Aumento) Redução em outros ativos		2.057.936	4.048.444
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.542.904)	(5.447.371)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		15.350.994	11.597.615
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		11.240.609	14.785.268
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		34.577.199	32.355.081
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		(61.164.054)	(53.181.375)
(Redução) Aumento em outros passivos		9.264.065	9.190.061
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		68.668.454	72.283.956
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
Compra de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		(230.139.120)	(237.994.162)
Venda de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		165.361.087	176.648.154
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		(21.091.847)	(23.436.350)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		1.835.164	1.835.164
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		7.415.246	4.768.103
Aquisição de imobilizado de uso		(1.582.105)	(1.624.588)
Alienação de imobilizado de uso		8.033	8.751
Aquisição de intangíveis		(1.927.662)	(1.990.557)
Aporte de capital na Broto S.A.		(5.000)	(5.000)
Alienação de participação na Galgo S.A.		--	3.458
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(80.126.204)	(81.787.027)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		7.023.086	7.023.086
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	(1.440.125)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(6.008.672)	(6.008.672)
Liquidação de arrendamentos		(643.337)	(643.337)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		371.077	(1.069.048)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Início do período		81.150.329	83.167.243
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(6.854.106)	(7.659.861)
Fim do período		63.209.550	64.935.263
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(11.086.673)	(10.572.119)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do valor adicionado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Semestre/2025		1º Semestre/2025	
Receitas		104.011.880		116.214.434	
Receitas da intermediação financeira		130.438.612		136.150.750	
Receitas de prestação de serviços		9.595.160		17.115.221	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(28.726.350)		(29.041.610)	
Outras receitas/(despesas)		(7.295.542)		(8.009.927)	
Despesas da intermediação financeira		(84.018.195)		(85.359.785)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(4.458.808)		(4.106.114)	
Materiais, água, energia e gás	25	(233.204)		(253.797)	
Serviços de terceiros	25	(408.833)		(232.569)	
Comunicações	25	(209.759)		(244.237)	
Processamento de dados	25	(1.089.790)		(809.473)	
Transporte	25	(48.947)		(60.498)	
Serviços de vigilância e segurança	25	(712.722)		(732.709)	
Serviços do sistema financeiro	25	(228.105)		(291.234)	
Propaganda e publicidade	25	(232.527)		(250.357)	
Manutenção e conservação de bens	25	(635.559)		(445.832)	
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		86.608		86.608	
Outras		(745.970)		(872.016)	
Valor Adicionado Bruto		15.534.877		26.748.535	
Despesas de amortização/depreciação		(2.165.258)		(2.238.211)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		13.369.619		24.510.324	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		8.134.642		3.882.645	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		8.134.642		3.882.645	
Valor Adicionado a Distribuir		21.504.261	100,00%	28.392.969	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		21.504.261	100,00%	28.392.969	100,00%
Pessoal		11.749.851	54,64%	12.866.831	45,32%
Salários e honorários		6.043.266		6.875.934	
Participação de empregados e administradores no lucro		1.264.634		1.273.315	
Benefícios e treinamentos		2.480.798		2.617.527	
FGTS		460.807		480.387	
Outros encargos		1.500.346		1.619.668	
Impostos, Taxas e Contribuições		(714.410)	-3,32%	3.469.772	12,22%
Federais		(1.284.448)		2.289.830	
Estaduais		545		545	
Municipais		569.493		1.179.397	
Remuneração de Capitais de Terceiros		584.571	2,72%	590.405	2,08%
Aluguéis	25	584.571		590.405	
Remuneração de Capitais Próprios		9.884.249	45,96%	11.465.961	40,38%
Juros sobre capital próprio da União		1.638.437		1.638.437	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		1.638.438		1.638.438	
Dividendos de acionistas não controladores		--		1.312.654	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--		32.100	
Lucro retido		6.607.374		6.498.374	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--		345.958	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1- O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 216 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.



2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil “Cosif”, conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, estão sendo apresentadas “adicionalmente” às demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional – IFRS, as quais foram elaboradas segundo o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e estão sendo emitidas e divulgadas simultaneamente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos períodos do ano de 2025, elaboradas conforme o padrão contábil “Cosif”, não apresentam informações comparativas de períodos anteriores, conforme dispensa do artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 13/08/2025.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024, exceto nos casos indicados no item “g” desta Nota.

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os ativos e passivos das agências e controladas no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular as perdas e os ganhos cambiais incidentes sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais (Notas 14.a e 18.d).

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal – IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a BB Asset ainda detém o controle. Deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	30/06/2025
				% de Participação
Segmento bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%
Segmento investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%
Segmento gestão de recursos				
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ¹	Corretora	Brasil	Real	68,26%
BB Seguros Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%
Segmento meios de pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%
Outros segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Brasil	Real	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ¹	Tecnologia da informação	Brasil	Real	99,99%
Fundos de investimento				
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%

¹ – Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

² – Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.



As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 - Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021



O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 – Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 48
Res. CMN nº 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27
Res. CMN nº 4.817/2020 – Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.	CPC 18 (R2) e CPC 45
Res. CMN nº 4.966/2021 – Conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).	CPC 48

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas

g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01/01/2025

g.1) Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os critérios contábeis estabelecidos pela normativa foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 aborda uma nova classificação e mensuração para os ativos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. A norma estabelece três categorias de classificação para ativos financeiros:

Custo amortizado (CA): Quando os fluxos de caixa contratuais possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Valor Justo em outros resultados abrangentes (VJORA): Quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.

Valor Justo no resultado (VJR): Ativos que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. Estão relacionados, de forma geral, aos ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” ou quando o modelo de negócios possui o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

O Banco analisou as diversas modalidades de produtos financeiros (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) que constam no portfólio oferecido aos seus clientes (pessoas físicas e pessoas jurídicas), para identificar as características contratuais dos fluxos de caixa, além do objetivo da Administração (modelo de negócio) diante desses produtos. A Administração pretende manter esses ativos para recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, ou seja, continuarão sendo mensurados ao custo amortizado. Os demais ativos financeiros adquiridos pelo Banco possuem variadas finalidades, mediante as necessidades da atividade bancária. Esses produtos incluem aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos públicos, cotas de fundos de investimento, dentre outros. Esses produtos foram analisados, tanto em relação às características contratuais



dos fluxos de caixa, quanto ao objetivo da Administração diante desses ativos. As novas classificações e mensurações foram efetuadas em conformidade com essas análises.

O Banco concluiu que os novos requerimentos não apresentaram impacto significativo na classificação e mensuração de seus ativos financeiros. As categorias que eram mensuradas ao custo amortizado de acordo com as normas anteriores (aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, carteira de crédito e outros ativos financeiros), substancialmente continuam a ser mensuradas desta forma. Igualmente para as categorias que são mensuradas ao valor justo no resultado (títulos para negociação e derivativos) e ao valor justo em outros resultados abrangentes (títulos disponíveis para venda).

O Banco classificou determinadas operações com característica de concessão de crédito (essencialmente títulos e valores mobiliários na forma de debêntures, notas promissórias, cédulas de produto rural, certificados de direitos creditórios do agronegócio e certificados de recebíveis imobiliários) na categoria custo amortizado, em uma classe denominada “Títulos com características de concessão de crédito”, vinculada à carteira de crédito. Em 1º de janeiro de 2025, o montante de R\$ 58.383 milhões anteriormente classificado como “Títulos disponíveis para venda” passou a ser classificado na categoria “Custo amortizado”, com consequente reversão dos ajustes de marcação a mercado na ordem de R\$ 114 milhões, líquidos de efeitos tributários.

O Banco optou por designar ao VJORA, de forma irrevogável, alguns instrumentos patrimoniais de outras entidades, dado que para esse grupo de instrumentos financeiros o Banco não atua em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno pela venda do instrumento, contemplando ativos que já compunham a carteira da instituição há um longo período de tempo (principalmente cotas de fundos de investimentos e ações).

A Resolução também estabeleceu novos critérios contábeis para a classificação, reconhecimento e mensuração dos contratos de câmbio, os quais passaram a seguir o regramento contábil aplicável aos instrumentos financeiros derivativos. Nesse sentido, os valores anteriormente registrados no ativo e passivo do Banco como direitos e obrigações relacionadas às operações de câmbio (valores nominais) passaram a compor contas de compensação, e nas posições patrimoniais e de resultado passam a ser apresentados unicamente os ajustes a valor justo da carteira de câmbio.

(ii) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

De acordo com os novos requerimentos, as perdas esperadas associadas ao risco de crédito deverão ser apuradas com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura.

A metodologia para cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito no Banco do Brasil engloba a avaliação dos instrumentos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a contratação. A perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo do risco de crédito (ASR) – Os ativos enquadrados nesse estágio apresentam atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos ou outro critério indicativo de aumento significativo no risco de crédito em relação ao apurado na alocação original do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito até o final da vida do ativo.

Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superior a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente o instrumento financeiro sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os impactos observados sobre as provisões decorrem das diferenças entre a metodologia anterior de cálculo das provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e a nova metodologia de cálculo da provisão com base em perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PEARC). Os principais fatores que contribuem para essa diferença são a ampliação do escopo de instrumentos passíveis de apuração de provisão com base em perdas esperadas e a incorporação da reestruturação como critério de marcação de ativo problemático.



Na adoção inicial da norma, o incremento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre os instrumentos financeiros, líquido dos efeitos fiscais, foi de R\$ 8.832 milhões

(iii) Taxa efetiva de juros

O Banco adotou a metodologia diferenciada para as operações de crédito e para as outras operações com característica de concessão de crédito classificadas como custo amortizado, aplicando-a prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2025, assim, os custos de transação e os valores recebidos passaram a ser incorporados aos instrumentos financeiros somente a partir daquela data.

Não foram adotados conceitos de materialidade nessa temática, assim, todas as receitas e custos vinculados aos ativos financeiros, independente dos valores, serão considerados na taxa efetiva de juros.

(iv) Cessação do reconhecimento de juros (*stop accrual*)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, vigente até 31/12/2024, vedava o reconhecimento, no resultado do período, de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentassem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. A Resolução CMN nº 4.966/2021 veda o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito (estágio 3), ou seja, quando estiver em atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos, ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(v) Contabilização de *Hedge* (*hedge accounting*)

O Banco aplicará os novos requerimentos de *hedge* contábil somente a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme art. 75 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(vi) Ajuste a valor presente de ativos financeiros reestruturados

O Banco utilizará a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados até 31 de dezembro de 2026, conforme faculta o art. 71-A da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(vii) Conciliação do Patrimônio Líquido – Adoção inicial da Resolução CMN 4.966/2021

Conciliação do Patrimônio Líquido	Banco Múltiplo	Consolidado
Patrimônio líquido em 31/12/2024	180.878.517	190.072.748
Ajustes decorrentes da adoção inicial, líquidos de efeitos fiscais		
Classificação e mensuração de ativos financeiros	114.182	114.182
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(8.832.022)	(8.832.022)
Outros ajustes ¹	(2.235.232)	(2.235.232)
Participação dos não controladores	--	(87.858)
Patrimônio líquido em 01/01/2025	169.925.445	179.031.818

1 - Inclui, principalmente, os ajustes de uniformização de critério contábeis efetuados nos saldos das participações em empresas controladas e controladas em conjunto.

g.2) Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo.

Para os arrendadores, haverá mudança na contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro, porém sem alterar a forma de apresentação, uma vez que essas operações já são apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, em cumprimento à Resolução BCB nº 2/2020.



O Banco optou pela adoção da Resolução CMN Nº 4.975/2021 na abordagem prospectiva. Os contratos firmados ou renovados a partir de 1º de janeiro de 2025 serão reconhecidos de acordo com a nova regulamentação, de forma prospectiva, conforme facultado pelo § 5º do art. 2º da referida Resolução, não gerando impactos materiais nos ativos do Banco.

Como arrendador, o Banco possui contratos de arrendamentos financeiros por meio de sua subsidiária BB Leasing. A nova norma mantém o tratamento contábil dessas operações substancialmente inalterado.

Como arrendatário, o Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Os imóveis arrendados são reconhecidos no balanço patrimonial como Ativo imobilizado – De direitos de uso e o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento consta em Outros passivos – Passivos de arrendamento.

No cálculo do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso foram considerados os fatos e as circunstâncias relevantes para exercer ou não as opções de renovação e/ou rescisão antecipada, mensurando-os ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto as taxas incrementais representadas pelo custo das captações institucionais.

g.3) Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

A Lei 14.467/2022 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas (operações com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos) e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou recuperação judicial.

Em relação aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, cujas perdas não foram deduzidas até aquela data e que não tenham sido recuperadas, a referida Lei estabelece que essas perdas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um e oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (Nota 22.f) foi respaldada em estudo técnico elaborado em 30/06/2025 que considerou em suas projeções os novos critérios de dedutibilidade das perdas incorridas segundo os fatores estabelecidos com base no período de inadimplemento. Nesse estudo, foi considerada também a regra de transição descrita no artigo 6º da referida Lei para as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024.

g.4) Resolução CMN nº 5.185, de 21 de novembro de 2024

A norma altera a Resolução CMN 4.818/2020 que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Segundo a referida norma, a partir do exercício de 2026, o Banco deverá divulgar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas anuais.



3 – Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras.

d) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de sua aquisição, origem ou emissão, isto é, na data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e reclassificação

Modelo de negócios: Refere-se a como a entidade gerencia os fluxos de caixa de seus ativos financeiros. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Após observação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, a fim de verificar se os fluxos de caixa resultam de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- venda de ativos financeiros; ou
- ambos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos representam somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa não relacionados a um acordo de empréstimo básico, o fluxo de caixa não representa somente pagamento de principal e juros. Havendo qualquer desenquadramento nessa característica, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo no resultado.



Somente pagamento de principal e juros: Quando os termos contratuais dos instrumentos financeiros são consistentes com um acordo de empréstimo básico, no qual se considera como valor do dinheiro no tempo, o risco de crédito, os custos da operação, a margem de lucro e outros riscos relacionados a empréstimos.

Os ativos financeiros são reclassificados quando há alterações nos modelos de negócios para a gestão dos seus fluxos de caixa, sendo que essa reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente ao de apuração do resultado contábil. É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

d.1) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

De maneira geral, os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo no resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado (CA) – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, adicionado aos custos de transação e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando a taxa efetiva de juros. As receitas e os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. As receitas financeiras auferidas são registradas na demonstração do resultado do exercício em receitas da intermediação financeira.

Para fins de aplicação do conceito de taxa efetiva de juros às operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas nessa categoria, o Banco utiliza metodologia diferenciada para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação e aos valores recebidos na originação do instrumento, sem incorporação de critérios de materialidade.

A metodologia diferenciada consiste na:

- apropriação de receitas no resultado do período, pro rata temporis, considerando a taxa de juros contratual original; e
- apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação do instrumento financeiro de forma linear, conforme as características do contrato.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Aplicações interfinanceiras de liquidez – São constituídas por aplicações no mercado aberto (aplicações em operações compromissadas) e aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, incluindo juros, deduzido pela perda esperada, quando aplicável.

Aplicações no mercado aberto (operações compromissadas): O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- vendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra; e
- vendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Operações de crédito – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil da carteira de crédito é reduzido por uma conta redutora de perda esperada, sendo esse valor reconhecido no resultado como “Perdas esperadas associadas ao risco de crédito”, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.



O Banco não reconhece receita de qualquer natureza ainda não recebida relativas a operações de crédito com problema de recuperação de crédito, ou seja, vencidas há mais de 90 dias ou caracterizadas dessa forma por critérios qualitativos, são apropriadas ao resultado somente quando do seu efetivo recebimento.

O reconhecimento de receitas é retomado a partir do período em que a operação de crédito deixa de ser caracterizada como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)– Um ativo será classificado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento de seus fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios. Esses ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação sendo que os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos em contrapartida aos outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais, títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

São incluídos nessa categoria os instrumentos patrimoniais de outras entidades que, no reconhecimento inicial, o Banco opta por designar de forma irrevogável, ao valor justo em outros resultados abrangentes, desde que os ativos não sejam geridos com o objetivo principal de gerar retorno pela venda do instrumento.

Valor justo no resultado (VJR)– Serão classificados nessa categoria os ativos financeiros que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. De forma geral, são mensurados nessa categoria ativos cujos fluxos de caixa contratuais não possuem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal ou quando a Administração os mantém com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais e títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- swaps, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e no risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- derivativos não qualificados para hedge accounting, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

**d.2) Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto os derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado.

Constituem-se também em exceção para classificação como custo amortizado, os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro; e compromissos de crédito e créditos a liberar, os quais devem ser reconhecidos e mensurados conforme disposições específicas.

Os principais passivos mensurados na categoria ao custo amortizado são:

Recursos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam, em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida.

Recursos de instituições financeiras (captações no mercado aberto) – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. As captações no mercado aberto se encontram subdivididas em:

- carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

Após o reconhecimento inicial, as garantias financeiras prestadas são mensuradas pelo maior valor entre:

- a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida.

e) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros – São baixados quando:

- os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; ou
- o ativo for transferido e a transferência se qualificar para baixa.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

O ativo financeiro é baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que o Banco recupere o seu valor.

Passivos financeiros – São baixados quando a obrigação especificada no contrato expirar, for liquidada, cancelada ou extinta.

**f) Instrumentos financeiros para proteção (hedge)**

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo e a estratégia de designar o hedge, se utilizando de instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade. Além disso, o banco determina, avalia e acompanha, de forma contínua, a metodologia e as estratégias a serem utilizadas para apurar sua efetividade e garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, que os instrumentos de hedge compensem, nas mesmas proporções, as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge, com o objetivo de mitigar os fatores de risco.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto hedge;
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura. O Banco utiliza a metodologia completa, com parâmetros de risco, para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a maioria dos seus instrumentos financeiros.

O Banco observa ainda os níveis de provisão estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os níveis de provisão dessas operações corresponderão ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na regulamentação, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas, sobre o valor contábil bruto do ativo.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a contratação. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando a probabilidade de o ativo financeiro se caracterizar como ativo financeiros com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito (ASR)

Os ativos enquadrados nesse estágio apresentam atraso superior a 30 dias ou outro critério indicativo de aumento significativo no risco de crédito em relação ao apurado na alocação original do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.



Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superior a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a obrigação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os instrumentos financeiros da mesma contraparte (carteira não varejo) são realocados para o estágio 3 quando algum instrumento financeiro dessa contraparte é caracterizado como ativo problemático, na mesma data-base do balancete em que ocorreu essa caracterização, exceto quando o instrumento financeiro, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior àquele instrumento que foi caracterizado como ativo problemático.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente, considerando os processos de sensoramento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

O Banco utiliza modelos econométricos, informações qualitativas e cenários macroeconômicos prospectivos, elaborados internamente, para estimativa da perda esperada de crédito. As principais variáveis macroeconômicas usadas como insumos para projeção são o Produto Interno Bruto (PIB), taxa Selic real, taxa de câmbio e o Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Os valores finais projetados para perda esperada de crédito consideram o conjunto de premissas, diferentes análises econométricas, análise qualitativa e julgamental.

Determinação de aumento significativo no risco de crédito – A migração do estágio 1 para o estágio 2 ocorre quando há um aumento significativo do risco (ASR) de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. O ASR compreende atrasos superiores a 30 dias, agravamento acentuado dos parâmetros de risco e existência de reestruturação de outras obrigações da contraparte.

Operações renegociadas – Instrumentos provenientes de acordos que impliquem alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

Operações reestruturadas – Instrumentos decorrentes de renegociações que, de maneira geral, impliquem concessões significativas à contraparte em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração, dentre outros casos que indiquem renegociações com risco agravado.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – A migração para o estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais há mais de 90 dias, se enquadra em uma reestruturação, ou algum outro critério qualitativo (ex.: falência, insolvência civil ou recuperação judicial). Essa classificação somente se altera quando o ativo é baixado ou quando atinge o critério de cura da operação.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada realizado pelo Banco é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizado uma combinação de três parâmetros:

- Probabilidade de descumprimento;
- Perda dado o descumprimento; e
- Exposição no momento de descumprimento.

O cálculo da perda esperada utiliza-se de técnica de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócios da instituição, considerando a ponderação de cenários prospectivos, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico, fornecendo os insumos necessários para uma gestão proativa dos riscos e negócios. A estimativa de perda esperada considera, entre outras informações:

- as características do cliente refletidas nas informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação (visão Lifetime), segmento do cliente e cenário macroeconômico (visão prospectiva);
- aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos.



A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva, mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando no mínimo:

- as características de risco de crédito da contraparte;
- as características de risco de crédito do instrumento, considerando a modalidade do instrumento e o tipo de garantias ou colaterais relacionados com o instrumento, quando existente;
- o estágio em que o instrumento está alocado;
- o atraso no pagamento de principal ou de encargos;
- o risco de crédito e a alocação em estágios de outros instrumentos da mesma contraparte; e
- os demais aspectos relevantes, a exemplo do segmento econômico e da localização geográfica da contraparte e do período de aquisição ou de originação e do prazo do instrumento, que sejam definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo, considerando, no mínimo: o valor do instrumento; a exposição total da instituição à contraparte; e cujo gerenciamento seja realizado de forma massificada.

Probabilidade de descumprimento ("PD" – Probability of Default) – É a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte (descumprimento) no horizonte de tempo observado. Para instrumentos financeiros que não tiverem um aumento significativo de risco de crédito, é observado o descumprimento ao longo de 12 meses (PD 12 meses). Para aqueles que tiverem aumento significativo de risco de crédito, caracterizados pela alocação nos estágios 2 ou 3, a PD é ajustada para considerar o comportamento do descumprimento pelo período contratual máximo do ativo (PD lifetime). Além disso, as PD são ajustadas, a partir de ponderações de cenários econômicos, para melhor refletir o comportamento de descumprimentos no período do exercício subsequente, levando em conta a situação econômica e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento (visão prospectiva "Forward Looking").

Perda dado o descumprimento ("LGD" – Loss Given Default) – A perda, dado o descumprimento, é uma estimativa baseada no histórico de perdas contábeis observadas ponderadas pelas respectivas taxas de descumprimento dos diferentes portfólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento do descumprimento.

A LGD é construída com base nas informações estatísticas e características das operações, entre outras, os custos de recuperação do instrumento, eventuais garantias ou colaterais, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares e a concessão de vantagens à contraparte.

Exposição no momento de descumprimento ("EAD" – Exposure at Default) – É a estimativa de exposição da operação (saldo base) no caso de o cliente entrar em situação de descumprimento. Para os créditos a liberar, essa exposição pode ser efetiva (parte do limite já utilizada) e/ou contingente (parte do limite disponível, mas ainda não utilizada). No caso de limites não canceláveis unilateralmente, o Banco utiliza a metodologia de Fator de Conversão em Crédito (FCC), que corresponde a uma estimativa com base em observação histórica da utilização dos limites até o momento do eventual descumprimento, como forma de obter uma projeção do saldo que será utilizado pelo cliente quando o descumprimento ocorrer.

A provisão para perda esperada de crédito é determinada com base na expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco e produtos, setor econômico e eventuais garantias envolvidas) e a estimativa de perda futura. A visão do Banco sobre as condições econômicas atuais e futuras é incorporada na estimativa de perdas de crédito, mediante a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados.

Níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito – O Banco observa os níveis de provisões estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da responsabilidade da Instituição pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os registros de provisão para perda incorrida (PI) e de provisão para perda esperada (PE) são realizados de forma segregada.



O Banco utiliza pontualmente análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, que consideram aspectos relevantes do conhecimento de especialistas, com base em indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições off-balance, como compromissos de empréstimos, saldos a liberar, prestação de garantias e exposições contingentes. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro líquido – CSLL ¹	20,00%
PIS/Pasep ²	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins ²	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5,00%

1 - Alíquota aplicada aos bancos, sendo que, para as demais empresas financeiras e as não financeiras dos ramos de seguros, previdência e capitalização a alíquota é de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

2 - Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

Conforme art. 6º da Lei nº 14.467/2022, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tinham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026, sendo permitida a opção, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por efetuar as referidas deduções, à razão de 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

As perdas incorridas de que trata o art. 2º da Lei nº 14.467/2022 relativas ao exercício de 2025 não poderão ser deduzidas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. Tais perdas não deduzidas deverão ser adicionadas ao saldo das perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, mencionadas no parágrafo anterior, e excluídas do lucro líquido à mesma razão e no mesmo prazo da dedução desse saldo, observada a opção permitida pela Lei e citada no parágrafo anterior.

i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.



Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são amortizados, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com as projeções de resultado anual constantes nos estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios, e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras despesas administrativas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, o Banco avalia se os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua ativação pelo valor recuperável, qualificando as informações que justificam essa análise.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor ou estão integralmente depreciados e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco controla esses bens por meio de cadastro sistematizado e realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Intangível

Direitos de gestão de folhas de pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.



Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Investimentos e ágio na aquisição de investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

k) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendatário – O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que, de acordo com regulação vigente, são assim considerados:

Ativos de direito de uso – Referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática das operações administrativas e bancárias decorrentes de acordos de arrendamentos operacionais. De maneira geral, esses contratos são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação se utilizando, como principais parâmetros de reajuste, os índices oficiais de inflação do País.

Passivos de arrendamento – Decorrem do direito de uso dos ativos mencionados acima e representam o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento, descontadas por uma taxa de juros equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter um ativo similar ao de direito de uso, considerando um ambiente econômico, prazo e garantia semelhantes. O Banco utilizou a taxa incremental que representa o custo de suas captações institucionais equivalente a uma Letra Financeira Subordinada. Foram utilizadas taxas de descontos unificadas, considerando uma carteira de prazos e contratos semelhantes.

As parcelas contratualmente definidas são projetadas até os seus términos. Os pagamentos variáveis, atrelados a índices são remensurados quando da alteração do valor da parcela, por ocasião dos reajustes anuais nas datas de aniversário dos contratos. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

As despesas de juros sobre os passivos de arrendamento estão evidenciadas na Nota 26. A Nota 15 evidencia a movimentação do ativo de direito de uso. As saídas de caixa totais para arrendamentos estão informadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os demais itens arrendados, além dos imóveis mencionados acima, são essencialmente equipamentos, cujos contratos possuem duração de até 12 meses. Para esses itens, foi adotado o expediente prático, sendo reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento. As despesas decorrentes desses arrendamentos de curto prazos estão evidenciadas na Nota 26.

**l) Benefícios a empregados**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- sua natureza e complexidade;
- o andamento dos processos;
- a opinião dos advogados do Banco; e
- a experiência do Banco com processos similares.



Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

n) Ativos mantidos para venda

Investimentos mantidos para venda

Referem-se aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto que o Banco espera realizá-los pela sua venda, estejam disponíveis para venda imediata e sua alienação seja altamente provável. A partir do momento em que o Banco decide vendê-los, esses ativos são mensurados pelo menor valor entre:

- o valor contábil líquido, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e
- o valor justo, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil líquido do ativo e o valor justo líquido de despesas de venda é reconhecida no resultado do período.

Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período

o) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

p) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

**q) Conversão de operações em moeda estrangeira**

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o Banco do Brasil Americas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para o Real, preliminarmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.817/2020.

As investidas no exterior que possuem o Real como a moeda funcional tem suas demonstrações contábeis convertidas com base nos saldos diários de cada subtítulo contábil, considerando a variação diária da taxa de câmbio, e seus efeitos são reconhecidos em contrapartida ao resultado da investida.

Para as investidas no exterior que possuem moeda funcional diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período, e seus efeitos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido da investidora.

r) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 32.



4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Periodicamente, o Banco revisa a composição da carteira de instrumentos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas da prestação de garantias de contratos não registrados no balanço patrimonial (off-balance), além de compromissos de crédito firmados (limites concedidos e ainda não utilizados pelos clientes), o Banco constitui provisão para perdas esperadas, apenas para os compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas associadas ao risco de crédito, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada associada ao risco de crédito, podem ser obtidas nas Notas 3.g, 9, 10, 12, 13 e 20.

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

**c) Impostos sobre os lucros**

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- alterações nas taxas de juros;
- mudanças nos índices de inflação;
- processos ou disputas judiciais adversas;
- riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- mudanças nas condições econômicas internas e externas.

e) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- taxas de juros assumidas;
- tábuas de mortalidade;
- índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- índice de inflação de preços;
- índice anual de reajustes salariais; e
- método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

**f) Provisões, ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.



5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias

Não ocorreram aquisições, vendas e reestruturações societárias relevantes no período.



6 – Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	1º Semestre/2025	
	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	160.942.179	3.017.898
Receitas da intermediação financeira	134.251.801	1.898.949
Carteira de crédito	79.643.410	(2.112.559)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	16.373.999	1.070.185
Títulos e valores mobiliários	30.415.684	3.318.259
Instrumentos financeiros derivativos	(2.345.290)	(85.453)
Aplicações compulsórias	4.499.632	--
Outros ativos financeiros	5.664.366	(291.483)
Outras receitas	26.690.378	1.118.949
Receitas de prestação de serviços	16.307.960	807.261
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	3.882.645	--
Demais receitas	6.499.773	311.688
Ativo não-circulante¹	45.128.785	331.163

1 - Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	1º Semestre/2025							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	135.763.492	375.470	182.985	115.516	223.976	384.144	(894.833)	136.150.750
Carteira de crédito	77.537.548	--	--	--	--	--	(6.697)	77.530.851
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.563.784	177	156.850	--	223.838	387.671	(888.136)	17.444.184
Títulos e valores mobiliários	33.194.243	401.101	26.472	115.516	138	(3.527)	--	33.733.943
Instrumentos financeiros derivativos	(2.404.935)	(25.808)	--	--	--	--	--	(2.430.743)
Aplicações compulsórias	4.499.632	--	--	--	--	--	--	4.499.632
Outros ativos financeiros	5.373.220	--	(337)	--	--	--	--	5.372.883
Despesas da intermediação financeira	(86.147.651)	(127.897)	--	--	--	(365.172)	1.280.935	(85.359.785)
Recursos de instituições financeiras	(31.193.440)	(127.897)	--	--	--	(5.847)	1.280.935	(30.046.249)
Recursos de clientes	(34.939.940)	--	--	--	--	--	--	(34.939.940)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(18.429.019)	--	--	--	--	(359.325)	--	(18.788.344)
Outras despesas de captação	(1.585.252)	--	--	--	--	--	--	(1.585.252)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(28.938.929)	(23.520)	--	--	--	(79.161)	--	(29.041.610)
Outras receitas	17.271.137	368.413	1.997.281	5.813.402	847.788	3.477.687	(1.966.381)	27.809.327
Receitas de prestação de serviços	10.313.750	251.175	1.991.892	2.808.164	22.181	2.704.897	(976.838)	17.115.221
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	550.035	13.340	--	2.596.201	723.069	--	--	3.882.645
Demais receitas	6.407.352	103.898	5.389	409.037	102.538	772.790	(989.543)	6.811.461
Outras despesas	(32.512.724)	(111.665)	(312.849)	(615.062)	(75.025)	(1.787.433)	1.580.279	(33.834.479)
Despesas de pessoal	(12.742.250)	(20.447)	(80.257)	(47.830)	(2.424)	(309.567)	3.108	(13.199.667)
Outras despesas administrativas	(5.742.705)	(26.190)	(46.727)	(44.295)	(624)	(202.340)	961.814	(5.101.067)
Amortização	(1.305.739)	--	--	(59)	--	(2.240)	--	(1.308.038)
Depreciação	(884.546)	--	--	--	--	(45.627)	--	(930.173)
Despesas tributárias	(3.446.961)	(37.543)	(142.075)	(352.399)	(20.964)	(375.618)	--	(4.375.560)
Demais despesas	(8.390.523)	(27.485)	(43.790)	(170.479)	(51.013)	(852.041)	615.357	(8.919.974)
Provisões	(5.781.925)	(20.019)	(1.475)	(2.969)	(43)	(8.374)	--	(5.814.805)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(5.769.259)	(20.019)	(1.475)	(2.969)	(43)	(8.374)	--	(5.802.139)
Outras	(12.666)	--	--	--	--	--	--	(12.666)
Resultado antes dos tributos e participações	(346.600)	460.782	1.865.942	5.310.887	996.696	1.621.691	--	9.909.398
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.303.158	(198.117)	(744.255)	(920.981)	(88.349)	(521.578)	--	2.829.878
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.264.635)	(727)	(1.296)	--	--	(6.657)	--	(1.273.315)
Participação dos não controladores	(266.746)	--	--	(1.393.137)	--	1.271	--	(1.658.612)
Lucro líquido	3.425.177	261.938	1.120.391	2.996.769	908.347	1.094.727	--	9.807.349
Saldos patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	292.682.108	7	2.612.775	7.072.012	3.154.847	8.448.220	(22.973.890)	290.996.079
Títulos e valores mobiliários	601.825.287	1.564.753	534.552	1.900.242	648	623.096	(119.854)	606.328.724
Carteira de crédito	1.231.273.691	--	--	--	--	--	(189.496)	1.231.084.195
Investimentos	28.615.315	1.209.999	--	8.420.161	3.963.478	--	(22.550.497)	19.658.456
Demais Ativos	283.268.952	1.173.817	529.793	3.524.006	3.789.975	8.122.924	(10.993.574)	289.415.893
Total do ativo	2.437.665.353	3.948.576	3.677.120	20.916.421	10.908.948	17.194.240	(56.827.311)	2.437.483.347
Passivo	2.256.288.012	3.136.944	2.247.492	10.996.413	222.891	14.210.577	(33.167.981)	2.253.934.348
Recursos de clientes	880.430.655	--	--	--	--	--	(73.450)	880.357.205
Recursos de instituições financeiras	746.402.050	2.042.512	--	--	--	189.496	(23.163.386)	725.470.672
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	354.649.957	--	--	--	--	9.196.345	--	363.846.302
Provisões	33.040.739	138.382	34.274	56.747	416	447.053	(5.730)	33.711.881
Demais Passivos	241.764.611	956.050	2.213.218	10.939.666	222.475	4.377.683	(9.925.415)	250.548.288
Patrimônio líquido	181.377.341	811.632	1.429.628	9.920.008	10.686.057	2.983.663	(23.659.330)	183.548.999
Total do passivo e patrimônio líquido	2.437.665.353	3.948.576	3.677.120	20.916.421	10.908.948	17.194.240	(56.827.311)	2.437.483.347



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Disponibilidades	22.076.151	24.468.455
Disponibilidades em moeda nacional	12.802.529	12.805.355
Disponibilidades em moeda estrangeira	9.273.622	11.663.100
Depósitos no Banco Central do Brasil	2.999.999	2.999.999
Aplicações voluntárias no Banco Central	2.999.999	2.999.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	38.133.400	37.466.809
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	--	330.028
Aplicações em depósitos interfinanceiros	38.131.497	37.136.781
Aplicações em moeda estrangeira	1.903	--
Total	63.209.550	64.935.263

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8 – Depósitos no Banco Central do Brasil

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Depósitos a prazo	51.533.385	51.533.385
Depósitos de poupança	42.913.262	42.913.262
Depósitos à vista	19.155.327	19.155.327
Conta de pagamento instantâneo	6.308.995	6.308.995
Aplicações voluntárias no Banco Central	2.999.999	2.999.999
Depósitos de moeda eletrônica	184.277	184.277
Total	123.095.245	123.095.245

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Exigibilidade sobre recursos a prazo	2.848.811	2.848.811
Depósitos de poupança	1.650.821	1.650.821
Total	4.499.632	4.499.632



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 - Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Aplicações no mercado aberto	239.847.517	240.206.746
Re vendas a liquidar - posição bancada	1.035.532	1.724.765
Títulos Públicos Federais - no país	--	330.003
Títulos de Responsabilidade da União no exterior	1.035.532	1.173.127
Outros títulos no exterior	--	221.635
Re vendas a liquidar - posição financiada	238.811.985	238.481.981
Títulos Públicos Federais - no país	238.811.985	238.481.981
Aplicações em depósitos interfinanceiros ¹	48.162.546	50.789.333
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	288.010.063	290.996.079
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(17.150)	(38.106)
Perda esperada em aplicações em depósitos interfinanceiros	(16.473)	(16.473)
Perda esperada em aplicações no mercado aberto	(677)	(21.633)
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez líquida de perdas esperadas	287.992.913	290.957.973

¹ - Inclui no Consolidado o montante de R\$ 5.159.898 mil referente a aplicações no exterior determinadas pelas autoridades monetárias locais.

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Rendas de aplicações no mercado aberto	20.149.939	20.169.781
Posição financiada	20.096.599	20.096.599
Posição bancada	53.340	73.182
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.684.142	1.674.366
Variação cambial	(4.399.963)	(4.399.963)
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	17.434.118	17.444.184
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.164)	(11.212)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	17.432.954	17.432.972



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Estágios

30/06/2025	Banco Múltiplo			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações no mercado aberto	239.847.517	--	--	239.847.517
Aplicações em depósitos interfinanceiros	48.162.546	--	--	48.162.546
Total	288.010.063	--	--	288.010.063
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(17.150)	--	--	(17.150)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	287.992.913	--	--	287.992.913

30/06/2025	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações no mercado aberto	240.206.746	--	--	240.206.746
Aplicações em depósitos interfinanceiros	50.789.333	--	--	50.789.333
Total	290.996.079	--	--	290.996.079
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(38.106)	--	--	(38.106)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	290.957.973	--	--	290.957.973



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10 – Títulos e valores mobiliários

a) Classificação contábil dos títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Valor justo no resultado	4.263.522	7.246.828
Valor justo em outros resultados abrangentes	543.418.073	553.080.685
Custo amortizado	36.002.132	46.001.211
Total	583.683.727	606.328.724
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários	(50.315)	(747.260)
Total líquido	583.633.412	605.581.464

b) Valor justo no resultado (VJR)

Banco Múltiplo	30/06/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	4.235.700	27.722	(3.119)	4.260.303
Títulos públicos federais	3.796.009	24.614	--	3.820.623
Títulos privados de entidades não financeiras	439.691	3.108	(3.119)	439.680
Instrumentos de patrimônio	1	99	--	100
Cotas de fundos de investimento	1	99	--	100
Total	4.235.701	27.821	(3.119)	4.260.403

Consolidado	30/06/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	6.202.444	216.748	(34.956)	6.384.236
Títulos públicos federais	3.992.374	25.072	--	4.017.446
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	235.771	70.967	--	306.738
Títulos privados de instituições financeiras	42.425	267	--	42.692
Títulos privados de entidades não financeiras	1.931.874	120.442	(34.956)	2.017.360
Instrumentos de patrimônio	759.085	68.551	--	827.636
Ações	139.085	75	--	139.160
Cotas de fundos de investimento e outros títulos	620.000	68.476	--	688.476
Total	6.961.529	285.299	(34.956)	7.211.872



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)

Banco Múltiplo	30/06/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	545.361.988	(4.027.579)	(11.869)	541.322.540
Títulos públicos federais	532.872.546	(3.849.923)	--	529.022.623
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.166.313	(82.346)	(3.482)	4.080.485
Títulos privados de instituições financeiras	5.198.721	37.207	(5.821)	5.230.107
Títulos privados de entidades não financeiras	3.124.408	(132.517)	(2.566)	2.989.325
Instrumentos de patrimônio ¹	1.807.754	275.910	--	2.083.664
Ações	113.910	125.846	--	239.756
Cotas de fundos de investimento	1.693.844	150.064	--	1.843.908
Total	547.169.742	(3.751.669)	(11.869)	543.406.204

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Consolidado	30/06/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	554.905.542	(4.036.956)	(199.852)	550.668.734
Títulos públicos federais	533.076.151	(3.880.098)	--	529.196.053
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	7.249.451	(53.453)	(148.457)	7.047.541
Títulos privados de instituições financeiras	5.211.219	37.358	(5.960)	5.242.617
Títulos privados de entidades não financeiras	9.368.721	(140.763)	(45.435)	9.182.523
Instrumentos de patrimônio ¹	1.869.712	342.387	--	2.212.099
Ações	147.665	111.177	--	258.842
Cotas de fundos de investimento	1.722.047	231.210	--	1.953.257
Total	556.775.254	(3.694.569)	(199.852)	552.880.833

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

d) Custo amortizado

Banco Múltiplo	30/06/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	10.083.421	25.918.711	--	--	36.002.132
Títulos públicos federais	--	2.828.634	--	--	2.828.634
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	10.056.052	23.090.077	--	--	33.146.129
Títulos privados de entidades não financeiras	27.369	--	--	--	27.369
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(13.276)	(22.051)	--	--	(35.327)
Total	10.070.145	25.896.660	--	--	35.966.805



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	30/06/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	13.642.578	32.358.633	--	--	46.001.211
Títulos públicos federais	1.597.014	3.609.088	--	--	5.206.102
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	12.007.869	28.749.545	--	--	40.757.414
Títulos privados de instituições financeiras	10.326	--	--	--	10.326
Títulos privados de entidades não financeiras	27.369	--	--	--	27.369
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(94.308)	(418.144)	--	--	(512.452)
Total	13.548.270	31.940.489	--	--	45.488.759

e) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários, líquida das perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Carteira própria	179.076.372	214.372.446
Vinculados a compromissos de recompra	385.185.379	371.590.938
Vinculados a prestação de garantia	19.371.661	19.618.080
Total	583.633.412	605.581.464

f) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Títulos de renda fixa	28.353.855	28.745.957
Títulos de renda variável	--	1.123
Títulos e valores mobiliários no exterior	2.106.876	4.720.030
Aplicações em fundos de investimentos	34	24.343
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários	78.862	172.092
Variação cambial	70.727	70.398
Resultado com títulos e valores mobiliários	30.610.354	33.733.943
(Perdas)/reversões com títulos e valores mobiliários	405.042	325.874
Resultado líquido com títulos e valores mobiliários	31.015.396	34.059.817



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Instrumentos de dívida classificados por estágios

Banco Múltiplo	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	4.230.212	--	5.488	4.235.700
Títulos públicos federais	3.796.009	--	--	3.796.009
Títulos privados de entidades não financeiras	434.203	--	5.488	439.691
Valor justo em outros resultados abrangentes	543.799.652	1.562.194	142	545.361.988
Títulos públicos federais	532.872.546	--	--	532.872.546
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	2.604.119	1.562.194	--	4.166.313
Títulos privados de instituições financeiras	5.198.721	--	--	5.198.721
Títulos privados de entidades não financeiras	3.124.266	--	142	3.124.408
Custo amortizado	36.002.132	--	--	36.002.132
Títulos públicos federais	2.828.634	--	--	2.828.634
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	33.146.129	--	--	33.146.129
Títulos privados de entidades não financeiras	27.369	--	--	27.369
Perdas esperadas	(44.369)	(3.463)	(2.483)	(50.315)
Total	583.987.627	1.558.731	3.147	585.549.505

Consolidado	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	6.064.878	35.955	101.611	6.202.444
Títulos públicos federais	3.992.374	--	--	3.992.374
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	199.816	35.955	--	235.771
Títulos privados de instituições financeiras	42.425	--	--	42.425
Títulos privados de entidades não financeiras	1.830.263	--	101.611	1.931.874
Valor justo em outros resultados abrangentes	550.525.406	4.368.470	11.666	554.905.542
Títulos públicos federais	533.076.151	--	--	533.076.151
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	2.886.650	4.362.801	--	7.249.451
Títulos privados de instituições financeiras	5.211.219	--	--	5.211.219
Títulos privados de entidades não financeiras	9.351.386	5.669	11.666	9.368.721
Custo amortizado	38.389.926	7.611.285	--	46.001.211
Títulos públicos federais	5.206.102	--	--	5.206.102
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	33.146.129	7.611.285	--	40.757.414
Títulos privados de instituições financeiras	10.326	--	--	10.326
Títulos privados de entidades não financeiras	27.369	--	--	27.369
Perdas esperadas	(83.801)	(626.528)	(36.931)	(747.260)
Total	594.896.409	11.389.182	76.346	606.361.937



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Movimentação entre os estágios dos títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	444.775.593	1.716.753	306.170	446.798.516
Transferidos para o estágio 1	--	--	(10)	(10)
Oriundos do estágio 3	10	--	--	10
Outras movimentações ²	139.256.393	(154.559)	(300.530)	138.801.304
Saldo em 30/06/2025	584.031.996	1.562.194	5.630	585.599.820

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

Consolidado	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	458.273.964	14.410.466	319.247	473.003.677
Transferidos para o estágio 1	--	--	(10)	(10)
Transferidos para o estágio 3	(95.993)	--	--	(95.993)
Oriundos do estágio 1	--	--	95.993	95.993
Oriundos do estágio 3	10	--	--	10
Outras movimentações ²	136.802.229	(2.394.756)	(301.953)	134.105.520
Saldo em 30/06/2025	594.980.210	12.015.710	113.277	607.109.197

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

i) Movimentação entre os estágios das perdas com títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	1º Semestre/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	(81.877)	(156.752)	(61.387)	(300.016)
Outras movimentações ²	37.508	153.289	58.904	249.701
Saldo em 30/06/2025	(44.369)	(3.463)	(2.483)	(50.315)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

Consolidado	1º Semestre/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	(121.911)	(995.023)	(65.619)	(1.182.553)
Transferidos para o estágio 3	--	--	(30.718)	(30.718)
Oriundos do estágio 1	30.718	--	--	30.718
Outras movimentações ²	7.392	368.495	59.406	435.293
Saldo em 30/06/2025	(83.801)	(626.528)	(36.931)	(747.260)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Banco Múltiplo	1º Semestre/2025				
	Saldo em 01/01/2025 ¹	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2025
Valor justo no resultado	(3.813)	694	--	--	(3.119)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(274.087)	231.069	--	31.149	(11.869)
Custo amortizado	(22.116)	173.279	(186.490)	--	(35.327)
Total	(300.016)	405.042	(186.490)	31.149	(50.315)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Consolidado	1º Semestre/2025				
	Saldo em 01/01/2025 ¹	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2025
Valor justo no resultado	(12.130)	(22.826)	--	--	(34.956)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(518.070)	210.328	--	107.890	(199.852)
Custo amortizado	(652.353)	138.372	(186.475)	188.004	(512.452)
Total	(1.182.553)	325.874	(186.475)	295.894	(747.260)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11 – Instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	30/06/2025			30/06/2025		
	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor Justo
Ativo						
Operações a termo ¹	2.521.755	(173.255)	2.348.500	2.525.277	(173.088)	2.352.189
Opções	959.292	(187.033)	772.259	959.292	(187.033)	772.259
Swap	1.697.731	485.525	2.183.256	1.697.731	485.525	2.183.256
Outros derivativos ²	269.390	15.031	284.421	257.609	15.119	272.728
Total	5.448.168	140.268	5.588.436	5.439.909	140.523	5.580.432
Passivo						
Operações a termo ¹	(3.195.855)	483.062	(2.712.793)	(3.199.000)	482.960	(2.716.040)
Opções	(1.164.255)	385.432	(778.823)	(1.164.255)	385.432	(778.823)
Swap	(1.168.262)	(66.792)	(1.235.054)	(1.168.262)	(66.792)	(1.235.054)
Outros derivativos ²	(657.213)	(36.072)	(693.285)	(657.213)	(36.072)	(693.285)
Total	(6.185.585)	765.630	(5.419.955)	(6.188.730)	765.528	(5.423.202)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

- (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc.);
- (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
- (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.



Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de valor justo e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2025		30/06/2025	
	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor justo
Contratos de Futuros				
Compromissos de Compra	47.839.927	--	48.043.045	--
Risco de moedas	26.749.063	--	26.749.063	--
Risco de taxa de juros	20.978.024	--	21.181.142	--
Outros riscos	112.840	--	112.840	--
Compromissos de Venda	20.661.111	--	20.665.859	--
Risco de taxa de juros	13.786.126	--	13.786.126	--
Risco de moedas	2.776.586	--	2.781.334	--
Outros riscos	4.098.399	--	4.098.399	--
Contratos de operações a termo ¹				
Posição Ativa	24.514.723	2.348.500	24.738.998	2.352.189
Risco de taxa de juros	351.118	21.100	351.118	21.100
Risco de moedas	22.133.952	1.315.759	22.358.227	1.319.448
Outros riscos	2.029.653	1.011.641	2.029.653	1.011.641
Posição Passiva	38.324.885	(2.712.793)	38.355.578	(2.716.040)
Risco de taxa de juros	2.334.798	(217.902)	2.334.798	(217.902)
Risco de moedas	35.605.116	(2.178.841)	35.635.809	(2.182.088)
Outros riscos	384.971	(316.050)	384.971	(316.050)
Contratos de opções				
Posição comprada	28.399.501	772.259	28.399.501	772.259
Risco de moedas	28.387.801	771.526	28.387.801	771.526
Outros riscos	11.700	733	11.700	733
Posição vendida	28.355.529	(778.823)	28.355.529	(778.823)
Risco de moedas	27.686.666	(763.512)	27.686.666	(763.512)
Risco de taxa de juros	3.071	(11)	3.071	(11)
Outros riscos	665.792	(15.300)	665.792	(15.300)
Contratos de swap				
Posição ativa	38.953.645	2.183.256	38.953.645	2.183.256
Risco de taxa de juros	25.637.433	1.571.234	25.637.433	1.571.234
Risco de moedas	13.316.212	612.022	13.316.212	612.022
Posição passiva	14.617.310	(1.235.054)	14.617.310	(1.235.054)
Risco de taxa de juros	5.436.027	(415.429)	5.436.027	(415.429)
Risco de moedas	9.181.283	(819.625)	9.181.283	(819.625)
Outros contratos de derivativos²				
Posição ativa	4.273.495	284.421	3.806.394	272.728
Risco de moedas	4.273.495	284.421	3.806.394	272.728
Posição passiva	10.644.142	(693.285)	10.644.142	(693.285)
Risco de moedas	10.644.142	(693.285)	10.644.142	(693.285)

1 - Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 - Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nominal)

Valor de referência – Posição ativa Vencimento em Dias	Banco Múltiplo					Consolidado				
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2025
Contratos de futuros	6.378.562	20.289.907	10.839.226	10.332.232	47.839.927	6.581.680	20.289.907	10.839.226	10.332.232	48.043.045
Contratos de operações a termo	6.099.072	11.596.422	4.874.498	1.944.731	24.514.723	6.323.347	11.596.422	4.874.498	1.944.731	24.738.998
Contratos de opções	1.392.777	8.243.905	12.450.583	6.312.236	28.399.501	1.392.777	8.243.905	12.450.583	6.312.236	28.399.501
Contratos de swap	5.739.400	3.951.151	6.540.662	22.722.432	38.953.645	5.739.400	3.951.151	6.540.662	22.722.432	38.953.645
Outros contratos de derivativos	1.267.305	2.000.600	927.481	78.109	4.273.495	1.037.018	1.763.786	927.481	78.109	3.806.394

Valor de referência – Posição passiva Vencimento em Dias	Banco Múltiplo					Consolidado				
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2025
Contratos de futuros	3.500.731	4.355.049	7.090.412	5.714.919	20.661.111	3.505.479	4.355.049	7.090.412	5.714.919	20.665.859
Contratos de operações a termo	6.463.454	15.831.492	10.924.147	5.105.792	38.324.885	6.494.147	15.831.492	10.924.147	5.105.792	38.355.578
Contratos de opções	1.442.319	9.272.497	11.223.759	6.416.954	28.355.529	1.442.319	9.272.497	11.223.759	6.416.954	28.355.529
Contratos de swap	899.744	1.507.830	1.254.649	10.955.087	14.617.310	899.744	1.507.830	1.254.649	10.955.087	14.617.310
Outros contratos de derivativos	2.660.536	6.132.199	1.736.909	114.498	10.644.142	2.660.536	6.132.199	1.736.909	114.498	10.644.142

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nominal)

	Banco Múltiplo					Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa										
B3	65.801.260	--	15.102.750	--	--	65.801.260	--	15.102.750	--	--
Exterior	2.699.778	--	--	--	--	2.907.644	--	--	--	--
Balcão										
Instituições financeiras	--	6.552.521	--	31.858.583	14.917.637	-	6.552.749	--	31.858.583	14.450.536
Clientes	--	56.287.087	41.652.280	21.712.372	--	--	56.541.827	41.652.280	21.712.372	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Letras Financeiras do Tesouro	14.318.335	14.318.335

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Contratos de futuro	1.311.144	1.294.121
Contratos de operações a termo	(4.512.269)	(4.514.447)
Contratos de opções	(1.553.665)	(1.553.665)
Contratos de swap	2.420.165	2.420.165
Outros derivativos	(31.420)	(76.917)
Total	(2.366.045)	(2.430.743)

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

O Banco realiza estruturas de Hedge de valor de mercado e de Hedge de investimento líquido no exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros e swaps).

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto de hedge; e
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.



f.1) Hedge de valor de mercado

A estratégia de hedge de valor de mercado do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor de mercado como segue:

- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor mercado dos créditos correspondente, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar este risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros; e
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por operações de emissões de títulos. Para gerenciar esse risco, contrata swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor de mercado

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Instrumentos de hedge ¹		
Ativo	2.187.615	2.187.615
Contratos de swap	2.187.615	2.187.615
Passivo	(617.583)	(617.583)
Contratos de swap	(568.085)	(568.085)
Contratos de futuro	(49.498)	(49.498)
Itens objeto de hedge		
Ativo	2.790.702	2.790.702
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.741.200	2.741.200
Operações de crédito	49.502	49.502
Passivo	(4.345.846)	(4.345.846)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(4.345.846)	(4.345.846)

1 – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(330.152)	(330.152)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	325.687	325.687
Efeito líquido	(4.465)	(4.465)

f.2) Hedge de investimento líquido no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido no exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Instrumentos de hedge		
Passivo	(1.587.283)	(1.587.283)
Contrato de futuro	(1.587.283)	(1.587.283)
Itens objeto de hedge		
Ativo	1.584.559	1.584.559
Investimento líquido no exterior	1.584.559	1.584.559

Em estruturas de proteção de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica de “Outros resultados abrangentes – Hedge de investimento líquido no exterior” (Nota 23.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(219.018)	(219.018)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	219.018	219.018
Efeito líquido ¹	--	--

1 – No 1º semestre/2025 foi reconhecido um ganho de R\$ 4.053 mil no resultado de instrumentos financeiros derivativos devido à parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12 – Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Operações de crédito	989.181.798	1.008.762.954
Empréstimos e direitos creditórios descontados	379.772.944	388.328.708
Financiamentos	193.796.419	195.002.683
Financiamentos rurais	363.777.946	363.777.946
Financiamentos imobiliários	51.736.766	61.555.894
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	97.723	97.723
Outros créditos com características de concessão de crédito	219.313.258	221.390.191
Títulos com características de concessão de crédito	120.128.447	120.128.447
Operações com cartão de crédito	55.019.495	57.096.428
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	28.826.594	28.826.594
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	6.765.204	6.765.204
Diversos	8.573.518	8.573.518
Operações de arrendamento mercantil	--	931.050
Total da carteira de crédito	1.208.495.056	1.231.084.195
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(88.843.363)	(89.248.016)
Perdas esperadas com operações de crédito	(81.798.652)	(82.129.853)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito	(7.044.711)	(7.104.321)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil	--	(13.842)
Total da carteira de crédito líquida de perdas	1.119.651.693	1.141.836.179

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado da carteira de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Resultado de operações de crédito	88.126.408	90.596.197
Empréstimos e direitos creditórios descontados	41.699.669	43.589.299
Financiamentos rurais	16.613.109	16.613.109
Financiamentos	11.209.833	11.241.729
Títulos com características de concessão de crédito	8.109.493	8.109.493
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ¹	3.104.118	3.279.560
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992	3.262.346	3.262.346
Financiamentos imobiliários	2.454.025	2.826.846
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	958.554	958.554
Diversos	715.261	715.261
Resultado de arrendamento mercantil	--	86.242
Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros ²	179.277	179.277
Ajuste de hedge de valor justo da carteira de crédito	3.035	3.035
Variação cambial da carteira de crédito	(13.334.960)	(13.333.900)
Total	74.973.760	77.530.851

1 – Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 630.856 mil no 1º Semestre/2025 (com impacto no resultado de R\$ 346.971 mil, líquido de tributos). O valor da carteira cedida era de R\$ 2.668.165 mil.

2 – Inclui despesas no montante de R\$ 339.571 mil (R\$ 186.764 mil, líquido de tributos) no 1º Semestre/2025, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R\$ 76.218 mil no 1º Semestre/2025, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. O valor contábil bruto dessas operações era de R\$ 502.166 mil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2025	%	30/06/2025	%
Setor público	96.684.824	8,0	96.684.824	7,9
Administração pública	74.883.390	6,2	74.883.390	6,1
Petroleiro	19.431.136	1,6	19.431.136	1,6
Serviços	694.684	0,1	694.684	0,1
Energia Elétrica	16.219	--	16.219	--
Demais atividades	1.659.395	0,1	1.659.395	0,1
Setor privado	1.111.810.232	92,0	1.134.399.371	92,1
Pessoa física	712.518.991	59,0	720.593.876	58,5
Pessoa jurídica	399.291.241	33,0	413.805.495	33,6
Agronegócio de origem vegetal	57.201.591	4,7	57.568.557	4,7
Serviços	49.579.874	4,1	52.699.795	4,3
Energia elétrica	27.503.569	2,3	27.545.554	2,2
Mineração e metalurgia	24.989.912	2,1	25.708.890	2,1
Automotivo	22.457.943	1,9	24.290.502	2,0
Transportes	21.765.642	1,8	22.205.031	1,8
Agronegócio de origem animal	19.712.367	1,6	20.217.833	1,6
Combustíveis	18.980.942	1,6	19.349.742	1,6
Comércio varejista	18.185.446	1,5	18.647.858	1,5
Químico	17.073.725	1,4	17.364.614	1,4
Insumos agrícolas	17.151.250	1,4	17.160.632	1,4
Atividades específicas da construção	15.502.301	1,3	15.539.944	1,2
Eletroeletrônico	14.959.686	1,2	15.082.553	1,2
Imobiliário	11.589.816	1,0	13.637.463	1,1
Instituições e serviços financeiros	10.630.016	0,9	11.749.591	1,0
Comércio atacadista e indústrias diversas	10.358.642	0,8	11.731.868	1,0
Papel e celulose	10.233.539	0,8	10.484.541	0,9
Têxtil e confecções	9.558.252	0,7	9.644.858	0,8
Madeireiro e moveleiro	6.661.839	0,6	6.689.937	0,5
Construção pesada	5.816.819	0,5	6.420.497	0,5
Telecomunicações	5.533.281	0,5	5.939.686	0,5
Demais atividades	3.844.789	0,3	4.125.549	0,3
Total	1.208.495.056	100,0	1.231.084.195	100,0



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Classificação por carteiras de provisão e prazos de vencimento

	Banco Múltiplo					
	C1	C2	C3	C4	C5	30/06/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	742.736	3.276.029	36.744.962	2.856.697	44.948.205	88.568.629
31 a 60	611.819	3.290.269	29.976.096	1.533.860	12.395.676	47.807.720
61 a 90	797.059	2.715.121	27.649.687	1.296.747	9.197.630	41.656.244
91 a 180	2.784.499	6.820.666	71.483.257	3.543.005	21.383.504	106.014.931
181 a 360	5.454.453	13.888.613	96.422.240	6.022.809	31.025.508	152.813.623
Acima de 360	105.812.404	98.174.782	267.160.496	41.487.234	187.091.101	699.726.017
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	282.341	717.963	3.695.328	7.277	452.184	5.155.093
Subtotal	116.485.311	128.883.443	533.132.066	56.747.629	306.493.808	1.141.742.257
Operações em curso anormal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	11.296	90.122	429.601	782	330.076	861.877
31 a 60	10.867	77.304	349.573	725	297.856	736.325
61 a 90	11.198	75.215	316.999	1.055	298.374	702.841
91 a 180	34.179	211.745	927.347	3.967	871.130	2.048.368
181 a 360	70.039	547.988	3.304.121	6.766	1.650.054	5.578.968
Acima de 360	3.517.044	2.727.128	8.944.523	14.285	10.671.659	25.874.639
Parcelas vencidas						
01 a 14	7.027	38.981	493.692	334	96.694	636.728
15 a 30	126.795	84.557	1.347.206	1.056	636.771	2.196.385
31 a 60	116.157	227.839	2.681.776	1.127	933.643	3.960.542
61 a 90	73.164	192.716	2.915.280	1.405	904.094	4.086.659
91 a 180	146.722	317.686	3.931.861	6.411	2.721.595	7.124.275
181 a 360	106.357	516.664	6.016.567	21.092	3.665.859	10.326.539
Acima de 360	38.324	332.226	1.694.559	10.737	542.807	2.618.653
Subtotal	4.269.169	5.440.171	33.353.105	69.742	23.620.612	66.752.799
Total	120.754.480	134.323.614	566.485.171	56.817.371	330.114.420	1.208.495.056



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	C1	C2	C3	C4	C5	30/06/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	742.736	3.395.452	37.469.655	2.856.697	50.743.872	95.208.412
31 a 60	611.819	3.327.484	29.940.351	1.533.860	12.688.343	48.101.857
61 a 90	797.059	2.747.926	27.650.613	1.296.747	9.455.322	41.947.667
91 a 180	2.784.499	6.946.946	71.618.909	3.543.005	22.073.603	106.966.962
181 a 360	5.454.453	14.108.448	96.495.127	6.022.809	32.126.286	154.207.123
Acima de 360	105.812.404	99.580.730	276.031.617	41.487.234	189.058.674	711.970.659
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	282.341	718.977	3.910.478	7.277	505.905	5.424.978
Subtotal	116.485.311	130.825.963	543.116.750	56.747.629	316.652.005	1.163.827.658
Operações em curso anormal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	11.296	90.369	429.601	782	330.076	862.124
31 a 60	10.867	77.548	349.573	725	297.856	736.569
61 a 90	11.198	75.455	316.999	1.055	298.374	703.081
91 a 180	34.179	212.448	927.347	3.967	871.130	2.049.071
181 a 360	70.039	549.277	3.304.121	6.766	1.650.055	5.580.258
Acima de 360	3.517.044	2.729.766	8.944.523	14.285	10.671.659	25.877.277
Parcelas vencidas						
01 a 14	7.027	39.141	493.692	334	96.694	636.888
15 a 30	126.795	84.855	1.472.819	1.056	706.202	2.391.727
31 a 60	116.157	228.189	2.767.986	1.127	981.255	4.094.714
61 a 90	73.164	193.033	2.923.881	1.405	931.133	4.122.616
91 a 180	146.722	318.530	3.945.586	6.411	2.775.916	7.193.165
181 a 360	106.357	518.250	6.042.677	21.092	3.696.644	10.385.020
Acima de 360	38.324	332.882	1.696.863	10.737	545.221	2.624.027
Subtotal	4.269.169	5.449.743	33.615.668	69.742	23.852.215	67.256.537
Total	120.754.480	136.275.706	576.732.418	56.817.371	340.504.220	1.231.084.195



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira de crédito e perdas esperadas por estágios

30/06/2025	Banco Múltiplo							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	859.046.955	(7.743.280)	38.832.629	(9.545.619)	91.302.214	(64.509.753)	989.181.798	(81.798.652)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	314.419.723	(3.476.352)	14.793.915	(4.469.140)	50.559.306	(37.171.787)	379.772.944	(45.117.279)
Financiamentos	185.983.716	(372.256)	2.018.692	(380.421)	5.794.011	(4.626.507)	193.796.419	(5.379.184)
Financiamentos rurais	314.896.253	(3.866.826)	18.589.057	(4.672.504)	30.292.636	(21.481.597)	363.777.946	(30.020.927)
Financiamentos imobiliários	43.650.976	(27.844)	3.429.863	(23.554)	4.655.927	(1.229.834)	51.736.766	(1.281.232)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	96.287	(2)	1.102	--	334	(28)	97.723	(30)
Outros créditos com características de concessão de crédito	205.423.129	(738.544)	3.042.382	(471.124)	10.847.747	(5.835.043)	219.313.258	(7.044.711)
Títulos com características de concessão de crédito	110.107.816	(270.896)	817.740	(198.342)	9.202.891	(4.691.204)	120.128.447	(5.160.442)
Operações com cartão de crédito	52.705.630	(395.154)	2.006.503	(238.919)	307.362	(199.438)	55.019.495	(833.511)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	27.575.831	(50.119)	166.669	(16.985)	1.084.094	(738.944)	28.826.594	(806.048)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	6.765.204	(11.665)	--	--	--	--	6.765.204	(11.665)
Diversos	8.268.648	(10.710)	51.470	(16.878)	253.400	(205.457)	8.573.518	(233.045)
Total da carteira de crédito	1.064.470.084	(8.481.824)	41.875.011	(10.016.743)	102.149.961	(70.344.796)	1.208.495.056	(88.843.363)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

30/06/2025	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	878.176.611	(7.931.205)	39.102.209	(9.573.445)	91.484.134	(64.625.203)	1.008.762.954	(82.129.853)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	322.685.813	(3.506.145)	14.949.541	(4.489.405)	50.693.354	(37.258.719)	388.328.708	(45.254.269)
Financiamentos	187.128.579	(374.671)	2.060.047	(384.917)	5.814.057	(4.638.119)	195.002.683	(5.397.707)
Financiamentos rurais	314.896.253	(3.866.826)	18.589.057	(4.672.504)	30.292.636	(21.481.597)	363.777.946	(30.020.927)
Financiamentos imobiliários	53.369.679	(183.561)	3.502.462	(26.619)	4.683.753	(1.246.740)	61.555.894	(1.456.920)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	96.287	(2)	1.102	--	334	(28)	97.723	(30)
Outros créditos com características de concessão de crédito	207.370.797	(761.924)	3.149.045	(492.721)	10.870.349	(5.849.676)	221.390.191	(7.104.321)
Títulos com características de concessão de crédito	110.107.816	(270.896)	817.740	(198.342)	9.202.891	(4.691.204)	120.128.447	(5.160.442)
Operações com cartão de crédito	54.653.298	(418.534)	2.113.166	(260.516)	329.964	(214.071)	57.096.428	(893.121)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	27.575.831	(50.119)	166.669	(16.985)	1.084.094	(738.944)	28.826.594	(806.048)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	6.765.204	(11.665)	--	--	--	--	6.765.204	(11.665)
Diversos	8.268.648	(10.710)	51.470	(16.878)	253.400	(205.457)	8.573.518	(233.045)
Operações de arrendamento mercantil	910.518	(2.996)	9.691	(501)	10.841	(10.345)	931.050	(13.842)
Total da carteira de crédito	1.086.457.926	(8.696.125)	42.260.945	(10.066.667)	102.365.324	(70.485.224)	1.231.084.195	(89.248.016)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação entre os estágios da carteira de crédito por modalidades

Estágio 1

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	851.291.251	31.828.127	(13.139.563)	(10.932.860)	--	859.046.955
Empréstimos e direitos creditórios descontados	306.906.792	16.251.113	(4.845.863)	(3.892.319)	--	314.419.723
Financiamentos	180.345.260	6.820.234	(957.532)	(224.246)	--	185.983.716
Financiamentos rurais	320.344.031	8.831.225	(7.339.390)	(6.939.613)	--	314.896.253
Financiamentos imobiliários	43.588.835	(64.703)	3.276	123.568	--	43.650.976
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	106.333	(9.742)	(54)	(250)	--	96.287
Outros créditos com características de concessão de crédito	212.802.824	(5.865.802)	(1.789.772)	275.879	--	205.423.129
Títulos com características de concessão de crédito	105.393.112	5.886.635	(637.609)	(534.322)	--	110.107.816
Operações com cartão de crédito	53.424.254	1.033.589	(1.091.899)	(660.314)	--	52.705.630
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	31.123.116	(3.364.092)	(60.071)	(123.122)	--	27.575.831
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	9.455.006	(2.689.802)	--	--	--	6.765.204
Diversos	13.407.336	(6.732.132)	(193)	1.593.637	--	8.268.648
Total da carteira de crédito	1.064.094.075	25.962.325	(14.929.335)	(10.656.981)	--	1.064.470.084

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 2

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	35.775.315	2.630.421	13.139.563	(12.712.670)	--	38.832.629
Empréstimos e direitos creditórios descontados	14.585.212	2.035.954	4.845.863	(6.673.114)	--	14.793.915
Financiamentos	1.555.775	(123.680)	957.532	(370.935)	--	2.018.692
Financiamentos rurais	15.843.531	653.429	7.339.390	(5.247.293)	--	18.589.057
Financiamentos imobiliários	3.789.685	64.782	(3.276)	(421.328)	--	3.429.863
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	1.112	(64)	54	--	--	1.102
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.365.614	(314.710)	1.789.772	(798.294)	--	3.042.382
Títulos com características de concessão de crédito	509.277	(92.142)	637.609	(237.004)	--	817.740
Operações com cartão de crédito	1.676.945	(218.488)	1.091.899	(543.853)	--	2.006.503
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	146.398	(31.254)	60.071	(8.546)	--	166.669
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	32.994	27.174	193	(8.891)	--	51.470
Total da carteira de crédito	38.140.929	2.315.711	14.929.335	(13.510.964)	--	41.875.011

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	80.112.628	3.847.062	10.932.860	12.712.670	(16.303.006)	91.302.214
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.832.232	2.322.945	3.892.319	6.673.114	(10.161.304)	50.559.306
Financiamentos	7.623.720	(26.409)	224.246	370.935	(2.398.481)	5.794.011
Financiamentos rurais	20.427.844	1.347.996	6.939.613	5.247.293	(3.670.110)	30.292.636
Financiamentos imobiliários	4.228.675	202.603	(123.568)	421.328	(73.111)	4.655.927
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	157	(73)	250	--	--	334
Outros créditos com características de concessão de crédito	14.261.855	(359.526)	(275.879)	798.294	(3.576.997)	10.847.747
Títulos com características de concessão de crédito	9.210.390	(574.690)	534.322	237.004	(204.135)	9.202.891
Operações com cartão de crédito	308.160	1.315.660	660.314	543.853	(2.520.625)	307.362
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.971.557	(230.307)	123.122	8.546	(788.824)	1.084.094
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	2.771.748	(870.189)	(1.593.637)	8.891	(63.413)	253.400
Total da carteira de crédito	94.374.483	3.487.536	10.656.981	13.510.964	(19.880.003)	102.149.961

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 1

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	870.685.079	31.723.218	(13.250.378)	(10.981.308)	--	878.176.611
Empréstimos e direitos creditórios descontados	315.597.669	15.941.341	(4.919.533)	(3.933.664)	--	322.685.813
Financiamentos	181.258.492	7.077.721	(975.072)	(232.562)	--	187.128.579
Financiamentos rurais	320.344.031	8.831.225	(7.339.390)	(6.939.613)	--	314.896.253
Financiamentos imobiliários	53.378.554	(117.327)	(16.329)	124.781	--	53.369.679
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	106.333	(9.742)	(54)	(250)	--	96.287
Outros créditos com características de concessão de crédito	215.093.116	(6.142.385)	(1.844.682)	264.748	--	207.370.797
Títulos com características de concessão de crédito	105.393.112	5.886.635	(637.609)	(534.322)	--	110.107.816
Operações com cartão de crédito	55.714.546	757.006	(1.146.809)	(671.445)	--	54.653.298
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	31.123.116	(3.364.092)	(60.071)	(123.122)	--	27.575.831
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	9.455.006	(2.689.802)	--	--	--	6.765.204
Diversos	13.407.336	(6.732.132)	(193)	1.593.637	--	8.268.648
Operações de arrendamento mercantil	654.239	269.390	(12.813)	(298)	--	910.518
Total da carteira de crédito	1.086.432.434	25.850.223	(15.107.873)	(10.716.858)	--	1.086.457.926

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	35.984.052	2.602.418	13.250.378	(12.734.639)	--	39.102.209
Empréstimos e direitos creditórios descontados	14.684.903	2.032.674	4.919.533	(6.687.569)	--	14.949.541
Financiamentos	1.568.358	(106.936)	975.072	(376.447)	--	2.060.047
Financiamentos rurais	15.843.531	653.429	7.339.390	(5.247.293)	--	18.589.057
Financiamentos imobiliários	3.886.148	23.315	16.329	(423.330)	--	3.502.462
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	1.112	(64)	54	--	--	1.102
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.422.460	(318.102)	1.844.682	(799.995)	--	3.149.045
Títulos com características de concessão de crédito	509.277	(92.142)	637.609	(237.004)	--	817.740
Operações com cartão de crédito	1.733.791	(221.880)	1.146.809	(545.554)	--	2.113.166
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	146.398	(31.254)	60.071	(8.546)	--	166.669
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	32.994	27.174	193	(8.891)	--	51.470
Operações de arrendamento mercantil	1.611	(3.526)	12.813	(1.207)	--	9.691
Total da carteira de crédito	38.408.123	2.280.790	15.107.873	(13.535.841)	--	42.260.945

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 3

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	80.208.186	3.880.758	10.981.308	12.734.639	(16.320.757)	91.484.134
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.874.972	2.373.802	3.933.664	6.687.569	(10.176.653)	50.693.354
Financiamentos	7.625.210	(19.496)	232.562	376.447	(2.400.666)	5.814.057
Financiamentos rurais	20.427.844	1.347.996	6.939.613	5.247.293	(3.670.110)	30.292.636
Financiamentos imobiliários	4.280.003	178.529	(124.781)	423.330	(73.328)	4.683.753
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	157	(73)	250	--	--	334
Outros créditos com características de concessão de crédito	14.269.585	(353.992)	(264.748)	799.995	(3.580.491)	10.870.349
Títulos com características de concessão de crédito	9.210.390	(574.690)	534.322	237.004	(204.135)	9.202.891
Operações com cartão de crédito	315.890	1.321.194	671.445	545.554	(2.524.119)	329.964
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.971.557	(230.307)	123.122	8.546	(788.824)	1.084.094
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	2.771.748	(870.189)	(1.593.637)	8.891	(63.413)	253.400
Operações de arrendamento mercantil	9.992	(656)	298	1.207	--	10.841
Total da carteira de crédito	94.487.763	3.526.110	10.716.858	13.535.841	(19.901.248)	102.365.324

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Estágio 1

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	4.583.365	1.722.239	(28.769)	1.466.445	--	7.743.280
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.592.867	(243.231)	15.365	1.111.351	--	3.476.352
Financiamentos	324.007	(56.239)	(8.534)	113.022	--	372.256
Financiamentos rurais	1.579.702	2.152.492	(48.328)	182.960	--	3.866.826
Financiamentos imobiliários	86.784	(130.780)	12.728	59.112	--	27.844
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	5	(3)	--	--	--	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	632.191	(703.549)	(34.681)	844.583	--	738.544
Títulos com características de concessão de crédito	218.625	(126.986)	(14.231)	193.488	--	270.896
Operações com cartão de crédito	327.500	93.326	(19.990)	(5.682)	--	395.154
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	38.285	290	(459)	12.003	--	50.119
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	28.324	(16.659)	--	--	--	11.665
Diversos	19.457	(653.520)	(1)	644.774	--	10.710
Total da carteira de crédito	5.215.556	1.018.690	(63.450)	2.311.028	--	8.481.824

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 2

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	7.914.198	5.191.941	28.769	(3.589.289)	--	9.545.619
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.707.310	2.830.295	(15.365)	(2.053.100)	--	4.469.140
Financiamentos	295.414	178.556	8.534	(102.083)	--	380.421
Financiamentos rurais	3.606.449	2.431.824	48.328	(1.414.097)	--	4.672.504
Financiamentos imobiliários	305.022	(248.731)	(12.728)	(20.009)	--	23.554
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	3	(3)	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	368.609	237.124	34.681	(169.290)	--	471.124
Títulos com características de concessão de crédito	137.243	111.982	14.231	(65.114)	--	198.342
Operações com cartão de crédito	206.016	112.739	19.990	(99.826)	--	238.919
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	19.636	(1.920)	459	(1.190)	--	16.985
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	5.714	14.323	1	(3.160)	--	16.878
Total da carteira de crédito	8.282.807	5.429.065	63.450	(3.758.579)	--	10.016.743

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	59.812.834	18.877.081	(1.466.445)	3.589.289	(16.303.006)	64.509.753
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.409.230	9.982.112	(1.111.351)	2.053.100	(10.161.304)	37.171.787
Financiamentos	5.899.670	1.136.257	(113.022)	102.083	(2.398.481)	4.626.507
Financiamentos rurais	14.768.507	9.152.063	(182.960)	1.414.097	(3.670.110)	21.481.597
Financiamentos imobiliários	2.735.427	(1.393.379)	(59.112)	20.009	(73.111)	1.229.834
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	--	28	--	--	--	28
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.806.810	3.280.523	(844.583)	169.290	(3.576.997)	5.835.043
Títulos com características de concessão de crédito	4.290.454	733.259	(193.488)	65.114	(204.135)	4.691.204
Operações com cartão de crédito	227.807	2.386.748	5.682	99.826	(2.520.625)	199.438
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.508.642	29.939	(12.003)	1.190	(788.824)	738.944
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	779.907	130.577	(644.774)	3.160	(63.413)	205.457
Total da carteira de crédito	66.619.644	22.157.604	(2.311.028)	3.758.579	(19.880.003)	70.344.796

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 1

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	4.871.363	1.625.221	(29.770)	1.464.391	--	7.931.205
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.611.245	(231.208)	15.319	1.110.789	--	3.506.145
Financiamentos	324.733	(54.627)	(8.437)	113.002	--	374.671
Financiamentos rurais	1.579.702	2.152.492	(48.328)	182.960	--	3.866.826
Financiamentos imobiliários	355.678	(241.433)	11.676	57.640	--	183.561
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	5	(3)	--	--	--	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	660.459	(709.615)	(33.381)	844.461	--	761.924
Títulos com características de concessão de crédito	218.625	(126.986)	(14.231)	193.488	--	270.896
Operações com cartão de crédito	355.768	87.260	(18.690)	(5.804)	--	418.534
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	38.285	290	(459)	12.003	--	50.119
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	28.324	(16.659)	--	--	--	11.665
Diversos	19.457	(653.520)	(1)	644.774	--	10.710
Operações de arrendamento mercantil	3.108	(122)	13	(3)	--	2.996
Total da carteira de crédito	5.534.930	915.484	(63.138)	2.308.849	--	8.696.125

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	7.914.728	5.221.915	29.770	(3.592.968)	--	9.573.445
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.709.207	2.851.130	(15.319)	(2.055.613)	--	4.489.405
Financiamentos	296.463	182.712	8.437	(102.695)	--	384.917
Financiamentos rurais	3.606.449	2.431.824	48.328	(1.414.097)	--	4.672.504
Financiamentos imobiliários	302.606	(243.748)	(11.676)	(20.563)	--	26.619
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	3	(3)	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	380.460	248.431	33.381	(169.551)	--	492.721
Títulos com características de concessão de crédito	137.243	111.982	14.231	(65.114)	--	198.342
Operações com cartão de crédito	217.867	124.046	18.690	(100.087)	--	260.516
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	19.636	(1.920)	459	(1.190)	--	16.985
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	5.714	14.323	1	(3.160)	--	16.878
Operações de arrendamento mercantil	230	478	(13)	(194)	--	501
Total da carteira de crédito	8.295.418	5.470.824	63.138	(3.762.713)	--	10.066.667

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 3

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	30/06/2025
Operações de crédito	59.769.569	19.047.814	(1.464.391)	3.592.968	(16.320.757)	64.625.203
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.388.955	10.101.593	(1.110.789)	2.055.613	(10.176.653)	37.258.719
Financiamentos	5.897.896	1.151.196	(113.002)	102.695	(2.400.666)	4.638.119
Financiamentos rurais	14.768.507	9.152.063	(182.960)	1.414.097	(3.670.110)	21.481.597
Financiamentos imobiliários	2.714.211	(1.357.066)	(57.640)	20.563	(73.328)	1.246.740
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	--	28	--	--	--	28
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.810.303	3.294.774	(844.461)	169.551	(3.580.491)	5.849.676
Títulos com características de concessão de crédito	4.290.454	733.259	(193.488)	65.114	(204.135)	4.691.204
Operações com cartão de crédito	231.300	2.400.999	5.804	100.087	(2.524.119)	214.071
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.508.642	29.939	(12.003)	1.190	(788.824)	738.944
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	779.907	130.577	(644.774)	3.160	(63.413)	205.457
Operações de arrendamento mercantil	9.829	319	3	194	--	10.345
Total da carteira de crédito	66.589.701	22.342.907	(2.308.849)	3.762.713	(19.901.248)	70.485.224

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Síntese da movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Saldo inicial ¹	(80.118.007)	(80.420.049)
(Constituição)/reversão de perdas esperadas	(28.733.360)	(28.880.147)
Variação cambial - provisões no exterior	128.001	150.932
Baixas para prejuízo	19.880.003	19.901.248
Saldo final	(88.843.363)	(89.248.016)

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

i) Créditos renegociados

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Saldo inicial	70.539.842	70.539.842
Renegociações	9.528.894	9.528.894
Reestruturações	11.082.137	11.082.137
(Recebimento) e apropriação de juros	(10.092.284)	(10.092.284)
Baixas para prejuízo	(6.774.335)	(6.774.335)
Saldo final ¹	74.284.254	74.284.254
(%) Reestruturados em relação ao saldo final da carteira renegociada	48,7%	48,7%

1 - Inclui o valor de R\$ 139 mil referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 57.744.248 mil dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

j) Concentração das operações de crédito

	30/06/2025	% da Carteira
Maior Devedor	19.428.698	1,6
10 Maiores devedores	71.180.323	5,9
20 Maiores devedores	96.016.727	7,9
50 Maiores devedores	132.092.051	10,9
100 Maiores devedores	158.291.774	13,1

k) Direcionamento de recursos para aplicação em operações de crédito rural

Fontes de recursos sujeitas a cumprimento de exigibilidade	30/06/2025				
	Volume para cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (a)	Volume em cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (b)	Percentual de cumprimento da exigibilidade (b)/(a)	Custos diretos e indiretos de observância ¹	Custos por descumprimento das exigibilidades ¹
Obrigatórios dos depósitos à vista	34.849.830	35.385.723	101,5%	--	--
Poupança rural	120.410.980	121.442.917	100,9%	--	--
Letras de crédito do agronegócio – LCA ²	102.768.577	109.338.854	106,4%	--	--

1 - Sem ocorrências nas últimas 5 safras.

2 - A fonte LCA possui dinâmica distinta das demais sujeitas ao cumprimento de exigibilidade, no que se refere ao período de captação conforme disposto no Manual do Crédito Rural - MCR do Bacen. O volume para cumprimento dessa exigibilidade corresponde às captações realizadas no período de junho a maio do ano seguinte e, portanto, podem sofrer alteração ao longo do período da safra.

A exigibilidade é entendida como sendo o dever que tem a instituição financeira de manter aplicado em operações de crédito rural, o valor correspondente a percentual definido pelo Bacen, para cada ano agrícola (período compreendido entre 01 de julho do ano e 30 de junho do ano seguinte). O cálculo é realizado sobre a base de saldos médios diários das captações das referidas fontes sujeitas a cumprimento de exigibilidade. Atualmente, para o ano agrícola ou safra 2024/2025, tem-se definidos os seguintes percentuais de cumprimento das exigibilidades: Poupança – 65%, Depósitos à Vista – 31,5% e LCA – 50%.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Exposição máxima dos instrumentos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

Banco Múltiplo	30/06/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	608.912.688	119.697.898	97.720	728.708.306	32.959.873	403.690	--	33.363.563	63.886.425	20.470	--	63.906.895	705.758.986	120.122.058	97.720	825.978.764
Varejo PF	285.899.059	116.976.852	97.720	402.973.631	14.784.821	402.381	--	15.187.202	38.852.466	19.244	--	38.871.710	339.536.346	117.398.477	97.720	457.032.543
Produtor rural	323.013.629	2.721.046	--	325.734.675	18.175.052	1.309	--	18.176.361	25.033.959	1.226	--	25.035.185	366.222.640	2.723.581	--	368.946.221
Pessoas jurídicas	455.557.396	96.808.497	13.282.495	565.648.388	8.915.138	83.789	8.542	9.007.469	38.263.536	3.382	558.282	38.825.200	502.736.070	96.895.668	13.849.319	613.481.057
Atacado	324.997.451	71.116.178	12.596.413	408.710.042	2.006.337	28.566	3.414	2.038.317	22.482.087	780	554.949	23.037.816	349.485.875	71.145.524	13.154.776	433.786.175
Varejo MPE	92.715.453	25.692.319	686.082	119.093.854	6.677.697	55.223	5.128	6.738.048	15.182.780	2.602	3.333	15.188.715	114.575.930	25.750.144	694.543	141.020.617
Produtor rural	37.844.492	--	--	37.844.492	231.104	--	--	231.104	598.669	--	--	598.669	38.674.265	--	--	38.674.265
Total	1.064.470.084	216.506.395	13.380.215	1.294.356.694	41.875.011	487.479	8.542	42.371.032	102.149.961	23.852	558.282	102.732.095	1.208.495.056	217.017.726	13.947.039	1.439.459.821
%	82,3%	16,7%	1,0%	100,0%	98,8%	1,2%	0,0%	100,0%	99,5%	0,0%	0,5%	100,0%	83,9%	15,1%	1,0%	100,0%

Consolidado	30/06/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	624.070.862	119.697.898	98.484	743.867.244	33.179.943	403.690	--	33.583.633	64.000.007	20.470	--	64.020.477	721.250.812	120.122.058	98.484	841.471.354
Varejo PF	301.057.233	116.976.852	98.484	418.132.569	15.004.891	402.381	--	15.407.272	38.966.048	19.244	--	38.985.292	355.028.172	117.398.477	98.484	472.525.133
Produtor rural	323.013.629	2.721.046	--	325.734.675	18.175.052	1.309	--	18.176.361	25.033.959	1.226	--	25.035.185	366.222.640	2.723.581	--	368.946.221
Pessoas jurídicas	462.387.064	99.360.939	13.369.568	575.117.571	9.081.002	83.789	8.542	9.173.333	38.365.317	3.382	558.282	38.926.981	509.833.383	99.448.110	13.936.392	623.217.885
Atacado	325.444.433	73.668.620	12.683.486	411.796.539	2.006.337	28.566	3.414	2.038.317	22.482.087	780	554.949	23.037.816	349.932.857	73.697.966	13.241.849	436.872.672
Varejo MPE	99.098.139	25.692.319	686.082	125.476.540	6.843.561	55.223	5.128	6.903.912	15.284.561	2.602	3.333	15.290.496	121.226.261	25.750.144	694.543	147.670.948
Produtor rural	37.844.492	--	--	37.844.492	231.104	--	--	231.104	598.669	--	--	598.669	38.674.265	--	--	38.674.265
Total	1.086.457.926	219.058.837	13.468.052	1.318.984.815	42.260.945	487.479	8.542	42.756.966	102.365.324	23.852	558.282	102.947.458	1.231.084.195	219.570.168	14.034.876	1.464.689.239
%	82,4%	16,6%	1,0%	100,0%	98,9%	1,1%	0,0%	100,0%	99,5%	0,0%	0,5%	100,0%	84,0%	15,0%	1,0%	100,0%



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 – Outros ativos

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Financeiros	74.849.847	77.693.322
Devedores por depósitos em garantia	38.292.110	39.277.806
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 28.f)	12.350.558	12.350.558
Rendas a receber	9.673.460	10.557.581
Títulos e créditos a receber ¹	2.394.166	2.592.622
Fundo de Compensação de Variações Salariais	3.471.431	3.471.431
Negociação e intermediação de valores	3.747.935	4.591.288
Demais	4.920.187	4.852.036
Não financeiros	32.275.547	34.739.584
Ativos atuariais (Nota 28.e)	24.734.624	24.734.624
Devedores diversos	5.037.778	5.907.162
Mantidos para venda - Recebidos	199.384	199.703
Despesas Antecipadas	1.349.125	1.476.162
Mantidos para venda - Próprios	27.334	46.506
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	5.353	45.315
Demais	921.949	2.330.112

1 - Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 308.361 mil, provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN nº 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei nº 8.427/1992, no montante de R\$ 977.622 mil.

b) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Rendas a receber	(2.906.369)	(2.906.369)
Títulos e créditos a receber	(778.849)	(1.009.547)
Devedores diversos	(744.149)	(744.152)
Demais	(8.901)	(8.901)
Total	(4.438.268)	(4.668.969)

c) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Saldos em 01/01/2025 ¹	(3.915.265)	(4.095.408)
(Constituição)/reversão	(517.074)	(596.005)
Variação cambial - provisões no exterior	--	28.148
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(5.929)	(5.704)
Saldo em 30/06/2025	(4.438.268)	(4.668.969)

1 Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14–Investimentos

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Banco Múltiplo	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro/(Prejuízo) líquido ¹	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil 01/01/2025	Movimentações – 1º Semestre/2025			Saldo contábil 30/06/2025
				1º Semestre/2025	Ordinárias	Preferenciais		Dividendos/JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência	
No país							31.058.302	(5.202.865)	235.396	6.952.129	33.042.962
BB Elo Cartões Participações S.A.	7.734.513	10.645.515	892.138	17.703	--	100,00%	9.766.442	--	(13.065)	892.138	10.645.515
BB Seguridade Participações S.A. ^{3 4}	6.269.692	9.921.462	4.389.367	1.325.000	--	68,25%	6.220.033	(2.573.276)	128.688	2.995.578	6.771.023
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.838.655	176.599	3.000	--	100,00%	4.830.296	(168.240)	--	176.599	4.838.655
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.748.568	933.682	1.096.653	600.952	50,00%	6.025.787	(182.500)	64.156	466.841	6.374.284
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	811.633	356.317	3.790	--	100,00%	810.909	(372.713)	17.120	356.317	811.633
BB Tecnologia e Serviços ⁴	300.040	605.536	80.087	248.458	248.586	99,99%	501.637	(7.469)	31.228	80.079	605.475
BB Administradora de Consórcios S.A.	727.543	1.142.448	807.953	14	--	100,00%	1.074.390	(739.895)	--	807.953	1.142.448
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	1.191.207	1.429.629	1.119.633	100.000	--	100,00%	1.429.795	(1.119.663)	(136)	1.119.633	1.429.629
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	40.542	16.209	398.158	--	100,00%	24.333	--	--	16.209	40.542
Outras participações							374.680	(39.109)	7.405	40.782	383.758
No exterior⁵							9.791.313	(483.999)	(1.671.373)	1.182.513	8.818.454
Banco Patagonia S.A.	3.295	5.433.226	1.360.548	578.117	--	80,39%	5.222.866	(475.126)	(1.473.738)	1.093.736	4.367.738
BB Cayman Islands Holding	1.187.451	1.441.283	150.261	211.023	--	100,00%	1.463.450	--	(172.428)	150.261	1.441.283
Banco do Brasil AG	403.143	889.381	10.874	638	--	100,00%	891.762	--	(13.255)	10.874	889.381
Banco do Brasil Securities LLC	27.903	411.810	546	5.000	--	100,00%	467.512	(8.873)	(47.375)	546	411.810
Banco do Brasil Americas	1.045.035	1.662.051	108.837	36.250	--	100,00%	1.694.154	--	(140.940)	108.837	1.662.051
BB USA Holding Company	--	744	(14)	--	--	100,00%	861	--	(103)	(14)	744
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							50.708	--	(5.261)	--	45.447
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas ⁵							--	--	181.727	(181.727)	--
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto							40.849.615	(5.686.864)	(1.435.977)	8.134.642	41.861.416
(Provisão para perdas)							(34.743)		--		(34.743)

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 47.435.000 mil.

4 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

5 - O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro/(Prejuízo) líquido ¹	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil	Movimentações – 1º Semestre/2025			Saldo contábil
			1º Semestre/2025	Ordinárias	Preferenciais		01/01/2025	Dividendos/JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência	30/06/2025
Coligadas ³ e controladas em conjunto ⁴											
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.748.568	933.682	1.096.653	600.952	50,00%	6.025.787	(182.500)	64.156	466.841	6.374.284
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁵	414.000	9.137.210	470.605	88.000	2.613.402	30,00%	2.719.319	(119.529)	192	141.181	2.741.163
Cielo S.A. ⁶	5.700.000	9.893.570	671.171	778.320	--	29,17%	2.691.534	--	(1.305)	195.785	2.886.014
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁷	3.529.257	7.320.428	853.412	879	1.759	74,99%	5.203.321	(530.202)	176.755	640.008	5.489.882
BB Mapfre Participações S.A. ⁷	1.469.848	3.040.000	2.474.253	944.858	1.889.339	74,99%	2.214.645	(1.801.520)	11.129	1.855.442	2.279.696
Brasilcap Capitalização S.A. ⁷	354.398	931.532	127.680	107.989	159.308	66,77%	536.641	--	72	85.249	621.962
Elo Participações Ltda. ⁸	347.309	1.227.895	772.363	173.620	--	49,99%	2.254.069	(2.026.237)	(111)	386.104	613.825
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	1.425.605	1.544.981	19.199	1.954.245	--	49,99%	768.615	(7.207)	(3.691)	14.619	772.336
Outras Participações							472.962	(49.534)	(36.656)	97.416	484.188
Resultado não realizado ⁹							(2.826.147)	--	80.727	--	(2.745.420)
Total							20.060.746	(4.716.729)	291.268	3.882.645	19.517.930
(Provisão para perdas)							(10.488)	--	5.315	--	(5.173)

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

4 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

5 - Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49%, em virtude da Cielo S.A. deter 70,00% de participação direta na Cateno.

6 - Participação indireta do Banco na Cielo, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A, considerando ainda as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria, bem como as participações indiretas detidas pela Livel e pela Elo Participações Ltda.

7 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

8 - A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

9 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das principais coligadas e controladas em conjunto

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

¹-Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das principais coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

30/06/2025	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	66.014.944	435.412.513	106.257.630	2.291.845	259.403	1.071.892	414.897	6.214.434
Ativos não circulantes	80.985.970	19.357.776	9.338.095	7.778.036	3.146.927	5.294.969	1.263.485	7.688.088
Passivos circulantes	98.099.106	57.162.619	98.064.835	927.573	1.255	599.653	133.401	11.622.669
Passivos não circulantes	36.149.040	390.272.158	7.637.320	5.098	--	4.394.930	--	1.348.321
Passivos contingentes	516.238	19.328	--	5.098	--	--	--	1.338.693
Lucro líquido – 1º Semestre/2025	931.604	852.410	671.171	470.605	2.474.253	796.050	19.199	127.680
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	2.078	1.002	--	--	-	(23.687)	--	--
Lucro líquido ajustado – 1º Semestre/2025	933.682	853.412	671.171	470.605	2.474.253	772.363	19.199	127.680
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	466.841	640.008	195.785	141.181	1.855.442	386.104	14.619	85.249
Outros resultados abrangentes	518.272	235.690	169.676	--	(34.547)	--	187.140	(20.633)
Resultado abrangente total	1.451.954	1.089.102	840.847	470.605	2.439.706	772.363	206.339	107.047
Patrimônio líquido	12.752.768	7.335.512	9.893.570	9.137.210	3.405.075	1.372.278	1.544.981	931.532
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(4.200)	(15.084)	--	--	(365.075)	(144.383)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	12.748.568	7.320.428	9.893.570	9.137.210	3.040.000	1.227.895	1.544.981	931.532
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.374.284	5.489.882	2.886.014	2.741.163	2.279.696	613.825	772.336	621.962
Resultado não realizado	--	--	--	2.277.524	--	--	467.896	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15 – Imobilizado de uso

	Banco Múltiplo							
		01/01/2025	1º Semestre/2025		30/06/2025			
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso								
Edificações	4 a 10%	3.928.755	671.442	(209.438)	10.567.269	(6.167.024)	(9.486)	4.390.759
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.250.128	145.999	(185.464)	4.691.186	(2.480.392)	(131)	2.210.663
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	2.997.986	721.875	(337.792)	7.626.034	(4.243.965)	--	3.382.069
Imobilizações em curso	--	1.343.186	(254.564)	--	1.088.622	--	--	1.088.622
Terrenos	--	309.973	(7.922)	--	302.051	--	--	302.051
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	287.894	18.565	(26.168)	792.978	(507.632)	(5.055)	280.291
Instalações	10%	103.040	24.208	(10.302)	1.069.739	(952.793)	--	116.946
Veículos	10 a 20%	6.144	16	(412)	13.887	(8.139)	--	5.748
Obras de arte	--	2.225	(96)	--	2.129	--	--	2.129
Imobilizado em estoque	--	792	(15)	--	777	--	--	777
Total		11.230.123	1.319.508	(769.576)	26.154.672	(14.359.945)	(14.672)	11.780.055
Direito de uso								
Edificações	--	--	1.666.284	(91.585)	1.667.201	(92.502)	--	1.574.699
Total		11.230.123	2.985.792	(861.161)	27.821.873	(14.452.447)	(14.672)	13.354.754

	Consolidado							
		01/01/2025	1º Semestre/2025		30/06/2025			
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso								
Edificações	4 a 10%	3.943.393	674.191	(213.582)	10.610.614	(6.194.810)	(11.802)	4.404.002
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.384.830	181.607	(200.163)	4.969.894	(2.590.089)	(13.531)	2.366.274
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	3.099.421	722.896	(351.648)	7.821.488	(4.350.819)	--	3.470.669
Imobilizações em curso	--	1.346.202	(251.844)	--	1.094.358	--	--	1.094.358
Terrenos	--	312.247	(8.059)	--	304.188	--	--	304.188
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	294.136	18.287	(26.874)	801.624	(511.021)	(5.054)	285.549
Instalações	10%	109.976	27.607	(10.899)	1.082.707	(956.023)	--	126.684
Veículos	10 a 20%	8.684	(551)	(693)	16.365	(8.925)	--	7.440
Obras de arte	--	2.877	(128)	--	2.749	--	--	2.749
Imobilizado em estoque	--	790	(13)	--	777	--	--	777
Total		11.502.556	1.363.993	(803.859)	26.704.764	(14.611.687)	(30.387)	12.062.690
Direito de uso								
Edificações	--	--	1.904.763	(126.314)	1.954.601	(176.151)	--	1.778.449
Total		11.502.556	3.268.757	(930.173)	28.659.365	(14.787.838)	(30.387)	13.841.140



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 – Intangível

a) Movimentação e composição

	Banco Múltiplo			Consolidado				
	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Total	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	Outros ativos intangíveis ¹	Total
Taxa anual de amortização	Contrato	10%		Contrato	10%	Estudo técnico	Contrato	
Saldos em 01/01/2025	5.383.025	5.915.635	11.298.660	5.383.025	5.940.986	11.137	1.514	11.336.662
Movimentações								
Adições	1.157.560	770.102	1.927.662	1.157.560	771.970	61.027	--	1.990.557
Variação cambial	--	(2.367)	(2.367)	--	(3.271)	(3.244)	(360)	(6.875)
Baixas	(77.881)	(61.410)	(139.291)	(77.881)	(61.410)	--	--	(139.291)
Amortização	(933.329)	(369.808)	(1.303.137)	(933.329)	(373.752)	(229)	--	(1.307.310)
(Constituição)/ reversão de perdas	83.224	3.385	86.609	83.224	3.385	--	--	86.609
Saldos em 30/06/2025	5.612.599	6.255.537	11.868.136	5.612.599	6.277.908	68.691	1.154	11.960.352
Valor de custo	10.046.204	11.262.383	21.308.587	10.046.204	11.376.131	472.425	1.154	21.895.914
Amortização acumulada	(4.418.730)	(4.983.457)	(9.402.187)	(4.418.730)	(5.074.834)	(373.843)	--	(9.867.407)
Perdas por redução ao valor recuperável	(14.875)	(23.389)	(38.264)	(14.875)	(23.389)	(29.891)	--	(68.155)
Estimativa de amortização	5.612.599	6.255.537	11.868.136	5.612.599	6.277.908	68.691	--	11.959.198
2025	952.499	312.777	1.265.276	952.499	313.895	825	--	1.267.219
2026	1.857.053	625.554	2.482.607	1.857.053	627.791	13.855	--	2.498.699
2027	1.564.959	625.554	2.190.513	1.564.959	627.791	13.752	--	2.206.502
2028	619.577	625.554	1.245.131	619.577	627.791	13.603	--	1.260.971
2029	526.316	625.554	1.151.870	526.316	627.791	13.377	--	1.167.484
Após 2029	92.195	3.440.544	3.532.739	92.195	3.452.849	13.279	--	3.558.323

1 - Inclui o valor referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios pelas expectativas de rentabilidade futura é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda do país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de crescimento a.a. ¹	Taxa de desconto a.a. ²
Banco Patagonia	8,00 %	35,81 %

1 - Crescimento nominal na perpetuidade.

2 - Média geométrica das projeções utilizadas nas avaliações econômicas, referenciada em Pesos Argentinos.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos períodos apresentados, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios pelas expectativas de rentabilidade futura.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 – Recursos de clientes

a) Depósitos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Depósitos à vista	88.208.059	96.280.994
Pessoas físicas	40.989.781	40.989.781
Pessoas jurídicas	25.605.012	28.736.877
Vinculados ¹	17.535.781	17.654.129
Ligadas	389.743	5.329.343
Governos	2.144.698	2.144.699
Moedas estrangeiras	516.560	516.560
Instituições do sistema financeiro	653.987	569.055
Especiais do Tesouro Nacional	141.866	141.866
Domiciliados no exterior	79.738	47.791
Outros	150.893	150.893
Depósitos de poupança	216.142.886	216.142.886
Pessoas físicas	207.845.152	207.845.152
Pessoas jurídicas	7.986.357	7.986.357
Ligadas	296.352	296.352
Instituições do sistema financeiro	15.025	15.025
Depósitos a prazo	539.161.469	567.756.216
Judiciais	250.828.909	250.978.670
Moeda nacional	260.211.604	260.211.604
Moedas estrangeiras	14.699.619	43.144.605
Regime especial ²	7.838.333	7.838.333
Garantias de terceiros ³	3.407.160	3.407.160
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	254.693	254.693
Funproger (Nota 17.e)	769.205	769.205
Outros	1.151.946	1.151.946
Outros depósitos	177.109	177.109
Total	843.689.523	880.357.205

¹ – Inclui o montante de R\$ 4.083.472 mil, referente à arrecadação de DAF – Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro.

² – Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

³ – Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	Banco Múltiplo					
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	30/06/2025
Depósitos a prazo ¹	251.342.617	19.720.513	40.521.169	131.794.495	95.782.675	539.161.469
Depósitos de poupança	216.142.886	--	--	--	--	216.142.886
Depósitos à vista	88.208.059	--	--	--	--	88.208.059
Outros depósitos	177.109	--	--	--	--	177.109
Total	555.870.671	19.720.513	40.521.169	131.794.495	95.782.675	843.689.523

¹ - Inclui o valor de R\$ 156.184.581 mil, relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	Consolidado					
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	30/06/2025
Depósitos a prazo ¹	251.342.617	42.578.119	45.392.244	132.293.691	96.149.545	567.756.216
Depósitos de poupança	216.142.886	--	--	--	--	216.142.886
Depósitos à vista	96.280.994	--	--	--	--	96.280.994
Outros depósitos	177.109	--	--	--	--	177.109
Total	563.943.606	42.578.119	45.392.244	132.293.691	96.149.545	880.357.205

¹ - Inclui o valor de R\$ 156.184.581 mil, relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Despesas com recursos de clientes

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Depósitos de poupança	(7.933.291)	(7.933.291)
Depósitos a prazo	(24.624.633)	(26.811.287)
Judiciais	(12.958.888)	(12.960.463)
Demais	(11.665.745)	(13.850.824)
Varição cambial de recursos com clientes	(155.941)	(195.362)
Total	(32.713.865)	(34.939.940)

d) Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE ¹	Devolução de Recursos		30/06/2025		
		Forma ²	Data inicial	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total
Proger Rural e Pronaf				5	2	7
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	5	2	7
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	--	--	--
Proger Urbano				25.485	221.985	247.470
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	25.485	221.985	247.470
Outros				1.631	5.585	7.216
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	1.631	5.585	7.216
Total				27.121	227.572	254.693

¹ - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

² - RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

³ - Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

⁴ - Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.



O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23/11/1999 pela Lei nº 9.872/1999, alterada pela Lei nº 10.360/2001 e pela Lei nº 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat nº 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18 – Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	638.696.915	617.731.484
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	80.980.280	81.233.177
Depósitos interfinanceiros	32.107.443	26.408.188
Obrigações por operações vinculadas a cessão	97.823	97.823
Total	751.882.461	725.470.672

b) Captações no mercado aberto

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Carteira própria	399.884.930	379.249.502
Letras Financeiras do Tesouro	370.417.524	354.263.257
Títulos privados	19.237.630	19.237.630
Títulos no exterior	10.229.769	5.748.608
Letras do Tesouro Nacional	7	7
Carteira de terceiros	238.811.985	238.481.982
Letras do Tesouro Nacional	125.062.700	125.062.693
Notas do Tesouro Nacional	81.656.019	81.326.023
Letras Financeiras do Tesouro	32.093.266	32.093.266
Total	638.696.915	617.731.484

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos no exterior

	Banco Múltiplo					30/06/2025
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Tomados junto a banqueiros	6.868.129	12.556.581	6.383.031	6.806.350	--	32.614.091
Importação	157.673	218.995	71.914	--	--	448.582
Total	7.025.802	12.775.576	6.454.945	6.806.350	--	33.062.673

	Consolidado					30/06/2025
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Tomados junto a banqueiros	7.040.042	12.637.564	6.383.032	6.806.350	--	32.866.988
Importação	157.673	218.995	71.914	--	--	448.582
Total	7.197.715	12.856.559	6.454.946	6.806.350	--	33.315.570



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações por repasses**Do país - instituições oficiais**

Programas	Taxa de atualização a.a.	Banco Múltiplo	Consolidado
		30/06/2025	30/06/2025
Tesouro Nacional		298.672	298.672
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 6,00% (se aplicado)	61.837	61.837
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845
Outros		26.479	26.479
Outros Fundos e Programas		200.511	200.511
BNDES	Pré 0,50% a 10,72% TJLP + 0,50% a 5,00% IPCA TLP + 1,99% a 3,20% Selic + 2,08% Var. Camb. 1,70% a 1,80% TFBD 5,37% a 6,47%	14.478.680	14.478.680
Caixa Econômica Federal	Pré 4,85% (média)	25.719.636	25.719.636
Finame	Pré 0,70% a 10,72% TJLP + 1,60% a 2,10% Selic + 0,75% a 1,34% TFBD + 0,95% a 6,47%	6.224.304	6.224.304
Outras Instituições Oficiais		475.634	475.634
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 11,00% Funding 8,00%	475.606	475.606
Outros		28	28
Total		47.196.926	47.196.926

Do exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Recursos livres – Resolução BCB nº 278/2022	720.681	720.681
Total	720.681	720.681

d) Despesas com recursos de instituições financeiras

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Captações no mercado aberto	(41.248.676)	(40.116.351)
Carteira de terceiros	(21.169.392)	(20.262.342)
Carteira própria	(20.079.284)	(19.854.009)
Depósitos interfinanceiros	(1.053.210)	(762.101)
Obrigações por Empréstimos	(1.196.441)	(1.297.688)
Obrigações por repasses	(1.995.205)	(1.995.205)
Do exterior	(226.097)	(226.097)
Caixa Econômica Federal	(890.350)	(890.350)
BNDES	(508.009)	(508.009)
Finame	(314.998)	(314.998)
Tesouro Nacional	(3.318)	(3.318)
Outras	(52.433)	(52.433)
Variação cambial dos recursos de instituições financeiras ¹	14.225.375	14.125.096
Total	(31.268.157)	(30.046.249)

1 – Inclui a variação cambial dos ativos e passivos das agências e controladas no exterior, reclassificada para as despesas com recursos de instituições financeiras com o objetivo de anular a variação cambial incidente sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19-Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Recursos de aceites e emissão de títulos	310.074.158	319.275.399
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	49.670.903	44.570.903
Total	359.745.061	363.846.302

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/06/2025
Banco Múltiplo						310.074.158
Programa "Global Medium - Term Notes" ¹						17.214.417
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	286.386
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	223.155
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	389.523
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	575.484
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	685.213
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	4.071.348
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	2.782.430
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	4.101.291
	USD	750.000	6,00%	2024	2031	4.099.587
Certificados de Depósitos ²						5.662.354
Curto prazo			0,00% a 16,25%			5.222.619
Longo prazo			0,00% a 16,25%		2028	439.735
Certificados de operações estruturadas						310.307
Curto prazo			6,70% a 15,22% DI			305.237
Longo prazo			11,36% a 15,77% DI		2027	5.070
Letras de Crédito Imobiliário			69,00% a 97,50% DI 100% da TR + 7,72%			14.941.689
Curto prazo						3.648.028
Longo prazo					2028	11.293.661
Letras de Crédito do Agronegócio			0,96% a 100,00% DI 8,88% a 14,70% a.a			243.063.570
Curto prazo						90.068.276
Longo prazo					2029	152.995.294
Letras financeiras			100,00 % do DI + 0,30% a 0,85%			28.881.821
Curto prazo						6.449.097
Longo prazo					2028	22.432.724
Banco Patagonia						47.496
	ARS	937.500	Badlar + 4,5%	2024	2025	4.494
	ARS	8.955.224	Badlar + 6,5%	2024	2025	43.002
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ³						9.196.345
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ³						
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	218.582
	USD	750.000	Sofr 3m + 2,75%	12/2022 e 04/2023	2029	3.680.268
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	785.310
Notas Estruturadas ³						
	USD	500.000	Sofr 6m + 2,93%	12/2014 e 03/2015	2034	2.760.567
	USD	320.000	Sofr 6m + 3,63%	2015	2030	1.751.618
Valor Eliminado na Consolidação ⁴						(42.600)
Total						319.275.399

1 - Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". A emissões estão apresentadas por seu valor outstanding, considerando as ocorrências de recompras parciais.

2 - Títulos emitidos no exterior em USD.

3 - Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.e.

4 - Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido ¹	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/06/2025
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste ²						11.734.759
Letras Financeiras Subordinadas						23.224.479
		20.000	100%CDI + 2,75	2021	Perpétuo	21.224
		2.328.600	100%CDI + 2,60	2022	Perpétuo	2.603.184
		199.800	100%CDI + 2,50	2023	Perpétuo	199.800
		1.983.200	100%CDI + 2,25	2023	Perpétuo	2.941.667
		4.775.100	100%CDI + 1,20	2024	Perpétuo	5.721.046
		2.750.700	100%CDI + 1,90	2024	Perpétuo	2.903.649
		8.000.000	100%CDI + 1,30	2025	Perpétuo	8.524.012
		300.000	100%CDI + 1,25	2025	Perpétuo	309.897
Bônus Perpétuos						14.711.665
	USD	1.723.600	8,75%	2013	Perpétuo	9.579.565
	BRL	5.100.000	5,50% ³	2012	Perpétuo	5.132.100
Total – Banco Múltiplo						49.670.903
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)						(5.100.000)
Total Consolidado						44.570.903

1 - Referem-se, nas captações em dólar, ao outstanding value, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

2 - Compõem o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

3 - A partir de 28/08/2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas, o montante de R\$ 30.715.516 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR, vide Nota 30.f.

Em junho de 2024, o Banco exerceu a opção de resgate para os bônus emitidos em 2014.

Os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.723.600 mil), tiveram, em 27/09/2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras do Bacen, que regulamentam a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01/10/2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30/10/2013.

Em abril de 2024, os bônus emitidos em janeiro de 2013 tiveram a taxa de juros redefinida de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano em virtude do não exercício da opção de resgate.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2034 para os bônus emitidos em 2013, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2034 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2034, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2034, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount;

Os bônus emitidos em janeiro de 2013 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro de 2013 contam com mecanismos de “absorção de perdas” (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

d) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Recursos de aceites e emissão de títulos	(16.455.002)	(16.824.525)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(13.240.021)	(13.240.021)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(632.880)	(1.002.403)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(823.754)	(823.754)
Letras Financeiras	(1.745.363)	(1.745.363)
Certificados de operações estruturadas	(12.984)	(12.984)
Dívidas subordinadas	(1.963.819)	(1.963.819)
Bônus e letras financeiras perpétuos	(1.963.819)	(1.963.819)
Total	(18.418.821)	(18.788.344)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20 – Outros passivos

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Outros passivos financeiros	168.980.501	166.319.671
Operações com cartão de crédito/débito	51.569.413	52.536.941
Obrigações por adiantamentos de contratos de câmbio de importação	41.011.634	41.011.634
Passivos de arrendamento	1.646.559	1.872.124
Fundos financeiros e de desenvolvimento	59.810.984	59.810.984
Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO ¹	45.330.320	45.330.320
Marinha Mercante	5.053.935	5.053.935
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE	5.395.578	5.395.578
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	2.081.699	2.081.699
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste – FDCO	527.088	527.088
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	1.109.411	1.109.411
Pasep	92.141	92.141
Outros	220.812	220.812
Negociação e intermediação de valores	4.848.780	550.705
Provisões para perdas esperadas de garantias financeiras, compromisso de crédito e crédito a liberar (Nota 20.c)	877.816	882.984
Demais	9.215.315	9.654.299
Outros passivos não financeiros	51.543.498	62.970.046
Passivos atuariais (Nota 28.e)	11.350.101	11.350.101
Credores diversos	17.164.637	18.829.158
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.296.820	6.308.744
Comissões a apropriar	--	5.998.637
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	5.145.702	5.145.703
Obrigações sociais e estatutárias	1.459.180	2.769.845
Rendas antecipadas	8.115	107.304
Obrigações por convênios oficiais	1.398.222	1.398.222
Demais	8.720.721	11.062.332

1 – A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 30.f). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 817.592 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 1.850.869 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

b) Outras despesas de captação

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	(283.876)	(283.876)
Demais	(1.333.476)	(1.301.376)
Total	(1.617.352)	(1.585.252)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Garantias financeiras prestadas e outros compromissos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Compromissos de crédito e crédito a liberar	217.017.726	219.570.168
Compromissos de crédito	208.653.923	211.206.365
Não canceláveis	51.230.213	51.230.213
Canceláveis	157.423.710	159.976.152
Crédito a liberar	8.363.803	8.363.803
Não canceláveis	216.152	216.152
Canceláveis	8.147.651	8.147.651
Garantias prestadas	13.947.039	14.034.876
Créditos abertos para importação contratados	1.679.531	1.771.932
Créditos de exportação confirmados	181.783	188.887

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes às práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota 30.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.

Provisões para perdas esperadas classificadas por estágios

	Banco Múltiplo			
	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	138.003	38.607	565.312	741.922
Compromissos de crédito e créditos a liberar	124.712	10.461	721	135.894
Total	262.715	49.068	566.033	877.816

	Consolidado			
	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	137.793	38.607	565.312	741.712
Compromissos de crédito e créditos a liberar	130.089	10.462	721	141.272
Total	267.882	49.069	566.033	882.984



21 – Provisões e passivos contingentes

a) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre cadernetas de poupança, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento, geralmente, a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor em discussão está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas a partir da situação processual de cada demanda e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a FEBRABAN e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo coletivo referente às demandas de planos econômicos em cadernetas de poupança, que foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo coletivo por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo mais uma vez homologado pelo STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no plenário virtual do STF, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023. Após, em nova sessão virtual, finalizada em 23/05/2025, o STF julgou o mérito da controvérsia e declarou a constitucionalidade dos Planos Econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Todavia, foi garantido aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo homologado pela Suprema Corte, desde que manifestem suas adesões no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional



versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e FEBRABAN (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários questionam o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos rurais após a implementação do mencionado plano econômico. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, condenado solidariamente a União, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.

Em 22/06/2021, o recurso extraordinário do Banco do Brasil foi inadmitido, sendo interposto novo recurso à Corte Especial do STJ. O recurso extraordinário (RE) do Banco do Brasil foi autuado sob o nº 1.445.162. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou constitucional a controvérsia e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Após, em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso no STF decretou a suspensão nacional do processamento de todas as demandas pendentes que tratem dessa mesma controvérsia, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP nº 94.008514-1. O RE nº 1.445.162 encontra-se pendente de julgamento final pelo STF.

Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Demandas cíveis		
Saldo inicial	14.766.177	14.928.656
Constituição	6.172.007	6.231.769
Reversão da provisão	(2.306.044)	(2.346.012)
Baixa por pagamento	(1.850.869)	(1.863.396)
Atualização monetária e variação cambial	507.590	506.939
Saldo final	17.288.861	17.457.956
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	7.630.188	7.679.384
Constituição	1.719.816	1.729.998
Reversão da provisão	(870.670)	(879.673)
Baixa por pagamento	(1.240.410)	(1.244.861)
Atualização monetária e variação cambial	361.382	361.989
Saldo final	7.600.306	7.646.837
Demandas fiscais		
Saldo inicial	1.584.401	1.750.418
Constituição	215.133	235.864
Reversão da provisão	(106.644)	(110.376)
Baixa por pagamento	(92.382)	(93.354)
Atualização monetária e variação cambial	63.796	69.867
Saldo final	1.664.304	1.852.419
Total das provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	26.553.471	26.957.212

Cronograma esperado de desembolsos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	15.687.253	6.914.327	1.162.372	15.841.087	6.960.776	1.481.732
Acima de 5 anos	1.601.608	685.979	501.932	1.616.869	686.061	370.687
Total	17.288.861	7.600.306	1.664.304	17.457.956	7.646.837	1.852.419

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incerto o cronograma esperado de desembolsos.

Passivos contingentes - possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Demandas fiscais	11.751.668	12.633.739
Demandas cíveis	2.184.939	2.212.668
Demandas trabalhistas	69.133	84.316
Total	14.005.740	14.930.723

As principais discussões de perda possível se concentram na natureza fiscal, e estão detalhadas a seguir:

- Compensações não homologadas – R\$ 4.118.993 mil: litígios referentes a créditos indicados à compensação apurados a partir da dedução dos impostos sobre a renda pagos no exterior;
- ISSQN – R\$ 2.469.886 mil: discute-se a incidência de ISS sobre receitas diversas da instituição financeira;
- Contribuições Sociais – R\$ 1.050.815 mil: exigência de encargos sociais sobre o Auxílio-Alimentação e Refeição concedidos no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador; e
- Os demais assuntos são pulverizados.

Depósitos em garantia de recursos**Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Demandas Cíveis	19.745.433	19.788.405
Demandas Fiscais	9.857.303	10.674.639
Demandas Trabalhistas	8.677.792	8.707.421
Total	38.280.528	39.170.465

b) Resultado de provisões

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(5.759.223)	(5.802.139)
Cíveis	(4.376.410)	(4.394.470)
Trabalhistas	(1.210.528)	(1.212.314)
Fiscais	(172.285)	(195.355)
Outras	(12.666)	(12.666)
Outras	(12.666)	(12.666)
Total	(5.771.889)	(5.814.805)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 – Tributos

a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Valores Correntes	(82.045)	(2.949.671)
IR e CSLL no país	(8.069)	(2.646.816)
Imposto de renda no exterior	(73.976)	(302.855)
Valores diferidos	5.711.669	5.779.549
Passivos fiscais diferidos	(307.067)	(419.995)
Operações de leasing – ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	(29.562)
Marcação a mercado	1.183.077	1.102.930
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(979.559)	(979.559)
Lucros do exterior	(510.585)	(510.585)
Resultado não realizado (BB-BI)	--	10.271
Outros	--	(13.490)
Ativos fiscais diferidos	6.018.736	6.199.544
Diferenças temporárias	6.477.720	6.565.872
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	--	--
Marcação a mercado	(158.944)	(66.288)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(300.040)	(300.040)
Total	5.629.624	2.829.878

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Resultado antes dos tributos e participações	5.519.259	9.909.398
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(2.483.667)	(4.459.229)
Encargos JCP	1.474.594	1.474.594
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	3.716.740	1.728.128
Participação de empregados no lucro	562.632	565.199
Outros valores ¹	2.359.325	3.521.186
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	5.629.624	2.829.878

¹- Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO.

c) Despesas tributárias

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Cofins	(2.152.351)	(2.730.623)
ISSQN	(463.903)	(708.182)
PIS/Pasep	(349.972)	(465.540)
Outras	(105.590)	(471.215)
Total	(3.071.816)	(4.375.560)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Passivos fiscais diferidos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	8.442.876	8.442.876
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.599.430	1.650.920
Decorrentes de lucros do exterior	510.585	510.585
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144
Ajuste da carteira de leasing	--	114.640
Dependências no exterior	15.356	15.356
Outros	52.639	193.378
Total dos passivos fiscais diferidos	10.755.030	11.061.899
Imposto de Renda	5.551.486	5.808.628
Contribuição Social	4.517.197	4.549.084
Cofins	589.987	604.839
PIS/Pasep	96.360	99.348

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Banco Múltiplo			
	01/01/2025 ¹	1º Semestre/2025		30/06/2025
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	72.659.187	28.164.804	(23.404.733)	77.419.258
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	48.258.231	18.782.474	(13.748.923)	53.291.782
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	665.549	174.648	--	840.197
Provisões passivas – outras	17.097.580	6.488.440	(4.654.651)	18.931.369
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	498.439	700.025	(194.858)	1.003.606
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.209.237	1.979.296	(4.175.959)	2.012.574
Outras provisões	1.930.151	39.921	(630.342)	1.339.730
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	192.920	975	--	193.895
Total dos ativos fiscais diferidos	73.488.645	28.165.779	(23.404.733)	78.249.691
Imposto de Renda	40.722.545	14.626.420	(11.788.680)	43.560.285
Contribuição Social	32.216.819	12.779.039	(10.500.517)	34.495.341
Cofins	434.920	654.039	(922.021)	166.938
PIS/Pasep	114.361	106.281	(193.515)	27.127

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

	Consolidado			
	01/01/2025 ¹	1º Semestre/2025		30/06/2025
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	74.578.241	28.390.561	(23.426.200)	79.542.602
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	48.352.603	18.859.031	(13.782.618)	53.429.016
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	665.571	177.889	(3.248)	840.212
Provisões passivas – outras	17.489.134	6.489.773	(4.556.229)	19.422.678
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	498.439	700.025	(194.858)	1.003.606
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.353.130	1.937.196	(4.253.588)	2.036.738
Outras provisões	3.219.364	226.647	(635.659)	2.810.352
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	252.681	34.129	(8.599)	278.211
Total dos ativos fiscais diferidos	75.467.460	28.424.690	(23.434.799)	80.457.351
Imposto de Renda	42.010.192	16.149.932	(13.194.254)	44.965.870
Contribuição Social	32.733.424	11.473.471	(9.121.081)	35.085.814
Cofins	578.354	687.678	(925.400)	340.632
PIS/Pasep	145.490	113.609	(194.064)	65.035

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Créditos tributários no exterior	849.569	1.114.152
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	25.586
Diferenças temporárias	--	5.159
Total dos créditos tributários	849.569	1.144.897
Imposto de Renda	471.983	636.054
Contribuição Social	377.586	508.843

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30/06/2025, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2025	13.582.220	12.944.486	13.936.242	12.970.703
Em 2026	18.859.163	20.562.470	19.318.231	20.587.883
Em 2027	20.753.414	17.474.284	21.253.830	17.496.161
Em 2028	2.704.578	2.146.718	2.777.565	2.154.282
Em 2029	3.268.838	2.474.946	3.350.087	2.479.273
Em 2030	3.637.495	2.598.300	3.726.281	2.601.800
Em 2031	4.706.727	3.171.908	4.819.007	3.174.760
Em 2032	3.972.866	2.526.052	4.067.580	2.528.207
Em 2033	4.095.499	2.456.618	4.190.976	2.457.779
Em 2034	2.668.891	1.510.345	3.017.552	1.622.712
Total de créditos tributários em 30/06/2025	78.249.691	67.866.127	80.457.351	68.073.560

No 1º semestre/2025, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 23.404.733 mil (R\$ 23.434.799 mil no Consolidado), correspondente a 139,85% da respectiva projeção de utilização para o período de 2025, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2024.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 30/06/2025, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²
Em 2025	0%	17%	0%	17%
Em 2026	0%	29%	0%	29%
Em 2027	0%	26%	0%	26%
A partir de 2028	100%	28%	100%	28%

1 - Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

2 - A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).



23 – Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	30/06/2025
Patrimônio líquido do Banco do Brasil	174.734.336
Valor patrimonial por ação (R\$) ¹	30,61
Valor de mercado por ação (R\$)	22,09
Patrimônio líquido consolidado	183.548.999

¹ - Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, em conformidade com a Lei nº 12.793, de 02/04/2013, e Resolução CMN nº 4.955/2021, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Reservas de capital e de lucros

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Reservas de capital	1.416.070	1.417.065
Reservas de lucros	76.741.182	76.225.175
Reserva legal	15.715.601	15.715.601
Reservas estatutárias	61.025.581	60.509.574
Margem operacional	51.915.995	51.175.979
Equalização de remuneração do capital	9.109.586	9.333.595

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Lucro por ação

	1º Semestre/2025
Lucro líquido (R\$ mil)	9.884.249
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	5.708.696.148
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,73

f) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	1º Semestre/2025
1) Lucro Líquido – BB Banco Múltiplo	9.884.249
No País	7.436.840
No Exterior	2.447.409
2) (±) Lucros/Prejuízos acumulados	41.734
3) (-) Reserva legal	(494.213)
4) Lucro Líquido Ajustado (item 1 + item 2 + item 3)	9.431.770
5) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	32.100
6) Base de cálculo dos dividendos (item 1 + item 3 + item 5)	9.422.136
7) Destinações	
Juros sobre o capital próprio – Payout ¹	3.276.875
Reservas estatutárias	9.431.770
Utilização de reservas estatutárias para remuneração do capital	(3.276.875)

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2025	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio ¹	852.492	0,149	11/03/2025	21/03/2025
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.908.077	0,334	02/06/2025	12/06/2025
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio ¹	516.306	0,090	02/06/2025	12/06/2025
Total destinado aos acionistas	3.276.875	0,573		
Juros sobre o capital próprio ¹	3.276.875	0,573		

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

g) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
	1º Semestre/2025	30/06/2025
Banco Múltiplo	9.884.249	174.734.336
Instrumento elegível a Capital Principal ¹	32.100	5.100.000
Resultado não realizado ²	(109.000)	(516.007)
Participação de não controladores	--	4.230.670
Consolidado	9.807.349	183.548.999

1 – Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de recursos de emissões de títulos e valores mobiliários. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 2.e e 23.c).

2 – Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

h) Outros resultados abrangentes

	30/06/2025
Banco do Brasil	
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	(2.691.598)
Hedge de investimentos no exterior	(30.301)
Variação cambial de investimentos no exterior	(10.273.729)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(8.999.882)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto	
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	6.539
Hedge de fluxo de caixa	(38.463)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	1.128
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	(998.523)
Outros resultados abrangentes	(140.827)
Total	(23.165.656)

i) Participação dos não controladores

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
	1º Semestre/2025	30/06/2025
BB Tecnologia e Serviços	10	79
Fundos de Investimento	(1.281)	9.283
Banco Patagonia S.A.	266.746	1.072.323
BB Seguridade S.A.	1.393.137	3.148.985
Participação dos não controladores	1.658.612	4.230.670



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	30/06/2025	
	Ações	% Total
União Federal – Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	257.988.090	4,5
Ações em tesouraria ¹	22.443.849	0,4
Outros acionistas	2.584.985.017	45,1
Total	5.730.834.040	100,0
Residentes no país	4.447.559.649	77,6
Residentes no exterior	1.283.274.391	22,4

1 - Inclui, em 30/06/2025, 73.450 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset.

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ¹
	30/06/2025
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco)	37.382
Diretoria Executiva (Inclui a Presidente do Banco)	429.710
Conselho Fiscal	19
Comitê de Auditoria	4.030

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,008% do capital do Banco.

k) Movimentação de ações em circulação/free float

	30/06/2025	
	Quantidade	% Total
Ações em circulação (free float) no início do período	2.842.288.271	49,6
Outras movimentações ¹	217.726	
Ações em circulação (free float) no fim do período ²	2.842.505.997	49,6
Total emitido	5.730.834.040	100,0

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

2 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2025		30/06/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	22.370.399	100,0	22.443.849	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCM)	16.150.700	72,2	16.150.700	72,0
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	5.625.287	25,1	5.625.287	25,1
Programa de Remuneração Variável	594.286	2,7	667.736	2,9
Incorporações	126	--	126	--
Valor Contábil	(257.260)		(258.255)	



m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 14.341 mil no 1º semestre/2025.

A BB Asset, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2021					
	442.658	16,76	354.170	88.488	03/2026
Total de ações a distribuir				88.488	
Programa 2022					
	400.715	19,58	241.223	79.746	03/2026
				79.746	03/2027
Total de ações a distribuir				159.492	
Programa 2023					
	306.250	29,01	153.384	61.064	03/2026
				42.724	03/2027
				30.512	03/2028
				18.566	03/2029
Total de ações a distribuir				152.866	
Programa 2024					
	331.813	28,37	66.353	99.531	03/2026
				66.353	03/2027
				46.438	03/2028
				33.171	03/2029
				19.967	03/2030
Total de ações a distribuir				265.460	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 – Receitas de prestação de serviços

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Administração de fundos	3.076.639	5.064.890
Comissões de seguros, previdência e capitalização	163.736	2.971.899
Conta corrente	2.683.439	2.683.870
Taxas de administração de consórcios	--	1.680.138
Rendas de cartões	824.475	1.013.860
Operações de crédito e garantias prestadas	723.744	725.725
Cobrança	558.298	590.854
Arrecadações	502.822	487.226
Rendas do mercado de capitais	75.508	366.553
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais ¹	152.796	152.796
Interbancária	30.978	30.978
Outras	802.725	1.346.432
Total	9.595.160	17.115.221

1 - Inclui o montante de R\$ 23.350 mil no 1º Semestre/2025 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25– Despesas Administrativas

a) Despesas de pessoal

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Proventos	(5.701.592)	(6.523.100)
Encargos sociais	(2.251.965)	(2.466.945)
Benefícios	(1.959.580)	(2.081.224)
Provisões administrativas de pessoal	(1.552.584)	(1.557.201)
Previdência complementar	(498.419)	(508.300)
Honorários de diretores e conselheiros	(23.734)	(34.893)
Treinamentos	(22.799)	(28.004)
Total	(12.010.673)	(13.199.667)

b) Outras despesas administrativas

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Amortização	(1.304.097)	(1.308.038)
Depreciação	(861.161)	(930.173)
Processamento de dados	(1.089.790)	(809.473)
Serviços de vigilância e segurança	(712.722)	(732.709)
Aluguéis	(584.571)	(590.405)
Manutenção e conservação de bens	(635.559)	(445.832)
Serviços técnicos especializados	(275.163)	(356.671)
Programa de Desempenho Gratificado – PDG	(317.940)	(317.940)
Serviços do sistema financeiro	(228.105)	(291.234)
Propaganda e publicidade	(232.527)	(250.357)
Comunicações	(209.759)	(244.237)
Água, energia e gás	(225.949)	(238.125)
Serviços de terceiros	(408.833)	(232.569)
Promoções e relações públicas	(111.029)	(123.205)
Viagem no país	(51.292)	(70.430)
Transporte	(48.947)	(60.498)
Material	(7.255)	(15.672)
Outras	(308.486)	(321.710)
Total	(7.613.185)	(7.339.278)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 – Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas operacionais

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Atualização de ativo atuarial	1.992.476	1.992.476
Atualização de depósitos em garantia	1.364.088	1.373.354
Recuperação de encargos e despesas	1.235.623	954.291
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 28.f)	653.920	653.920
Operações com cartões	417.259	653.692
Clube de Benefícios BB	251.674	251.674
Atualização de impostos a compensar	125.253	125.253
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	102.179
Reversão de provisões - outras	44.539	70.910
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	44.194	44.194
Dividendos recebidos	169.851	21.619
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	21.614	21.614
Rendas de títulos e créditos a receber	2.072	2.072
Outras	163.710	300.542
Total	6.486.273	6.567.790

b) Outras despesas operacionais

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Operações com cartões	(1.108.169)	(1.248.559)
Serviços de terceiros	(627.509)	(876.070)
Bônus de relacionamento negocial	(824.527)	(824.527)
Atualização das obrigações atuariais	(669.786)	(669.786)
Descontos concedidos em renegociação	(591.199)	(591.199)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	(358.283)
Transporte de valores	(313.290)	(313.290)
Convênio INSS	(307.298)	(307.298)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(269.196)	(269.196)
Autoatendimento	(265.862)	(265.862)
Falhas/fraudes e outras perdas	(99.247)	(118.086)
Despesa como arrendatários e subarrendatários	(57.818)	(81.808)
Outras despesas de provisões operacionais	(660)	(41.868)
Outras	(2.793.493)	(2.847.805)
Total	(7.928.054)	(8.813.637)



27 – Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	1º Semestre/2025
Benefícios de curto prazo	34.256
Honorários e encargos sociais	18.593
Diretoria Executiva	18.421
Conselho de Administração	172
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	12.265
Outros ¹	3.398
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	109
Remuneração baseada em ações	15.138
Total	49.503

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações de compra e venda de moeda estrangeira, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele órgão, conforme estabelece a legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- d) contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- e) disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No 1º Semestre de 2025, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 500.801 mil no Banco Múltiplo e R\$ 227.149 mil no Consolidado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 34.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- f) aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- g) aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- h) cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.;
- i) contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de software, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, outsourcing e monitoria de sistemas de segurança física e outsourcing de telefonia;
- j) valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
- k) Garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2025, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.180.000 mil.

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 19 e 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 28.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 1º Semestre de 2025, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 64.353 mil.

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	1º Semestre/2025
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	379.224



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- a) Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- b) Controladas: Empresas relacionadas na Nota 2.e;
- c) Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- d) Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- e) Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2025
Ativos	2.052.419	6.784.551	14.228.658	5.225	25.242.146	48.312.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	3.119.275	5.002.753	--	2.769.838	10.891.866
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	164	11.693	470.818	--	1.305.157	1.787.832
Carteira de crédito ¹	--	249.093	7.973.820	5.225	20.874.536	29.102.674
Outros ativos ²	2.052.255	3.404.490	781.267	--	292.615	6.530.627
Garantias recebidas	352.748	--	--	--	--	352.748
Passivos	47.731.203	31.781.774	15.587.506	37.845	68.328.930	163.467.258
Recursos de clientes	3.469.392	199.831	521.558	2.176	10.954.994	15.147.951
Recursos de instituições financeiras	98.383	26.809.439	2.158.884	--	55.555.507	84.622.213
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	5.314.362	42.599	49.338	35.669	85.612	5.527.580
Outros passivos ³	38.849.066	4.729.905	12.857.726	--	1.732.817	58.169.514
Garantias prestadas e outras coobrigações	352.960	33.607	5.069.706	4.625	--	5.460.898
Demonstração do resultado	1º Semestre/2025					
Receitas da intermediação financeira	3.267.658	528.417	507.503	571	1.577.757	5.881.906
Despesas da intermediação financeira	(114.535)	(1.453.719)	(136.323)	(2.032)	(2.261.603)	(3.968.212)
Receitas de prestação de serviços	52.431	17.884	404.522	--	312.538	787.375
Outras receitas	3.689	424.501	300.360	--	6.463	735.013
Outras despesas	(1.415.183)	(1.133.507)	(522.164)	--	(273.863)	(3.344.717)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 18.793 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2025
Ativos	2.052.419	17.482.634	5.225	25.382.077	44.922.355
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	5.002.753	--	2.769.838	7.772.591
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	164	475.310	--	1.444.988	1.920.462
Carteira de crédito ¹	--	7.973.820	5.225	20.874.536	28.853.581
Outros ativos ²	2.052.255	4.030.751	--	292.715	6.375.721
Garantias recebidas	352.748	--	--	--	352.748
Passivos	42.631.205	21.639.227	37.845	68.328.930	132.637.207
Recursos de clientes	3.469.392	521.558	2.176	10.954.994	14.948.120
Recursos de instituições financeiras	98.383	2.158.884	--	55.555.507	57.812.774
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	214.364	49.338	35.669	85.612	384.983
Outros passivos ³	38.849.066	18.909.447	--	1.732.817	59.491.330
Garantias prestadas e outras coobrigações	352.960	5.069.706	4.625	--	5.427.291
Demonstração do resultado	1º Semestre/2025				
Receitas da intermediação financeira	3.267.658	505.997	571	1.580.965	5.355.191
Despesas da intermediação financeira	(114.535)	(136.323)	(2.032)	(2.261.603)	(2.514.493)
Receitas de prestação de serviços	58.620	3.558.679	11	360.106	3.977.416
Outras receitas	3.689	424.692	--	6.463	434.844
Outras despesas	(1.377.038)	(522.175)	--	(276.067)	(2.175.280)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 18.793 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

28 – Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

1 – Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	30/06/2025		
	N.º de participantes		
	Em atividade	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	87.540	121.943	209.483
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.689	98.950	101.639
Plano Previ Futuro	74.798	4.759	79.557
Plano Informal	--	1.756	1.756
Outros Planos	10.053	16.478	26.531
Planos de Assistência Médica	89.118	105.066	194.184
Cassi	80.687	100.028	180.715
Outros Planos	8.431	5.038	13.469



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	1º Semestre/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.080.535
Plano de Benefícios 1 - Previ ¹	329.387
Plano Previ Futuro	546.708
Plano Informal	58.574
Outros Planos	145.866
Planos de Assistência Médica	1.128.419
Cassi	999.769
Outros Planos	128.650
Total	2.208.954

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 28.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 30/06/2025, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 1.166.664 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.169.734 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	1º Semestre/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.331.882
Plano de Benefícios 1 - Previ	1.953.694
Plano Previ Futuro	(546.708)
Plano Informal	(50.955)
Outros Planos	(24.149)
Planos de Assistência Médica	(1.264.462)
Cassi	(1.139.454)
Outros Planos	(125.008)
Total	67.420

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 28.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

**Plano Informal (Previ)**

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;
- (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

**b) Planos de assistência médica****Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas na data base 30/06/2025.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

1º Semestre/2025	Plano 1 – Previ	Plano Informal – Previ	Plano de Associados – Cassi	Outros Planos
Saldo inicial	(129.071.404)	(637.536)	(8.459.342)	(7.762.407)
Custo de juros	(8.683.601)	(42.155)	(569.962)	(526.936)
Custo do serviço corrente	(6.240)	--	(45.240)	(1.231)
Custo do serviço passado	--	(8.800)	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	8.549.762	58.574	475.516	453.452
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(13.663.208)	(49.601)	(733.694)	(712.792)
Ajuste de experiência	(2.359.226)	(606)	(151.606)	(19.097)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	--	--	--
Alterações premissas financeiras	(11.303.982)	(48.995)	(582.088)	(693.695)
Saldo final	(142.874.691)	(679.518)	(9.332.722)	(8.549.914)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(142.874.691)	--	--	(7.657.495)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	(679.518)	(9.332.722)	(892.419)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

1º Semestre/2025	Plano 1 – Previ	Plano Informal – Previ	Plano de Associados – Cassi	Outros Planos ¹
Saldo inicial	182.839.230	--	--	7.714.673
Receita de juros	12.597.228	--	--	541.292
Contribuições recebidas	647.901	58.574	475.516	239.126
Participantes	318.514	--	--	89.292
Empregador	329.387	58.574	475.516	149.834
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(8.549.762)	(58.574)	(475.516)	(453.452)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	3.946.321	--	--	(384.144)
Saldo final	191.480.918	--	--	7.657.495

1 - Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano 1 (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

30/06/2025	Plano 1 – Previ	Plano Informal – Previ	Plano de Associados – Cassi	Outros Planos
1) Valor justo dos ativos do plano	191.480.918	--	--	7.657.495
2) Valor presente das obrigações atuariais	(142.874.691)	(679.518)	(9.332.722)	(8.549.914)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	48.606.227	(679.518)	(9.332.722)	(892.419)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ¹	24.303.114	(679.518)	(9.332.722)	(906.350)

1 - Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

1º Semestre/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Custo do serviço corrente	(3.120)	--	(45.240)	(616)
Custo dos juros	(4.341.800)	(42.155)	(569.961)	(291.779)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	6.298.614	--	--	269.771
Custo do serviço passado não reconhecido	--	(8.800)	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	(524.253)	(128.407)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	1.874
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	1.953.694	(50.955)	(1.139.454)	(149.157)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

1º Semestre/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Saldo inicial	(5.175.074)	(69.842)	(200.844)	(255.701)
Ajustes de avaliação patrimonial	(4.863.880)	(49.601)	(733.694)	(578.700)
Efeitos fiscais	2.313.140	22.320	330.162	261.832
Saldo final	(7.725.814)	(97.123)	(604.376)	(572.569)

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

30/06/2025	Duration ¹	Pagamentos de benefícios esperados ²				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	6,98	17.560.958	16.697.896	16.402.445	315.670.387	366.331.686
Plano Informal (Previ)	5,08	119.992	107.403	97.687	975.676	1.300.758
Plano de Associados (Cassi)	8,28	1.069.900	1.053.938	1.032.448	31.866.779	35.023.065
Regulamento Geral (Economus)	6,89	764.905	759.455	751.534	13.869.883	16.145.777
Regulamento Complementar 1 (Economus)	8,02	4.942	5.111	5.330	136.960	152.343
Plus I e II (Economus)	9,09	54.906	56.299	58.095	2.253.329	2.422.629
Grupo B' (Economus)	6,19	25.745	25.475	25.083	359.881	436.184
Prevmais (Economus)	7,49	37.550	37.428	37.248	860.729	972.955
Multifuturo I (Fusesc)	6,96	10.071	9.639	9.550	182.730	211.990
Plano I (Fusesc)	5,82	57.161	53.854	52.246	673.594	836.855
Plano BEP (Prevbep)	7,26	8.330	8.285	8.220	168.013	192.848

1 - Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

2 - Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos

30/06/2025	Plano 1 - Previ	Outros Planos
Renda fixa	127.602.884	7.096.798
Renda variável ¹	46.166.049	111.943
Investimentos imobiliários	10.895.264	196.453
Empréstimos e financiamentos	5.380.614	153.535
Outros	1.436.107	98.766
Total	191.480.918	7.657.495
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano		
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	8.903.863	18.774
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.225.478	30.929

1 - No plano 1 - Previ, inclui o valor de R\$ 3.810.282 mil referente a ativos não cotados em mercado ativo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

30/06/2025	Plano 1 – Previ	Plano Informal – Previ	Plano de Associados – Cassi	Outros Planos
Taxa de inflação (a.a.)	3,91%	3,95%	3,90%	3,92%
Taxa real de desconto (a.a.)	9,49%	9,35%	9,60%	9,47%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	13,77%	--	--	13,75%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	--	--	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015	BR-EMSsb-2015	BR-EMSsb-2015	AT-2000 / AT-2012 / RP 2000
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ – Posição

30/06/2025	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	9,49%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de Mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado	Valor Ajustado ¹
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

¹ - A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço de fechamento da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do penúltimo dia de cada mês.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 – Previ/Banco

30/06/2025	Ativos do Plano	Obrigações Atuariais	Efeito no Superávit/(Déficit)
Valor apurado – Previ	213.903.571	(215.667.592)	(1.764.021)
Ajuste no valor dos ativos do plano ¹	(22.422.653)	--	(22.422.653)
Ajuste nas obrigações – taxa de desconto/regime de capitalização	--	72.792.901	72.792.901
Valor apurado – Banco	191.480.918	(142.874.691)	48.606.227

¹ - Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 30/06/2025.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

30/06/2025	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.391.028)	2.471.820	2.159.869	(2.216.821)	828	(826)
Plano Informal (Previ)	(8.355)	8.580	16.513	(16.531)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(139.402)	144.172	109.187	(111.538)	521	(510)
Regulamento Geral (Econumus)	(110.567)	114.149	99.275	(103.079)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	(1.131)	1.169	(1.989)	2.027	--	--
Plus I e II (Econumus)	(13.974)	14.547	18.435	(18.064)	--	--
Grupo B ¹ (Econumus)	(3.085)	3.174	4.321	(4.334)	--	--
Prevmais (Econumus)	(6.167)	6.389	1.632	(1.642)	771	(763)
Multifuturo I (Fusesc)	(1.666)	1.749	957	(995)	161	(148)
Plano I (Fusesc)	(5.708)	5.868	7.846	(7.995)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.303)	1.347	946	(988)	--	--

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

30/06/2025	Ativo Atuarial	Passivo Atuarial
Plano 1 (Previ)	24.303.114	--
Plano Informal (Previ)	--	(679.518)
Plano de Associados (Cassi)	--	(9.332.722)
Regulamento Geral (Econumus)	--	(486.366)
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	10.526	--
Plus I e II (Econumus)	--	(646.722)
Grupo B ¹ (Econumus)	--	(204.773)
Prevmais (Econumus)	175.202	--
Multifuturo I (Fusesc)	85.778	--
Plano I (Fusesc)	124.604	--
Plano BEP (Prevbep)	35.399	--
Total	24.734.623	(11.350.101)

f) Destinações do superávit do Plano 1 - Previ

	1º Semestre/2025
Fundo de Utilização ¹	
Saldo inicial	12.026.025
Contribuição ao Plano 1	(329.387)
Atualização	653.920
Saldo final	12.350.558

1 - Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



29 - Valor justo dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor justo:

	30/06/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo	2.359.246.452	2.342.516.325
Disponibilidades	24.468.455	24.468.455
Ativos financeiros	2.334.777.997	2.318.047.870
Depósitos no Banco Central do Brasil	123.095.245	123.095.245
Aplicações interfinanceiras de liquidez	290.996.079	290.959.468
Títulos e valores mobiliários	606.328.724	607.010.454
Instrumentos financeiros derivativos	5.580.432	5.580.432
Carteira de crédito	1.231.084.195	1.213.708.949
Outros ativos financeiros	77.693.322	77.693.322
Passivos financeiros	2.141.417.052	2.137.999.300
Recursos de clientes	880.357.205	879.872.076
Recursos de instituições financeiras	725.470.672	722.538.049
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	363.846.302	363.846.302
Instrumentos financeiros derivativos	5.423.202	5.423.202
Outros passivos financeiros	166.319.671	166.319.671

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros

Disponibilidades: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nessa rubrica equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo no resultado, ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes e demais ativos financeiros ao custo amortizado: Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida, patrimoniais e derivativos. Considerando o conceito de valor justo, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para swaps, futuros e termo de moedas) e o modelo Black-Scholes (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo Black-Scholes é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (B3, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (B3, Broadcast e Reuters).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de



provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a Bloomberg e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

Depósitos no Banco Central do Brasil: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nesse grupamento equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo desse grupamento foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

Derivativos: A apuração do valor justo dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Carteira de crédito: O valor justo da carteira de crédito, para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como o próprio valor contábil, devido à equivalência entre eles. Para as operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros os fluxos de caixa futuros são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O spread de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada ponderado pelo prazo da operação. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

Recursos de clientes: O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

Recursos de instituições financeiras: O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.



Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não consideram qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários: o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Outros ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência a transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e o valor justo. A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor justo será dado pelo preço médio de negócio realizado no dia. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, é verificada a existência de preço indicativo divulgado pela Anbima ou, na falta deste, preço indicativo divulgado pela B3.

Caso não haja negócios e nem preços indicativos divulgados pela Anbima ou pela B3, o preço do título é calculado a partir de modelo matemático que considera a probabilidade de *default* associada a cada instrumento como o *spread* do risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	30/06/2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	568.463.839	540.823.220	27.191.501	449.118
Aplicações interfinanceiras de liquidez (objeto de hedge)	2.741.200	--	2.741.200	--
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	7.211.872	4.324.184	2.675.493	212.195
Instrumentos financeiros derivativos	5.580.432	--	5.580.432	--
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	552.880.833	536.499.036	16.194.376	187.421
Carteira de crédito (objeto de hedge)	49.502	--	--	49.502
Passivo	9.769.048	--	9.769.048	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (objeto de hedge)	4.345.846	--	4.345.846	--
Instrumentos financeiros derivativos	5.423.202	--	5.423.202	--

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo.

Descrição	Valor Justo em 01/01/2025	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 30/06/2025
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	34.798	104.364	--	(2)	--	73.035	212.195
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	294.129	21.347	--	--	(128.055)	--	187.421
Carteira de crédito (objeto de hedge)	46.193	3.309	--	--	--	--	49.502
Total	375.120	129.020	--	(2)	(128.055)	73.035	449.118

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis.

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, em especial ativos problemáticos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo.



30 – Gerenciamento de riscos e de capital

a) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com o objetivo principal de coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais – empréstimos a clientes, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas efetivas de juros das operações contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	30/06/2025		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira de negociação			
Taxa pré-fixada	(55.558)	(183.104)	(359.921)
Cupons de taxas de juros	(2.512)	(2)	(5)
Cupons de índices de preços	(150.903)	(259.265)	(485.625)
Cupons de moedas estrangeiras	(379.159)	(427.637)	(893.484)
Total	(588.132)	(870.008)	(1.739.035)
Carteira de negociação e bancária			
Taxa pré-fixada	(23.396.654)	(69.403.453)	(128.106.907)
Cupons de taxas de juros	(12.787.720)	(27.625.334)	(59.301.501)
Cupons de índices de preços	(331.886)	(493.466)	(942.294)
Cupons de moedas estrangeiras	(4.013.272)	(1.631.496)	(3.350.461)
Total	(40.529.532)	(99.153.749)	(191.701.163)

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BB segrega a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

- projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente, cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no Plano de Recuperação do Banco;
- teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;
- indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia - EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e
- limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:
 - Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
 - Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
 - Reserva de Liquidez;
 - Colchão de Liquidez;
 - Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
 - Indicador de Concentração de Captações.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (*Risk Appetite Statement*) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Comitê de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

Os passivos passam a ser apresentados a partir das linhas de produtos, tornando o quadro mais intuitivo quanto à origem das fontes de recursos. Já a segregação em prazos foi alterada, levando-se em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna, tornando a informação mais aderente à realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e de Letras de Crédito Imobiliário (LCI), independentemente do período de carência de 9 e 12 meses, respectivamente, têm disponibilidade diária para o poupador. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto que, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.

Composição das captações

Passivo	30/06/2025						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. Prazo	2.577.942	26.438.621	7.562.083	221.889.564	3.643	258.471.853	14,0%
LCA	8.233.203	53.191.639	29.286.306	152.524.191	--	243.235.339	13,1%
LCI	180.214	1.050.897	2.421.667	11.279.570	--	14.932.348	0,8%
Poupança	215.021.292	--	--	--	--	215.021.292	11,6%
Dep. Vista	95.207.041	--	--	--	--	95.207.041	5,1%
Dep. Judicial	258.961.825	--	--	--	--	258.961.825	14,0%
Captações de Tesouraria	6.217.204	25.241.393	9.584.940	16.863.640	6.854.924	64.762.101	3,5%
Dep. Prazo fixo	3.008.396	1.916.275	1.570.123	8.041.757	--	14.536.551	0,8%
Outras captações comerciais	7.840.074	99.141	290.783	1.962.756	--	10.192.754	0,6%
Captações Comerciais ME	2.998.571	19.858.378	5.478.095	31.067.189	--	59.402.233	3,2%
Compromissadas	592.960.451	13.775.412	370.639	10.624.982	--	617.731.484	33,3%
Total	1.193.206.213	141.571.756	56.564.636	454.253.649	6.858.567	1.852.454.821	100,0%



Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de posições próprias para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de *hedge* está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

c) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito do tomador, de contraparte (RCC), o risco país, o risco soberano, o risco de transferência, o risco de conveniente (contratante por meio de convênio), o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Política de crédito

A política específica de crédito do Banco contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado. É aprovada pelo Conselho de Administração, revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.

Mecanismos de mitigação do risco de crédito

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente, avaliando, de forma prospectiva, o comportamento do portfólio sujeito ao risco de crédito considerado em diversos cenários, corporativamente definidos, inclusive estresse.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No Banco as estimativas de perdas esperadas (PE), associadas ao risco de crédito, consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas estatísticas e julgamentais, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perdas esperadas, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

Deterioração do crédito

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, podem sofrer alterações ao longo do tempo, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo, premissas e valores quantitativos registrados a título de perda esperada associadas ao risco de crédito, podem ser obtidos nas Notas 3, 4, 9, 10, 12 e 13.

Cenários econômicos

A estimativa de perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). Essas variáveis são monitoradas e atualizadas, de modo que a provisão reflita adequadamente o risco de crédito vigente, garantindo maior aderência à realidade econômica e à qualidade da carteira.

Exposição máxima ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.607.357.098	1.645.774.807
Aplicações interfinanceiras de liquidez	288.010.063	290.996.079
Títulos e valores mobiliários	36.002.132	46.001.211
Carteira de crédito	1.208.495.056	1.231.084.195
Outros ativos financeiros	74.849.847	77.693.322
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	9.851.958	12.827.260
Instrumentos de dívida e patrimônio	4.263.522	7.246.828
Derivativos	5.588.436	5.580.432
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	543.418.073	553.080.685
Garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e créditos a liberar	230.964.765	233.605.044



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e se referem aos limites de crédito, ao crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Ativos recebidos em garantia

Tipo de Operações	Banco Múltiplo		Consolidado	
	30/06/2025		30/06/2025	
	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias
Contratadas com garantias	732.676.419	689.009.988	732.676.419	689.009.988
Produtor rural	358.125.872	331.047.508	358.125.872	331.047.508
Pessoa física	53.517.895	53.016.743	53.517.895	53.016.743
Financiamento de veículos	3.235.389	3.112.498	3.235.389	3.112.498
Financiamento imobiliário	46.162.816	45.947.981	46.162.816	45.947.981
Demais	4.119.690	3.956.264	4.119.690	3.956.264
Pessoa jurídica	321.032.652	304.945.737	321.032.652	304.945.737
Atacado	140.163.076	132.112.657	140.163.076	132.112.657
Varejo/MPE	180.869.576	172.833.080	180.869.576	172.833.080
Contratadas sem garantias	178.928.578	--	178.928.578	--
Contratadas com outros mitigadores	296.890.059	--	319.479.198	--
Total	1.208.495.056		1.231.084.195	

As garantias vinculadas à carteira de crédito são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) recursos internalizados no Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nas operações de crédito, é dada preferência às garantias que ofereçam alta liquidez à operação.

O valor justo das garantias corresponde ao valor efetivamente considerado para efeito de cobertura do saldo devedor da operação, após aplicação de determinado percentual de adiantamento sobre o valor do referido bem ou direito, conforme tabela a seguir:

Percentual de adiantamento de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ¹	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
Pledge Agreement – cash collateral ²	100%
Carta de crédito standby	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de aval para geração de emprego e renda	100%
Fundo de aval às micro e pequenas empresas	100%
Fundo de garantia de operações	100%
Fundo garantidor para investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ³	100%
Seguro de crédito	100%
Pledge agreement – securities ⁴	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁵	77%
Semoventes bovinos ⁶	70%
Pledge agreement – cash collateral ⁷	70%
Demais garantias ⁸	50%

1 - Exceto os que possuam contrato de swap.

2 - Mesma moeda da operação.

3 - Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

4 - Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

5 - Exclusivo ou varejo.

6 - Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

7 - Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.

8 - Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.

Exposições por região geográfica

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Mercado interno	1.146.535.988	1.167.966.990
Sudeste	417.044.125	424.839.496
Sul	189.621.384	193.165.779
Centro-Oeste	295.507.607	301.031.222
Nordeste	162.298.266	165.331.938
Norte	82.064.606	83.598.555
Mercado externo	61.959.068	63.117.205
Total	1.208.495.056	1.231.084.195

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 12 – Carteira de crédito.

d) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão dos riscos não financeiros, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de modelo, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Esta composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhadas, monitoradas e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política Específica de Gerenciamento de Riscos e Capital

O Banco do Brasil define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, cujo escopo de consolidação é definido pela Resolução CMN nº 4.950/2021, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN nº 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Ferramentas de Gestão e Monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do Banco busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados à rentabilidade esperada dos negócios. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação às ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se a ferramenta SIM – Solução Imediata de Reclamações que tem agilizado a solução das reclamações de clientes, uma vez que o procedimento de análise e contestação é realizado em ambiente único, com emissão automatizada de Termo de Compromisso preenchido, e crédito efetivado na conta do cliente imediatamente após o despacho para determinados valores.



Ademais, o acompanhamento sistemático dos eventos de perda operacional é realizado por intermédio da análise das informações constantes do Painel de Riscos, dentre elas o acompanhamento dos limites global e específicos e decisões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital – CEGRC. A partir do monitoramento dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos da extrapolação e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes, ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais e limites específicos de perdas operacionais.

e) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Apetite ¹	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	

¹ nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

- a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;
- a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental;
- a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e
- a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.



O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

f) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 5.100.000 mil (R\$ 6.100.000 mil até junho/2024), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

A Resolução CMN nº 5.199/2024 alterou a Resolução CMN nº 4.955/2021 e incluiu no cálculo do Capital Principal o valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, observados os percentuais abaixo:

- 75%, até 31 de dezembro de 2025;
- 50%, até 31 de dezembro de 2026;
- 25%, até 31 de dezembro de 2027; e
- 0%, a partir de 1º de janeiro de 2028.

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	30/06/2025
PR - Patrimônio de Referência	189.167.206
Nível I	177.432.447
Capital Principal (CP)	146.716.931
Patrimônio líquido	175.290.653
Instrumento elegível a Capital Principal	5.100.000
Ajuste decorrente da aplicação da Resolução CMN 5.199/2024	8.018.074
Ajustes Prudenciais	(41.691.796)
Capital Complementar	30.715.516
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 19.c)	21.418.800
Bônus perpétuos (Nota 19.c)	9.296.716
Nível II	11.734.759
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (normas anteriores à Basileia III) – Recursos captados do FCO (Nota 19.c) ¹	11.734.759
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.337.456.754
Risco de Crédito (RWACPAD)	1.076.265.626
Risco de Mercado (RWAMPAD)	43.601.122
Risco Operacional (RWAOPAD)	217.590.006
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ²	106.996.540
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ³	82.170.666
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ³	13,27%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ³	10,97%
Índice de Basileia (PR/RWA) ³	14,14%

¹ - Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021, em 2025, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 40% (50% em 2024) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

² - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

³ - Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	30/06/2025
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(13.459.112)
Ativos intangíveis	(11.886.514)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(10.309.235)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	(2.470.234)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ¹	(2.087.472)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(866.469)
Participação de não controladores ²	(546.298)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(62.099)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(4.363)
Total	(41.691.796)

¹ - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assembléias a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

² - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

g) Limite de imobilização e margem

	30/06/2025
Situação do limite de imobilização	16,68%
Margem em relação ao limite de imobilização	63.028.394

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

h) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	30/06/2025
Índice de Capital Principal (ICP) ¹	8,00%	10,97%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ¹	9,50%	13,27%
Índice de Basileia (IB) ¹	11,50%	14,14%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	16,68%

¹ - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico



Em 30/06/2025, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

i) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- 1) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
 - a. intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
 - b. o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
 - c. inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
 - d. o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

Conforme Comunicados ao Mercado, de 08 de abril de 2021 e de 16 de dezembro de 2021, o cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



31 – Transferência de ativos financeiros

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e empréstimos a clientes. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em Recursos de instituições financeiras.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	30/06/2025	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra		
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários ¹	20.428.883	20.381.966
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	370.118.690	358.867.536
Total	390.547.573	379.249.502

1 – Inclui o saldo de R\$ 18.956.635 referente a títulos com característica de concessão de crédito.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	30/06/2025	
	Valor contábil	Valor Justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação ¹		
Ativos financeiros transferidos	97.723	97.723
Passivos financeiros associados	97.823	97.823
Posição líquida	(100)	(100)

1 – Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos “Carteira de crédito” e “Recursos de instituições financeiras”, respectivamente.

Venda com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como operações de crédito, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como Recursos de instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

32 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

	1º Semestre/2025
Resultado recorrente	9.879.317
Resultado não recorrente	(71.968)
Adesão ao Programa de Transação Tributária (PTI) ¹	(1.192.474)
Efeito tributário e de PLR sobre os itens não recorrentes ²	1.120.506

1- Refere-se ao edital de transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica nº 27/2024, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), o qual prevê a elegibilidade à transação por adesão, dentre outras matérias, dos débitos em contencioso administrativo ou judicial relativos a incidência de contribuições previdenciárias sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados (PLR). Dentre as condições de pagamento dos débitos eleitos para adesão à transação tributária, o edital estabelece a aplicação do desconto de 65% sobre o valor total do débito ou da inscrição elegível à transação.

2- O referido edital prevê que os descontos concedidos não serão computados na apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

33 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes

30/06/2025	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo						
Disponibilidades	22.076.151	--	22.076.151	24.468.455	--	24.468.455
Ativos financeiros	978.581.914	1.305.140.460	2.283.722.374	998.038.359	1.336.739.638	2.334.777.997
Depósitos no Banco Central do Brasil	123.095.245	--	123.095.245	123.095.245	--	123.095.245
Aplicações interfinanceiras de liquidez	285.655.343	2.354.720	288.010.063	288.184.739	2.811.340	290.996.079
Títulos e valores mobiliários	46.753.624	536.930.103	583.683.727	55.583.095	550.745.629	606.328.724
Instrumentos financeiros derivativos	4.386.787	1.201.649	5.588.436	4.378.783	1.201.649	5.580.432
Carteira de crédito	482.894.400	725.600.656	1.208.495.056	493.236.259	737.847.936	1.231.084.195
Outros ativos financeiros	35.796.515	39.053.332	74.849.847	33.560.238	44.133.084	77.693.322
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(39.997.948)	(53.351.148)	(93.349.096)	(40.435.570)	(54.266.781)	(94.702.351)
Carteira de crédito	(35.500.321)	(53.343.042)	(88.843.363)	(35.757.390)	(53.490.626)	(89.248.016)
Demais ativos financeiros	(4.497.627)	(8.106)	(4.505.733)	(4.678.180)	(776.155)	(5.454.335)
Ativos fiscais	45.882.021	42.814.504	88.696.525	48.166.990	44.572.724	92.739.714
Correntes	10.446.834	--	10.446.834	12.058.403	223.960	12.282.363
Diferidos (créditos tributários)	35.435.187	42.814.504	78.249.691	36.108.587	44.348.764	80.457.351
Investimentos	--	41.972.372	41.972.372	--	19.658.456	19.658.456
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	--	41.861.416	41.861.416	--	19.517.930	19.517.930
Outros investimentos	--	145.699	145.699	--	145.699	145.699
Perdas por redução ao valor recuperável	--	(34.743)	(34.743)	--	(5.173)	(5.173)
Imobilizado	--	13.354.754	13.354.754	--	13.841.140	13.841.140
Imobilizações de uso	--	26.154.672	26.154.672	--	26.704.764	26.704.764
Direito de uso	--	1.667.201	1.667.201	--	1.954.601	1.954.601
Depreciação acumulada	--	(14.452.447)	(14.452.447)	--	(14.787.838)	(14.787.838)
Perdas por redução ao valor recuperável	--	(14.672)	(14.672)	--	(30.387)	(30.387)
Intangível	--	11.868.136	11.868.136	--	11.960.352	11.960.352
Ativos intangíveis	--	21.308.587	21.308.587	--	21.895.914	21.895.914
Amortização acumulada	--	(9.402.187)	(9.402.187)	--	(9.867.407)	(9.867.407)
Perdas por redução ao valor recuperável	--	(38.264)	(38.264)	--	(68.155)	(68.155)
Outros ativos não financeiros	7.463.515	24.812.032	32.275.547	9.723.614	25.015.970	34.739.584
Total do ativo	1.014.005.653	1.386.611.110	2.400.616.763	1.039.961.848	1.397.521.499	2.437.483.347
Passivo						
Passivos financeiros	1.535.400.518	594.316.983	2.129.717.501	1.551.197.435	590.219.617	2.141.417.052
Recursos de clientes	616.112.354	227.577.169	843.689.523	651.913.969	228.443.236	880.357.205
Recursos de instituições financeiras	699.685.869	52.196.592	751.882.461	677.962.401	47.508.271	725.470.672
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	106.696.167	253.048.894	359.745.061	107.842.508	256.003.794	363.846.302
Instrumentos financeiros derivativos	4.296.790	1.123.165	5.419.955	4.300.037	1.123.165	5.423.202
Outros passivos financeiros	108.609.338	60.371.163	168.980.501	109.178.520	57.141.151	166.319.671
Provisões	13.034.043	19.265.828	32.299.871	14.033.993	19.677.888	33.711.881
Cíveis, fiscais e trabalhistas	9.249.399	17.304.072	26.553.471	9.390.035	17.567.177	26.957.212
Outras provisões	3.784.644	1.961.756	5.746.400	4.643.958	2.110.711	6.754.669
Passivos fiscais	3.878.681	8.442.876	12.321.557	7.164.435	8.670.934	15.835.369
Correntes	1.566.527	--	1.566.527	4.766.904	6.566	4.773.470
Diferidos	2.312.154	8.442.876	10.755.030	2.397.531	8.664.368	11.061.899
Outros passivos não financeiros	32.776.211	18.767.287	51.543.498	38.484.915	24.485.131	62.970.046
Patrimônio líquido	--	174.734.336	174.734.336	--	183.548.999	183.548.999
Total do passivo e patrimônio líquido	1.585.089.453	815.527.310	2.400.616.763	1.610.880.778	826.602.569	2.437.483.347



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

34 – Outras informações

a) Administração de fundos de investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Asset.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)	Saldo
	30/06/2025	30/06/2025
Patrimônio Administrado	1.226	1.771.569.150
Fundos de investimentos	1.220	1.754.000.798
Carteiras administradas	6	17.568.352

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Ativo		
Grupo BB	74.122.588	73.529.186
Terceiros	109.836.160	160.593.012
TOTAL DO ATIVO	183.958.748	234.122.198
Passivo		
Grupo BB	48.343.459	46.855.543
Terceiros	124.099.862	166.317.707
Patrimônio líquido	11.515.427	20.948.948
Atribuível à controladora	11.515.427	19.876.625
Participação dos não controladores	--	1.072.323
Total do passivo	183.958.748	234.122.198

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Semestre/2025	1º Semestre/2025
Lucro líquido	1.083.716	2.714.155
Atribuível à controladora	1.083.716	2.447.409
Participações dos não controladores	--	266.746

c) Recursos de consórcios

	30/06/2025
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	1.120.948
Obrigações do grupo por contribuições	79.235.439
Consortiados - bens a contemplar	73.331.817
(Em Unidades)	
Quantidade de grupos administrados	437
Quantidade de consorciados ativos	1.764.912
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	246.040

	1º Semestre/2025
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	140.582



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei nº 10.470/2002 e pelo Decreto nº 10.835/2021.

	1º Semestre/2025	
	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período
Com ônus para o Banco		
Entidades sindicais	219	28.567
Outros órgãos/entidades	8	3.215
Sem ônus para o Banco²		
Governos Federal, Estadual e Municipal	228	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	596	--
Entidades dos funcionários	71	--
Entidades controladas e coligadas	818	--
Total	1.940	31.782

1 - Posição no último dia do período.

2 - No 1º Semestre/2025, o Banco foi ressarcido em R\$ 382.973 mil referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados, dirigentes e conselheiros

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros do Banco do Brasil (Em Reais):

	30/06/2025
Menor Salário	3.963,90
Maior Salário	66.323,05
Salário Médio	12.231,43
Valor médio dos benefícios oferecidos	5.592,56
Presidente	90.185,66
Vice-presidente	80.722,79
Diretor	68.414,22
Comitê de Auditoria - Titular	61.572,79
Comitê de Riscos e de Capital	61.572,79
Conselho Fiscal	7.846,67
Conselho de Administração	7.846,67

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 30/06/2025

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	901.339	7.007
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ¹	131.950	333
Demais	460	--
Total	1.033.749	7.340

1 - Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.



35 – Eventos subsequentes

a) Pagamento de parcela do instrumento elegível a capital principal

Em 20/05/2025, o Banco Central do Brasil autorizou a liquidação da quarta parcela do instrumento elegível a capital principal descrito na Nota Explicativa 23 – Patrimônio Líquido, item “c”.

Em 29/07/2025, o Banco repassou ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à referida parcela.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.**

Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como Banco Múltiplo e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3(g), 12(g) e 12(h) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco registrou em 30 de junho de 2025 provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão de crédito.

A avaliação da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizada uma combinação de três parâmetros: (i) probabilidade de descumprimento (Probability of Default – PD); (ii) perda dado o descumprimento (Loss Given Default - LGD); e (iii) exposição no momento de descumprimento (Exposure at Default - EAD). A provisão para perdas esperadas considera as características do cliente (informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação, segmento do cliente e cenário macroeconômico); aspectos financeiros e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva. Ademais, o Banco utiliza pontualmente de análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, nestes casos, as premissas utilizadas envolvem indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco calcula a perda esperada até o final da vida do instrumento financeiro quando a operação apresenta aumento significativo de risco de crédito (Estágio 2) ou quando são classificados como ativos problemáticos (Estágio 3), para as demais operações a perda esperada é calculada para os próximos 12 meses (Estágio 1).

Devido a relevância e complexidade da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com características de concessão de crédito, principalmente como resultado das incertezas relacionadas às premissas e métodos utilizados no cálculo dos parâmetros mencionados acima, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados aos processos de: (i) desenvolvimento e aprovação dos modelos utilizados no cálculo da provisão para perdas esperadas; (ii) determinação das premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD e cenários macroeconômicos futuros; (iii) marcação de operações como ativos problemáticos e aumento significativo de risco de crédito; (iv) parametrização do cálculo da provisão considerando os níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito definidos pela Resolução BCB 352/23; v) alocação das operações de crédito e títulos com características de concessão por estágio e carteiras; e (vi) aprovação do cálculo e análise de perda esperada sobre operações analisadas individualmente.
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimento especializados em risco de crédito realizamos: (i) avaliação qualitativa das metodologias de perda esperada através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos da Resolução CMN 4.966/21; e (ii) recálculo independente das PDs, EADs, LGDs, e cenários macroeconômicos ponderados, incluindo a aplicação dos percentuais mínimos definidos pela Res. BCB 352/23 e alocação por estágios;

- Avaliação, com base em amostragem, da perda esperada calculada individualmente, analisando as premissas e inspecionando a documentação relacionada utilizada pelo Banco; e
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (m), 4 (h) e 21 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista. Uma provisão para essas ações é registrada quando o Banco possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação e o montante possa ser estimado com confiabilidade.

A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a determinação dos métodos “Individualizado” e “Massificado”, bem como para a escolha das premissas a serem utilizadas em cada método, que se baseia em: valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais, classificação e grau de risco de perda da ação judicial, para a mensuração do valor da probabilidade de perda das ações.

Devido à relevância dos montantes e às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e o valor provável de desembolso, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados aos processos de: (i) definição e aprovação dos métodos e premissas utilizados na mensuração da provisão; (ii) revisão da probabilidade de perda e do valor atribuído às causas analisadas de forma individualizada pelos assessores jurídicos; (iii) análise periódica sobre a suficiência de provisão pelo Banco;
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos em estatística, avaliação dos parâmetros estatísticos utilizados para a mensuração do método “Massificado” e analisamos o cálculo do valor da provisão;
- Avaliação das premissas utilizadas no método “Individualizado”, por meio de amostragem, através de inspeção documental dos estudos técnicos preparados pelos assessores jurídicos do Banco, bem como a consistência das informações obtidas por meio de consultas em fontes externas oficiais;
- Avaliação da suficiência de provisão para as contingências, com base na análise do histórico de desembolsos ocorridos no exercício quando comparado com os respectivos valores provisionados;
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (k), 4 (g) e 29 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é patrocinador de planos de previdência privada, relacionados a complemento de aposentadoria de seus empregados.

Nos planos de benefício definido, em que o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente sobre a entidade patrocinadora, a mensuração dos passivos atuariais, apresentado no balanço patrimonial em outros passivos, requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas para mensurar os passivos atuariais dos benefícios pós-emprego, relacionados aos planos de benefício definido, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas na mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;
- Recálculo, por amostragem, do passivo atuarial dos planos de benefício definido; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Ambiente de Tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia do Banco possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, e de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Banco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e realizados pelos funcionários apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou em informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis gerados por esses sistemas e aplicativos.

Devido a elevada dependência do Banco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos que processam informações utilizadas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação:

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave, de acesso a sistemas e aplicações, tais como: de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- Avaliação, com base em amostragem, sobre informações relevantes extraídas de determinados sistemas chave para elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
- Avaliação das áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, incluindo também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos;
- Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos que identificamos como chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informações suplementares em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2025, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que foram apresentadas separadamente pelo Banco do Brasil S.A, nesta data e sobre as quais emitimos relatório de revisão, não contendo qualquer modificação, com data de 13 de agosto de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

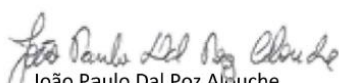
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 13 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-0


João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco do Brasil elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Bacen)

Primeiro semestre de 2025

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário, cujas atribuições encontram-se definidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e no seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco e a gestão de capital mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2025, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 13/12/2024, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

Realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou, ao Conselho de Administração, informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.

**Conclusões**

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a KPMG atua com efetividade e independência;
- d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se em conformidade com a política específica do BB e com a legislação aplicável;
- e) os parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;
- f) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- g) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BB em 30/06/2025, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 13 de agosto de 2025.

Egidio Otmar Ames
Coordenador

Aramis Sá de Andrade

Marcelo Gasparino Da Silva

Rachel de Oliveira Maia

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 30 de junho de 2025 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 12 de agosto de 2025.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e
Agricultura Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações
com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e
Tecnologia



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 12 de agosto de 2025.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Membros da Administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
José Ricardo Sasseron
Luiz Gustavo Braz Lage
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Eduardo Cesar Pasa
Euler Antonio Luz Mathias
João Francisco Fruet Júnior
João Vagnes de Moura Silva
Julio César Vezzaro
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Luciano Matarazzo Regno
Lucinéia Possar
Marcelo Henrique Gomes da Silva
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Rafael Machado Giovanella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola
Thiago Affonso Borsari

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Elisa Vieira Leonel
Fábio Franco Barbosa Fernandes
Fernando Florêncio Campos
Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira
Selma Cristina Alves Siqueira
Tarciana Paula Gomes Medeiros
Valmir Pedro Rossi

CONSELHO FISCAL

Andriei José Beber
Bernard Appy
João Vicente Silva Machado
Renato da Motta Andrade Neto
Tatiana Rosito

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
Egídio Otmar Ames
Marcelo Gasparino da Silva
Rachel de Oliveira Maia
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00